



Escola Superior de Educação do Porto

Isabel Margarida Simões Guedes Vieira

“Autores da nossa própria história”

Relatório de Projeto para obtenção do título de Mestre no Mestrado de Educação e Intervenção Social - Especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, sob orientação da Professora Doutora Ivaneide Mendes.

Porto, 2012

Neste trabalho foi utilizada a grafia do novo acordo ortográfico (acordo ortográfico da língua portuguesa de 1990), exceto nas citações textuais, em que foi respeitada a grafia original das fontes bibliográficas indicadas.

Agradecimentos

À Sandra, por não ter aceitado a minha desistência.

À Professora Ivaneide Mendes, pelo exemplo de coerência.

Ao Professor Luís Rothes, pela conversa do dia 2 de maio de 2012.

À Cristina, por pensar comigo.

À Teresa, por tudo.

Aos “autores da sua própria história”, por me terem permitido participar com eles neste projeto e ajudado a construir-me autora da minha.

Resumo

Acreditando numa educação social que se quer muito mais do que uma socialização correta e numa educação de adultos que se quer muito mais do que um ajustamento funcional dos indivíduos ao mercado de trabalho, este trabalho desenvolveu-se num Centro Novas Oportunidades (CNO), sediado numa escola pública do concelho de Penafiel, entre outubro de 2011 e julho de 2012. Através de uma metodologia de investigação-ação participativa, procurou potenciar os campos de interseção entre a educação social e a educação de adultos, inspirando-se no poder libertador e transformador da educação. Num momento em que os adultos vivenciaram o encerramento repentino da Iniciativa Novas Oportunidades, em que estão integrados ou que foram integrantes, e o conseqüente sentimento de descredibilização social dos processos que frequentavam, este projeto procurou promover nos adultos com quem foi construído, a capacidade de reflexão sobre o seu passado, apropriação crítica do seu presente, a fim de tomarem decisões sobre o seu futuro, e que respondesse aos seus interesses e desejos, numa lógica de solidariedade, justiça e desenvolvimento. As conclusões deste trabalho apontam para a sua capacidade de, numa atitude emancipatória e democrática, analisar criticamente as circunstâncias que enquadram mais um período de transição das políticas públicas no campo da educação de adultos, a partir de uma essencial avaliação isenta e independente do trabalho desenvolvido, pelos seus principais intervenientes: os adultos.

Palavras-Chave: Educação Social; Educação de Adultos; Centros Novas Oportunidades; Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Abstract

We believe that social education should be much more than a correct socialization process and that adult education should be much more than a functional adjustment of individuals to the labor market. This study was carried out in a “New Opportunities Center” based in a public school in Penafiel, between October 2011 and July 2012. Using an active research methodology, we sought to enhance the field of intersection between social education and adult education, inspired by the liberating and transformative power of education. At a time when adults were experiencing the sudden closure of the “New Opportunities” initiative, in which they took part, and the consequent sense of loss of credibility of the social processes they were attending, this project sought to promote in those same adults, the ability to reflect critically about their past and their present situation in order to make decisions about their future, and to respond to their interests and desires, in a logic of solidarity, justice and development. The findings of this study point to the adults’ ability of a democratic and emancipatory attitude, being able to analyze critically the circumstances that characterize such a transition period of public policies in the area of adult education, from a free and independent critical review of the work by its main participants: the adults themselves.

Key Words: Social Education; Adult Education; New Opportunities Centers; Recognition, Validation and Certification of Competencies

Índice geral

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice geral.....	vi
Índice de Quadros.....	viii
Índice de Figuras.....	ix
Siglas.....	x
Nota prévia - de profissional de RVC a coautora deste projeto.....	xii
Introdução.....	1
Parte I - Enquadramento teórico.....	3
1. Educação social.....	3
1.1. Uma “ação” emergente.....	3
1.2. Enquadramento metodológico da intervenção socioeducativa.....	6
1.3. Avaliação de projetos de educação e intervenção social.....	9
2. Educação de adultos.....	11
2.1. Os conceitos: adulto e educação.....	11
2.2. O conceito de educação de adultos, suas origens e diversidade das práticas.....	14
2.3. A perspetiva europeia da educação de adultos: a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV).....	17
2.4. A educação de adultos em Portugal.....	19
2.5. Educação de adultos e desenvolvimento comunitário.....	25
3. Contributo de Paulo Freire para a educação.....	28
4. Educação social e educação de adultos: campos de interseção.....	32
Parte II - O projeto “Autores da nossa própria história”.....	34
1. O contexto da intervenção.....	34
1.1. O contexto geográfico.....	34
1.2. O contexto institucional: a Escola Secundária Joaquim de Araújo.....	37
1.3. O Centro Novas Oportunidades (CNO).....	39
1.3.1. Origem e integração na escola.....	40
1.3.2. Missão.....	42
1.3.3. Equipa.....	43
1.3.4. As práticas.....	45

1.3.5. Parcerias	49
1.3.6. Os adultos.....	50
1.4. Avaliação do contexto.....	50
1.4.1. Problemas e necessidades de intervenção.....	51
1.4.2. O encerramento do CNO	55
1.4.3. Reavaliação do contexto	59
1.4.3.1. Novas necessidades.....	59
1.4.3.2. Novo grupo	60
1.4.4. Potenciais recursos	61
2. O desenho do projeto	62
2.1. Das necessidades aos objetivos gerais	62
2.2. Dos objetivos gerais às ações, atividades e estratégias.....	63
2.3. Objetivos específicos	64
2.4. Calendarização	66
3. Avaliação de entrada.....	66
4. Desenvolvimento do projeto e avaliação do processo	69
4.1. O caminho percorrido	69
4.1.1. A INO e os CNO – opinião publicada	69
4.1.2. Grupo “ficam no CNO”	71
4.1.3. Documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”.....	72
4.1.4. Carta ao Ministro	75
4.2. Os constrangimentos e o caminho que não foi possível percorrer.....	76
4.3. Os participantes.....	77
5. Avaliação do produto	78
Conclusão.....	85
Referências Bibliográficas	88
Anexos	91
Índice de Anexos	92

Índice de Quadros

Quadro 1. Atividades do projeto	63
Quadro 2. Distribuição da população do concelho de Penafiel por nível de ensino	96
Quadro 3. Abandono escolar e saída antecipada da escola	96
Quadro 4. N° de desempregados no concelho de Penafiel	96
Quadro 5. N° de alunos e de turmas por nível de ensino.....	97
Quadro 6. Pessoal docente e não docente por categoria	97
Quadro 7. Títulos das notícias analisadas sobre a INO e os CNO	134
Quadro 8. Respostas dos participantes à pergunta: Se estivessem perante o Ministro da Educação o que gostariam de lhe perguntar?	168

Índice de Figuras

Figura 1. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 1	115
Figura 2. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 2	116
Figura 3. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 3	116
Figura 4. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 4	117
Figura 5. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 5	117
Figura 6. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 6	118
Figura 7. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 7	119
Figura 8. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 8	120
Figura 9. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 9	120
Figura 10. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 10	121
Figura 11. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 10 reformulado ...	124
Figura 12. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 11	125
Figura 13. Respostas dos participantes à 1ª pergunta do questionário	188
Figura 14. Respostas dos participantes à 2ª pergunta do questionário	189

Siglas

ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida

ANEFA - Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos

ANQ – Agência Nacional para a Qualificação

ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional

B1 – Básico 1

B2 – Básico 2

B3 – Básico 3

CCRN- Comissão de Coordenação da Região Norte

CE – Cidadania e Empregabilidade

CEF – Cursos de Educação e Formação

CIPP – Context, Input, Process, Product

CLC – Cultura, Língua e Comunicação

CNO – Centro Novas Oportunidades

CP – Cidadania e Profissionalidade

CQEP - Centro de Qualificação e Ensino Profissional

CRVCC – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

DGAEE – Direção-Geral de Apoio e Extensão Educativa

DGEA – Direção-Geral de Educação de Adultos

DGEE – Direção-Geral de Extensão Educativa

DGEP – Direção-Geral de Educação Permanente

DGFV - Direção-Geral de Formação Vocacional

DRE – Direção Regional de Educação Norte

EFA – Educação e Formação de Adultos

ESJA – Escola Secundária c/ 3º Ciclo do E. B. Joaquim de Araújo

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

INO – Iniciativa Novas Oportunidades

LC – Linguagem e Comunicação

ME - Ministério da Educação

MEC - Ministério da Educação e Ciência

MTSS – Ministério do Trabalho e da Segurança Social

MV – Matemática para a Vida
NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE – Objetivo Específico
OG – Objetivo Geral
PDP – Plano de Desenvolvimento Pessoal
PEI – Plano Estratégico de Intervenção
PNAEBA - Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos
POPH – Programa Operacional Potencial Humano
PRA – Portefólio Reflexivo de Aprendizagens
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional
RVC – Reconhecimento e Validação de Competências
RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SIGO – Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa
STC – Sociedade, Tecnologia e Ciência
TDE – Técnico de Diagnóstico e Encaminhamento
TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação
UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

Nota prévia - de profissional de RVC a coautora deste projeto

Este trabalho desenvolveu-se no Centro Novas Oportunidades (CNO) da Escola Secundária Joaquim de Araújo, entre outubro de 2011 e julho de 2012. Quando se iniciou, estava o centro ainda em pleno funcionamento, mas veio mais tarde a verificar-se o seu encerramento, na sequência do indeferimento de uma candidatura financeira. Este facto foi, nessa altura, inesperado e teve, naturalmente, as suas implicações para o projeto desenvolvido, obrigando a algumas reformulações, como ficará claro neste relatório.

Fiz parte da equipa técnica do CNO desde a sua constituição, pelo que pude construir um conhecimento desta instituição a partir do seu interior que, obviamente, mobilizei para este trabalho, mas que precisei de compilar, sistematizar e completar a informação dispersa acumulada ao longo de mais de 4 anos de prática profissional.

Iniciei as minhas funções, como profissional de Reconhecimento e Validação de Competências (RVC), em abril de 2008. Nessa altura, entrou também uma colega para a função de Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento (TDE). Foi nomeado para coordenador do centro um professor efetivo na escola, mas que não teve imediatamente atribuição de horário para a coordenação, uma vez que o ano letivo estava a meio e já tinha turmas atribuídas. Nos anos seguintes isso já não aconteceu, tendo ficado a 100% com as funções de coordenação.

A nossa entrada coincidiu com a data de início de atividade do CNO, pelo que tivemos que preparar tudo para que este novo órgão da escola começasse a funcionar. Analisámos toda a legislação de enquadramento da atividade do centro e suas metodologias de trabalho e frequentámos várias ações de formação para o mesmo efeito, providenciadas pela Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) e por outras entidades. Apresento no Anexo 1 a lista de todas as ações de formação que frequentei no âmbito da função exercida no CNO.

Começámos também desde logo a trabalhar na divulgação do centro e recolha de inscrições.

A escola recebeu-nos bem, mas teve alguma dificuldade inicial em providenciar as instalações de que necessitávamos, nomeadamente um gabinete para trabalho da equipa e para atendimento ao público. Durante os três primeiros meses, trabalhámos na sala reservada aos diretores de turma.

Em setembro de 2008, entraram os restantes colegas para a equipa (2 técnicos e 5 professores), que ficou então completa.

Apesar do trabalho inicial, dos primeiros meses, ter exigido muita dedicação e investigação sobre a função do profissional de RVC, que exercia pela primeira vez, não senti qualquer dificuldade de adaptação. Pelo contrário, já tinha umas noções sobre o reconhecimento de competências desenvolvido com adultos e desde cedo me interessei pelo assunto (ouvi falar pela primeira vez nesta metodologia em 2003, ainda frequentava a licenciatura em Educação Social na Escola Superior de Educação do Porto). Desde logo me pareceu uma área muito interessante a ser explorada pelos educadores sociais e totalmente alinhada com os seus princípios.

Trata-se de uma atividade profissional que surgiu inicialmente com o trabalho realizado nos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), e mais tarde nos CNO. A sua principal função é referente ao reconhecimento de competências dos adultos pouco escolarizados e julgo constituir um desafio aliciante para qualquer educador social, pelo potencial de *empowerment* que assume junto deles.

Sobre esta nova função, Cármen Cavaco refere que:

“O profissional de RVC é quem estabelece uma relação mais próxima com os adultos ao longo do processo, isto porque, por um lado, o desenvolvimento dos instrumentos de mediação ocupa a maior parte das sessões do processo RVCC, por outro lado, o tema que abordam nas sessões de reconhecimento é, essencialmente, a experiência de vida dos adultos. Os profissionais de RVC promovem a rememoração da experiência de vida, o diálogo, a explicitação das actividades para cada função/tarefa, a escrita, o debate, a cooperação e as relações interpessoais entre os elementos do grupo. No exercício das suas funções o profissional de RVC assume várias posturas, a de animador, a de educador e a de acompanhador, o que varia em função das situações e do que lhe é solicitado pelo adulto.” (Cavaco, 2007, p.27)

Não tive por isso qualquer dúvida, no início deste mestrado, em considerar que o CNO seria o contexto ideal para o desenvolvimento de um projeto de educação social, pela questão prática de constituir, na altura, o meu local de trabalho, mas não só. Também por considerá-lo um espaço cheio de potencialidades na área da educação de adultos, e a minha função de profissional de RVC, uma função privilegiada na relação com esses mesmos adultos. Receava apenas, na altura, alguma dificuldade que pudesse vir a sentir em conciliar e ao mesmo tempo distinguir o meu papel de profissional de RVC e de coautora de um projeto desta natureza.

Informei a equipa técnico-pedagógica, numa reunião, em novembro de 2011, que pretendia desenvolver um projeto de educação social no centro, explicando quais as suas características e solicitando ao coordenador que informasse o diretor desta minha

intenção. O coordenador manifestou de imediato a sua concordância e os colegas mostraram-se disponíveis para colaborar. Solicitei, mais tarde, autorização escrita ao diretor do CNO para o desenvolvimento do projeto, que foi deferida. (Anexo 2).

Introdução

“Se pretendemos, sinceramente, que [o homem] se insira no processo histórico e que “descruzando os braços renuncie à expectativa e exija a intervenção”; se queremos, noutras palavras, que faça a história em vez de ser arrastado por ela (...)” (Freire, 1980, p.40).

A educação de adultos, que encontra as suas primeiras raízes nos desafios que a industrialização traz às sociedades, passando a ser reconhecida como necessária para acompanhar o ritmo das mudanças, assume uma verdadeira expansão a nível mundial no período do pós-guerra. Em 1949 dá-se, na Dinamarca, a primeira de uma série de conferências da UNESCO, que colocam a educação de adultos e a multiplicidade das suas práticas na agenda internacional.

É neste contexto que a educação de adultos assume novas latitudes, abrindo-se a uma diversidade de novas práticas, nomeadamente o reconhecimento de competências, que surge pela primeira vez em Portugal em 1999, com a criação da Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos (ANEFA) e alarga-se, mais tarde, em 2006, com a constituição de uma rede alargada de Centros Novas Oportunidades (CNO), no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades (INO). Alvo de um forte investimento público, envolvendo recursos consideráveis, e suportada numa poderosa campanha de *marketing*, esta iniciativa propunha-se então alcançar metas ambiciosas nas qualificações da população portuguesa.

Foi precisamente no contexto de um desses CNO, e da comunidade escolar onde se encontrava sediado, que se desenvolveu o projeto de educação social que se apresenta neste relatório.

Não obstante tratar-se de um contexto particularmente marcado por objetivos de caráter quantitativo, em consonância com as metas ambiciosas da própria INO e com a necessidade urgente de atenuar o problema do atraso estatístico das qualificações da população, reconhece-se também os seus méritos qualitativos para a educação de adultos, nomeadamente, pela aproximação aos públicos pouco escolarizados e o seu potencial interventivo e transformador junto dos mesmos.

Vários estudos lhe têm reconhecido esses méritos. Destaca-se o relatório da avaliação da INO, coordenado por Roberto Carneiro, onde se conclui que:

“A Iniciativa Novas Oportunidades é percebida, por públicos-alvo e seus agentes, já como uma marca pública (de serviço) com valores claros a saber: acessibilidade (adaptada aos tempos/ritmos próprios, aberta a flexibilidade/mobilidade); inclusão (valorização de cada indivíduo e da sua história de vida); horizontes (acesso a cenários no futuro, possibilidade de sonho e de mudança)” (Carneiro *et al.*, 2010, p.9).

Outro autor, referindo-se ao reconhecimento de competências e aos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), com a mesma origem e também incluídos na INO, refere que ambos são promotores de desenvolvimento, da participação, do alargamento da rede de interações, da tomada de decisões em grupo e da “libertação do ‘casulo’ tecido pela não assimilação das sucessivas mutações sociais e tecnológicas, pela subcertificação dos adquiridos e por um défice de competências pessoal e socialmente comprometedor” (Amorim, 2006, p.7).

Considerou-se, portanto, o CNO um contexto ideal para o desenvolvimento de um projeto de educação social, principalmente pelas suas potencialidades de trabalho de proximidade com adultos.

O desenvolvimento deste projeto implicou uma atitude constante de aproximação e distanciamento. Aproximação à realidade, através do envolvimento e do diálogo com os sujeitos, e da coconstrução da intervenção. Distanciamento para reflexão, avaliação e aprofundamento teórico.

Em relação à estrutura deste trabalho, ele encontra-se organizado em duas partes. A primeira parte contém o enquadramento teórico, resultado desses momentos de distanciamento, em que se procurou obter um conhecimento mais aprofundado sobre a educação social como uma intervenção na área da educação de adultos, seus campos de interseção e seus contributos para o desenvolvimento comunitário. Foi também abordado nessa primeira parte o posicionamento metodológico dos projetos socioeducativos, do qual se partiu, e os contributos de Paulo Freire para a educação, por se ter revelado uma fonte de inspiração neste projeto. Trata-se do enquadramento teórico que foi orientador do projeto de educação social que é apresentado na segunda parte deste relatório. Aí, começa-se por apresentar o contexto de intervenção e o desenho do projeto, seguido da avaliação da sua coerência e aplicabilidade (avaliação de entrada). Seguidamente, descreve-se o projeto, as suas atividades, os seus constrangimentos e os seus atores (participantes), avaliando os processos através dos quais se desenvolveu. Segue-se uma avaliação do produto do projeto. O trabalho encerra com uma breve apresentação das conclusões.

Parte I - Enquadramento teórico

1. Educação social

1.1. Uma “ação” emergente

A atenção aos problemas e às necessidades sociais desde uma vertente educativa, assim como o empenho com vista a uma correta socialização do indivíduo e melhoria das suas condições de vida, são tarefas que se têm vindo a abordar desde sempre, à medida que o ser humano foi desenvolvendo a cultura e a sociedade, daí que seja difícil encontrar uma origem precisa das profissões do chamado trabalho social, na sua aceção atual.

Podemos, no entanto, associar essas origens às das ciências sociais que surgem no contexto europeu claramente associadas a dois factos históricos que nos remetem para a segunda metade do séc. XIX e primeira metade do séc. XX, respetivamente, a revolução industrial e I Guerra Mundial.

As sociedades industriais vivem novos problemas humanos e sociais como os movimentos migratórios, a proletarização do campesinato, o desemprego, a pobreza, a exclusão económica, a delinquência. O final da I Guerra Mundial e o início da reconstrução europeia vieram acrescentar um conjunto de problemas relacionados com a integração social das pessoas e grupos que o conflito tinha destroçado. Para além das políticas económicas, a violência da guerra impunha a necessidade de acompanhamento direto dos dramas pessoais que originou e que se prolongaram numa adaptação difusa aos primeiros passos de uma paz assente em longos e profundos traumatismos.

O trabalho social não é só consequência da evolução da filantropia e da caridade, ele nasce junto com as ciências sociais, compartilhando o mesmo projeto global, o propósito de estudar a sociedade para modificar o seu funcionamento, num momento de muita contradição das forças produtivas e do aumento do capital, que conflituava com o aumento da pobreza e da exclusão social (Miranda, 2004).

As situações de exclusão mantiveram-se até à sociedade atual, onde um número crescente de pessoas vivem privadas das condições de vida mais elementares, privadas dos seus direitos no que diz respeito à saúde, à alimentação, ao trabalho e à educação. Em suma, privadas do seu direito à cidadania. Daí que a educação social surja associada

a uma intervenção educativa em espaços sociais particularmente vulneráveis, que recuse a redução da solidariedade para com grupos desfavorecidos a iniciativas pontuais, desarticuladas entre si e dependentes da maior ou menor vontade de alguns. Cabe-lhe, de uma forma particular, criar e alimentar as condições que favoreçam o exercício pleno da cidadania.

Mas, o seu potencial vai muito além do trabalho com aqueles que se encontrem em situações de vulnerabilidade e de risco. A este respeito, Isabel Timóteo, reconhecendo o especial interesse que estes setores assumem na sociedade de bem-estar, refere que “a educação social tem funções não menos importantes que não se esgotam neste âmbito de intervenção”, como a promoção da qualidade de vida dos cidadãos e a prevenção de desequilíbrios sociais (2010, p.10). Esta autora defende uma educação social:

“(…) emancipatória, transformadora e transformativa que se afirma em ruptura com o registo assistencialista (de base positivista) e parte de uma visão de um mundo que se deseja mais igualitário, solidário, inclusivo e democrático, firmado no paradigma sócio-crítico, e tendo por base a visão do ser humano como capaz de se olhar e olhar o mundo de forma crítica e informada e capaz de resolver os seus problemas, num quadro de valores necessariamente inteligíveis e conscientes” (*ibidem*, p.12).

Também com o enfoque no desenvolvimento da consciência crítica, Mendes defende que a educação social deve ser problematizadora, ou seja:

“(…) deve orientar-se sobretudo pela criatividade e pelo estímulo à acção e reflexão sobre a realidade, onde os homens e mulheres sejam desafiados a questionar a sua própria existência e sejam capazes de se debruçar criticamente sobre a realidade e apreendê-la, actuando e transformando-a para o bem comum” (2007, p.114).

Na época em que vivemos, destaca-se, sem dúvida, o lugar ocupado pela educação no desenvolvimento humano. A educação é um processo em aberto, pertencendo à educação social o papel de a desenvolver e ajudar os indivíduos na obtenção de autonomia. Uma tarefa que implica lidar com a incerteza e a imprevisibilidade nas mais diversas situações. É precisamente neste contexto que a educação social nos aparece valorizada, surgindo como “um domínio de ponta” (Carvalho & Baptista, 2004, p.7) e “um terreno novo, fértil e promissor” (*ibidem*, p.9).

O educador social é um agente de mudança, pretende que os indivíduos vivam e saibam viver em cidadania, implicando-os na construção do seu próprio futuro, e procura assegurar o equilíbrio entre o individual e o social. Tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento pessoal e amadurecimento social, não pode, de forma

alguma, colocar de lado nas suas intervenções a sua formação cívica e moral, ou seja, a educação para os valores. O seu objetivo passa por desenvolver a maturidade social, promovendo as relações humanas e preparando o indivíduo para a convivência na comunidade e para desenvolvimento da mesma.

A sua formação teórico-prática de carácter humano, psicopedagógico, técnico e sociocomunitário permite-lhe desenvolver intervenções intencionais e sistemáticas com determinados sujeitos, grupos ou comunidades, com carácter social, comunitário, terapêutico, preventivo, etc., sempre desde um ponto de vista educacional, inspirado na pedagogia social. Note-se que educação social e pedagogia social são conceitos diferentes. Considerada por alguns autores como a ciência matriz da educação social, a pedagogia social é a disciplina científica com carácter teórico e prático que fornece as ferramentas para a intervenção prática com os indivíduos. Essa intervenção é o espaço da educação social (Díaz, 2006). Adalberto Dias Carvalho define-a como “uma acção teoricamente estruturada” (2008, p.31).

O sentido da educação social não está apenas na simples conjugação prática dos dois termos: educação e social, mas no reconhecimento de novas exigências, tanto no que toca à educação como à forma de tratar as questões sociais.

O educador social terá de ser, sempre, um mediador entre o indivíduo, a família, as instituições e a sociedade em geral. O seu perfil é estruturado pelos saberes ser, estar e fazer e confere-lhe um conjunto de competências que o tornam capaz de agir técnica e pedagogicamente pela sensibilidade social e ética. Subjacente aos seus modelos de intervenção está a cultura pedagógica destes profissionais que, com arte, criatividade, oportunidade, entusiasmo, responsabilidade e dinamismo são capazes de, sabendo interpretar a realidade social, proporcionar caminhos de realização, integração e desenvolvimento pessoal e social. O seu papel está necessariamente ligado aos processos sociais (grupais, comunitários, de bairros, etc.) que se desenvolvem na sociedade, sem deixar de se mostrar flexível e polivalente no sentido de se adaptar rapidamente às constantes mudanças sociais.

Segundo os autores Carvalho e Baptista, a educação social apoia-se nos contributos disciplinares de ciências como a sociologia, a psicologia e a antropologia, cabendo à pedagogia social integrar a diversidade desses contributos e fornecer as balizas teóricas legitimadoras do trabalho do educador social (2004).

Não menos importante do que a formação técnica, pedagógica e sociocomunitária é a formação de carácter humano. O educador social enquanto pessoa deverá possuir uma maturidade e equilíbrio psicológico que lhe permitam desenvolver qualidades pessoais para se relacionar com o outro e criar um bom ambiente de grupo. É portanto fundamental que seja uma pessoa: solidária, empenhada, empática, cooperante, motivadora, criativa, comunicativa, paciente, sensata, compreensiva, firme, disponível.

Deverá também estar recetivo à crítica, à mudança, à diferença e desenvolver a sua ação com clareza, segurança, dinamismo, entusiasmo e responsabilidade.

A ajuda prestada por estes profissionais a pessoas e comunidades consideradas de risco distingue-se da lógica assistencial na medida em que, respeitando a singularidade de cada ser e apoiados na competência técnica que configura o seu saber, recorrem a todos os meios que possam favorecer a evolução positiva dos indivíduos e dos grupos. Uma tarefa que se executa através da conceção e realização de projetos na área da educação para o desenvolvimento, promovendo parcerias, trabalhando em interdependências com outros profissionais em domínios como a saúde, a segurança, a integração no mercado de trabalho, entre outros.

1.2. Enquadramento metodológico da intervenção socioeducativa

Sendo a educação social uma ação, teoricamente sustentada, cuja diversidade de finalidades decorre da diversidade das necessidades dos atores em contexto, mas desagua, invariavelmente, no fim último da promoção da qualidade de vida dos cidadãos e da prevenção de desequilíbrios sociais, os seus projetos de intervenção operacionalizam-se metodologicamente pela investigação-ação participativa.

De facto, um projeto de intervenção socioeducativa não pode ser construído à distância da realidade social em causa. Medidas de intervenção com um determinado grupo de indivíduos, não resultarão, provavelmente, com outro grupo de sujeitos com os mesmos problemas ou problemática associada. Os indivíduos são todos diferentes, com percursos de vida diversos, formas distintas de sentir e ver o mundo, os outros e a si mesmos. Não é possível a generalização ao nível da realidade social, que é mutável, está sempre em permanente transformação, o que implica uma atitude de constante investigação, observação, análise crítica e flexibilidade da parte do investigador.

A investigação-ação participativa é, segundo Rosa Lima (2003), uma metodologia que se apresenta como um processo democrático e participativo que pretende conciliar

em todos os momentos a ação com a reflexão, bem como a teoria, com a qual nos sustentamos para a intervenção, com a prática de forma participada. O objetivo desta metodologia é encontrar respostas para questões pertinentes para as pessoas envolvidas e, ainda, apresentar impactos na comunidade.

Para Bogdan e Biklen (1994) a investigação-ação recusa as premissas de que só os investigadores profissionais e experientes podem conduzir investigação, e de que esta não deve estar ao serviço de nenhuma causa. É a recusa dessas premissas que a torna, muitas vezes, alvo de críticas por parte dos investigadores mais tradicionalistas. Segundo os autores, esta metodologia “consiste na recolha de informações sistemáticas com o objectivo de promover mudanças sociais” (*ibidem*, p.292). Na verdade, o uso desta metodologia tem como finalidade a transformação de algum ou alguns aspetos dos atores sociais com quem se trabalha, mas promovendo a autonomia destes. O investigador não só se “envolve activamente na causa da investigação” (*ibidem*, p.293), como é parte integrante do processo de mudança que constrói com os restantes atores.

A investigação-ação participativa contraria o carácter contemplativo do conhecimento, definindo-se através da sua relação com a prática. Exige uma atitude ativa de transformar a realidade. Constitui-se, por isso, um desafio muito maior do que uma investigação de tradição positivista. Ao procurar a mudança, retira-nos do conforto da neutralidade e da não-diretividade. A investigação-ação participativa estuda o problema, intervindo sobre ele, enquanto a investigação clássica estuda o problema, sem intervir sobre ele.

É precisamente o potencial transformador desta metodologia que interessa à educação social. Licínio Lima (1994) considera os seus métodos como especialmente congruentes com projetos socioeducativos e de desenvolvimento comunitário, sobretudo no domínio da educação de adultos. A criação de condições de participação, onde todos os implicados vão, cooperativamente, construindo o conhecimento para descodificarem cada situação, está ligada ao conceito de *empowerment*, ou seja, ao empoderamento das pessoas no sentido de participarem de forma ativa na resolução dos seus problemas, o que faz tanto mais sentido, quando se trata de adultos.

Segundo Rosa Lima, esta metodologia pressupõe um modo de ver o mundo “muito afastado do espírito e dos procedimentos tradicionais de conhecer racionalmente o funcionamento das sociedades, para melhor as dominar, controlar e explorar tecnologicamente” (2003, p.306). A mesma autora refere tratar-se de “uma posição que

não procura apenas conhecer o mundo, mas também transformar alguma coisa do tanto que ofende o sentido de justiça e de harmonia dos equilíbrios em permanente (re)construção” (*ibidem*, p.306).

A investigação-ação participativa é simultaneamente pesquisa e ação e insere-se:

“num paradigma alternativo, que precisa de prestar atenção a uma produção de conhecimento que contemple integradamente as suas diversas formas; interessa-se em especial por tipos de conhecimento provenientes da tradição hermenêutica, interpretativa, e procura, por um lado, articular as questões e reflexão filosóficas e científicas com o que acontece concretamente na realidade e com as condições, passadas e presentes, em que tal acontece, e, por outro lado, aproximar os detentores dos saberes especializados e os leigos em empreendimentos conjuntos, com múltiplos e multidirecionais movimentos de aprendizagem” (Lima, 2003, p.307).

É este paradigma alternativo de que nos fala a autora, também designado de emergente ou sociocrítico, e o conjunto de valores e convicções que defende, que serve de modelo à metodologia aqui defendida como a que serve à educação social. A aspiração a uma práxis social que articula conhecimento, reflexão e ação, em que o homem caminha no sentido do “ser mais”, reconhecendo-se como “protagonista da história” (Freire, 2003a) não se compatibiliza com a neutralidade, falta de comprometimento com a realidade e falta de intencionalidade transformadora de uma investigação positivista, muitas vezes designada de investigação “pura”.

As questões da rutura epistemológica consideradas como próprias da ciência assumem, nesta metodologia, contornos diferentes. Não existe descontinuidade radical entre saber científico e saber do senso comum, eles não são incomunicáveis. Sobre este assunto, referindo-se, em particular, às ciências sociais, Augusto Santos Silva afirma:

“O certo é – e várias correntes sociológicas, antropológicas e históricas o têm mostrado – que os factos humanos são sempre factos interpretados, o que os distingue radicalmente dos eventos físicos; a consciência dos actores é o elemento constitutivo decisivo do mundo social. Importa, pois, dar conta das representações colectivas, quotidianas da sociedade – as imagens e as noções construídas no decurso da vida de todos os dias e que configuram o património cognitivo partilhado pelos membros de um dado grupo, as maneiras de pensar e de sentir, em suma, aquilo a que chamamos senso comum forma um dos objectos centrais de qualquer ciência social. Uma atitude que relegue o conhecimento prático para o estatuto de conjunto de meras pré-noções, pré-conceitos, que a ciência deve ultrapassar e esquecer, bloqueia a análise dos processos sociais simbólicos” (1986, p.31).

A metodologia da investigação-ação participativa é a que permite ao educador social juntar-se aos sujeitos participantes e com eles cooperar, investigando e agindo no sentido da transformação, numa atitude solidária que perseguirá sempre a utopia. O diálogo com o senso comum não torna esta metodologia menos “pura”, mas mais humanizadora. A utopia não significa impossibilidade, mas antes sonhar com algo

melhor e “o maior desafio da educação é manter sempre viva esta capacidade de sonhar, é subverter a cultura do silêncio, é libertar!” (Mendes, 2007, p.106). Uma práxis humanizadora haverá de ter sempre a utopia no horizonte.

1.3. Avaliação de projetos de educação e intervenção social

A avaliação constitui uma parte importante do processo metodológico em projetos de natureza socioeducativa, oferecendo muitas possibilidades de utilização e contribuindo diretamente para a garantia de qualidade das respostas.

Em geral, pode dizer-se que avaliar significa recolher e analisar sistematicamente informação útil e descritiva que permita determinar o valor e o mérito do que se faz, servindo de guia à tomada de decisões.

Frequentemente se tem associado a avaliação a uma redução dos resultados de determinado projeto a números. De facto, muitas avaliações reduzem-se, única e exclusivamente, à utilização de indicadores quantitativos: número de participantes, número de atividades realizadas, custos por atividade e por participante. Em projetos de natureza socioeducativa, o processo de avaliação deve contrariar o uso exclusivo de indicadores quantitativos, que devem ser complementados por indicadores de carácter qualitativo.

Segundo Stufflebeam e Shinkfield:

“A avaliação é o processo de identificar, obter e proporcionar informação útil e descritiva sobre o valor e o mérito das metas, o planeamento, a realização e o impacto de um objeto determinado, com o fim de servir de guia para a tomada de decisões, solucionar os problemas de responsabilidade e promover a compreensão dos fenómenos implicados” (1987, p. 183).

Nesta definição, a avaliação é compreendida como um processo sistemático que serve os propósitos de fornecer dados para a responsabilidade, guiar a tomada de decisão e promover a compreensão dos fenómenos (*idem*).

De acordo com o modelo de avaliação de programas educacionais proposto pelos referidos autores, a avaliação efetua-se a quatro níveis: contexto, entrada, processo e produto, naquele que é vulgarmente designado de modelo CIPP¹.

¹ CIPP – sigla composta pelas iniciais de: *Context, Input, Process, Product*.

A avaliação do contexto não é mais do que a análise da realidade onde se pretende intervir. Pretende-se neste nível obter um conhecimento aprofundado da realidade em causa, assim como um levantamento das suas necessidades e recursos.

A avaliação de entrada pretende averiguar até que ponto determinado projeto responde às necessidades do grupo com o qual se pretende desenvolvê-lo, analisando a sua coerência, viabilidade e aplicabilidade.

A avaliação do processo consiste na análise da forma como se desenvolve o projeto em execução, permitindo a realização de ajustes e alterações.

A avaliação do produto consiste em fazer a comparação dos resultados obtidos com os objetivos traçados inicialmente e em verificar até que ponto foram ao encontro das necessidades encontradas. Permite, portanto, concluir sobre os efeitos que a intervenção teve sobre a realidade.

Este modelo de avaliação centra-se, fundamentalmente, no fornecimento de dados que guiem a tomada de decisões com vista ao aperfeiçoamento do projeto de intervenção. Mas, a avaliação poderá também constituir-se ela própria como instrumento do processo participativo.

Segundo Guerra (2007), as práticas avaliativas em projetos de intervenção social contam com quase um século de evolução, em que se passou de uma avaliação tecnocrática, onde apenas se verificavam os resultados face aos objetivos e a eficiência da utilização dos recursos, a uma avaliação processual, em que se avaliam também os processos que permitiram chegar a esses objetivos e, finalmente, a uma avaliação participativa, que em relação às primeiras acrescenta a participação democrática nos processos avaliativos.

Este tipo de avaliação, além de medir resultados e servir de apoio à decisão, constitui-se também como um “processo de formação” e de “aprofundamento da democracia participativa” (*ibidem*, p.186), o que o torna particularmente adequado aos projetos de educação e intervenção social.

Por último, considera-se também pertinente destacar a importância do planeamento da avaliação. A metodologia de avaliação de um projeto deve ser cuidadosamente planeada. Para tal, é necessário que se estabeleça previamente um plano de avaliação que inclua: as questões de avaliação, a seleção dos instrumentos de recolha e os processos de análise da informação, a seleção das fontes de informação, os períodos de tempo para a sua realização (Alaíz, Gois & Gonçalves, 2003). Com esse

esboço de avaliação pretende-se estabelecer à partida – o quê, porquê, para quê, quanto, onde, como, quando, quem e com quê – se vai avaliar (Serrano, 2008, p.84).

Para o desenvolvimento do projeto apresentado na segunda parte deste trabalho optou-se pela utilização do modelo CIPP, por incluir um processo de avaliação sistemática, com vista ao aperfeiçoamento contínuo e constante do projeto, que se procurou também conjugar com os pressupostos de uma avaliação participativa.

2. Educação de adultos

2.1. Os conceitos: adulto e educação

Para a compreensão da educação de adultos importa antes de mais clarificar o conceito de educação e de adulto.

Começando pelo segundo, mais simples, porque apesar de se tratar de um conceito impreciso, cuja análise integral das suas múltiplas aceções nos remeteria para uma pluralidade de caminhos, importa apenas para este trabalho compreender com que sentido ele é utilizado na educação de adultos.

A definição da UNESCO de educação de adultos² não define exatamente o que se entende por «adultos», limitando-se a referir que serão as pessoas consideradas como tal pela sociedade a que pertencem. Ora, o conceito de adulto é complexo e pode ser sujeito a várias interpretações, consoante o contexto em que se insere (biológico, psicológico, antropológico, sociológico, legal, etc.)³.

J. Ribeiro Dias, numa análise daquilo que poderá ser o sentido do conceito de adulto considerado por essa organização internacional, nomeadamente, ao longo das suas diversas conferências dedicadas à educação de adultos, acaba por concluir que “o adulto é compreendido no sentido de todo o homem que ultrapassou a fase da adolescência. Em termos educativos, corresponde ao indivíduo que terminou a fase da escolaridade básica, no actual estágio da sua evolução nos países avançados” (1982, p.11).

² Definição introduzida pela UNESCO, em 1976, na conferência de Nairobi, que será apresentada mais adiante neste trabalho.

³ Nos Centros Novas Oportunidades, contexto institucional onde foi desenvolvido o projeto apresentado na segunda parte deste trabalho, é utilizado o critério da maioridade legal em vigor no nosso país, sendo “adulto” todo o indivíduo com mais de 18 anos.

O processo de desenvolvimento do indivíduo não termina com a adultez, ele acontece ao longo de todas as etapas de vida. Tal como uma criança ou um jovem, o adulto está em construção até à morte. A sua principal diferença, relativamente às crianças, é a experiência. É ela o principal diferencial da aprendizagem dos adultos, fruto da trajetória pessoal de vida que dota o adulto de valores, crenças, atitudes, conhecimentos, comportamentos, destrezas. O adulto aprende a partir da sua experiência prévia.⁴

Essa experiência é destacada por Norbeck, ao considerar que a definição de adulto que pode ser útil para a educação de adultos é “aquele que já ultrapassou a adolescência. Ele é responsável por si próprio (e por outros) e tem experiência de trabalho a tempo inteiro” (1978, p.201). Segundo este autor, o facto de tratarmos os adultos como crianças, de não os conhecermos e de lhes tentarmos impor programas de educação para os quais não estão motivados é a causa do fracasso de muitos programas de educação de adultos (*idem*).

Uma educação de adultos que ignore os contextos de vida dos mesmos e a sua experiência está a ignorar aquilo que faz deles adultos, porque “enquanto a experiência para a criança é algo que lhe acontece, para o adulto é algo do que ele é, pois ajudou a formar o seu próprio eu” (Simões, 1978, p.113).

Após esta breve análise do conceito de adulto, importa agora refletir sobre o conceito de educação⁵. O sociólogo Giddens define-a como:

“A transmissão de conhecimentos e saberes de uma geração para outra através da instrução directa. Embora existam processos educativos em todas as sociedades, apenas no período moderno a educação de massas tomou a forma da escolarização, ou seja, da instrução em ambientes educacionais próprios nos quais os indivíduos passam vários anos da sua idade” (2000, p.689).

Trata-se de uma definição redutora, centrada fundamentalmente na transmissão e na escolarização. A origem semântica da palavra está relacionada com dois verbos

⁴ O reconhecimento da especificidade do educando/adulto, da sua autonomia e capacidade de participar e partilhar responsabilidades na condução do seu processo educativo estão na origem conceptual da andragogia, arte ou ciência de orientar adultos a aprender, conceito que foi difundido por Knowles nos Estados Unidos, inicialmente em oposição à pedagogia e, posteriormente, como uma evolução desta.

⁵ Associado ao conceito de educação surge o de formação. Os dois são muitas vezes usados como sinónimos e, conceptualmente, é inegável a relação entre eles, principalmente, quando considerados nas suas definições mais abrangentes. Na opinião de Medina, “o conceito de formação está relacionado com o conceito de educação, na medida em que os processos educativos procuram o desenvolvimento do conhecimento, da inteligência e da personalidade em todas as suas facetas” (1997, cit. por Mendes, 2007, p. 31). No entanto, no âmbito da educação de adultos, o conceito de formação surge mais frequentemente com uma conotação profissional, relacionado com a aquisição de competências para o mercado de trabalho.

latinos com diferentes significados: *educare*, que significa criar, alimentar, amamentar, e *educere*, que significa conduzir para fora, fazer sair, tirar de (Ferreira, 1999).

O primeiro verbo está relacionado com a ideia de acrescentar alguma coisa a alguém, num movimento de fora para dentro, associado à noção de instruir, enquanto o segundo está relacionado com o ato de libertar potencialidades escondidas no interior da pessoa, num movimento de fora para dentro.

Estes dois significados têm marcado ao longo dos tempos as teorias sobre a educação e as práticas pedagógicas, ora mais centradas no educador e na instrução dos conhecimentos, ora mais centradas no educando e na emergência das suas potencialidades.

“A instrução dá conhecimentos; a educação desenvolve faculdades. A instrução alimenta o espírito; a educação eleva a alma. A instrução não é mais do que um meio; a educação é um fim” (Dupanloup, 1911, cit. por Ferreira, 1999, p. 49).

O direito à educação está preconizado no artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, que refere que “toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que diz respeito ao ensino elementar e fundamental.” Segundo o relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, de 1996, dirigido por Jacques Delors a educação deve organizar-se em torno de quatro pilares de conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (UNESCO, 1996a).

Associadas ao conceito de educação surgem também as funções da educação e a diversidade das suas práticas.

Quanto às funções da educação, Musgrave divide-as em: função política, que pode ser vista como necessidade de fornecer chefes políticos à sociedade democrática e como a necessidade que a educação colabore na manutenção do sistema político vigente; função económica, relacionada com a necessidade de fornecer todos os níveis das forças de trabalho com um contingente de indivíduos com a quantidade e qualidade de educação adequada às circunstâncias técnicas do momento; função de seleção social, associada à necessidade de seleção dos mais aptos entre a população no seu todo; função de transmissão da cultura da sociedade, decorrente da necessidade de transmitir os esquemas fundamentais da sociedade, mantendo a estabilidade cultural; função de fornecimento de inovadores, que tem a ver com a necessidade de fornecimento de

recursos capazes de iniciar as mudanças necessárias à sobrevivência da sociedade, contribuindo para a mudança social (1994, p.300).

Quando consideramos a diversidade das práticas educativas, elas estão frequentemente relacionadas com os conceitos de educação formal, não formal e informal. É frequente serem considerados dois critérios para fazer a distinção entre estes conceitos: o da intencionalidade e o da atribuição de uma certificação reconhecida. Com base nesses critérios, considera-se que a educação formal será aquela em que há intenção e certificação e a educação informal aquela onde não existe nem uma coisa nem outra. A educação não formal será aquela em que existe intenção educativa, mas não conduz à atribuição de um diploma ou certificação, pelo menos não um que seja reconhecido legalmente no sistema de qualificações escolares e/ou profissionais. Outra distinção tem a ver com o contexto em que ocorrem as aprendizagens, sendo que as práticas de educação formal decorrem em instituições de ensino e formação, as de educação não formal decorrem em paralelo aos sistemas de ensino e formação e as de educação informal ocorrem no contexto da vida quotidiana, sem que exista intencionalidade e não sendo por isso, na maior parte das vezes, reconhecidas pelos próprios indivíduos como enriquecimento dos seus conhecimentos e aptidões

2.2. O conceito de educação de adultos, suas origens e diversidade das práticas

A educação de adultos é uma construção do séc. XIX, mas as suas origens prendem-se com uma série de mudanças que ocorreram na sociedade alguns séculos antes: o desenvolvimento do comércio, os avanços tecnológicos e científicos da industrialização, as teorias iluministas, em que a razão passa a ser o motor da sociedade, as revoluções liberais, com a ascensão da burguesia e a perda de poderes por parte dos senhores feudais e dos monarcas, o aparecimento das correntes protestantes. Todas estas mudanças colocam aos indivíduos e à sociedade novos desafios.

Com a modernidade, a mudança instala-se de forma permanente. Ela ocorre a um ritmo mais acelerado e com alcance incalculável. Daí a necessidade da educação de adultos, que passa a ser condição necessária para um mundo que se quer mais produtivo.

Foi a partir do séc. XIX que ela passou a ser reconhecida como uma necessidade social, e não como uma necessidade individual só de alguns. Segundo Silva (1990), a educação de adultos começa a ganhar sentido com a formação dos sistemas escolares

nacionais, que aumenta a visibilidade social do problema do acesso à instrução, e o desenvolvimento de movimentos sociais de massas, de matriz liberal ou socialista, que se deparam com a questão política da universalização do ensino. Até à Segunda Guerra Mundial, as suas ações dependem, fundamentalmente, de iniciativas não estatais, com intenções mais cívicas ou mais morais, consoante as instituições.

“Conduzidas por ligas, associações, centros, igrejas, sindicatos, organizações directamente políticas, numa pluralidade de estruturas e de orientações ideológicas, são bastante marcadas pela pressão pública no sentido da universalização da «instrução elementar» e pela dimensão da socialização moral e cívica interna, quer dizer, dos respectivos membros e círculos de influência” (*ibidem*, p.11-12).

O estado começa então a perceber que não pode ficar de fora destes movimentos educativos, religiosos ou laicos e é no período do pós-guerra que a educação de adultos se desenvolve, na diversidade das suas práticas. É também aqui que surge o desafio da alfabetização no 3º mundo. A educação de adultos expande-se a nível mundial, com os organismos internacionais saídos do pós-guerra a assumir um papel importante. Em 1949 dá-se, na Dinamarca, a primeira de uma série de conferências da UNESCO⁶ sobre o tema. O conceito de educação de adultos vai-se alargando numa tentativa de procurar abarcar a totalidade das suas práticas. Em 1976, na conferência de Nairobi, a UNESCO define a educação de adultos como:

“A totalidade dos processos organizados de educação, qualquer que seja o conteúdo, o nível ou o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial ministrada nas escolas e universidades ou sob a forma de aprendizagem profissional, graças aos quais pessoas consideradas como adultos pela sociedade a que pertencem desenvolvem as suas aptidões, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhes dão uma nova orientação, e fazem evoluir as suas atitudes ou o seu comportamento na dupla perspectiva de um desenvolvimento integral do homem e de uma participação no desenvolvimento social, económico e cultural, equilibrado e independente” (cit. por Silva, 1990, p.16).

A expressão “totalidade dos processos” é elucidativa da heterogeneidade das práticas da educação de adultos. A sua classificação em diferentes categorias difere conforme os autores. Augusto Santos Silva considera 4 perspetivas: a educação de segunda oportunidade, a qualificação e formação profissional, a educação popular e a educação permanente (1990). Rui Canário subdivide-a em alfabetização, formação profissional, animação sociocultural e desenvolvimento local (2008).

⁶ A UNESCO surge em 1945, como agência especializada da ONU para a Educação, Ciência e Cultura, e enuncia como objetivo principal “construir a paz no espírito dos homens, através da educação, da ciência, da cultura e da comunicação”.

Podemos considerar que a alfabetização corresponde a uma educação de segunda oportunidade para adultos, onde ganham particular relevância um conjunto de atividades de alfabetização nos países do terceiro mundo, nomeadamente, após a conferência da UNESCO de 1960, em Montreal, onde é aprovado um programa experimental mundial de alfabetização (*idem*, 2008).

A formação profissional é orientada para a qualificação e requalificação da mão de obra e assume importância decisiva com a produção industrial em massa, muito associada ao capitalismo e às políticas de crescimento económico (Canário, 2008; Silva, 1990).

A educação popular decorre da evolução dos métodos de alfabetização de um paradigma de adulto objeto a ser socializado, através da incorporação dos valores dominantes, para um paradigma de adulto sujeito, numa lógica humanista da proposta freiriana (Silva, 1990). Este conceito pressupõe uma composição social popular dos educandos (classes populares, trabalhadoras) e está mais relacionado com práticas de educação não formal, de âmbito essencialmente local.

A educação permanente é o processo de autoaprendizagem gerido pelo sujeito e ininterrupto que se refere à sua formação plurifacetada, geral, intelectual, cívica e profissional de cidadão. Começa com o nascimento e prolonga-se indefinidamente (*idem*). “Focaliza, assim, as alterações estruturais no sistema educativo de modo a desenvolver essa «ação cultural permanente»” (*ibidem*, p.15).

No campo do desenvolvimento local, Canário (2008) considera os processos de intervenção com adultos orientados para o desenvolvimento comunitário, onde há uma forte participação direta dos interessados. Segundo o autor, estes assumem particular importância por questionarem a forma escolar como dominante na educação de adultos.

No campo da animação sociocultural, o mesmo autor considera todas as estratégias de intervenção social e educativa ao serviço de projetos de desenvolvimento em contextos socialmente deprimidos, nos países industrializados e no terceiro mundo. Também este campo veio “pôr em evidência a dimensão quantitativa e qualitativa dos fenómenos educativos não formalizados e/ou não deliberados”, contribuindo para o “questionamento da hegemonia e omnipresença da forma escolar” na forma de pensar a educação (p.16). O conceito de animação sociocultural não é unívoco. Jaume Trilla faz uma análise das suas diversas definições, por vezes díspares, propondo uma que considera reunir as suas componentes essenciais. Segundo este autor a animação sociocultural será:

“O conjunto de acções realizadas por indivíduos, grupos ou instituições numa comunidade (ou num sector da mesma) e dentro do âmbito de um território concreto, com o objectivo principal de promover nos seus membros uma atitude de participação activa no processo do seu próprio desenvolvimento quer social quer cultural” (1998, p.26).

2.3. A perspetiva europeia da educação de adultos: a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV)

O conceito da educação permanente começa, a partir de 1970, a ser substituído pelo da ALV, naquilo que poderia ser considerada uma perspetiva de continuidade, mas que alguns autores consideram ser de rutura.

A educação permanente está muito ligada à ideia de que ao homem não lhe basta a educação escolar, pelo contrário, necessita que ela se desenrole ao longo de toda a vida e em diversos contextos, sendo a educação escolar apenas uma etapa inicial. Trata-se de um conceito muito abrangente que resulta da necessidade de equacionar o conceito de educação num contexto de mudança característico da sociedade, de rápidas transformações de conhecimentos científicos e profissionais, e de constante desatualização dos mesmos.

O aparecimento do conceito da ALV é, geralmente, atribuído à UNESCO, que adotou o termo em 1972⁷, enquanto alternativa aos princípios educativos existentes, o qual se coadunava com uma melhor preparação das pessoas para manterem e desenvolverem a sua qualidade de vida em tempos de mudança e incerteza. Ela é considerada a “chave que abre as portas do séc. XXI” (UNESCO, 1996a, p.101).

Segundo Siteo, trata-se de:

“uma proposta de todo fascinante, tal como é apresentada pelo Livro Branco que consagrou o ano de 1996 «Ano Europeu da Educação». O objectivo fundamental é a procura de uma solução positiva no debate sobre o desemprego na Europa e de uma situação em que a actualização dos conhecimentos profissionais se torne um imperativo para todos os cidadãos” (2006, p.285).

A emergência deste tema levou à produção do “Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida”, que pretende ser um instrumento orientador do debate e da reflexão à escala europeia. Este documento defende a ALV assente em “toda a actividade de aprendizagem em qualquer momento da vida, com o objectivo de

⁷ A UNESCO lança, nesta data, o relatório *Learning to Be*, da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, presidido por E. Faure.

melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica e social e/ou relacionada com o emprego” (*ibidem*, p.284).

O referido documento refere também dois objetivos importantes para a ALV: promover a cidadania ativa e fomentar a empregabilidade.

“A cidadania activa incide na questão de saber se e como as pessoas participam em todas as esferas da vida social e económica, quais as oportunidades e os riscos que enfrentam nesta tentativa e em que medida essa participação lhes confere um sentimento de pertença à sociedade em que vivem e na qual têm um palavra a dizer” (Comissão das Comunidades Europeias, 2000, p. 6).

Quanto à empregabilidade, considerada “a capacidade de assegurar um emprego e de o manter” ela é “não apenas uma dimensão central da cidadania activa, mas também uma condição decisiva do pleno emprego e da melhoria da competitividade e prosperidade europeias na «nova economia»” (*idem*).

São precisamente as questões da empregabilidade que fazem com que o conceito de «aprendizagem» se suceda ao de «educação», numa lógica mais associada ao modelo neoliberal da educação de adultos, que responsabiliza mais o indivíduo pela condução do seu destino. Passa-se do direito à educação para o dever da aprendizagem. O autor Rui Canário distingue os dois conceitos:

“De facto, se a justificação da «educação permanente» era de ordem eminentemente política e filosófica, a argumentação que fundamenta a «aprendizagem ao longo da vida» é de natureza inteiramente diversa e tem como base três grandes categorias de argumentos que remetem para a evolução tecnológica, para a eficácia produtiva e para a coesão social” (2003, p. 193).

Enquanto a educação permanente era um conceito humanista que comungava dois elementos essenciais, por um lado a extensão do ensino pós-obrigatório à totalidade do tempo de vida, por outro, a organização do sistema com vista a cobrir todos os momentos de vida e a proporcionar de forma equitativa oportunidades educativas a toda a população, a ALV centra-se mais na procura de respostas para as especificidades do mercado de trabalho, assumindo-se como uma componente do modelo social europeu que procura a adaptação funcional dos indivíduos à economia. O papel do estado passa a ser o de “criar condições que favoreçam a aprendizagem ao longo da vida, encarada como responsabilidade fundamental dos indivíduos, e não tanto estabelecer políticas de provisão pública de educação de adultos” (Rothes, 2005, p.233).

Esta lógica de transferência de responsabilidades do estado para o aprendiz também surge muitas vezes justificada com a crise do Estado-Providência⁸. De facto, os princípios fundamentais que estão na base do conceito da ALV e determinam a sua aplicação colocam a tónica no papel central do aprendiz, na importância da igualdade de oportunidades e na qualidade e pertinência das oportunidades de aprendizagem. Parece ser este o desafio no paradigma atual da educação de adultos.

“A problemática da aprendizagem, ou da educação, ao longo da vida atravessa não só as diferentes faixas etárias, como também as diferentes categorias sociais. Nesta perspectiva, qualquer indivíduo, seja qual for a sua idade, o seu nível de qualificação escolar, ou a sua situação socioprofissional, pode ser confrontado, em qualquer momento, com a necessidade de desenvolver novos conhecimentos e competências” (Ávila, 2005, p.238).

Desde as dinâmicas do pós-guerra, à criação da UNESCO, desde a sua primeira conferência, em 1949, na Dinamarca, ao conceito da ALV, a educação de adultos e a diversidade das suas práticas, tem sido alvo de problematização política e foi definitivamente colocada na agenda mundial.

No eixo europeu a educação de adultos tende a estabilizar entre duas perspetivas: a educação permanente e a formação profissional. Estas duas abordagens marcam a história recente da educação de adultos na Europa.

2.4. A educação de adultos em Portugal

Relativamente ao contexto europeu, a educação de adultos surge em Portugal tardiamente. No séc. XIX ela resumia-se a ações de socialização moral ou cívica de movimentos operários.

No virar do século, os republicanos “depressa fizeram da educação popular uma das suas bandeiras ideológicas” (Silva, 1990, p. 17), caminho que foi interrompido no Estado Novo. O analfabetismo, considerado um problema para os republicanos, passou a ser considerado como um garante da manutenção da apatia cívica da população e da manutenção social, que fez com que, em meados da década de 1970, cerca de um quarto da população portuguesa fosse analfabeta, numa situação que Alberto Melo denomina de “obscurantismo programado” (2004, cit. por Lima, 2005, p.31).

⁸ Segundo Díaz, Estado-Providência é “aquele no qual predomina a ação estatal, de tal maneira que, sem romper com as estruturas capitalistas, procura a optimização das condições de vida para todos os cidadãos. Neste modelo, o Estado tende a produzir e distribuir bens e serviços nos sectores não rendíveis ou de pouco interesse para o capital privado: educação, saúde, cultura, habitação, etc. Converte-se, assim, no primeiro empresário do país, e tudo isto com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.” (2006, p.96)

É este o contexto que faz com que vários autores falem da inexistência de um campo de educação de adultos no país até ao 25 de abril de 1974 (Silva, 1990; Lima, Afonso & Estêvão, 1999). Só após este marco histórico é que se consolida no nosso país a rede pública de educação de adultos, apesar de ser numa lógica político educativa que Lima considera de intermitente (1994).

Segundo Rothes, “no período de euforia revolucionária que se instalou depois da queda da ditadura, emergiram perspectivas que sublinhavam a função crítica alternativa da educação de adultos” (2000, p.160).

Com o fim de um estado totalitário, o discurso político referente à educação começa a integrar os ideais de igualdade, liberdade e justiça social. A noção de educação permanente passa a ser contextualizada culturalmente e a valorizar as experiências dos indivíduos, pondo em causa os modelos escolares tradicionais.

Entre o 25 de abril de 1974 e 1976 há uma aproximação da educação de adultos à perspectiva da educação popular. “O horizonte é, então, a revolução social, a emergência de uma nova sociedade, maioritariamente vivenciada então como democrático-socialista” (Silva, 1990, p.19).

O modelo escolar passa para segundo plano e, numa clara influência da pedagogia de Paulo Freire, a educação de adultos alarga-se, então, da alfabetização à animação sociocultural. A Direção Geral de Educação Permanente (DGEP), estrutura pública responsável pela educação de adultos, desenvolve algum trabalho em regiões com fracos índices de organização escolar. Alberto Melo, então diretor-geral, e Ana Benavente, uma das suas colaboradoras, desenvolvem um trabalho que na opinião de Augusto Santos Silva representava:

“O alargamento drástico do campo da educação de adultos; o primado dos métodos de animação, na perspectiva da «educação popular», sobre os da «dinamização esclarecida» de fora para dentro dos grupos populacionais; a abertura da administração pública, explorando os efeitos multiplicadores da comunicação entre estruturas e recursos estatais e iniciativas sociais, de base, não da liderança autoritária das primeiras, mas sim na capacidade, que lhes é própria, de sedimentar institucionalmente apoios e formalizar juridicamente iniciativas; passos para a reorganização do sistema educativo à luz dos desafios postos pela educação popular e das suas exigências específicas” (1990, p.22).

Segue-se um desinvestimento político na educação de adultos com o primeiro Governo Constitucional, em 1976.

Em 1979, foi criado o Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos (PNAEBA), que tem início em 1980, com a DGEP a ser substituída pela

Direção Geral de Educação de Adultos (DGEA). Este plano, que preconizava a articulação entre programas específicos de alfabetização, a promoção do ensino preparatório e outras intervenções de âmbito socioeducativo, vem retomar alguns dos princípios e práticas utilizadas no período de 1974 a 1976, como a valorização da cultura local, numa lógica freiriana.

Apesar das expectativas criadas em torno do PNAEBA, os seus resultados ficaram aquém dessas expectativas. Segundo Rothes, este plano insere-se de modo inequívoco numa conceção que privilegia a relação entre educação de adultos e os processos de desenvolvimento e democratização, no entanto “a forma limitada como foi executado denota já as dificuldades de fazer vingar as teses nele prevalecentes” (2000, p.161), o que leva a que este autor considere essa reforma educativa como “mais uma oportunidade política perdida” (*idem*).

Sobre este assunto, Lima refere que “as condições estruturais que o próprio PNAEBA prevê para a sua implementação só muito raramente foram criadas, pelo que mais uma vez os constrangimentos de carácter político-administrativo e organizacional se têm feito sentir, impedindo a realização de muitas orientações e metas ali traçadas” (Lima, 1994, p.64).

Este plano foi abandonado em 1985, deixando por realizar os principais objetivos de descentralização, entre eles o projeto da criação de uma estrutura de educação de adultos com autonomia administrativa e financeira, o Instituto Nacional de Educação de Adultos, considerada como “mais uma das metas apontadas pelo PNAEBA que ficaram por cumprir” (Lima, 1999, p. 23). Segundo Alcoforado, esse abandono “acabou por ter resultados absolutamente traumáticos nos agentes da educação de adultos e nas suas fundadas esperanças” (Alcoforado, 2008, p. 219). No entanto, não se pode deixar de reconhecer o impulso que deu à educação de adultos.

Um ano depois, a Lei de Bases do Sistema Educativo (Assembleia da República, 1986) veio dividir o subsistema da educação de adultos em ensino recorrente e educação extraescolar: o primeiro destinado aos indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência do ensino básico ou secundário e/ou aos que não tiveram a oportunidade de fazê-lo; o segundo, numa lógica mais abrangente de promoção da solidariedade social e da participação na vida da comunidade, mas que em muito se sobrepõe ao primeiro, por privilegiar a alfabetização e a educação de base, numa sobrevalorização do paradigma escolar. Assim:

“O mandato para o subsistema de educação de adultos centrado na ligação entre educação e democracia foi sendo gradualmente ultrapassado por um outro que, privilegiando a escolarização compensatória e a relevância desta para o mercado de emprego, repunha, afinal, o tradicional predomínio do paradigma escolar nas orientações políticas e nas práticas desenvolvidas neste subsistema educativo” (Rothes, 2000, p.161).

A Educação de adultos continua a ocupar um lugar que alguns autores classificam como “marginal” (Lima, 1994; Rothes, 2000).

Em 1988, surge a Direção-Geral de Apoio e Extensão Educativa (DGAE), seguida da Direção-Geral de Extensão Educativa (DGEE) até 1993, data em que esses serviços passam a depender do Departamento de Educação Básica, em particular do Núcleo de Ensino Recorrente e Educação Extraescolar. A nível regional, os serviços são integrados nas Direções Regionais de Educação. Estas mudanças sucessivas nas designações, que são demonstrativas da falta de orientação política em relação à educação de adultos por parte do Ministério da Educação, continuaram até aos dias de hoje, como ficará claro mais adiante.

Na década de 1990 a educação de adultos gira em torno de duas preocupações: o ensino recorrente e a formação profissional. A adesão do país à Comunidade Económica Europeia e o início dos Quadros Comunitários de Apoio trouxeram uma fase de grande expansão da formação profissional.

Em 1995, com a mudança do partido político no executivo, dá-se mais uma viragem nas políticas de educação de adultos e criticam-se as “opções escolarizantes e as apostas redutoras ligadas à formação profissional” (Alcoforado, 2008, p.233).

Inicialmente proposta por um grupo de trabalho coordenado por Alberto Melo e depois como resultado de um estudo elaborado pela Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho, em 1999, é criada a Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos (ANEFA), sob a tutela dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade.⁹

“A ANEFA surge para actuar em terrenos ainda não pisados, nomeadamente o reconhecimento, validação e certificação de competências e para diversificar, integrar e flexibilizar a oferta em Educação de Adultos, bem como promover interesses e estimular a procura” (Mendes, 2007, p.94).

A construção de um sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências e conhecimentos, adquiridos pelos adultos, maiores de 18 anos, em situação de vida e de trabalho; a conceção da oferta no domínio dos cursos da Educação

⁹ A ANEFA é criada pelo Decreto-Lei 387/99, de 28 de setembro.

e Formação de Adultos (cursos EFA) de características inovadoras, onde se destaca a dupla certificação e um reconhecimento prévio dos saberes e das competências adquiridas ao longo da vida; a construção de um “Referencial de Competências-Chave” para adultos; e as Ações S@ber+, ações de curta duração com 3 módulos de 50h cada (iniciação, aprofundamento e consolidação) foram as principais inovações introduzidas por esta agência.

É também nesta altura que surgem os primeiros Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), precursores dos CNO, que faziam, nesta altura, apenas a certificação do nível básico de escolaridade.

O percurso da educação de adultos em Portugal até à viragem do milénio faz-se mediante a aproximação/afastamento das políticas educativas em relação a duas lógicas: por um lado a da educação permanente, no seu sentido democrático, emancipatório e de desenvolvimento, por outro lado, a da educação escolarizada de segunda oportunidade e produção de «capital» humano que alimente a economia

A ANEFA é extinta 3 anos depois da sua criação, mas “deverá reconhecer-se que dificilmente uma estrutura pública portuguesa revelou tanto dinamismo em tão pouco tempo, particularmente na capacidade de implementar o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências e de criar um clima de esperança e envolvimento” (Alcoforado, 2008, pp.237-238).

Faltou-lhe, no entanto, um verdadeiro papel na definição das políticas públicas de educação de adultos. Licínio Lima, numa análise que faz dessas políticas desde 1986, refere que:

“A sua [da ANEFA] capacidade de acção global e verdadeiramente integrada ficou assim muito limitada, tanto mais que nunca chegou a ter peso político suficiente, nem recursos humanos próprios e suficientemente disseminados ao nível local, correndo os riscos de ser representada como mais uma estrutura, competindo com as anteriores e actualmente existentes” (Lima, 2004, p.36).

As intermitências das políticas de educação de adultos, verificadas desde o 25 de abril, continuam na viragem do milénio, o atraso persiste. “A sociedade portuguesa entra no século XXI, com taxas de alfabetização semelhantes àquelas com que as regiões do Norte e do Centro da Europa entram no século XX” (Alcoforado, p.208).

Para continuar as funções da extinta ANEFA, surge em 2002 a Direção-Geral de Formação Vocacional¹⁰ (DGFV), cuja própria designação indicia já uma lógica de formação vocacional, muito mais orientada para as qualificações e para o mercado de trabalho. A DGFV, através do financiamento do Terceiro Quadro Comunitário, deu continuidade aos projetos da ANEFA, nomeadamente o sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e cursos EFA. Em 2006, a rede de CRVCC alarga-se para 165 e é criada a Agência Nacional para a Qualificação¹¹ (ANQ), em substituição da DGFV, com a missão de “coordenar a execução das políticas de educação e de formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências”, conforme estipulado no Decreto-Lei da sua criação.

Esta nova agência surge no âmbito na INO, e as suas ações são operacionalizadas mediante o recurso ao financiamento do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), dividindo-se em dois grandes eixos: «uma oportunidade nova para os jovens» e «uma nova oportunidade para os adultos» (MTSS & ME, 2006).

Os anteriores CRVCC passam a designar-se CNO, e a rede continua a alargar-se, atingindo, em 2008, 463 centros. O reconhecimento de competências é alargado também ao nível secundário, que passa a ser considerado o patamar desejável para toda a população. As estatísticas que mostram o atraso do país são usadas para justificar a INO:

“Cerca de 3.500.000 dos actuais activos têm um nível de escolaridade inferior ao ensino secundário, destes 2.600.000 têm um nível de escolaridade inferior ao 9.º ano. Cerca de 485.000 jovens entre os 18 e os 24 anos (i.e., 45% do total) estão hoje a trabalhar sem terem concluído 12 anos de escolaridade, 266.000 dos quais não chegaram a concluir o 9.º ano” (*ibidem*, p.6).

Esta iniciativa ficou marcada por uma poderosa estratégia de *marketing* e pelas ambiciosas metas sistematicamente usadas pelo discurso político: qualificar um milhão de ativos até 2010. Talvez tenha sido essa a sua principal fragilidade, que fez com que em 2011, fruto de mais uma viragem política, se comesçasse a prever o seu fim.

Em 2012, a ANQ passa a designar-se Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP)¹². É neste contexto que se inicia a extinção da rede de

¹⁰ A DGFV é criada através da nova Lei Orgânica do Ministério da Educação, publicada pelo Decreto-Lei 208, de 17 de outubro de 2002.

¹¹ A ANQ é criada pelo Decreto-Lei 213, de 27 de outubro de 2006.

¹² A ANQEP é criada pelo Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro.

CNO e se anuncia para breve a publicação de regulamentação sobre a criação de novas estruturas: os Centros de Qualificação e Ensino Profissional (CQEP).

Ignorando uma série de estudos anteriores¹³ sobre as diversas modalidades da INO e contrariando aquilo que têm sido as orientações internacionais sobre a matéria, nomeadamente, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico¹⁴ (OCDE), o Ministério da Educação e Ciência (MEC) justifica esta decisão com um estudo encomendado pela ANQEP ao Instituto Superior Técnico, onde se conclui que os processos de RVCC frequentados nos CNO não têm impacto ao nível da empregabilidade e das remunerações dos adultos (F. Lima, 2012).

Ao que tudo indica, a lógica das qualificações e formação profissional mantém-se, podendo mesmo dizer-se que parece agravar-se.

Seria importante que os decisores percebessem definitivamente que, tal como defende Lima “a formação profissional, não obstante o seu relevante papel, não evidencia condições para afrontar o problema educativo dos adultos portugueses e nem sequer, por si só, os seus problemas de inserção e de permanência no mundo do trabalho” (2005, p.34). O mesmo autor reforça ainda, referindo que tais problemas “não são apenas, nem sobretudo, problemas de formação vocacional, de qualificação ou de reconversão profissionais” e que “não se conhecem dados que permitam concluir que uma estratégia de formação profissional, inicial ou contínua, seria condição suficiente, ou mesmo elemento estratégico, para ultrapassar o chamado «atraso» na «qualificação de recursos humanos»” (*idem*).

2.5. Educação de adultos e desenvolvimento comunitário

A educação de adultos assume grande importância quando relacionada com o desenvolvimento comunitário. Alberto Melo (2005) refere que é primordial potenciar “cidadãos cada vez mais informados, mais conscientes e, porventura, mais activos” (p. 107). O mesmo autor acrescenta que “sem educação e formação de adultos (...) não há um verdadeiro desenvolvimento local, haverá sim um certo número de decisões de tipo tecnocrático, de tipo burocrático, de tipo economicista” (p.110).

¹³ QUATERNAIRE/IESE (2007), *Avaliação de Impacte dos Activos Empregados Beneficiários de Acções Financiadas pelo FSE*, Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu; Carneiro, R. (coord.) (2010), *Iniciativa Novas Oportunidades: Resultados da Avaliação Externa (2009-2010)*, ANQ; Salgado, L. (coord.) (2010), *A Educação de Adultos: uma dupla oportunidade na família*, ANQ; Autoridade de Gestão do POPH/Gabinete Oliveira das Neves (2010/2011), *Avaliação de Operacionalização das Formações Modulares Certificadas (FMC)*.

¹⁴ No relatório *Going for Growth 2012*, o estudo anual sobre as reformas necessárias ao crescimento, a OCDE elogia a INO e recomenda a expansão do modelo.

Para melhor compreensão desta relação, importa clarificar o que se entende por comunidade e, em particular, por desenvolvimento comunitário. Sobre o conceito de comunidade Goulart refere que:

“É um conjunto de pessoas agrupadas num determinado espaço geográfico (local, regional, nacional, internacional), institucionalizado ou não, consciente ou não de pertença, em constante processo de interacção política, cujas relações sociais e plurais dimensionam o sentido da vida interna e externa dos seus membros e promovem modos de ver, sentir e pensar o mundo” (2006, p.21).

A comunidade é portanto muito mais do que um grupo de pessoas, implica uma territorialidade e, acima de tudo, interacção, interna e com o exterior. O que a define não é o número de pessoas que comporta mas as relações que estabelecem. As comunidades possuem potencialidades e capitais internos que interessam para o seu desenvolvimento.

O ser humano é, sobretudo, um ser social, de tal maneira que só poderá desenvolver-se mediante a comunidade. Toda a atividade educadora se realiza sobre a base da comunidade e é ela que permite ao homem decidir sobre os seus destinos.

“O homem poderá aprender não apenas isto ou aquilo, uma profissão, uma técnica, uma ciência teórica ou prática, um determinado tipo de comportamento, mas poderá aprender também e sobretudo a ser homem e cidadão consciente, capaz de participar na vida e na gestão dos destinos da sua comunidade. Não poderá apenas aprender a ter qualquer coisa mais, mas poderá «aprender a ser»¹⁵” (Dias, 1978, p.142).

O desenvolvimento comunitário pode ser entendido como “o conjunto de princípios e dos métodos utilizados tendo em vista encorajar uma comunidade a interessar-se e a assumir responsabilidades na melhoria das suas próprias condições de vida sociais e materiais” (Titmus, 1979, cit. por Canário, 2008, p.15).

Canário (2008) considera que este conceito está relacionado com a educação de adultos por dois motivos: primeiro porque sobrepõe o processo de desenvolvimento ao processo educativo, contribuindo para questionar o domínio da sua forma escolar, e segundo porque os processos de desenvolvimento local participativo se instituem como momentos de síntese dos diferentes campos da educação de adultos (animação, alfabetização, formação profissional), contribuindo para tornar mais visível a globalidade dinâmica desses campos. Sobre este assunto, Silva e Rothes acrescentam ainda que os projetos de desenvolvimento local são educativos, não só porque incluem intervenções educativas, mas porque “a participação estruturada nos problemas e nas práticas de desenvolvimento social é, em si mesma, uma aprendizagem” (1998, p.70).

¹⁵ O autor refere-se à obra *Learning to be*, de E. Faure (1972).

Uma educação de adultos perspectivada no sentido do desenvolvimento comunitário procurará, simultaneamente, realização pessoal e participação plena na vida da comunidade. As características de processo endógeno são utilizadas para procurar que sejam os próprios membros da comunidade a tomar consciência das suas necessidades e aspirações. As comunidades locais assumem-se, assim, como espaços educativos de excelência.

“Se as iniciativas são caracteristicamente locais – e limitadas no seu localismo –, tal se deve em grande parte a que é a pequena escala o quadro mais favorável à exequibilidade de estratégias centradas sobre os recursos endógenos – materiais, financeiros e humanos, patrimónios, acções e projectos, grupos e pessoas – a sobre a apropriação e utilização participativa deles” (Silva, 1990, p.121-122).

Segundo Silva, a educação para o desenvolvimento é uma estratégia que se encontra vinculada às finalidades de uma ética de libertação pessoal (aprender a ser), democratização política e social, e desenvolvimento global, participado e sustentado (*idem*). Rosa Lima vê este desenvolvimento como um direito, que tem que estar em interdependência com o desenvolvimento geral, mas que não é primariamente de base económica, isto é, não tem a ver com rendimento, do local das famílias os dos indivíduos, mas antes com os “processos de capacitação, de autonomização dos actores sociais” (2003, p.304).

Roths refere que na articulação entre desenvolvimento local e educação de adultos se destacam as virtudes educativas de uma participação alargada nos processos e práticas de desenvolvimento social. Por um lado, projetos de desenvolvimento comunitário ganham quando integram dimensões educativas, por outro, a educação de adultos ganha quando se reconhece as intervenções socioeducativas nas comunidades como contextos excelentes para a realização de diferentes modalidades do trabalho educativo com adultos (1998).

Educação de adultos e desenvolvimento comunitário são, portanto, conceitos com uma relação estreita. Por um lado, as comunidades como espaços de sujeitos em interação são contextos educativos de excelência. Por outro lado, a educação de adultos surge como impulsionadora da vida comunitária, primeiro porque pode dar um importante contributo ao exercício dos direitos e deveres cívicos e à elevação do nível geral de conhecimentos, preparando os indivíduos para exercer as suas responsabilidades públicas, mas principalmente, porque tem o poder de os tornar atores e autores das práticas de desenvolvimento da própria comunidade. A promoção

educativa será simultânea, dos adultos “nas” e “com” as comunidades, que vivenciam processos de transformação da realidade, sustentados na capacitação das pessoas para o exercício de uma cidadania ativa e transformadora da vida individual coletiva.

Os problemas que as pessoas sentem nas suas comunidades podem muitas vezes ter origem global. As incertezas que caracterizam a sociedade atual (como os problemas ambientais ou a crise económica e financeira) afetam todas as pessoas e é cada vez mais forte a relação dos eventos que se passam à escala planetária e a vida quotidiana dos indivíduos (Giddens, 2000). Mas, a sua forma de resolução será local, se envolve um trabalho de rede que implique os sujeitos na ação para a promoção do bem comum.¹⁶

3. Contributo de Paulo Freire para a educação

Todos os grandes temas enquadradores deste trabalho, desde a educação social, à educação de adultos e ao desenvolvimento comunitário se cruzam invariável e inevitavelmente com o pensamento de Paulo Freire. Quase todas as fontes consultadas sobre estes assuntos o citam. Fica por isso justificado o fato de lhe ser dedicado este capítulo, numa análise muito resumida das linhas gerais do seu pensamento e do seu contributo para a educação, tal como ela é entendida no âmbito deste trabalho e deste projeto de intervenção socioeducativa, como libertadora e transformadora.

Paulo Freire rejeita a massificação da educação, propondo antes uma educação libertadora, num clima de democratização e humanização, em que o homem possa participar no seu processo histórico. Na obra “*Educação como prática da liberdade*” fala-nos numa educação que permita ao povo refletir, ter uma posição crítica, dialogar, conhecer as suas próprias potencialidades, tomar opções livres e libertar-se do domínio das elites. Parte de uma análise que faz da sociedade brasileira, que considera em transição, apesar de revelar um passado histórico de inexperiência democrática, para constatar que as elites tendem a negar os direitos políticos dos estratos mais baixos da sociedade e, há medida que as classes populares emergem, tendem a desenvolver respostas agressivas (Freire, 2003a). As elites sentem-se então ameaçadas e “tendem a fazer silenciar as massas populares, domesticando-as com a força ou soluções paternalistas” (*ibidem*, p.94).

¹⁶ Isto remete-nos para o conceito do ‘glocal’ (pensar global agir local), em que certas entidades macro investem em potencialidades locais num trabalho de rede, de partilha e potenciação de recursos.

A educação massificadora é uma destas formas de dominação, à qual a proposta freiriana se opõe, proposta essa que não vai no sentido de uma simples inversão de posições, entre oprimidos e opressores. Na “*Pedagogia do oprimido*”, Freire refere que o homem não pode ser nem uma coisa nem outra. Não se pretende que os oprimidos, quando conquistem a liberdade, se transformem em opressores. A sua “grande tarefa humanista e histórica é libertar-se a si e aos opressores” (2006, p.33).

Outro contributo importante de Paulo Freire para a educação é o conceito de conscientização, que assenta na relação dinâmica e dialética entre conhecimento do mundo e transformação do mundo. Na obra “*Conscientização*” são apontadas algumas “ideias-força” (Freire, 1980) que nos ajudam a compreender melhor este conceito e suas implicações para a educação:

1. Toda a ação educativa deve ser precedida de uma reflexão sobre o homem e o seu contexto de vida, considerando a sua vocação ontológica para ser sujeito e não objeto. A educação que considera o homem como objeto é considerada uma educação pré-fabricada, inoperante.
2. A educação não deve procurar adaptar o homem ou ajustá-lo à sociedade, mas sim ajudá-lo a ganhar uma consciência crítica que o liberte.
3. O homem só chega a sujeito quando reflete criticamente sobre a realidade e sobre as suas condições espaço-temporais, no sentido de se tornar pronto a intervir nessa realidade para mudá-la.
4. Ao refletir criticamente sobre os seus contextos de vida e ao responder aos desafios que se lhe colocam, o homem cria cultura, que será, neste sentido, o resultado de toda a sua atividade transformadora.
5. Ao criar cultura, o homem é fazedor de história.
6. A educação autêntica é aquela que liberta (em vez de adaptar). O seu objetivo primeiro deverá ser o processo de conscientização que permite que o homem “faça a sua história em vez de ser arrastado por ela” (*ibidem*, p.40).

Estas “ideias-força” do pensamento de Freire reforçam a ideia de que a educação não pode ser neutra. De facto, educar é sempre um ato político, e é importante que todo o educador, nomeadamente o educador de adultos, tenha consciência disso. A educação assume-se assim como uma poderosa arma de transformação, capaz de transformar o mundo. Uma educação que não seja alienante, mas problematizadora, que desafie os educandos, como seres no mundo, a serem investigadores críticos da realidade, e que

“superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador bancário, superam também a falsa consciência do mundo” (Freire, 2006, p.87).

Balduino Antonio Andreola (2001), autor que desenvolveu uma pesquisa em torno das investigações académicas sobre a obra de Freire, concluiu sobre o carácter interdisciplinar da mesma, destacando a abrangência das áreas temáticas das referidas pesquisas, que vão desde a educação popular, educação de adultos, educação rural, à educação física, geografia, entre outros, constatando que em todas elas o tema da educação é o eixo principal.

Andreola destaca ainda a palavra, a corporeidade, a exclusão e o conhecimento, como sendo os temas centrais da obra freiriana, também presentes nos referidos estudos e refere que em nenhum deles Freire é visto aos “pedaços”, de forma fragmentada, característica das concepções intradisciplinares do ensino e da educação, mas, pelo contrário, a educação é vista numa perspectiva político-social de totalidade, num projeto transformador e construtor de uma nova sociedade (*idem*).

Segundo o mesmo autor, mais do que um novo método pedagógico, Paulo Freire defende um novo método epistemológico, fundamentado na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade (*idem*).

Isto introduz dois novos conceitos que ajudam a perceber a forma de olhar o mundo da proposta freiriana, e as suas consequências nos processos de busca de conhecimento e na educação: a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Segundo estes conceitos, podemos ter que dividir a realidade em partes para facilitar a nossa busca de conhecimento sobre ela. Por isso, diremos que o real é interdisciplinar e multidisciplinar. Mas, só quando retotalizamos essas partes, ou seja, quando as diferentes disciplinas retotalizam aquilo que foi dividido, é que poderemos obter a compreensão plena da realidade. Por isso, a realidade é um todo transdisciplinar. Esta forma de olhar o mundo está também presente na sua forma de encarar a educação de adultos, nomeadamente as práticas de alfabetização.

Associadamente a essas práticas, utilizamos frequentemente o conceito de literacia, que distinguimos do conceito de alfabetização na medida em que reduzimos esta à aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática, reservando a literacia para a capacidade de utilizar essa aprendizagem como poder de agir. Nesta perspectiva conceptual atualmente generalizada, literacia é um conceito mais amplo do que alfabetização. Mas, na perspectiva de Freire, uma não existe sem a outra, ou seja, não se pode só ensinar a ler. “Ler é reescrever e não memorizar os conteúdos da leitura.

Devemos superar a ingénuo compreensão do ato de ler e de estudar como uma ato de «comer» (Freire, 2001a, p.102). Isto diz respeito à mera transferência de conhecimento que Freire rejeita, já que para este autor alfabetizar é sempre dar o poder de conhecer e transformar, implica portanto conscientizar e abre portas para o exercício da cidadania:

“ (...) a alfabetização, em sendo o processo de aprendizagem de leitura da palavra, parte da leitura do mundo e volta à leitura do mundo. Voltar à leitura do mundo, portanto reler o mundo depois de ter lido a palavra, pode significar uma aproximação mais rigorosa da compreensão de cidadania” (Freire, 2001b, p.134).

A educação tem um papel fundamental na redescoberta da leitura do mundo. Uma das grandes contribuições de Paulo Freire foi não dissociar a leitura da palavra de seu contexto e para isso inventou as palavras geradoras, os temas geradores, as codificações da realidade em imagens, as fichas de descoberta, entre outros instrumentos que permitissem o trânsito entre as duas leituras.

Contribuir para a elaboração de uma consciência crítica do mundo em que vive, significa exercer uma educação que se baseia no debate dos temas, não no mero discurso sobre eles, proporcionando assim um pensar autêntico do educando, e não um simples reler das fórmulas que lhe são transmitidas. Deste modo, educar é trabalhar com as pessoas e não sobre elas. Proceder no sentido contrário é correr o risco de alienar o indivíduo, na medida em que ele não pode ser objeto, mas sim sujeito ativo no mundo.

O homem é tornado objeto naquilo a que Freire chama de educação bancária, em que educadores fazem depósitos de saber nos educandos, numa relação vertical: “educar-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça” (2003b, p.38).

A influência deste pensamento na conceção atual da educação e, em particular na educação de adultos é óbvia, pela demarcação em relação a uma educação vista como mera transmissão. Ao considerar o homem como sujeito e como ser histórico, está a pressupor a sua participação na construção da história. Essa participação é encarada como um direito e a educação como uma das garantias desse direito. Uma educação assim terá que considerar a realidade como um produto permanentemente inacabado, em constante transformação, em que educadores e educandos não se limitam a reproduzir, mas sim a produzir mudança. Para tal, será necessário recusar o discurso da

impossibilidade, acreditando nessa mudança. “Mudar é difícil, mas é possível”¹⁷, frase recorrente de Freire, é considerada uma das convicções necessárias à prática educativa.

É partindo destes princípios e pressupostos que podemos falar em intervenção socioeducativa. O papel da educação social, em particular no campo da educação de adultos, é intervir para que os outros se sintam capazes de compreender a complexidade da realidade, levando-os a tomar consciência das suas próprias potencialidades e capacidades de autonomia. Na medida em que os sujeitos utilizem essas descobertas para agir, a transformação acontece. A educação é transformadora porque assume uma dimensão projetiva e inspira o interesse pela busca constante. Através dela, a utopia está em permanente construção.

4. Educação social e educação de adultos: campos de interseção

A educação social e a educação de adultos, apesar de conceitos distintos, com origens históricas e conceptuais diferentes, apresentam muitos pontos de contacto. Ambos partilham de uma espinha dorsal comum: a ação educativa. Ambos se cruzam com a proposta humanista de Paulo Freire.

A ação educativa não pode ser um processo inconsciente de mostrar a cada um qual é o seu lugar na sociedade e a conformar-se com ele. Também não se pode reduzir à mera transmissão de conhecimentos, que Freire denominou de “educação bancária” em que não existe implicação dos sujeitos nos seus processos de aprendizagem.

Os perigos de uma educação reprodutora das desigualdades também existem na educação de adultos e serão tanto maiores quanto mais essa educação ignorar os contextos de vida dos mesmos, a sua experiência, aquilo que faz deles adultos.

A educação de adultos, como ficou claro anteriormente, ocorre ao longo da vida e na vida, sendo a sua matriz antropológica “incomportável com ações sócio-educativas que tornem as pessoas, cada pessoa, como objectos de intervenção de catálogo, «públicos-alvo» de «intervenções» sociais, inscritas em «doutrinas» ou «estratégias» de política social, central ou localmente formatadas” (Azevedo, 2007, p.13).

A diversidade dos contextos de vida em que podem ter lugar é outro campo de interseção dos dois conceitos. Por um lado, a evolução que se tem verificado no conceito de educação de adultos no contexto europeu, nomeadamente pela atenção que

¹⁷ Na obra *Pedagogia da Autonomia*, este é um dos saberes que Freire considera indispensáveis a qualquer educador: “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível” (2004, p.76-84).

lhe tem sido conferida pela UNESCO, no sentido do seu alargamento a todas as etapas e a todos os contextos de vida, veio retirar-lhe o carácter exclusivamente escolar e aproximá-la de outros conceitos ligados a intervenções socioeducativas, como a educação social e o desenvolvimento comunitário. Por outro lado, a educação social também não deve ser reduzida ao contexto não-escolar. Apesar de tender a privilegiar as modalidades de educação não-formal e informal, ela situa-se numa perspetiva mais complexa e abrangente que acolhe diferentes dimensões da educação orientada para o desenvolvimento e solidariedade social.

Para Isabel Baptista, “chamar de não-escolar à aprendizagem social faz tanto sentido como denominar a aprendizagem escolar de não-social” (2008, p.14). Segundo a autora, tanto a educação social como a educação e formação de adultos são áreas e domínios estratégicos de ação da pedagogia social (*ibidem*, p.23-24). Também Díaz considera que a educação social se deve efetuar em todos os contextos em que o indivíduo se desenvolve, dentro e fora da escola, e defini-la exclusivamente por ocupar o espaço não escolar implica uma visão redutora (2006). Assim os dois conceitos, educação social e educação de adultos, aproximam-se e intersejam-se.

Outro ponto de interseção é a relação dos conceitos com o desenvolvimento. A relação da educação de adultos com o desenvolvimento, nomeadamente, o desenvolvimento comunitário, ficou já clara um capítulo anterior. A este respeito Isabel Baptista refere que “seja qual for o seu contexto de realização, a educação define-se como uma prática antropológica de carácter intencional, correspondendo sempre a uma intenção deliberada no processo de desenvolvimento humano” (2007, p.47). A educação social não foge à regra e ao potenciar uma capacidade crítica de olhar o mundo e uma capacidade de o transformar e melhorar, promove o desenvolvimento dos sujeitos, a nível individual e grupal, que reverte para o desenvolvimento do meio em que estão inseridos. Os sujeitos aprendem a ser uns com os outros em comunidade.

É nesta perspetiva que se enquadra este trabalho, numa educação social que se quer muito mais do que uma socialização correta e numa educação de adultos que se quer muito mais do que uma estratégia de ajustamento funcional dos indivíduos às especificidades do mercado de trabalho, num projeto socioeducativo, capaz de promover nos sujeitos a capacidade de reflexão sobre o seu passado, apropriação crítica do seu presente, a fim de tomarem decisões sobre o seu futuro, e que responda aos seus interesses e desejos, numa lógica de solidariedade, justiça e desenvolvimento.

Parte II - O projeto “Autores da nossa própria história”

1. O contexto da intervenção

Para o desenho e desenvolvimento de um projeto de educação social é fundamental procurar um conhecimento aprofundado da realidade onde este se desenvolverá. Para a elaboração desta caracterização do contexto da intervenção foram utilizadas técnicas de análise documental, através da consulta de dados estatísticos da região (censos 2001 e resultados preliminares dos censos 2011) e de diversa documentação interna da escola e do próprio centro (projeto educativo, regulamentos internos, relatórios anuais, relatório de autoavaliação) e indicadores do SIGO¹⁸ (Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa). Utilizou-se também a observação participante e os contactos informais para auscultação da coordenação, da equipa de trabalho e dos adultos.

Neste capítulo, será apresentada uma caracterização do CNO, do meio geográfico envolvente, do seu contexto institucional, do seu modo de funcionamento e do perfil dos adultos que por ele passaram. A partir dessa primeira análise da realidade, explicar-se-á também com foram encontradas as necessidades e potencialidades, numa primeira fase, e como o encerramento do centro lhes veio acrescentar outras, que obrigaram à reformulação do projeto.

1.1. O contexto geográfico

A Escola Secundária c/ 3º ciclo do E.B. Joaquim de Araújo, entidade promotora do CNO, situa-se na freguesia de Guilhufe do Concelho de Penafiel. A cerca de 30 Km do Porto, este concelho faz parte da Região do Vale do Sousa, juntamente com Paços de Ferreira, Paredes, Felgueiras, Lousada e Castelo de Paiva, e insere-se na NUT (Nomenclatura de Unidade Territorial) III do Tâmega¹⁹, uma zona de transição entre a área metropolitana do Porto e o interior da região Norte. É formado por 38 freguesias, tem uma área de 212Km² e uma população de 72 265 habitantes (de acordo com os

¹⁸ O SIGO é uma plataforma informática que gere os percursos de qualificação dos adultos e as redes nacionais de ofertas de educação-formação. É a base para a informação estatística relativa à Iniciativa Novas Oportunidades.

¹⁹ Para além destes 6 concelhos do Vale do Sousa, a NUT III Tâmega abrange ainda os concelhos do Alto e Baixo Tâmega (Celorico de Basto, Ribeira de Pena, Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto, Cinfães, Resende, Baião, Marco de Canaveses e Amarante).

resultados preliminares dos censos 2011). Com um setor primário em regressão, devido ao constante abandono das terras e ao reduzido número de empresas a ele ligadas, apesar do setor da agricultura continuar a ser uma fonte de rendimento importante para um grande número de famílias, e um setor terciário fundamentalmente circunscrito à cidade Penafiel, à qual cabe o papel de centro polarizador de serviços, é no setor secundário que este concelho se destaca.

O Vale do Sousa viveu, nas últimas décadas, uma autêntica revolução industrial, o que se evidenciou no concelho de Penafiel, merecendo especial destaque a indústria têxtil, com maior expressividade nas freguesias de Guilhufe e Santa Marta e a extração e transformação de granito, sobretudo nas freguesias de Rio de Moinhos, Peroselo, Boelhe e Cabeça Santa. O setor secundário é predominante no concelho, existindo inclusive na cidade duas zonas industriais e um mercado grossista, que permite aumentar a dinâmica deste setor.

Relativamente aos níveis de escolaridade, podemos observar no Quadro 2 do Anexo 3 que o cenário não parece favorecer o concelho. Os censos 2001 evidenciam os baixos graus de escolaridade, destacando-se as elevadas percentagens de residentes que na altura se encontravam posicionadas abaixo do patamar do 3º ciclo do ensino básico.

A este respeito, referindo-se à NUT III Tâmega, a Comissão de Coordenação da Região Norte destaca que a zona de transição entre o litoral e o interior é a que apresenta os resultados mais negativos. "Neste espaço, que corresponde globalmente à NUTS III Tâmega, são de salientar os elevados valores de taxas de insucesso e de abandono escolar, que conduzem à entrada no mundo do trabalho de elevados fluxos de jovens sem qualquer qualificação de base" (CCRN, 1998, p.102).

Trata-se de um cenário em que há pouca valorização social da escola e uma entrada precoce no mercado de trabalho, onde se regista um alto abandono. Daí os baixos níveis de qualificação da sua população ativa, tanto ao nível dos empresários, como da mão de obra.

Analisando o Quadro 3 do Anexo 3, podemos verificar que, relativamente aos níveis de abandono escolar, Penafiel apresentava uma taxa de 5,7%, em 2001, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, muito superior à taxa de 2,6% que o país apresentava na mesma altura. Segundo a mesma fonte, na região do Tâmega, cerca de 50% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos não tinham

completado o 3º ciclo do ensino básico e nem se encontravam a frequentar a escola. No concelho de Penafiel, essa percentagem era de 48,4% em 2001

Outra característica da região é o facto do desemprego se encontrar em crescimento em todos os concelhos do Vale do Sousa, sendo particularmente acentuado nos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira e Paredes com taxas de crescimento superiores a 50%. Em Penafiel, os censos 2001 apontavam para um total de 1549 desempregados, número que atualmente está nos 4374, segundo dados do IEFP relativos ao mês de outubro de 2011.

O Quadro 4 do Anexo 3 mostra a evolução do total de desempregados registados pelo IEFP dos últimos 5 anos. Note-se que o total de desempregados em Penafiel, quase duplicou nesse intervalo de tempo.²⁰

Em resumo, os dados aqui apresentados revelam a predominância das atividades ligadas ao setor secundário (têxtil e extração da pedra), as elevadas taxas de abandono escolar, as baixas qualificações da população ativa e as cada vez mais elevadas taxas de desemprego. Estas são as condicionantes do contexto geográfico do CNO.

O atraso que o país apresenta relativamente à qualificação escolar e profissional, que foi utilizado como principal argumento justificativo do lançamento da Iniciativa Novas Oportunidades (INO), está particularmente evidenciado nesta região.

Um estudo da Quaternaire refere que:

“Por outro lado, a aposta na qualificação por parte da população em idade activa, nomeadamente no quadro do Programa Novas Oportunidades, é uma realidade marcante na generalidade dos concelhos. Porém, é notório que existem debilidades ao nível das respostas para a população activa que tradicionalmente está mais afastada dos processos de incremento da qualificação escolar e profissional, nomeadamente os desempregados.” (Quaternaire Portugal, 2008, p.37).

Tudo indica que os números do desemprego dos resultados dos censos 2011²¹, ainda a aguardar publicação, se revelarão mais elevados que os dados aqui apresentados.

É também neste contexto de agravamento dos números do desemprego, no país e, em particular, nesta região, que surge a questão da obrigatoriedade dos cidadãos desempregados, inscritos nos centros de emprego do IEFP, que sejam detentores de

²⁰ Estes números são ainda superiores quando consideramos as estatísticas do INE, atendendo às diferenças entre os critérios utilizados pelo INE e pelo IEFP.

²¹ Foram aqui utilizados alguns dados estatísticos dos censos 2001, uma vez que à data da elaboração deste trabalho, ainda não se encontram disponíveis os resultados dos censos 2011 (com publicação prevista para o último trimestre de 2012). Foram, no entanto, sempre que possível utilizados alguns dados constantes nos resultados preliminares, já disponíveis.

habilitações inferiores ao 12º ano se inscreverem num CNO. Esta obrigatoriedade surge nos termos de um despacho nº 17658/2010, despacho conjunto do Ministério do Trabalho e da Segurança Social e Ministério da Economia (MTSS & ME, 2010), e imediatamente se fez sentir nos inscritos no CNO, que passou desde essa data a receber adultos desempregados, encaminhados pelo Centro de Emprego de Penafiel.

1.2. O contexto institucional: a Escola Secundária Joaquim de Araújo

A Escola Secundária c/ 3º Ciclo E. B. Joaquim de Araújo (ESJA), nome que herdou de um poeta Penafidelense²², iniciou a sua atividade no ano letivo de 1997/1998 e localiza-se na freguesia de Guilhufe, a sudoeste da cidade de Penafiel. O seu organograma, desde a última reformulação, passou a contemplar o CNO (Anexo 4).

Localizada contiguamente à Zona Industrial n.º 1 da cidade, dá resposta a uma população maioritariamente de freguesias com uma componente rural acentuada, pequena indústria e pequeno comércio (indústria extrativa, indústria de confeção/têxtil de pequena e média dimensões, construção civil, comércio e serviços de apoio à família e às empresas).

O Projecto Educativo destaca a heterogeneidade dessa população, caracterizando-a genericamente pela “pouca capacidade económica, por possuir hábitos culturais muito limitados pela tradição rural e pela pouca disponibilidade e capacidade de acompanhamento da vida escolar dos filhos. O nível de escolarização desta população é muito baixo e as profissões caracterizam-se pelo elevado número mulheres que executam as tarefas domésticas e de homens que exercem profissões de baixas qualificações” (ESJA, 2010a, p.15). Mas, também reconhece a existência de algumas oportunidades a serem aproveitadas como a existência de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação, o aumento do número de encarregados de educação que se preocupam em acompanhar o desempenho escolar dos seus educandos e de participar nos órgãos e decisões a que são chamados a participar, o aumento da participação da comunidade em eventos desenvolvidos pela escola, o aumento do número de instituições que, de ano para ano, se interessam pela atividade da escola e que com ela

²² Joaquim de Araújo foi um poeta da Geração de 70, escritor e diplomata que nasceu em Penafiel a 22 de julho de 1858 e faleceu a 11 de maio de 1917, em Sintra. Diplomou-se em letras em Lisboa, foi presidente do grémio literário e recreativo e Cônsul de Portugal em Génova, Itália (1895-1913), onde permanece ainda hoje todo o seu espólio literário.

estabelecem parcerias e protocolos de colaboração. É também reconhecida como uma oportunidade “o aumento da procura de ofertas formativas, inseridas no programa novas oportunidades, pelos adultos de modo a melhorar as suas qualificações, como veículo para melhorar as suas condições de vida” (*ibidem*, p.16).

A Escola Secundária Joaquim de Araújo teve, no ano letivo 2011/2012, 861 alunos, distribuídos por 40 turmas, 298 dos quais frequentaram o ensino básico e 563 o ensino secundário, como podemos ver no Quadro 5 do Anexo 3. A turma CEF²³ é de Instalação e Operação de Sistemas Informáticos e os Cursos Profissionais de Técnico de Apoio Psicossocial, Técnico de Gestão, Técnico de Gestão do Ambiente e Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos. No âmbito da educação e formação de adultos, a escola teve, durante o mesmo ano letivo, a decorrer à noite, dois cursos EFA, um de nível básico e um de nível secundário.

A escola recebe alunos da maioria das 38 freguesias do concelho e, excepcionalmente, de outros concelhos limítrofes. Estes alunos apresentam frequentemente dificuldades de adaptação à escola e ao ambiente escolar, em especial os do 3º ciclo do ensino básico (ESJA, 2010a).

Essas dificuldades traduzem-se muitas vezes em problemas de indisciplina, que além de referidos no projeto educativo como um dos principais constrangimentos, são cada vez mais o tema de conversa na sala dos professores, onde se ouve, com frequência, referirem-se à dificuldade que têm em dar as suas aulas, atendendo ao mau comportamento dos alunos. Referem também que a causa desse comportamento reside no facto de alguns alunos não receberem a educação devida em casa, e que eles não conseguiam, como professores, colmatar essa falha que começa na família.

Quanto aos funcionários, a escola contava, no mesmo ano letivo, com 89 docentes e 38 não docentes, distribuídos pelas categorias constantes no Quadro 6 do Anexo 3.

Os 4 técnicos superiores constituíam a equipa técnica do CNO. A equipa pedagógica dos cursos EFA era constituída por docentes da escola. A maior parte dos docentes possui vínculo definitivo à escola, representando o grupo de professores contratados um número bastante mais reduzido. O Projecto Educativo refere que esta

²³ Cursos de Educação e Formação destinados, preferencialmente, a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade de 12 anos, bem como àqueles que, após conclusão dos 12 anos de escolaridade, não possuindo uma qualificação profissional, pretendam adquiri-la para ingresso no mundo do trabalho. Podem conferir uma certificação escolar equivalente aos 6º, 9º ou 12º anos de escolaridade ou ainda um certificado de competências escolares e uma qualificação profissional de nível 1, 2 ou 3.

“estabilidade do corpo docente reflecte-se na possibilidade de desenvolver e concluir projectos curriculares e percursos pedagógicos articulados” (ESJA, 2010a, p.17).

Note-se, no entanto, que essa estabilidade não se verificou na constituição das equipas pedagógicas ligadas à educação e formação de adultos, nem nos cursos EFA, nem no CNO, que no início de cada ano letivo viram a sua equipa quase alterada na totalidade, atendendo aos condicionalismos da colocação e contratação de professores e da elaboração dos horários. Isto aconteceu porque as equipas foram sempre, maioritariamente, constituídas por professores contratados.

O espaço físico da escola é constituído por seis pavilhões independentes. No pavilhão 1, estão instalados os Serviços Administrativos, o gabinete do SASE, a Biblioteca, o CNO, a Reprografia, a Sala dos Professores e os gabinetes da Direção. Os pavilhões 2, 3 e 4 são constituídos por salas de aula. No 5º pavilhão estão as instalações da Cozinha e Cantina, Bufete, Sala Polivalente dos alunos e Papelaria. O 6º é o Pavilhão Gimnodesportivo. Existe também um campo de jogos exterior.

Apesar de não se tratar de uma construção muito antiga (a escola tem 15 anos), as condições de conforto térmico nas salas de aula não são das melhores. Atendendo às características climatéricas da região, a escola é muito quente no verão e muito fria no inverno, não dispondo de aquecimento nem ar condicionado.

O CNO, no horário pós-laboral, esteve sempre autorizado a utilizar qualquer uma das salas da escola, incluindo as de informática e a biblioteca. A maior dificuldade surgiu quando houve a necessidade de utilizar esses espaços durante o dia, enquanto estavam a decorrer as aulas, uma vez que a escola tem poucas salas para o número de alunos. Foi, no entanto, possível o CNO utilizar duas salas durante o dia, durante 3 dias por semana, mediante pedido de autorização à direção, o que se revelou fundamental para o trabalho com os adultos desempregados, cuja regulamentação legal obriga a que o processo seja desenvolvido em horário laboral.

1.3. O Centro Novas Oportunidades (CNO)

O CNO da Escola Secundária Joaquim de Araújo foi criado por despacho 6950/2008, de 10 de março, que justifica a criação deste e de mais 163 centros pelo “imperativo do alargamento da rede de Centros Novas Oportunidades em territórios que apresentam um défice de cobertura face às necessidades de qualificação detectadas”. (ME, 2008). Iniciou a sua atividade em abril de 2008. Foi extinto em junho de 2012.

1.3.1. Origem e integração na escola

A criação do CNO resultou de candidatura ao financiamento europeu no âmbito do QREN 2007/2013, através do POPH e, segundo informação do subdiretor da escola, elemento responsável pela coordenação de todos os projetos financiados (CEF, cursos profissionais, cursos EFA e CNO), essa candidatura foi feita não por iniciativa da escola, mas por decisão da DREN, que lançou esse desafio a duas escolas do concelho (Escola Joaquim de Araújo e Escola do Pinheiro) baseada em critérios de distribuição geográfica da oferta.

Com o início da sua atividade em 2008, passaram a existir quatro centros no concelho de Penafiel, dois sediados em escolas (o CNO da Escola Joaquim de Araújo e o CNO da Escola do Pinheiro), um numa associação empresarial (o CNO da Associação Empresarial de Penafiel) e um numa empresa municipal (o CNO da Penafiel Activa).

Apesar da iniciativa de ter um CNO não ter partido da escola, desde o início da sua implementação que houve um bom acolhimento deste projeto por parte da direção, que reconheceu a importância da escola diversificar a sua oferta formativa, abrindo-se à comunidade adulta, e foi disponibilizado, na medida das limitações dos seus recursos, os meios necessários ao desenvolvimento do mesmo.

O regulamento interno da escola, revisto e reformulado em 2010, refere no artigo 77º:

“A Escola, no âmbito do seu Projecto Educativo, promoverá e organizará novas ofertas formativas a nível do Ensino Secundário e do Ensino Básico, tanto para jovens como para adultos, enquadradas nas Novas Oportunidades. Estas ofertas enquadram os Cursos Profissionais de nível Secundário, os Cursos de Educação e Formação (CEF), o Centro Novas Oportunidades da Escola, os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) escolares de Básico (B3) e Secundário” (ESJA, 2010b, p.54).

O Projecto Educativo, outro documento importante da instituição e instrumento fundamental da sua autonomia faz várias referências à INO e ao CNO:

“Em relação à diversidade de oferta formativa a iniciativa “Novas Oportunidades”, ao apostar na qualificação da população portuguesa como forma de recuperar do insuficiente nível de qualificação, pode ter um papel importante na promoção da igualdade de oportunidades, uma vez que, por um lado, faz do ensino profissionalizante de nível secundário uma verdadeira e real opção, dando oportunidades novas aos jovens e, por outro, dá a todos aqueles que saíram precocemente da Escola e entraram na vida activa com baixos níveis de escolaridade, uma Nova Oportunidade para poderem recuperar, completar e progredir nos seus estudos” (ESJA, 2010a, p.10).

“Foi criado o Centro Novas Oportunidades (CNO) e entrarão em funcionamento no próximo ano lectivo os Cursos de Educação e Formação (EFA) – básico 3 e Secundário completo – destinados a adultos que desejem obter uma certificação escolar quer de

conclusão do Ensino Básico quer do Secundário em horário pós-laboral, essencialmente no período nocturno, para facilitar a frequência por este público-alvo” (*ibidem*, p.16).

No mesmo documento, há também uma referência à INO no seu plano de ação, que evidenciava a aposta da escola na continuidade do projeto, nomeadamente através do aumento das respostas educativas e de formação de adultos e na criação de mais cursos EFA, bem como formações modulares (p.21).

Esta referência ao CNO nos principais documentos orientadores da instituição, aquando da sua mais recente revisão, assim como o facto do seu coordenador ter integrado sempre o Conselho Pedagógico, principal órgão de administração e de gestão pedagógica, denotam o reconhecimento da direção perante este órgão e que houve alguma preocupação com a sua integração na escola.

É certo, no entanto, que há uma tendência natural das organizações, e das escolas em particular, de resistência à mudança. “Segundo os psicólogos sociais, o tempo necessário para as organizações complexas, como as escolas, adotarem novas formas de trabalhar, pode ir de três a cinco anos” (Unesco, 1996b, p. 114).

O CNO esteve pouco mais de 4 anos na escola, pelo que não seria de esperar que uma integração plena na comunidade escolar se fizesse apenas por alterações aos seus regulamentos, embora estas sejam sempre importantes e necessárias. Pelo contrário, teria sido fundamental que tivesse havido alguma desinstitucionalização da mudança, pois a oportunidade de mudança não se reduz às ocasiões formais. A mudança ocorre também no dia a dia, nas pequenas coisas.

Teria sido importante que a própria equipa tivesse aproveitado mais as ocasiões informais, como as conversas no bar e sala de professores, para falar do CNO, explicando aos colegas professores o que lá se fazia e até fazendo algumas pontes com o trabalho deles, até porque muitos adultos que frequentaram o CNO eram pais de alunos deles. Isso nem sempre aconteceu e ao longo de mais de 4 anos de funcionamento, muitas vezes a equipa sentiu que este se tratava de um órgão à parte da escola. Este sentimento pode explicar-se pelos seguintes factos: os horários de funcionamento do CNO, desconstruídos da lógica dos tempos letivos diurnos, causando muitos desencontros com os docentes do dia; o desconhecimento generalizado por parte da maioria dos professores em relação à existência do CNO e à sua missão e forma de funcionamento; o ainda maior desconhecimento relativamente às metodologias atuais da educação de adultos, nomeadamente no que diz respeito aos processos de RVCC e

cursos EFA, muitas vezes acompanhado pelo preconceito e o descrédito; a inexistência de atividades do CNO no plano anual de atividades da escola; a inexistência de atividades destinadas à participação conjunta de alunos do dia e da noite.

Este sentimento, partilhado por todos os membros equipa, quer da equipa técnica, quer da equipa pedagógica, foi diversas vezes verbalizado em reuniões de equipa ou em conversas informais, mas nunca surgiram propostas no sentido de uma atitude mais pró-ativa do CNO no sentido de contrariar este afastamento. Os professores, que podem ser agentes ativos da mudança nas escolas, podem também ser os seus principais opositores, caso não se sintam envolvidos e motivados.

Destaca-se, no entanto, uma iniciativa que se considera um bom exemplo de como se poderia ter operacionalizado mais a mudança no dia a dia, numa tentativa de aproximação do CNO à escola e integração nas suas atividades. Tratou-se de uma iniciativa por parte de uma formadora que levou à participação dos adultos num concurso de quadras de S. Martinho, promovido pela biblioteca escolar, destinado aos alunos da escola e encarregados de educação. Apesar de se tratar de um concurso anual, só em 2011 surgiu esta participação do CNO, tendo os seus adultos sido incluídos no escalão dos encarregados de educação, para efeitos de classificação das quadras e atribuição de prémios, uma vez que o regulamento da biblioteca não previa um escalão para os mesmos.

Teria sido importante que a equipa do CNO tivesse refletido mais sobre este afastamento em relação aos professores e alunos que frequentavam a escola durante o dia, no sentido de ter adotado atitudes de aproximação. Na verdade, os processos de mudança implicam não só “intenção moral”, mas também “envolvimento” na sua produção (Fullan,1993).

Esta aproximação poderia ter significado mais na luta pela aproximação escola/família, oportunidade geralmente pouco aproveitada pelas escolas.

1.3.2. Missão

A missão do CNO é a preconizada no seu PEI (Plano Estratégico de Intervenção) e na Carta da Qualidade, instrumento criado pela ANQ em 2007 para clarificar as estratégias de ação da rede de centros, e consiste em:

“A assegurar a todos cidadãos maiores de 18 anos uma oportunidade de qualificação e de certificação, de nível básico ou secundário, adequada ao seu perfil e necessidades, no âmbito da sua área territorial de intervenção.

Promover a procura de novos processos de aprendizagem, de formação e de certificação por parte dos adultos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional.

Assegurar a qualidade e a relevância dos investimentos efectuados numa política efectiva de aprendizagem ao longo da vida, valorizando socialmente os processos de qualificação e de certificação de adquiridos” (Gomes & Simões, 2007, p.10).

Ainda segundo o instrumento atrás referenciado, os CNO devem nortear a sua atuação pautando-se pelos seguintes princípios orientadores: abertura e flexibilidade, confidencialidade, orientação para resultados, rigor e eficiência, responsabilidade e autonomia (*idem*).

1.3.3. Equipa

A composição das equipas dos CNO é a estipulada no anexo I da Portaria nº370/2008, de 21 de maio, e o número de elementos varia em função do número de adultos neles inscritos em cada ano (MTSS & ME, 2008). Nos termos da referida Portaria, o CNO da Escola Joaquim de Araújo encontrava-se no patamar A, correspondente a 600 inscritos por ano, e contava na data do início da elaboração deste trabalho com os seguintes profissionais:

Direção/Coordenação: um diretor (o diretor da escola); um coordenador, professor do quadro da escola;

Equipa Técnica²⁴: uma Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento (TDE), licenciada em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho; Três Profissionais de Reconhecimento e Validação de Competências (RVC), licenciados em Psicologia e Educação Social;

Equipa Pedagógica²⁵: uma formadora de nível básico de Linguagem e Comunicação (LC) e Cidadania e Empregabilidade (CE), do grupo de recrutamento de português; um formador de nível básico de Matemática para a Vida (MV), do grupo de recrutamento de matemática; uma formadora de nível básico de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), do grupo de recrutamento de informática; um

²⁴ As áreas de formação da equipa técnica estão de acordo com o preconizado pela ANEFA em 2002, no Roteiro Estruturante dos CRVCC, que estipulava que os técnicos tivessem licenciaturas na área das ciências sociais e humanas. As posteriores orientações relativamente aos CNO, nomeadamente, a portaria nº370/2008, de 21 de maio, referem apenas que os técnicos devem ser detentores de habilitação académica de nível superior e possuir conhecimento das metodologias adequadas e experiência no domínio da EFA.

²⁵ Os grupos de recrutamento dos docentes da equipa pedagógica estão de acordo com o Despacho nº 11 203/2007 de 8 de junho dos MTSS e ME.

formador de nível secundário de Sociedade, Tecnologia e Ciência (STC), do grupo de recrutamento de economia e contabilidade; uma formadora de nível secundário de Cultura, Língua e Comunicação (CLC), do grupo de recrutamento de inglês; uma formadora de nível secundário de Cidadania e Profissionalidade (CP), do grupo de recrutamento de filosofia.

As funções de cada um são claras e encontram-se definidas no já referido Despacho, que prevê ainda a existência de um técnico administrativo, função que no último ano de atividade do CNO foi assegurada por uma pessoa desempregada, colocada pelo Centro de Emprego em regime de Programa Ocupacional.

O coordenador e os quatro elementos da equipa técnica desempenhavam funções a tempo inteiro e fizeram parte da equipa desde o início da atividade do CNO, o que permitiu garantir uma apropriação consistente das metodologias de trabalho e foi fundamental para a integração de novos elementos da equipa pedagógica, uma vez que esta foi sempre muito menos estável. Os formadores da equipa pedagógica foram, quase na sua maioria, docentes contratados da escola, colocados no CNO por cada ano letivo (de setembro de um ano a julho do ano seguinte), segundo critérios que tinham mais a ver com a distribuição e completamento de horários do que com a estabilidade da equipa. Na equipa pedagógica, do último ano de funcionamento do centro, apenas duas formadoras tinham transitado da equipa do ano letivo anterior. Uma porque pertencia ao quadro de zona pedagógica e outra porque, sendo contratada, conseguiu a recondução para a mesma escola. Este facto, que se foi repetindo todos os anos, foi inevitavelmente causador de constrangimentos e atrasos nos ritmos de trabalho, uma vez que cada professor que entrava de novo tinha que passar por um processo de integração e apropriação das metodologias de trabalho, em tudo diferentes de uma metodologia mais escolarizada, processo esse que por vezes era moroso.

Alguns desses constrangimentos só foram atenuados pela excelente relação entre a equipa de trabalho e o elevado espírito colaborativo e de ajuda mútua, que se traduziu numa partilha constante da informação, indispensável para a concretização dos objetivos do centro e para a qualidade dos serviços que prestava.

A equipa técnica e as duas formadoras mais antigas frequentaram formação específica na área da educação de adultos e dos processos de RVCC, ministrada pela ANQ. Os formadores mais recentes não, uma vez que no último ano de funcionamento do centro a ANQ não disponibilizou essa opção. Os formadores integraram-se na metodologia através da leitura dos diversos documentos orientadores existentes, pela

discussão dos assuntos com os restantes membros e assistindo a algumas sessões de reconhecimento de competências dos técnicos e formadores mais antigos.

Relativamente à distribuição dos tempos de trabalho, os formadores de MV e TIC do nível básico prestavam funções a tempo parcial (50%), e os restantes a tempo inteiro.

1.3.4. As práticas

A atividade dos CNO encontra-se profundamente regulamentada, quer através da legislação publicada pelos Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social e Educação, quer através das orientações emitidas pela ANQ, através da publicação de diversos guias de apoio ou da emissão de orientações técnicas para toda a rede de centros.

Existem, no entanto, algumas margens de liberdade, na forma como os centros seguem essas orientações e as aplicam no seu território de intervenção e junto dos seus públicos específicos.

Um dos principais instrumentos orientadores dessa atividade é a, já referida, Carta da Qualidade, publicada pela ANQ em 2007 que, não pretendendo ser um mero “manual de procedimentos uniformizador das dinâmicas e estratégias de trabalho” de cada centro, deverá definir os “pilares estruturantes” da sua atividade, independentemente do seu “enquadramento institucional e da sua contextualização local” (Gomes & Simões, 2007, p.9). O CNO da Escola Joaquim de Araújo procurou regular a sua atividade, tendo este instrumento como principal referência, sendo as suas etapas de intervenção as espelhadas no fluxograma do Anexo 5.

O seu horário de funcionamento era de segunda a sexta-feira, das 15h às 23h, e aos sábados de manhã, das 10h às 13h. Este horário foi estabelecido para ir ao encontro da disponibilidade dos adultos ativos. Os horários de trabalho da equipa técnica foram elaborados de forma a garantir sempre a presença de, pelo menos, um técnico no centro e eram constituídos fundamentalmente por tardes e noites, sendo que cada técnico trabalhava duas noites por semana. Os sábados de manhã eram também assegurados por um desses elementos, mediante uma escala rotativa.

As três primeiras etapas (acolhimento, diagnóstico e encaminhamento) eram desenvolvidas pela TDE, que sempre que necessitava, solicita a ajuda de um profissional de RVC.

As metodologias utilizadas nestas fases eram as estipuladas na Metodologia de Acolhimento, Diagnóstico/Triagem e Encaminhamento de Adultos, desenvolvida pela ANQ e pelo IOP (Instituto de Orientação Profissional) e publicada em 2008.

Na primeira vez que um adulto se dirigia ao CNO para formalizar a sua inscrição ou, simplesmente, para obter informações, era atendido por um dos elementos da equipa técnica, sendo logo feita uma primeira explicação sobre o modo de funcionamento do centro e a sua oferta educativa e formativa. Caso o adulto pretendesse, a sua inscrição era feita de imediato no sistema informático, utilizando-se a plataforma disponibilizada pela ANQ para o efeito, o SIGO. Quando o centro passou a dispor de uma administrativa, a formalização da inscrição passou a ser feita por ela.

Depois de inscrito, o adulto era chamado para o acolhimento, que consistia na realização de uma sessão de esclarecimento, com a duração de uma hora e meia, para um grupo com o máximo de 30 pessoas, onde eram prestadas todas as informações relativamente ao funcionamento do centro, etapas a percorrer pelo adulto, hipóteses de encaminhamento e processos de RVCC.

A inscrição e a sessão de esclarecimento fazem parte da etapa de acolhimento, preconizada pela Carta da Qualidade. Seguia-se a etapa de diagnóstico, que era feito em duas sessões: uma sessão de pequeno grupo, com cerca de 10 pessoas, onde era preenchida uma ficha, com vista à recolha de informação diversa sobre o adulto, e uma entrevista individual. Cada uma dessas sessões durava cerca de 1 hora e destinavam-se a recolher informação que permitia traçar o perfil do candidato.

Posteriormente, com base na informação anteriormente recolhida, a TDE propunha ao adulto o encaminhamento mais adequado ao seu perfil, num processo de negociação onde lhe era explicado o porquê das propostas efetuadas. Essa negociação era feita numa sessão individual, cabendo a decisão final sobre o encaminhamento ao adulto. Sempre que este optava por um percurso diferente daquele que lhe era aconselhado pela técnica, eram-lhe explicadas as possíveis dificuldades que poderia encontrar e as possíveis consequências da sua escolha.

Os encaminhamentos para ofertas formativas externas ao CNO eram acompanhados pela TDE, nomeadamente, no que diz respeito aos contactos com as respetivas entidades formadoras.

Caso o adulto fosse encaminhado para processo de RVCC integrava um grupo que passava, a partir deste ponto, a ser acompanhado por uma equipa constituída por um

profissional de RVC e por um formador para cada uma das áreas de competências-chave, do respetivo nível, básico ou secundário.

O processo de nível básico comporta 4 áreas de competências-chave: Linguagem e Comunicação (LC), Cidadania e Empregabilidade (CE), Matemática para a Vida (MV) e Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC); o processo de nível secundário comporta 3 áreas de competências-chave: Sociedade, Tecnologia e Ciência (STC), Cultura, Língua e Comunicação (CLC) e Cidadania e Profissionalidade (CP). As competências que o adulto tem que evidenciar em cada área de competências-chave para que lhe seja certificado determinado nível de escolaridade constam dos Referenciais de Competências-Chave de Educação e Formação de Adultos de nível básico e de nível secundário.

No CNO, os processos de nível básico duravam de 6 a 8 meses e os processos de nível secundário cerca de 12 meses, com encontros semanais, ora com o profissional de RVC, ora com cada um dos formadores, ora em grupo, ora em momentos mais individualizados. Não existindo um número fixo de horas nem de sessões para cada adulto, o centro cumpria, no entanto, os padrões de qualidade previstos no documento orientador Carta da Qualidade.

Durante o processo, através de uma metodologia autobiográfica, onde se ajudava o adulto a construir uma narrativa reflexiva sobre as suas vivências nos mais diversos contextos, intercalada com um balanço dos saberes e competências adquiridos nesses momentos, ia-se auxiliando o adulto na construção de um Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA) que evidenciasse essas mesmas competências. Este trabalho, que era executado, numa primeira fase, pelo profissional de RVC, era numa segunda fase complementado pela colaboração dos formadores de cada uma das áreas de competências-chave, que auxiliavam o adulto na desocultação das competências da respetiva área, evidenciando-as de forma clara no seu PRA. Este trabalho, que permitia o reconhecimento das aprendizagens do adulto ao longo da vida, quer fossem formais, não formais ou informais, tinha os já referidos Referenciais de Competências-Chave como documentos orientadores.

Se, ao longo do processo, fossem detetadas necessidades formativas em alguma das áreas, os adultos eram encaminhados para a frequência de formação complementar, com a duração máxima de 50h de acordo com a Carta da Qualidade, no sentido de desenvolverem algumas das competências que não estivessem capazes de evidenciar.

Essa formação complementar era assegurada pelo formador da respetiva área. No CNO, acontecia com bastante frequência os adultos do nível básico precisarem de frequentar essa formação na área de TIC, onde muitos aprendiam a trabalhar com o computador pela primeira vez, e LC, onde eram ajudados a ultrapassar algumas dificuldades ao nível da expressão escrita. No nível secundário, era frequente os adultos precisarem dessa formação na área de CLC, nomeadamente no que se referia ao desenvolvimento de competências numa língua estrangeira.

Concluído o processo de RVCC, e depois de fazer a entrega do seu PRA, o adulto comparecia perante uma sessão de júri, composto pela equipa técnico-pedagógica que acompanhou o seu processo e por um avaliador externo, acreditado para o efeito pela ANQ onde, numa apresentação pública, lhe eram certificadas as competências evidenciadas. Embora a regulamentação enquadradora destes processos preveja que essa certificação possa ser parcial, quando não são reconhecidas a totalidade das competências exigidas para a obtenção de determinado nível de escolaridade, de acordo com o respetivo Referencial de Competências-Chave, no CNO, as certificações foram sempre totais. Este facto tinha a ver com a grande dificuldade que a equipa sempre teve em convencer um adulto, que revelasse não estar apto a evidenciar a totalidade das competências necessárias, a fazer uma certificação parcial, que era sempre por estes encarada com grande desânimo. Optava-se então por tentar encaminhar esses adultos para outras ofertas de carácter formativo, nomeadamente, os cursos EFA, e não para um processo de reconhecimento. Por outro lado, quando tal não era aceite pelo adulto e já durante o processo se apercebia, juntamente com a equipa, que estaria prestes a obter uma certificação parcial, acabava por simplesmente desistir do processo. Este facto constituiu sempre uma fragilidade do CNO, muitas vezes debatido em reuniões de equipa, tanto mais que o facto dos centros apresentarem determinada percentagem de certificações parciais era encarado pela ANQ como critério de qualidade.

Julga-se que tal impotência da equipa em conseguir levar adultos a júri nestas condições se deve, em parte, ao valor excessivo que estes atribuem a uma certificação correspondente a um nível de escolaridade, sendo atribuída uma conotação muito negativa às certificações parciais, por não conferirem essa correspondência.

Após a sessão de júri, a certificação total conferia ao adulto o ensino básico do 2º ou 3º ciclo (B2 e B3) ou o ensino secundário. O CNO nunca fez processos do 1º ciclo do ensino básico (B1) por não ter adultos com esse perfil.

Por último, após a certificação, está também previsto na Carta da Qualidade o acompanhamento ao Plano de Desenvolvimento Pessoal (PDP), que deve ser feito com cada adulto certificado.

“Este Plano, articulado entra a equipa pedagógica e o adulto em sessões individuais, toma forma na definição do projecto pessoal e profissional do adulto, com a identificação de possibilidade de prosseguimento das aprendizagens, de apoio ao desenvolvimento de iniciativas de criação de auto emprego e/ou de apoio à progressão/reconversão profissional” (Gomes & Simões, 2007, p.19).

No CNO, a maior parte das vezes este PDP não era feito, uma vez que o facto de existirem metas de certificação obrigava a equipa a iniciar novos grupos de RVCC assim que grupos anteriores terminavam as sessões de júri. No entanto, algumas vezes ele era elaborado numa única sessão que consistia no preenchimento de um questionário (Anexo 6). Ficava assim sem se saber se o adulto concretizava os projetos pessoais e profissionais refletidos no seu PRA e se prosseguia ou não as suas aprendizagens. Ficava também perdida a oportunidade de o continuar a acompanhar nesse percurso de formação e desenvolvimento pessoal.

1.3.5. Parcerias

Durante a sua atividade, o CNO estabeleceu diversos protocolos com entidades parceiras para a captação de público, para a certificação de qualificações, para o encaminhamento dos adultos para entidades formadoras e para o desenvolvimento de itinerâncias²⁶. Foram formalizados protocolos com 19 entidades identificadas no Anexo 7.

Alguns destes protocolos foram assinados por solicitação das entidades externas e serviam apenas para a fundamentação das suas candidaturas a ofertas formativas no âmbito do POPH, não se traduzindo depois numa colaboração efetiva. Outros, no entanto, revelaram-se verdadeiras parcerias para o CNO.

Foi o caso dos protocolos formalizados com duas empresas formadoras, que permitiram que muitos adultos que frequentaram processos de RVCC pudessem frequentar formação de TIC, português e língua estrangeira, que se revelaram fundamentais para adquirirem ou desenvolverem as competências necessárias para o

²⁶ Deslocação da equipa técnico-pedagógica do CNO a determinado local, para aí desenvolver a sua atividade, de forma temporalmente provisória e circunscrita, para dar resposta a um grupo específico de candidatos que estejam interessados em desenvolver um percurso de qualificação.

desenvolvimento dos seus processos. Essas empresas ministravam as formações nas instalações da escola, em horário pós-laboral, e garantiam as vagas necessárias identificadas pelo CNO. Foi o caso também dos protocolos formalizados com empresas sediadas no concelho, que permitiram que o CNO realizasse alguns processos de RVCC aos seus trabalhadores, nas instalações das próprias empresas em regime de itinerância. Foram realizados processos neste regime em três empresas da região e numa Junta de Freguesia, a um total de cerca de 80 adultos.

1.3.6. Os adultos

De acordo com dados extraídos do SIGO, passaram pelo CNO um total de 1444 adultos, a maioria do concelho de Penafiel. Duas características comuns a todos, que decorrem da própria missão do CNO, são o facto de possuírem mais de 18 anos e um nível de escolaridade inferior ao 12º ano. A maioria (58%) possuía, no momento da inscrição, escolaridade inferior ao 9º ano.

Foram certificados no CNO, pelo processo de RVCC, um total de 518 adultos (400 do nível básico e 118 do nível secundário), sendo que a contribuição do CNO para a qualificação da população adulta do concelho foi muito além desse número, atendendo a que a sua missão ultrapassa os processos de RVCC, traduzindo-se também, muitas vezes, no encaminhamento para outras ofertas formativas externas. A maioria dos adultos encontravam-se empregados à data da inscrição, sendo a percentagem de desempregados de 38%. Quanto ao sexo, a distribuição é equilibrada com 50% de homens e 50% de mulheres.

O número elevado de adultos que passaram pelo centro inviabiliza uma descrição mais detalhada dos mesmos, pelo que será apresentada mais adiante uma caracterização apenas daqueles que participaram neste projeto (subcapítulo 4.3).

1.4. Avaliação do contexto

Com a avaliação do contexto preconizada no modelo CIPP (Stufflebeam & Shinkfield, 1987) pretende-se obter um conhecimento aprofundado da realidade em causa, que conduza à identificação de problemas e necessidades. É também necessário fazer um “diagnóstico dos recursos, dos interesses, dos projectos e dos modos de agir de actores envolvidos ou mobilizáveis para as iniciativas de intervenção” (Silva, 1999,

p.156). Depois da descrição do CNO, do seu contexto geográfico e institucional, da sua missão e daquilo que foram as suas práticas, elaborada nos subcapítulos anteriores, importa agora clarificar como foi feita a avaliação do contexto, ou seja, como foram encontradas as necessidades e as potencialidades que estiveram na origem do desenho deste projeto, e de como o encerramento inesperado do CNO veio a influenciar esse processo, obrigando a uma reavaliação do contexto.

1.4.1. Problemas e necessidades de intervenção

Numa primeira avaliação do contexto, que decorreu de outubro de 2011 a janeiro de 2012, os problemas encontrados resultaram, fundamentalmente, do facto de se conhecer o contexto (CNO) a partir do seu interior, o que permitiu fazer uma reflexão sobre as suas práticas e sobre o tipo de resposta que dava à população, e encontrar lacunas nessa resposta, que pudessem ser alvo de uma intervenção. Nesta fase, o centro encontrava-se ainda em funcionamento e a equipa e os adultos que o frequentavam trabalhavam numa perspetiva de continuidade.

Depois da comunicação da intenção de desenvolver este projeto, numa reunião da equipa técnico pedagógica, iniciou-se de imediato uma série de conversas intencionais com todos os seus membros, no sentido de recolher a sua opinião sobre aquilo que poderia ser melhorado.

Dessa auscultação à equipa foram referidos, fundamentalmente, dois aspetos que poderiam ser melhorados no CNO: uma maior aproximação à escola e o desenvolvimento de estratégias que permitissem acompanhar o adulto depois do momento da conclusão do processo de RVCC, nomeadamente através da dinamização do Plano de Desenvolvimento Pessoal (PDP), a última etapa do processo.

Este último ponto já tinha sido referido em várias reuniões de equipa, como não estando a ser cumprido da forma ideal. Encontrava-se também referenciado nos relatórios de atividades do CNO e no relatório de autoavaliação²⁷. Este último, elaborado em 2010, prevê nas ações de melhoria a implementar: a definição de um plano de desenvolvimento pessoal/orientação vocacional ao adulto após o momento da certificação.

²⁷ No ano 2010, o CNO elaborou a autoavaliação de acordo com o modelo CAF (*Common Assessment Framework*), da qual resultou a elaboração de um relatório final e um relatório de ações de melhoria.

De acordo com um relatório da ODCE, os CNO constituem-se como espaços privilegiados para a execução de uma perspetiva de educação ao longo da vida, englobando nas suas funções a promoção da reflexão e da decisão no âmbito dos percursos formativos, profissionais e dos projetos de vida da população adulta. (OCDE, 2004)

Na prática, o CNO desenvolveu sempre as suas práticas fundamentalmente orientadas para a certificação formal de competências que conferissem uma equivalência a um nível de escolaridade (B2, B3 e secundário), não havendo um acompanhamento dos adultos na construção dos seus projetos de vida após o momento da certificação.

O PDP referido na Carta da Qualidade, a desenvolver com o adulto após a certificação, ou não era feito, devido aos condicionalismos de tempo da equipa, que assim que um grupo de adultos terminava a sua certificação, iniciava imediatamente o processo de RVCC com um novo grupo, ou era reduzido a uma sessão em que o adulto preenchia um questionário²⁸.

Foi assim, numa primeira fase delimitado o seguinte problema: ausência de resposta por parte do CNO no acompanhamento do adulto após o momento da certificação das suas competências. A criação de respostas a este nível poderia dar continuidade ao processo de *empowerment* potenciado pela frequência dos processos de RVCC e ser potenciadora do desenvolvimento pessoal e social do adulto, envolvendo-o na participação ativa na resolução dos seus problemas e prossecução dos seus projetos de vida, através do reconhecimento, valorização e mobilização dos seus recursos e potencialidades. Poderia também contribuir para o desenvolvimento de atividades que estreitassem a relação do CNO com a escola, outra necessidade referenciada pela equipa, já que muitos adultos tinham filhos que frequentavam a escola.

Esta primeira formulação do problema decorreu essencialmente da auscultação à equipa e da reflexão sobre aquilo que eram as práticas do CNO, as efetivas e as desejáveis. Importa, no entanto, referir que, embora esta primeira fase não tivesse implicado uma auscultação direta aos adultos, ela não deixou de se basear também naquela que era a perceção por parte da equipa sobre a necessidade que muitos adultos sentiam de manter algum contato com o centro, após a certificação.

²⁸ Esse questionário foi elaborado em conjunto pelos 4 membros da equipa técnica, no primeiro ano de atividade do centro, tendo a mesma já tomado a decisão de o rever e melhorar, o que ainda não tinha sido possível, por falta de tempo.

Pontualmente, alguns foram fazendo esse contacto. A necessidade de obterem algum aconselhamento sobre outros percursos formativos, sobre candidatura a empregos, acesso ao ensino superior, etc., eram, frequentemente, motivo para adultos que já tinham concluído os seus processos, recorrerem ao CNO e procurarem o apoio e aconselhamento da equipa. Outras vezes, faziam-no apenas para rever e cumprimentar a equipa ou comunicar algum acontecimento importante nas suas vidas. Destacam-se, a título de exemplo, três casos: o contacto telefónico de uma adulta, que mais de um ano após ter concluído o seu processo de certificação no nível secundário, ligou a comunicar que tinha conseguido fazer um curso do INEM, muito importante para a sua carreira de bombeira; o caso de uma adulta que tinha certificado o nível B3 em 2009 e dirigiu-se ao CNO dois anos depois, procurando informações sobre cursos de cozinha, pois tencionava abrir um restaurante; e o caso de um adulto que telefonou a dizer que tinha sido muito elogiado quando entregou o seu certificado nos recursos humanos da empresa onde trabalhava.

Importa ainda referir a respeito dos adultos que, ao longo dos processos de RVCC, diversas vezes faziam referência aos seus projetos futuros, quer a nível pessoal e familiar, quer a nível profissional e formativo, que incluíam também nos seus PRA, não tendo o CNO oportunidade de acompanhar e verificar em que medida esses projetos eram ou não concretizados.

Delimitado o problema, impunha-se fazer uma auscultação dos adultos no sentido de averiguar a sua sensibilidade face ao mesmo (indispensável para conseguir a sua participação) e reflexão sobre possíveis estratégias para sua resolução. Impunha-se também a delimitação de um grupo de adultos para o fazer, dado não ser possível fazê-lo com todos, atendendo ao elevado número de adultos que frequentavam o centro, número que era ainda mais elevado se fossem considerados todos aqueles que já tinham concluído os seus processos de RVCC.

Optou-se por fazê-lo com os adultos dos grupos nº53 (6 adultos) e nº60 (12 adultos). Estávamos em janeiro de 2012, o grupo 53 tinha sido o último grupo a obter a certificação e o grupo 60 estava em vias de a conseguir, tendo júri marcado para o mês de fevereiro, ambos os grupos do nível B3.

Realizou-se então uma reunião com estes adultos em 30 de janeiro (memória descritiva da reunião no Anexo 8). Compareceram 14 adultos, conforme registo de presenças (Anexo 9).

Esta primeira reunião teve como objetivo o levantamento de problemas e necessidades dos participantes e a reflexão sobre como o CNO poderia ajudar na resolução desses problemas, mesmo depois da obtenção da certificação. Pretendia-se com isto verificar a pertinência para os adultos de um acompanhamento pós-certificação, nomeadamente no apoio à prossecução dos seus projetos de vida, e refletir com eles sobre que problemas poderiam ser resolvidos nesse contexto.

Esta reunião foi um momento importante de participação e conscientização e vai ao encontro do defendido por Isabel Guerra, quando refere que o diagnóstico “pode ser considerado como fazendo parte integrante do processo de intervenção porque é um instrumento de interacção e comunicação entre actores face à compreensão da realidade e à identificação de necessidades” (2007, p.139).

Os participantes mostraram-se agradados com esta hipótese de voltarem ao CNO, principalmente os do grupo nº53, que já tinham concluído os processos no ano anterior, e puderam assim reencontrar os colegas do grupo. Todos participaram ativamente com opiniões e sugestões. Através de exercícios de dinâmica de grupo e técnica de *brainstorming*, foram identificados problemas, projetos de vida após a certificação e refletiu-se sobre como é que o CNO poderia ajudar na sua resolução/prossecução.

Foram identificados problemas como dificuldades financeiras e de gestão do orçamento mensal, preocupação com o futuro dos filhos, desemprego, entre outros; e projetos futuros como novas aprendizagens, a frequência de cursos de formação, abrir um negócio, etc. Quanto à pergunta como é que o CNO poderia ajudar na sua resolução, as respostas foram:

- *“O CNO pode ajudar-nos a consciencializar para a tomada de certas decisões importantes para a nossa vida.*
- *O CNO pode ajudar-nos a preservarmos o ambiente e a vivermos melhor.*
- *O CNO pode ajudar-nos a sensibilizar os pais e alunos da escola para a adoção de comportamentos e atitudes saudáveis.*
- *O CNO pode ajudar-nos a fazermos outras aprendizagens e organizarmos outros cursos.*
- *O CNO pode ajudar-nos a termos um papel mais interventivo junto das instituições locais.”*

Ficou combinado com o grupo uma nova reunião a agendar para breve, no sentido de darmos continuidade ao projeto que se começava a desenhar.

1.4.2. O encerramento do CNO

Em investigação-ação, a ação procura a mudança, e há mudanças que não decorrem dessa ação, mas interferem com ela. É necessária numa atitude de avaliação contínua que nos permita considerar:

“(…) as mudanças sociais que estão em curso, independentemente das nossas políticas e das nossas metas (que o que muda não muda forçosamente em resultado da nossa vontade de mudar); as condições-condicionamentos estruturais e objectivos, que contextualizam, influenciam e modificam os nossos programas de acção” (Silva, 1999, p.157).

No dia 1 de fevereiro, dois dias depois da primeira reunião, o CNO recebe a notícia do indeferimento da candidatura financeira que suportaria a continuidade do projeto. A candidatura anterior havia terminado em 31 de dezembro de 2011, e tinha sido submetida outra, que garantiria o financiamento de janeiro a agosto de 2012.

A direção, coordenação e equipa foram totalmente surpreendidos com este facto, e uma vez que já tinha passado um mês desde o fim do financiamento anterior, sem que nada fosse dito por parte da tutela relativamente à nova candidatura, partiu-se do princípio que esta seria aprovada.

Perante esta notícia, começa-se a prever o encerramento do CNO, num ambiente de total incerteza. Não havia, nessa altura, orientações nenhuma sobre o que fazer com os adultos e continuavam-se a receber inscrições, principalmente de desempregados que o Centro de Emprego não parava de encaminhar.

Os adultos começam a ter conhecimento do presumível encerramento de alguns CNO, pelos órgãos de comunicação social e começam a colocar questões para as quais nem a equipa nem a direção tinha resposta. Perante a incerteza quanto ao futuro e a ausência de orientações superiores, a equipa toma a decisão de não iniciar novos processos, para não criar falsas expectativas nos adultos.

O CNO recorreu da decisão de indeferimento, no entanto, recebeu em 29 de março a confirmação do mesmo. Nessa altura, a tutela informa a escola que poderá manter o CNO até agosto, caso disponha de fontes alternativas de financiamento e emite as primeiras orientações no sentido de se proceder à transferência dos adultos para outros centros da rede. A equipa de formadores começa a cancelar sessões, por não ser capaz de gerir este sentimento de incerteza.

No início de abril, acompanhava-se ainda alguns adultos de nível secundário, oriundos de grupos diversos, uns mais recentes, outros mais antigos, que se

encontravam numa fase bastante adiantada do processo, inclusivamente já com bastantes competências validadas. Seriam esses os mais prejudicados com uma transferência para outro CNO e uma mudança de equipa.

Tomou-se então a decisão de reunir com os três formadores de nível secundário no sentido de saber se estariam disponíveis para continuar a trabalhar com essas pessoas, mesmo que se viesse a confirmar a extinção do CNO e o despedimento dos técnicos. Independentemente do destino do CNO, sabia-se que os formadores continuariam colocados na escola até 31 de agosto. Mostraram-se totalmente disponíveis para colaborar e ficaram bastante agradados com esta solução, visto que isso evitava que ficassem o resto do ano letivo sem nada que fazer na escola ou que tivessem que lhes ser atribuídas novas tarefas pela direção, a meio do ano. O mesmo não foi possível fazer com os três formadores de nível básico, porque não existiam grupos de nível básico nas mesmas circunstâncias. Os grupos de nível básico estavam todos para iniciar e seria imprudente começá-los sem a garantia que pudessem terminar.

Em 11 de abril, enviou-se *e-mail* à ANQEP²⁹ a solicitar esclarecimentos sobre a viabilidade deste procedimento, tendo a resposta sido favorável (Anexo 10).

Apresentou-se, juntamente com a equipa pedagógica, a proposta ao coordenador e ao diretor, que concordaram.

Foi então realizada uma reunião com todos os adultos que, atendendo ao número de créditos validados nas três áreas (STC, CLC e CP), poderiam reunir condições para continuar a desenvolver os seus portefólios até à obtenção de, pelo menos, 44 créditos³⁰.

Foi-lhes explicado em que condições o fariam: que o CNO poderia extinguir-se entretanto; que a equipa técnica poderia ser despedida e continuarem a trabalhar só com a equipa de formadores; que poderiam ter que ir fazer o júri de certificação noutra CNO, uma vez que esta já não dispunha de financiamento para pagar ao avaliador externo; que a ANQEP tinha autorizado esta situação; que tinham até 15 de julho para concluir os processos, visto que os formadores entrariam de férias a partir dessa data.

Aceitaram continuar nessas condições e referiram que preferiam isso a uma transferência. Assumiram o compromisso que trabalhariam para concluir os processos dentro desse prazo.

²⁹ A partir de 1 de março de 2012 a ANQ passa a ter a designação de ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional).

³⁰ Número mínimo de créditos necessários para a certificação do nível secundário de acordo com o referencial de Competências-Chave.

Reuniu-se, assim, um grupo de 12 adultos que ficou conhecido por “ficam no CNO”, porque era composto por adultos oriundos de diversos grupos e por não lhe ter sido atribuída a numeração sequencial que era usada até aqui.

Em 17 de abril, o diretor, por não dispor de fontes alternativas de financiamento, vê-se obrigado a solicitar a extinção do centro. O CNO deixou, a partir daí, de aceitar inscrições e começou a transferir os adultos para outros centros (exceto os do grupo “ficam no CNO”). Surgem algumas desistências por parte de adultos perante a inevitabilidade da transferência.

Os 3 formadores do nível básico ficam sem função e começam a recear que o completamento de horário seja feito com aulas de substituição, o que, mais tarde, veio a acontecer. Os 4 técnicos passam os dias na eminência do despedimento, que era quase certo. Os formadores de nível secundário continuavam a acompanhar os adultos do grupo “ficam no CNO”.

Em 30 de abril dá-se o despedimento da equipa técnica, sendo chamada novamente a trabalhar cerca de duas semanas depois, porque a escola não havia cumprido o prazo legal estipulado para o aviso prévio.

Relativamente ao despedimento das equipas técnicas, a ANQEP envia, no dia 30 de abril, as minutas com os termos em que este deveria ser feito, referindo num comunicado publicado no seu *site*, em 15 de maio, que “não decidiu o encerramento de nenhum centro, respondendo apenas à solicitação de ajuda por parte das escolas que, necessitando de encerrar o seu centro, precisaram de enquadramento jurídico para análise e resolução das relações contratuais que mantêm com os técnicos” (Anexo 11).

A equipa vive na angústia e na incerteza constantes e, perante a ausência de clarificações quanto à sua situação contratual por parte das entidades competentes, são as redes sociais que passam a ser maior fonte de informação, nomeadamente através da partilha de informação com colegas de CNO que atravessavam a mesma situação.

Na rede social *facebook* surgem grupos fechados de profissionais ligados à EFA, onde são partilhados diariamente os desabafos e as incertezas dos técnicos dos centros que viram as suas candidaturas indeferidas. O sentimento é de desânimo, desmotivação, frustração e total impotência. O comentário publicado por uma técnica de outro CNO, apresentado no Anexo 12, expressa bem esse sentimento.

A equipa fica na situação de aviso prévio de despedimento até 26 de junho, data em que é novamente despedida. A ANQEP delibera a extinção do centro, com efeitos a partir de 27 de junho de 2012.

Este encerramento do centro teve, obviamente, consequências para o projeto que se começava a desenhar. Esta sucessão de acontecimentos e o constante clima de incerteza que se vivenciou desde 1 de fevereiro fizeram com que fosse posta em causa a viabilidade da continuidade do próprio projeto.

Faria sentido, caso se viesse a confirmar o encerramento, continuar um projeto cuja finalidade era a criação de uma resposta por parte do CNO ao nível do acompanhamento dos adultos após o momento da certificação?

Seria possível desenvolver esse acompanhamento, sem a existência do CNO?

Seria legítimo continuar a reunir com um grupo de adultos, criando-lhes expectativas de continuidade de apoio por parte da equipa e do CNO, nomeadamente no que dizia respeito à possibilidade de completarem os seus percursos de qualificação ou serem encaminhados para entidades formadoras externas, quando o encerramento se afigurava como uma possibilidade cada vez mais certa?

Seria possível continuar-se a desenvolver o projeto, se se confirmasse o despedimento?

Depois da primeira reunião com os adultos dos grupos 53 e 60, realizada em 30 de janeiro, não se voltou a reunir com o grupo, tendo-lhe sido explicado em fevereiro que o futuro do centro era incerto e que seria melhor aguardar que as coisas se definissem para marcar uma nova reunião.

Note-se que nessa altura, aquando da primeira notícia do indeferimento da candidatura, não era certo o encerramento do centro, porque ainda havia a esperança no recurso, ou noutra alternativa ao financiamento. Esta esperança não se veio a confirmar e todo este processo se revelou penosamente longo, levando a que o projeto ficasse suspenso entre fevereiro e maio.

Em 10 de maio, decide-se continuar com o projeto, dando conta que, em parte, ele já estava em marcha. Isto porque o grupo “ficam no CNO” significava já uma primeira intervenção, assente numa base de compromisso, articulada com os formadores e os adultos, no sentido de resolver o problema da conclusão dos processos.

1.4.3. Reavaliação do contexto

Tomada a decisão de continuar o projeto, impunha-se agora a seguinte questão: Será que o problema e a finalidade do projeto, resultantes de uma primeira avaliação do contexto, ainda faziam sentido com esta alteração da realidade?

Nos últimos tempos o CNO viveu num cenário de decisão inesperada de encerramento, desrespeito pelos direitos de cidadania dos adultos, falta de responsabilização por parte de quem toma as decisões, falta de informação atempada e de transparência, falta de orientações sobre a forma de conduzir o processo de encerramento, desrespeito pelos vínculos laborais das equipas-técnicas, descredibilização e politização da INO.

Foi nesse contexto que surgiram novos problemas: encaminhamentos feitos à pressa e mal acompanhados; incerteza quanto à verdadeira disponibilidade dos CNO vizinhos para receberem os adultos encaminhados; incerteza quanto ao futuro da INO e dos CNO para além de agosto 2012; desinteresse de alguns adultos nos encaminhamentos propostos, desistências; desânimo, tristeza, desmotivação, frustração, impotência da equipa, despedimento da equipa, insegurança dos formadores (professores da escola que ficam sem horário até ao final do ano), sentimento de desvalorização e descredibilização da INO por parte de todos aqueles que por ela passaram. O Anexo 13 contém relatos que ilustram bem esses problemas e a forma como estavam a ser vividos.

Perante esta alteração ao contexto, a acrescentar ao problema já identificado da inexistência de um acompanhamento aos adultos após o momento da certificação juntou-se agora um outro problema: o do sentimento de desvalorização e descredibilização perante os processos frequentados no CNO e respetivas certificações.

1.4.3.1. Novas necessidades

Procurou-se encontrar as causas dos problemas, para assim elencar as necessidades que lhes estavam associadas.

Por um lado, o problema da inexistência de um acompanhamento aos adultos após o momento da certificação tinha como causas: a indisponibilidade da equipa; a pressão das metas de certificações; a inexistência de PDP ou a sua redução ao preenchimento de um questionário; a sobrevalorização dos certificados.

Por outro, o problema do sentimento de desvalorização e desacreditização perante os processos frequentados no CNO e respetivas certificações tinha como causas: a extinção do CNO, juntamente com o início do desmantelamento da rede de centros; o facto de essa decisão ter sido repentina, não acautelando a garantia de continuidade e conclusão dos percursos; a falta de informação e incerteza quanto ao futuro da INO e dos CNO; a desacreditização pública da INO; a desresponsabilização por parte da tutela em relação às consequências do encerramento na vida das pessoas; a falta de avaliação da INO junto dos adultos; o uso da INO indevidamente como arma política nas eleições; o desconhecimento público de como funciona a INO; o facto de ser uma metodologia recente e ser, frequentemente, alvo de preconceito.

Foi assim possível enumerar as seguintes necessidades, que foram orientadoras do caminho que o projeto haveria de seguir:

- Criação de espaços/tempos de acompanhamento aos adultos após a certificação.
- Apoio à construção de um plano de desenvolvimento pessoal.
- Reflexão sobre as consequências do encerramento repentino do CNO, e das políticas de desacreditação dos processos de RVCC.
- Garantia da conclusão da certificação a todos os que se encontrem em fase de finalização dos processos de RVCC.
- Procura de informação (junto da tutela) sobre qual o seu futuro da INO e quais as alternativas para a EFA, após o encerramento dos CNO.
- Valorização do trabalho desenvolvido no CNO e credibilização dos percursos e dos certificados, que desmistifique o preconceito de uma opinião pública desinformada.

As duas primeiras referem-se ao primeiro problema encontrado e as restantes a este último problema, que decorreu da notícia do indeferimento da candidatura financeira e tudo o que lhe sucedeu.

1.4.3.2. Novo grupo

Com a alteração do contexto e as novas necessidades, importava agora perceber se o grupo inicialmente constituído ainda fazia sentido. Considerou-se que fazia todo o sentido mantê-lo, atendendo ao fato de continuar a ser um grupo recentemente certificado e que já havia revelado interesse em continuar a reunir regularmente, envolvendo-se na identificação de problemas que poderiam ser resolvidos em conjunto.

Face ao novo problema encontrado do sentimento de desvalorização dos processos, perante o encerramento, tratava-se de um grupo particularmente afetado por ele, uma vez que terminados os seus processos de nível básico, vários adultos tinham manifestado interesse em efetuar a sua inscrição para o nível secundário, e isso já não lhes foi possível, sendo aconselhados a fazê-lo noutra CNO.

O que mudou foi que passou agora a existir outro grupo para quem este último problema era muito significativo, os adultos do grupo “ficam no CNO”, que tentavam ainda concluir os seus processos de nível secundário. Uns e outros, a todos interessavam os propósitos deste projeto. Optou-se por desafiar todos.

1.4.4. Potenciais recursos

Apesar de todos os problemas que o CNO atravessava desde 1 de fevereiro, e do desânimo vivenciado pelos seus adultos e equipa, reunia ainda alguns recursos passíveis de serem mobilizados para a tentativa de resolução dos problemas.

Apesar de, na altura em que este projeto se começa a desenhar, ou a redesenhar, já não existir acesso ao financiamento, dispunha-se ainda de todos os recursos materiais do CNO. Podia-se, portanto, contar com as suas instalações, os computadores, linha telefónica, meios informáticos, acesso à internet, assim como todas as instalações da escola, nomeadamente salas e biblioteca.

Relativamente aos recursos humanos, no início de maio, altura em que se decide pela continuação do projeto, a situação era a seguinte: os 4 técnicos continuavam a trabalhar, na situação de aviso prévio de despedimento até 26 de junho; havia a possibilidade de se continuar a reunir com os adultos para o desenvolvimento do projeto, mesmo a confirmar-se o despedimento; os formadores continuavam colocados no CNO, sem qualquer tarefa que fazer; contava-se também com o apoio de uma administrativa, colocada em regime de programa ocupacional até 31 de agosto.

No entanto, os maiores recursos para o desenvolvimento deste projeto eram os próprios adultos e os seus recursos endógenos. O seu sentido crítico, a sua capacidade de reflexão, a sua cidadania, por vezes, recentemente descobertos, no âmbito dos próprios processos de RVCC, assim como a sua vontade de agir e reagir, e o seu potencial transformador, tudo isso seria convocado para o desenvolvimento deste projeto, cujo nome - “Autores da nossa própria história” - teve origem numa reflexão de

um adulto quando, ao referir-se à sua autobiografia, disse: “*nós é que fazemos a nossa própria história, aqui vimos só escrevê-la, mas nós é que a fazemos.*”

Remetendo-nos para o processo de conscientização de Paulo Freire, que permite que o homem “faça a sua história em vez de ser arrastado por ela” (1980, p.40), esta frase parece fazer todo o sentido, num momento em que adultos e equipa estavam todos prestes a ser arrastados pelas circunstâncias do encerramento de um CNO.

2. O desenho do projeto

Conhecido o contexto e identificadas as suas lacunas e problemas, mas também os seus recursos e potencialidades, e delimitado o potencial grupo a trabalhar, importava começar a construir com esse grupo o caminho que haveríamos todos de percorrer.

Perante as necessidades já elencadas na análise do contexto, a finalidade deste projeto é a de **promover a participação dos adultos na valorização dos percursos frequentados no CNO e na prossecução dos seus projetos de vida**. Segundo Guerra, a finalidade indica “a razão de ser de um projecto e a contribuição que ele pode trazer aos problemas e às situações que se torna necessário transformar” (2007, p. 163).

Para que o projeto pudesse cumprir esta missão foi necessário traçar objetivos gerais, programar ações e atividades, encontrar estratégias, calendarizá-las, formular objetivos específicos.

2.1. Das necessidades aos objetivos gerais

Os objetivos gerais (OG) deste projeto decorrem diretamente das necessidades e são:

- OG 1. Proporcionar espaços/tempos de acompanhamento aos adultos após a certificação, apoiando-os na construção de um plano de desenvolvimento pessoal.
- OG 2. Refletir sobre as consequências do encerramento repentino do CNO.
- OG 3. Garantir a conclusão da certificação a todos os que se encontrem em fase de finalização dos processos de RVCC.
- OG 4. Valorizar o trabalho desenvolvido no CNO e credibilizar os percursos e os certificados.

2.2. Dos objetivos gerais às ações, atividades e estratégias

Foram programadas 2 ações, uma relacionada com o problema da inexistência de um acompanhamento ao adulto após a certificação e outra relacionada com o problema da desvalorização e descredibilização perante os processos frequentados no CNO e respetivas certificações. Designaram-se provisoriamente de: Ação A - “PDP” e Ação B - “Credibilização”.

Houve nesta fase a necessidade de reunir novamente o grupo (o grupo inicial que certificara recentemente o nível B3 mais o grupo que estava próximo de concluir a certificação do nível secundário) com o objetivo de lhes devolver os problemas e objetivos do projeto (agora reformulados), discuti-los com eles e refletir sobre qual a forma de atingirmos esses objetivos, escolhendo as atividades que melhor se adequam.

Realizou-se uma reunião com este grupo em 24 de maio (memória descritiva da reunião no Anexo 14). Compareceram 16 adultos, conforme registo de presenças (Anexo 15).

Nessa reunião, da reflexão em conjunto sobre a formulação dos problemas, resultou a escolha dos nomes para as ações. Chegou-se à conclusão que o primeiro problema se relacionava com o futuro, enquanto o segundo tinha mais a ver com o percurso frequentado no CNO e o momento que se vivenciava, em virtude do seu encerramento. Decidiu-se por isso designar a ação A de “Programando o futuro” e a B de “Refletindo o passado, valorizando o presente”

Ainda nessa reunião foi solicitado aos participantes que refletissem sobre como é que se poderiam atingir os objetivos. Dessa reflexão, foram programadas as atividades constantes no Quadro 1.

Quadro 1. Atividades do projeto

Ação “Programando o futuro”	Ação “Refletindo o passado, valorizando o presente”
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões /Atendimentos individuais • Palestras: “Finanças pessoais - educação para o consumo”. “Empreendedorismo”. “Procura ativa de emprego”. “Sessão de esclarecimento maiores de 23”. 	<ul style="list-style-type: none"> • “A INO e os CNO – opinião publicada”: grupos de discussão e reflexão. • “Ficam no CNO”: grupo de conclusão de certificações. • “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”: documentário com os testemunhos dos participantes. • “Carta ao Ministro”: elaboração de cartas para entidades com responsabilidades na EFA.

Quanto às estratégias, elas constituem os meios sistematizados através dos quais se organiza e desenvolve a atividade do grupo e foram escolhidas atendendo aos objetivos e recursos do projeto, mas também às características do grupo.

Segundo Isabel Guerra, encontrar estratégias é responder à questão: “Qual a forma mais rentável, mobilizadora e inovadora de concretizar os objectivos que se pretende atingir?” (2007, p.166). A lógica da formulação das estratégias é, portanto indutiva e intuitiva, porque resulta de uma análise subjetiva da forma como se analisa o presente e prospetiva o futuro (*idem*).

Para a ação “Programando o Futuro” consideraram-se mais adequados os encontros individualizados, para o levantamento dos projetos de vida e construção de um plano de desenvolvimento pessoal, e as palestras com convidados externos, para a obtenção de um maior conhecimento sobre alguns temas que pudessem ter interesse para a prossecução desses projetos.

Para a ação “Refletindo o passado, valorizando o presente” as estratégias escolhidas foram no sentido de proporcionar uma maior atividade grupal que desenvolvesse capacidades de cooperação, partilha, responsabilidade e autonomia. Para tal foram privilegiadas as reuniões de grupo a par com alguns exercícios de dinâmicas de grupo, para potenciar a participação, e grupos de discussão, por permitirem uma interação verbal aberta em contexto grupal. Foi também utilizada a pesquisa documental na comunicação social de notícias sobre a INO e os CNO, para posterior reflexão sobre a opinião publicada.

Para a recolha de testemunhos dos participantes, a estratégia utilizada foi a realização de um documentário, opção que foi escolhida pelo grupo na reunião de 24 de maio, uma vez que o registo audiovisual permite a sua posterior utilização e divulgação. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas filmadas que, embora obedecessem a um guião prévio, permitiam uma grande flexibilidade na colocação das questões. Procurou-se reduzir ao mínimo a intervenção da entrevistadora, para proporcionar aos entrevistados uma maior liberdade na condução dos seus discursos.

2.3. Objetivos específicos

Para cada objetivo geral foram formulados objetivos específicos (OE) que identificam de forma mais clara o que se pretende alcançar com o projeto. Estes foram

formulados de forma operacional e indicam aquilo que os participantes deverão ser capazes de fazer.

Para o OG 1 - proporcionar espaços/tempos de acompanhamento aos adultos após a certificação, apoiando-os na construção de um plano de desenvolvimento pessoal - foram formulados os seguintes objetivos específicos:

Os participantes deverão ser capazes de:

- OE 1.1. Identificar projetos futuros para além do processo de RVCC.
- OE 1.2. Refletir sobre as competências e os recursos que podem ser mobilizados para a resolução dos seus problemas e a prossecução dos seus projetos de vida.
- OE 1.3. Construir um plano de desenvolvimento pessoal que inclua os seus projetos a nível pessoal, social e profissional.

Para o OG 2 - refletir sobre as consequências do encerramento repentino do CNO - foram formulados os seguintes objetivos específicos:

Os participantes deverão ser capazes de:

- OE 2.1. Refletir sobre a opinião pública generalizada em relação à INO e aos CNO.
- OE 2.2. Identificar consequências que o encerramento do CNO teve nos seus próprios percursos e no valor dos seus certificados e diplomas.
- OE 2.3. Descrever as suas dúvidas e agir perante um quadro de incertezas quanto ao futuro da INO e da EFA.

Para o OG 3 - garantir a conclusão da certificação a todos os que se encontrem em fase de finalização dos processos de RVCC - foram formulados os seguintes objetivos específicos:

Os participantes deverão ser capazes de:

- OE 3.1. Compreender que o encerramento do CNO limitou o prazo para a conclusão dos seus processos de RVCC.
- OE 3.2. Assumir compromissos com a equipa e envolver-se ativamente com vista à conclusão dos seus processos dentro do prazo disponível.

Para o OG 4 - valorizar o trabalho desenvolvido no CNO e credibilizar os percursos e os certificados - foram formulados os seguintes objetivos específicos:

Os participantes deverão ser capazes de:

- OE 4.1. Identificar e compreender as circunstâncias particulares que condicionaram os seus níveis de escolaridade e qualificação.

- OE 4.2. Descrever a forma como desenvolveram os seus processos, identificando dificuldades e impactos positivos, e testemunhando os efeitos do encerramento do CNO no seu percurso e no de outros adultos em circunstâncias semelhantes.
- OE 4.3. Construir um discurso reflexivo, crítico e coerente sobre os percursos frequentados no CNO, valorizando e credibilizando a INO como uma oportunidade de recuperação dos baixos níveis de qualificação da população adulta e de reposição da justiça social.

2.4. Calendarização

As ações e respetivas atividades deste projeto foram programadas para decorrerem durante os meses de maio, junho e julho, embora algumas iniciativas já tivessem sido tomadas antes, como é o caso do grupo “ficam no CNO” que já tinha sido constituído em meados de abril. Na reunião de 24 de maio, ficou decidido que os encontros para o desenvolvimento deste projeto teriam lugar na escola, todas as quartas-feiras, às 20h30. Nessa reunião, ficaram calendarizados os encontros seguintes.

3. Avaliação de entrada

Na avaliação de entrada avalia-se a coerência, aplicabilidade e exequibilidade do projeto (Cembranos, Montesinos & Bustelo, 1988). Após o seu desenho inicial havia que colocar a seguinte questão: seria ele coerente e viável? Importa, antes de mais, refletir sobre a coerência entre a análise da realidade e os objetivos e ações do presente projeto. Num primeiro momento foi identificado o problema da inexistência de acompanhamento aos adultos após a certificação. Desde a notícia do previsível encerramento do CNO, o contexto altera-se, surgindo um novo problema: o do sentimento de desvalorização e descredibilização perante os processos frequentados no CNO e respetivas certificações.

O quadro síntese apresentado no Anexo 16 mostra como objetivos, ações e atividades foram desenhados em concordância com os problemas e pretendem contribuir diretamente para a sua resolução.

Ainda em relação à coerência do projeto, destaca-se que ele foi traçado de acordo com os sentires e perceções dos sujeitos-atores com quem foi coconstruído o

conhecimento acerca da realidade em questão. Há que destacar a este respeito as reuniões de 30 de janeiro e de 24 de maio, onde, através de estratégias participativas, esses sujeitos foram convocados a colaborar no desenho do projeto.

Relativamente aos possíveis limites deste projeto, o primeiro prendia-se com a questão do limite temporal para a sua realização. Ultrapassado o constrangimento da eminência contante do encerramento do CNO, uma vez que o projeto acabou por se desenhar como uma alternativa para além do próprio CNO, apresentava-se-lhe outro limite, o limite temporal para a realização deste trabalho de mestrado. Dispunha-se de 3 meses para desenvolver o projeto, o que poderia comprometer a realização de algumas atividades.

Por outro lado, surgiu também um constrangimento que tinha a ver com a impossibilidade dos encontros do grupo se realizarem nas instalações da escola, para além do dia 15 de junho, data em que terminavam as aulas à noite e a escola passaria a estar fechada. O grupo sugeriu que depois dessa data se procurasse uma associação local para reunir, tendo dois dos participantes apresentado duas soluções possíveis, a Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Guilhufe e a Junta de Freguesia de Guilhufe (ver memória descritiva da reunião de 24 de maio, no Anexo 14). Assim, a par dos limites surgiam também algumas potencialidades, inclusivamente do projeto se alargar para fora das fronteiras da escola.

Atendendo aos recursos materiais e humanos já referidos no subcapítulo 1.4.4, nomeadamente no que diz respeito às instalações do CNO e à disponibilidade da equipa de formadores, considerou-se que, apesar das limitações de tempo, o projeto era aplicável e exequível.

Feita a avaliação de entrada e a pensar nas etapas futuras de avaliação, preconizadas pelo modelo CIPP, foram definidos indicadores e instrumentos de avaliação.

Foram definidos os seguintes indicadores de avaliação:

Para avaliar a participação dos adultos:

- N° de participantes nas reuniões.
- Assiduidade de cada participante.
- Frequência e pertinência das intervenções.

- Capacidade de iniciativa dos participantes e adequação das propostas aos objetivos pretendidos.

Para avaliar o acompanhamento aos adultos após a certificação e apoio à construção de um PDP:

- Nº de atendimentos individuais.
- Identificação de problemas atuais e projetos futuros.
- Identificação de competências a mobilizar.
- PDP elaborados.

Para avaliar a reflexão sobre as consequências do encerramento do CNO:

- Quantidade de notícias recolhidas e diversidade das fontes.
- Identificação de referências partidárias.
- Capacidade reflexão crítica, oral e escrita.
- Nº e qualidade das ações de procura de esclarecimento das dúvidas sobre o futuro da INO.

Para avaliar a garantia da conclusão da certificação a todos os que se encontrem em fase de finalização dos processos:

- Nº de participantes que concluíram os processos.
- Envolvimento dos participantes na conclusão dos processos.

Para avaliar a valorização do trabalho desenvolvido no CNO e credibilização dos percursos e os certificados:

- Identificação e compreensão das circunstâncias das qualificações da população que justificam a existência da INO.
- Reconhecimento de impactos positivos da frequência dos processos.
- Adoção de um discurso credibilizador dos processos frequentados, reconhecendo a sua exigência e rigor.
- Ações de procura de informação sobre o futuro da EFA junto da tutela.
- Disseminação e divulgação das iniciativas.

Questionando a possibilidade de uma avaliação imparcial e objetiva e considerando legítima a diversidade de interesses e perspetivas, foram definidos dois instrumentos de avaliação com o objetivo de promover a participação ativa dos diferentes implicados e recolher as suas descrições e juízos acerca dos resultados.

O primeiro trata-se de um questionário de avaliação do projeto, destinado aos participantes (Anexo 17). O segundo trata-se de um questionário que visa recolher a opinião de elementos da equipa do CNO (técnicos, formadores, coordenador, direção e avaliador externo) relativamente ao documentário elaborado (Anexo 18).

4. Desenvolvimento do projeto e avaliação do processo

O projeto “Autores da nossa própria história” começou a desenhar-se com os adultos em janeiro, tendo sido depois reformulado com eles na reunião do dia 24 de maio, em virtude das alterações decorrentes do processo de encerramento do CNO. É a partir desta data até ao final do mês de julho que ele se operacionaliza, no que diz respeito às suas atividades.

Além das 8 reuniões de grupo, cujas descrições se encontram nos anexos deste relatório, e dos atendimentos mais individualizados, nomeadamente para a elaboração do documentário, relevaram também para a sua operacionalização as duas últimas sessões de júri realizadas no CNO e a última cerimónia de entrega de diplomas realizada na escola, onde se juntaram adultos do CNO e dos 2 cursos EFA.

4.1. O caminho percorrido

4.1.1. A INO e os CNO – opinião publicada

Esta atividade realizou-se em 30 de maio na biblioteca da escola e teve como objetivo fazer uma análise de tudo o que era noticiado na comunicação social sobre a INO, nomeadamente no que dizia respeito ao futuro dos CNO e as consequências para a educação de adultos (memória descritiva no Anexo 19). Compareceram 5 pessoas, conforme registo de presenças (Anexo 20).

Foram analisadas 11 notícias (Anexo 21), umas trazidas pelos participantes, outras previamente selecionadas. Para tal, foram constituídos dois grupos de discussão e distribuídas as notícias para serem objeto de análise.

Foram identificados os argumentos favoráveis e desfavoráveis à INO e aos CNO e as referências partidárias existentes nas notícias. Inicialmente, foram feitos registos com essa análise numa ficha distribuída para o efeito. As fichas preenchidas pelos participantes encontram-se no Anexo 22. Seguiu-se uma discussão com o grupo todo,

em que todos tiveram oportunidade de expressar oralmente as suas opiniões. Resultaram dessa discussão as seguintes conclusões:

A. A opinião dos participantes sobre os processos que frequentam ou frequentaram no CNO é bastante diferente da opinião pública publicada.

Todos concordam com a utilidade da INO e consideram que o seu fim retira a oportunidade a muitos adultos que ainda gostariam de frequentar percursos de educação e formação de o fazerem. *“Portugal não tem um problema de excesso de qualificação! Portugal tem um problema de abandono escolar.”* (Rosa R. e Mário, Anexo 22)

B. A maioria das notícias refere aspetos desfavoráveis à INO.

Muitas delas referem-se ao encerramento dos CNO.

“O atual governo está a promover a extinção de um grande número de centros novas oportunidades” (Luís e Joaquim S., Anexo 22)

Os participantes também constataram que os motivos pelos quais esses encerramentos estão a ser levados a cabo têm a ver com o facto de se dizer que os processos de RVCC frequentados nos CNO não produzem emprego nem aumentos nos salários. *“[O CNO] não produzia emprego nem promoção profissional ou salarial, ora, se estas modalidades de Educação Formação de Adultos não foram criadas com tal objetivo, é natural que não produzam tais efeitos”* (Rosa R. e Mário, Anexo 22)

C. Os adultos não foram consultados/auscultados.

Relativamente ao artigo “Medalhas”, publicado no Correio da Manhã *online*, onde se lê que “passou sem fanfarras o enterro do programa Novas Oportunidades”, um dos participantes refere que: *“a minha opinião sobre esta matéria é que ela nos transmite a forma como o nosso governo atua, ou seja, «posso, quero e mando», porque se passou silenciosa é porque ninguém quis saber da opinião dos eleitores.”* (Roque, Anexo 22)

D. Os processos que frequentam ou frequentaram foram descredibilizados.

Todos os participantes foram unânimes em referir que sentem que todas estas notícias tiram valor aos percursos que frequentam ou frequentaram, pelo menos perante a opinião pública. Esperam agora que o mesmo não se passe com o mercado laboral e que não comece a haver uma discriminação em relação aos seus diplomas. *“Nuno Crato condena o futuro de milhares de pessoas, enxovalha as que decidiram estudar e descredibiliza quem trabalha nesta área.”* (Rosa R. e Mário, Anexo 22)

E. A INO foi indevidamente usada como arma política.

Foi discutido também o facto de muitas destas notícias fazerem uma referência direta ao governo, a partidos políticos ou a sindicatos. Concluiu-se que esse facto está relacionado com o forte carácter político que a INO assumiu.

Esta atividade revelou-se bastante importante para o grupo tomar consciência do que é a opinião pública atual sobre a INO e os CNO. Apesar de já terem uma noção sobre o assunto, ler e discutir as notícias em conjunto, ajudou-os a construir um discurso e uma opinião fundamentada. Destaca-se o facto negativo de só terem comparecido 5 adultos, que se tentou minimizar, enviando *email* a todos os restantes com as notícias digitalizadas e as conclusões do grupo e apresentando-as resumidamente na reunião seguinte. Por outro lado, o facto do grupo ser reduzido permitiu que o debate fosse bastante aprofundado com a participação de todos.

4.1.2. Grupo “ficam no CNO”

Este grupo começou a constituir-se em meados de abril (ver subcapítulo 1.4.2.) com o objetivo de garantir a conclusão da certificação a todos os que se encontrassem em fase de finalização dos processos de RVCC, rentabilizando os recursos humanos disponíveis.

O grupo era composto por 12 adultos em processo de RVCC de nível secundário.³¹ Foi-lhes assegurado um acompanhamento individualizado por parte dos 3 formadores, para apoio ao desenvolvimento dos seus portefólios e validação dos créditos em falta para a certificação do nível secundário.

Esse acompanhamento consistiu na realização de atendimentos individuais (com regularidade semanal ou quinzenal) com cada um dos formadores, até à conclusão da respetiva área de competências-chave. A equipa pedagógica continuou a manter a sua disponibilidade em horário pós-laboral, por ser o que interessava à maioria dos adultos do grupo. A funcionária administrativa, que se mantinha no CNO em programa ocupacional, apoiou nos contatos telefónicos para marcação de atendimentos e receção dos portefólios para análise dos formadores. Os contactos por *email* entre adulto e formador, embora fosse já uma estratégia utilizada, foram mais agilizados nesta fase para rentabilizar o tempo.

³¹ A estes 12, mais tarde, juntaram-se mais 3 adultos que eram acompanhados pelos outros colegas profissionais de RVC, não tendo estes integrado as restantes atividades do projeto porque já se encontravam a decorrer.

No início de junho, os adultos do grupo “ficam no CNO” encontravam-se próximos da conclusão dos seus processos de RVCC. Realizou-se uma reunião em 6 de junho com o objetivo de decidir onde e quando se realizaria a sessão de júri de certificação (memória descritiva da reunião no Anexo 23). Estiveram presentes 10 adultos, conforme registo de presenças (Anexo 24).

Uma vez que o CNO não poderia realizar a sessão de júri por já não ter acesso ao financiamento, foi-lhes sugerido que o júri se realizasse num dos outros centros do concelho, procedendo-se nesse caso à transferência de todos os adultos em condições de obter a certificação.

Por acharem que seria constrangedor fazerem a sua apresentação de júri noutra centro, e por se sentirem mais confiantes em fazê-lo com a equipa que os tinha acompanhado, todos referiram que preferiam pagar cada um a sua parte de modo a que se reunisse a verba necessária para pagar ao avaliador externo, para que a sessão de júri se realizasse na escola.

Essa proposta foi apresentada a um dos avaliadores externos que trabalhava habitualmente com o centro, que se prontificou a fazer estas sessões de júri, sem cobrar honorários.

Em 12 e 13 de julho realizaram-se as duas últimas sessões de júri que permitiram aos adultos do grupo “ficam no CNO” obter a sua certificação do nível secundário de escolaridade.

4.1.3. Documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”

Pretendeu-se com esta atividade recolher testemunhos dos adultos que pudessem valorizar o trabalho desenvolvido no CNO e credibilizar os percursos. Ela teve início com uma reunião preparatória em 13 de junho (memória descritiva da reunião no Anexo 25), em que estiveram presentes 9 adultos, conforme registo de presenças (Anexo 26).

Nessa reunião, foi explicado aos participantes que os seus testemunhos seriam recolhidos através de uma entrevista individual filmada. O objetivo seria recolher o testemunho de 4 ou 5 pessoas para depois montar o filme, intercalando os testemunhos conforme os assuntos, dando-lhe uma sequência lógica que o tornasse compreensível.

Ofereceram-se para dar o testemunho o Luís, o Fernando e o Joaquim S.. Foram desafiadas a participar a Rosa B. (porque seria interessante obter-se também o testemunho de um casal e poderia ser entrevistada em simultâneo com o marido, o José

A.) e a Rosa R. (por se encontrar numa situação diferente dos colegas, uma vez que foi encaminhada para o CNO pelo centro de emprego, sob pena de ver o seu subsídio de desemprego cortado³²).

Seria assim possível recolher uma diversidade de testemunhos que poderia enriquecer o documentário. Estavam escolhidos os 6 participantes que dariam o seu testemunho. Todos concordaram.

Na mesma reunião, foram discutidos os possíveis títulos para o documentário. Foram sugeridos os seguintes: “Sonhos concretizados e sonhos por concretizar”, sugerido pelo Luís; “Todos temos direito a uma nova oportunidade” e “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”, (sugeridos pela Rosa B.).

Ficou decidido fazer a escolha mais tarde, depois de realizadas as filmagens para que se pudesse perceber o que mais se adequava ao conteúdo. As datas e a duração de cada entrevista constam no Anexo 27.

No início de cada entrevista, foi explicado ao entrevistado que as perguntas incidiriam fundamentalmente sobre 3 aspetos: motivos que o levou a inscrever-se no CNO, como foi frequentar o processo e o impacto da notícia do seu encerramento (guião da entrevista no Anexo 28).

Quatro entrevistas foram feitas numa sala de aula, e uma na biblioteca. Na altura da sua realização, as aulas já tinham terminado, pelo que estavam reunidas na escola as condições de silêncio necessárias para as filmagens. Para não ser intimidatório, a câmara de filmar já estava montada e ligada quando os entrevistados entravam na sala. Foi-lhes dito que poderiam falar livremente, sem preocupações da organização das ideias e do discurso, porque havia depois a possibilidade de se fazer cortes. Foi-lhes explicado também que o documentário final seria incluído num relatório de mestrado e sujeito a apresentação no meio académico. Todas as autorizações ficaram gravadas.

Os participantes estiveram bastante à vontade durante as entrevistas e revelaram espírito crítico no seu discurso. Tinha-se calculado que durariam cerca de 15 minutos cada uma, e algumas duraram bastante mais.

Conseguiu-se recolher o total de 2h e 18m minutos de filme, que foi depois trabalhado com a preocupação de intercalar os testemunhos de acordo com os 3 grandes assuntos em questão: motivações para a inscrição no CNO, o processo frequentado e o encerramento.

³² De acordo com o despacho 17658/2010, de 25 de novembro do MTSS, os cidadãos desempregados, inscritos nos centros de emprego, que não tenham o 12º ano, devem ser encaminhados para a rede nacional de CNO.

Os testemunhos revelaram-se bastante genuínos e com uma enorme riqueza de reflexões sobre as condicionantes de vida que levaram a maioria a abandonar a escola cedo, a dedicação e empenho necessários para a realização dos seus processos de RVCC e as condicionantes políticas e económicas relacionadas com o encerramento do centro. Para isso, julga-se que também contribui a análise e o debate das notícias realizados noutra das atividades do projeto.

Depois de editado³³, o filme ficou com a duração total de 33 minutos (Anexo 29). Importa referir que a maior parte dos testemunhos cortados tinham também bastante riqueza no seu conteúdo, mas procurou-se fazer uma gestão do tempo para não tornar o documentário exageradamente extenso.

Com o objetivo de devolver ao grupo os testemunhos recolhidos e refletir com eles sobre o resultado final desse trabalho, foi feito o visionamento do documentário no dia 2 de julho (memória descritiva no Anexo 30). Participaram 9 adultos, 5 dos quais tinham dado o seu testemunho (registo de presenças no Anexo 31).

Durante o visionamento do filme, frequentemente, os participantes foram fazendo comentários que traduziam a sua concordância com os testemunhos que estavam a ouvir, usando expressões como: “*exatamente*”, “*também eu*”, “*comigo aconteceu o mesmo*”.

No fim do filme, realizou-se um debate, tendo sido elencados os seguintes aspetos comuns aos 6 testemunhos: o facto de sentirem o CNO como uma oportunidade, que nunca lhes tinha sido dada antes; o facto de não terem tido a oportunidade de estudar na sua infância, por motivos de carência económica; o facto de se terem empenhado bastante na realização dos seus processos de RVCC, fazendo sacrifícios e dispendo de muitas horas para a realização dos portefólios; a questão da “justiça” destes processos; o “susto” com a notícia do encerramento do CNO, que pôs em causa a conclusão dos seus percursos e impediu que outros tivessem a mesma oportunidade.

Os participantes que não entraram no documentário, quando questionados sobre o que tinham sentido ao visioná-lo, referiram que concordavam e se reviam inteiramente nos testemunhos dos colegas. O Roque disse que “*apenas acrescentaria o facto de ter adormecido numa das sessões, por ter vindo direto do trabalho e ter feito uma direta*”, referindo-se aos testemunhos sobre as dificuldades que sentiram ao frequentar o processo.

³³ Para a elaboração do filme foi utilizado o programa de edição Edius 6.

Sobre a utilidade do documentário, concluíram que este consegue passar de forma clara a mensagem pretendida, valorizando o percurso que fizeram no CNO. A análise que fizeram do mesmo durante o debate prova isso mesmo.

“Isto mostra a importância que o CNO teve para nós e a injustiça que é virem-nos agora querer convencer que isto não vale nada ao encerrá-lo” (Roque).

“É isto mesmo, isto só mostra aquilo por que todos passámos e o que sentimos agora” (Margarida).

“Isto vem dar valor ao que aqui fizemos, porque mostra o trabalho que nos deu e o empenho que tivemos” (Margarida).

“É a nossa versão dos factos. Vem repor a verdade. Devia ser visto por muita gente” (Rosa B.).

Uma vez que muitos participantes foram referindo que o filme devia ser visto por muita gente, decidiu-se também nessa reunião de 2 de julho, publicá-lo no *blog* da escola, o que foi possível fazer mais tarde, quando o Luís o conseguiu compactar num ficheiro de formato mais leve. Ficou também decidido que o ofereceríamos ao avaliador externo na sessão de júri, que procuraríamos recolher a sua opinião, e que o apresentaríamos na última cerimónia de entrega de diplomas, a realizar-se no dia 20 de julho, na escola.

4.1.4. Carta ao Ministro

Realizou-se no dia 20 de junho a atividade carta ao ministro, cuja descrição se encontra na memória descritiva no Anexo 32. Participaram 4 adultos (registo de presenças no Anexo 33).

Esta atividade consistiu numa reunião onde foram recolhidas todas as dúvidas que os participantes gostassem de ver esclarecidas sobre o encerramento do CNO e sobre o futuro da Educação e Formação de Adultos.

O desafio lançado foi o seguinte: se estivessem perante o Ministro da Educação o que gostariam de lhe perguntar?

As respostas dadas pelos participantes constam no Quadro 8, apresentado no Anexo 32. Todos intervieram com as suas dúvidas e com a formulação de perguntas, alguns mais do que uma vez.

Discutiu-se também a quem deveria a carta ser enviada. Os participantes sugeriram que fosse enviada ao Ministro da Educação e à ANQEP e concordaram com a

sugestão de a divulgarmos na internet no formato de petição pública, para que fosse lida por mais pessoas e até assinada por outros adultos que partilhassem das mesmas dúvidas. Embora estivesse inicialmente prevista a colaboração da formadora de LC/CE para a redação final da carta, isso não foi possível por esta se encontrar de baixa médica.

Depois de sistematizadas, as ideias foram colocadas na carta que foi enviada a todos por *email*, para darem a sua aprovação. Foi depois transformada numa petição pública, através do *site* Petição Pública³⁴, o que permitiu divulgá-la por *email* a todos os adultos que tinham passado pelo CNO e publicá-la no *blog* da escola e na rede social *facebook*, nomeadamente nalguns grupos recentemente criados ligados à EFA.

A carta e a petição pública encontram-se no Anexo 34. A petição foi lida nas duas últimas sessões de júri do grupo “ficam no CNO”, data em que já contava com 381 assinaturas. Os adultos presentes nessas sessões referiram já a ter assinado e divulgado a outros adultos, ficando no entanto surpreendidos com o elevado número de assinaturas que tinha sido possível recolher em apenas 4 dias (tinha sido disponibilizada no *site* Petição Pública a 9 de julho). Perceberam que isso significava que existia muita gente a identificar-se com o seu conteúdo.

4.2. Os constrangimentos e o caminho que não foi possível percorrer

O desenvolvimento deste projeto foi desde logo condicionado pelo facto da continuidade do CNO ter sido posta em causa em fevereiro, altura em que viu indeferida a sua candidatura financeira, vindo o seu encerramento a concretizar-se mais tarde, em junho. Este período de indefinição sobre aquilo que seria o futuro do enquadramento institucional do projeto, que levou a que a sua continuidade chegasse a ser posta em causa (conforme já foi referido no subcapítulo 1.4.2), contribuiu para que o tempo disponível para o seu desenvolvimento fosse bastante encurtado.

Acresce ainda o facto de, na altura da planificação das suas ações e atividades, o projeto contar com a equipa completa de formadores (3 do nível secundário e 3 do nível básico), que foram considerados, no momento da avaliação de entrada, recursos humanos que viabilizavam o seu desenvolvimento. Os formadores de nível secundário colaborariam no acompanhamento mais intensivo da atividade do grupo “ficam no CNO” e os formadores de nível básico colaborariam no apoio ao desenvolvimento dos

³⁴ O *site* PeticaoPublica.com permite a colocação online de petições públicas e a recolha de assinaturas. As petições criadas podem assim ser divulgadas por um elevado número de pessoas, nomeadamente através da partilha do respetivo *link* pelos contactos de email ou pela publicação em *blogs* e redes sociais.

PDP. Este facto não se veio a concretizar uma vez que a partir de junho só estavam disponíveis 2 formadores do nível secundário (dos restantes, 2 entraram de baixa médica e os outros dois foram colocados noutras tarefas na escola).

Estes constrangimentos contribuíram para que a ação “programando o futuro” não fosse desenvolvida conforme previsto. O levantamento de problemas e projetos de vida dos participantes, que fossem para além da certificação obtida no CNO, ainda foi feito na reunião de 24 de maio (Anexo 14), assim como a identificação de temas que gostariam de ver aprofundados, nomeadamente através da realização de palestras ou tertúlias, com convidados externos, como por exemplo: “Finanças pessoais - educação para o consumo”; “Empreendedorismo”; “Procura ativa de emprego”; “Acesso ao ensino superior pela via maiores de 23”.

Por sugestão do formador de STC, da área de economia, ainda chegaram a ser feitos contactos com uma entidade formadora para a realização de uma dessas atividades. Foi solicitada a colaboração de uma parceria que a escola já havia estabelecido anteriormente com uma entidade formadora na área da “Educação financeira e crédito responsável”, mas que não veio a concretizar-se por indisponibilidade da mesma entidade (a proposta do programa da palestra encontra-se no Anexo 35 e contactos efetuados para a sua marcação no Anexo 36).

4.3. Os participantes

Este projeto começou a ser construído com 16 adultos de dois grupos que haviam concluído recentemente a sua certificação do nível básico de escolaridade. A este grupo juntou-se, mais tarde, aquando da reavaliação do contexto e conseqüente reformulação do projeto, um grupo de 12 adultos cujos processos de certificação do nível secundário se encontravam em fase adiantada, perfazendo um total de 28 adultos.

Todos eles foram desafiados a participar. Todos se encontravam afetados de forma significativa pelos problemas. Os primeiros, porque haviam acabado de terminar os seus processos de RVCC de nível básico e tinham expectativas em prosseguir os seus percursos para o nível secundário, os segundos, porque se encontravam em fase adiantada dos seus processos de RVCC de nível secundário. Uns e outros viram as suas perspetivas de continuidade ameaçadas pelo encerramento do CNO. Uns e outros assistiram, juntamente com a equipa, à incerteza dos meses que antecederam o encerramento e vivenciaram o sentimento de desvalorização dos trajetos.

Todos os 28 adultos participaram num ou noutra momento do projeto, pelo que é apresentada no Anexo 37 uma caracterização individual de cada um. Existiram, no entanto, diferentes graus de participação, evidenciados pela assiduidade nas atividades. Houve quem participasse em todas as atividades do projeto e houve quem participasse apenas numa. Essas diferenças encontram-se espelhadas no Anexo 38, onde se pode verificar a existência de um grupo de 7 adultos mais participativos. A sua caracterização mais detalhada, bem como o conteúdo das suas intervenções orais e sugestões encontram-se no Anexo 39.

Os participantes encontram-se identificados pelos nomes verdadeiros. Esta opção atendeu à própria natureza do projeto, em que se procurou valorizar percursos, nomeadamente através da recolha e divulgação de testemunhos. A ressalva da identidade dos sujeitos, frequentemente utilizada neste tipo de trabalhos, neste caso, não só não era necessária, como seria paradoxal.

5. Avaliação do produto

Avaliar o produto é valorar e interpretar os resultados de um projeto, nomeadamente, os seus efeitos a longo prazo, e investigar de que forma ele deu resposta às necessidades das pessoas (Stufflebeam & Skinkfield, 1987). O que foi avaliado nesta fase foi a participação dos adultos no projeto e em que medida os seus objetivos gerais foram ou não atingidos. Para tal, foram considerados os indicadores previamente estabelecidos no capítulo 3.

Relativamente à participação, foram 28 o total de adultos que participaram num ou noutra momento deste projeto. Trata-se de um número elevado, cujos critérios que justificaram a sua escolha já foram anteriormente explicitados, mas não se partiu da pretensão que todos participassem de igual forma, desde logo, porque se sabia que pelo menos 4 não poderiam participar assiduamente, por se encontrarem muito frequentemente ausentes do local de residência, por motivos profissionais. O número de participantes em cada uma das atividades (espelhado no Anexo 38) variou entre os 4 e os 16 adultos. A média de participantes por atividade foi de 9, no entanto, este indicador pouco nos diz, a não ser quando complementado com a assiduidade da cada participante. Esta (também espelhada no Anexo 38) revela que houve um grupo de 7 adultos mais participativos (que participaram em mais de metade das atividades). Os

participantes revelaram capacidade de iniciativa e adequação das propostas aos objetivos pretendidos. Destacam-se a este respeito as seguintes iniciativas:

- Voluntarização de dois deles (Fernando e Roque) para negociar a utilização de espaços alternativos para as reuniões de grupo na comunidade local, quando se previu que poderia não ser possível fazê-lo na escola;
- Escolha do nome para o documentário (Rosa B. e Luís);
- Compactação o ficheiro do filme, quando se deu conta que por ser demasiado pesado não era possível publicá-lo na internet (Luís);
- Voluntarização para a pesquisa documental na imprensa de notícias sobre o tema das novas oportunidades (Luís);
- Envio de notícias recolhidas em casa por *email*, mesmo não podendo estar presente nessa atividade (Rosa B.).

Para avaliar a participação dos adultos, consideraram-se também as suas intervenções. Excetuando-se duas participantes (Rosária e Margarida), que se revelaram menos interventivas, todos os outros participaram, frequentemente, ao longo dos diversos encontros, com intervenções pertinentes e relevantes. Destaca-se, por exemplo, a pertinência das conclusões relativamente à análise das notícias ou das questões levantadas na atividade “Carta ao Ministro”.

Relativamente ao OG1 (proporcionar espaços/tempos de acompanhamento aos adultos após a certificação, apoiando-os na construção de um plano de desenvolvimento pessoal), não foi possível a realização dos atendimentos individuais, com vista à identificação de competências a mobilizar e elaboração de planos de desenvolvimento pessoal mais individualizados. Este facto teve a ver com o curto intervalo de tempo disponível para a realização do projeto e com o facto da equipa ter sido reduzida em relação ao início do projeto, face ao processo de extinção do CNO³⁵. Foi possível, no entanto, a identificação de problemas e projetos futuros feita logo na primeira reunião.

Relativamente ao OG2 (refletir sobre as consequências do encerramento repentino do CNO), verificou-se que foi feita uma recolha significativa de notícias sobre a INO e os CNO, quer em número, quer pela diversidade das fontes (imprensa escrita e pesquisa *online*). Foram recolhidas 11 notícias, tendo sido analisadas 7. Foram identificadas

³⁵ Recorde-se que aos formadores de nível básico foram atribuídas outras funções, uma formadora do nível secundário entrou de baixa médica e a equipa técnica deixou, a partir de 30 de abril, de ter estabilidade no CNO face às circunstâncias de permanente indefinição quanto à data e ao enquadramento legal da cessação do seu vínculo contratual com a escola.

pelos participantes referências partidárias em quatro das sete notícias analisadas. A forma como analisaram e comentaram as notícias na atividade “A INO e os CNO – opinião publicada”, tanto no preenchimento das fichas de análise, como durante o debate, revelou capacidade de reflexão e espírito crítico. As principais conclusões que resultaram desse debate, já apresentadas no subcapítulo 4.1.1, comprovam isso mesmo.

A referida atividade contribui para a tomada de consciência sobre o que é a opinião pública atual sobre a INO e os CNO, permitindo aos adultos, através da leitura e discussão conjunta das notícias, construir um discurso crítico e uma opinião mais fundamentada. Ainda relativamente ao OG2, foi desenvolvida uma ação de procura de esclarecimento das dúvidas sobre o futuro da INO, que consistiu na elaboração de uma carta dirigida ao Ministro da Educação, tendo-se depois optado por transformá-la em carta aberta, mediante a publicação no *site* Petição Pública.

Relativamente ao OG3 (garantir a conclusão da certificação a todos os que se encontrem em fase de finalização dos processos de RVCC), verificou-se o envolvimento ativo de todos os participantes do grupo “ficam no CNO” assim como da equipa de formadores do nível secundário que levou a que os 12 adultos do grupo, mais 3 adultos que a ele mais tarde se juntaram, conseguissem concluir os seus processos de RVCC, obtendo a certificação do nível secundário. O envolvimento dos adultos traduziu-se na maior frequência com que requeriam o apoio dos formadores, solicitando a marcação de atendimentos para a orientação dos seus portefólios e na maior agilização do envio do trabalho por *email*. Participaram também ativamente nas decisões relativamente à realização da sessão de júri (na reunião do dia 6 de junho, conforme descrição no Anexo 23). Para a prossecução deste objetivo muito contribui também a voluntarização por parte de um avaliador externo para a realização da sessão de júri sem qualquer encargo (visto que, em virtude do processo de extinção do CNO, a escola já tinha perdido o acesso ao financiamento). Na última sessão de júri referiu: “*Sou cúmplice neste vosso projeto, porque estou solidário com a vossa causa*” (avaliador externo).

Relativamente ao OG4 (valorizar o trabalho desenvolvido no CNO e credibilizar os percursos e os certificados), ficou claro nos testemunhos do documentário (Anexo 29) que os adultos identificam claramente as circunstâncias de baixas qualificações da população portuguesa que justificam a existência da INO, até porque a maioria vivenciou experiências de condicionamento socioeconómico, que os impediu de prosseguir estudos. “*Eu acho que nunca é demais o que se investe em formação, porque*

a formação fica sempre com as pessoas, fica sempre com a sociedade. É extremamente negativo, neste momento, pararmos um processo de formação de adultos que é fundamental para o país” (Fernando, Anexo 29).

Reconhecem também o impacto positivo que a frequência do processo de RVCC teve nas suas vidas. Um dos participantes refere, com visível satisfação, o facto de já conseguir escrever ofícios no computador e de já enviar currículos por *email*: *“qualquer carta que eu mandava, tinha que a mandar fazer fora e hoje já sou eu que faço (...) Eu hoje, se tivesse a empresa, esta evolução ajudava-me muito”* (Joaquim S., Anexo 29). Outro participante refere que: *“a escola mudou há muitos anos a minha vida e hoje continua a mudar, porque eu hoje sou um cidadão que continuou a escola”* (Fernando, Anexo 29).

Os testemunhos também mostram que os adultos reconhecem o rigor e a exigência dos processos que frequentaram, referindo-se frequentemente à quantidade de horas que tiveram que dispor para a organização das narrativas de vida, reflexão e pesquisa de temas das áreas de competências-chave. Uma das participantes que não entrou no documentário referiu ao visioná-lo: *“é isto mesmo, isto só mostra aquilo por que todos passámos e o que sentimos agora. (...) Isto vem dar valor ao que aqui fizemos, porque mostra o trabalho que nos deu e o empenho que tivemos”* (Margarida, Anexo 30).

Para finalizar a avaliação do último objetivo geral falta ainda analisar a divulgação do projeto e das suas iniciativas. A atividade “Carta ao Ministro”, que inicialmente era para ser só isso mesmo, acabou por se transformar em petição pública o que, como já foi referido, permitiu a sua divulgação na internet e a recolha de assinaturas. À data da entrega deste trabalho a petição contava com 520 assinaturas e 37 comentários (Anexo 40). Os comentários colocados no *site* da petição por alguns dos signatários demonstram que outros adultos, fora do CNO, se identificam também com as dúvidas e incertezas deste grupo:

“Não somos velhos para aprender coisas novas e temos o mesmo direito ao ensino que qualquer outra pessoa, independentemente da idade.”

“Dizem que o saber é liberdade, que o conhecimento, mesmo de âmbito geral é riqueza e símbolo de livre escolha...mas se nos privam desse saber...estão a tirar-nos a liberdade.”

“Considero uma injustiça, pois é a única oportunidade que tínhamos de conseguir validar nossas competências que adquirimos ao longo da vida, e também termos a equivalência da escolaridade que conseguimos fazer, uma vez que nem para limpar chão, sem estudos não servimos.”

(Signatários da petição pública)

O documentário foi divulgado numa cerimónia pública de entrega de diplomas realizada na escola onde, perante um auditório cheio de adultos certificados no CNO e nos cursos EFA, respetivas famílias, e também professores e membros da direção da escola, o diretor, no seu discurso de encerramento, citou algumas palavras dos testemunhos do documentário e afirmou que as portas da escola estariam sempre abertas para novos projetos destinados aos adultos. Além disso, foi divulgado na internet, através do *blog* da escola e da rede social *facebook*.

O documentário e a petição foram também enviados por *email* para todos os adultos que passaram pelo CNO. Numa resposta de um antigo formando do CNO pode ler-se: “*Concordo plenamente com os comentários tecidos pelos antigos formandos do CNO e lamento o seu encerramento desta forma abrupta. Espero que um dia possamos contar com mais centros de formação como este aqui em causa, pois foi uma mais-valia para muitos formandos que por cá passaram*” (Anexo 41).

Em síntese, com base nos indicadores previamente estabelecidos pode concluir-se que houve uma participação do grupo ao longo do projeto, embora com diferentes níveis de participação, destacando-se um grupo de 7 adultos que tiveram uma participação elevada. Relativamente aos objetivos gerais, pode concluir-se que, à exceção do primeiro, que não foi atingido na totalidade, os restantes foram atingidos.

Todavia, de acordo com o modelo de avaliação participativa, apresentado no enquadramento teórico deste trabalho como o mais adequado quando se utiliza uma metodologia de investigação-ação participativa, a avaliação não deve “medir apenas o êxito das ações com o apoio de indicadores” (Guerra, 2007, p.187).

Nesse sentido, e atendendo à natureza participativa e democrática do projeto, procurou-se envolver também os participantes no processo avaliativo, assim como recolher algumas opiniões exteriores ao grupo, relativamente ao documentário, um dos produtos com maior potencial de divulgação e disseminação deste projeto. Partiu-se dos pressupostos de uma avaliação múltipla e que “todos têm algo a dizer sobre a intervenção” e o cujo objetivo é “entender os resultados dos projectos numa multiplicidade de perspectivas” (*ibidem*, p.194).

Com o objetivo de saber como é que os participantes avaliam o próprio projeto e que juízos fazem acerca da sua utilidade, realizou-se uma reunião em 23 de julho. Participaram nessa reunião 9 adultos (memória descritiva no Anexo 42 e registo de presenças no Anexo 43), tendo sido feito o preenchimento dos questionários de avaliação, seguido de um debate.

O tratamento dos dados obtidos através dos questionários pode ser consultado no Anexo 44. Os dados assim recolhidos mostram que os participantes atribuem elevado grau de importância às atividades do projeto e referem que este contribuiu muito para a prossecução de cada um dos objetivos. Ressalva-se apenas que, em relação à questão de se saber se o projeto terá contribuído para a obtenção de informação junto da tutela sobre o futuro da INO, alguns participantes julgaram que o projeto só terá contribuído relativamente. Discutimos este assunto no debate, tendo-se concluído que uma coisa é procurar informação, outra coisa é conseguir obtê-la, pelo que faltará saber se haverá uma resposta do ministério à petição pública. Os questionários permitiram também obter as opiniões dos participantes relativamente a cada um das atividades, com perguntas abertas, onde se destacam as seguintes respostas:

- Sobre a “INO e os CNO - opinião publicada”: *“Verificámos que nem todas as opiniões são bem fundamentadas, muitas são exclusivamente partidárias”* (Luís).
- Sobre o grupo “ficam no CNO”: *“Para mim foi fundamental ter tido a oportunidade de concluir o processo com os mesmos formadores, se fosse transferido para outro centro, quase de certeza que não iria concluir este processo”* (Fernando).
- Sobre a elaboração do documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”: *“Apesar de não ter participado neste documentário foi muito importante ouvir quem entrou neste projeto, pois revi-me nos seus testemunhos”* (Margarida).
- Sobre a elaboração da “Carta ao Ministro”: *“As cartas às entidades com responsabilidades na EFA devem ser enviadas para que possamos ter uma resposta às nossas dúvidas. Esperamos que sejam lidas”* (Rosa R.).
- Sobre a apresentação pública do documentário na cerimónia de entrega de diplomas: *“Eu acho bem dar a conhecer este documentário a outros colegas que certamente teriam uma opinião idêntica à nossa”* (José A.).

As respostas à última pergunta do questionário (transcritas na sua totalidade no Anexo 44) ilustram de forma clara a consciência que os participantes têm das mudanças que este projeto provocou neles, sobretudo no que se refere à crença em si próprios e no seu valor.

“Nunca tinha participado num projeto destes, desde discussão, reflexão, participação e entrevista. Eu pessoalmente gostei” (Fernando). *Este projeto foi muito importante pois permitiu que todos os intervenientes pudessem dar a sua opinião e mostrassem a maneira como cada um viveu este projeto. No final todos fomos unânimes, todos temos que acreditar em nós e no nosso valor”* (Rosa B.).

Finalmente, ainda no âmbito da avaliação, recolheram-se algumas opiniões, fora do grupo, relativamente ao documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido” (relembra-se que esta sugestão começou por partir dos próprios participantes).

O membro da direção da escola responsável pela coordenação de todos os projetos da INO (CEF, cursos profissionais, CNO e cursos EFA) refere no seu parecer que, ao ouvir os testemunhos, ficou impressionado com a *“capacidade que demonstraram para ler a realidade deste nosso tempo”*. E acrescenta: *“com uma acutilância digna de realce os adultos demonstram compreender os contornos, o contexto e as dimensões da injustiça de que estão a ser vítimas.”*

O avaliador externo considera que: *“o documentário «Dar voz a quem ainda não foi ouvido» é uma amostra que personifica os adultos aprendentes, dos CNO’s deste país. Considera, no entanto, que o mesmo só não é oportuno, por ser tardio, mas que “seria pertinente ser divulgado/partilhado via digital, não por acrescentar algo de novo, mas por sintetizar o sentir coletivo e ser uma forte mensagem de cidadania, em que os atores/personagens intervêm com muita assertividade.”*

Segundo uma profissional de RVC o documentário valoriza o processo de RVCC, *“desmistificando falsos rumores quanto a uma atitude facilitista ou à «distribuição gratuita de diplomas».* Outro profissional de RVC considera que *“a tomada de consciência destes adultos das suas próprias realidades, das suas próprias potencialidades reconhecidas pela frequência deste percurso, e a consciência de que se verificou mudança a um nível interno, nomeadamente nas visões que têm das suas próprias realidades profissionais é uma constante no discurso dos sujeitos. Outro aspeto que ressalta é a mudança ao nível do desenvolvimento das capacidades críticas e de intervenção social na sociedade.”*

Na opinião de uma formadora do CNO a oportunidade, o conteúdo dos testemunhos, a reflexão sobre as consequências do encerramento do CNO, são tudo aspetos relevantes, destacando que *“o que se pretendia era um género de formação que permitiria a longo prazo a mudança de perspetiva de vida dos adultos através da compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual eles fazem parte; a ampliação da leitura do mundo realizada por eles e a participação real nos processos sociais, ou seja, uma formação plena e integral.”*

Estas opiniões podem ser consultadas na íntegra no Anexo 45. Elas vêm confirmar que esta atividade assumiu, de facto, um importante papel credibilizador.

Conclusão

Com alguns avanços e recuos, o projeto “Autores da nossa própria história” foi-se construindo no diálogo permanente entre a teoria e a prática, num paradigma em que se crê que a ciência está ao serviço dos homens e mulheres, e da sua capacidade transformadora.

O estabelecimento de uma relação horizontal entre todos os intervenientes assumiu particular importância, assim como a metodologia da investigação-ação participativa, que permitiu que educador e educandos cooperassem coletivamente, investigando, agindo e refletindo, produzindo “nessa” e “com” essa ação conhecimento que integrasse saberes múltiplos, especializados e de senso comum, numa atitude solidária, mas também autonomizadora e democrática de perseguição da utopia. Com a utopia sempre no horizonte, entendida no sentido da realidade que se deseja, orientando e conferindo significado à ação, mas também conhecendo a realidade de que se parte, fazendo a graduação dessa utopia (Cembranos, Montesinos & Bustelo, 1988).

Não raramente, neste tipo de projetos, “parece que se quer ir da estação de origem para o destino num trem de alta velocidade, mas a realidade social está cheia de estações e apeadeiros, onde se é obrigado a parar, conhecê-los e integrá-los no caminho” (*ibidem*, p.63). Na verdade, este trabalho vivenciou de forma muito evidente a natureza mutável da realidade social, ao coincidir com um momento de mudança de políticas públicas na área da educação de adultos, com consequências muito diretas para o contexto onde se desenvolveu.

O projeto teve que integrar essas mudanças, reajustar-se a elas e tomá-las como ponto de partida à atividade reflexiva e ao desenvolvimento individual e grupal. A sua finalidade era a de promover a participação dos adultos na valorização dos percursos frequentados no CNO e na prossecução dos seus projetos de vida. Os seus principais recursos foram os adultos participantes, e foram eles que indicaram o caminho, considerando-se todas as pistas que iam dando. Tal como nos refere Augusto Santos Silva:

“Os processos de desenvolvimento não-de dirigir-se principalmente para a potenciação – o desenvolvimento – dos recursos de pessoas e grupos. Devem partir do que as pessoas sabem e do que as pessoas querem, e da forma como as pessoas se representam e organizam, para confrontá-las com os problemas e as oportunidades sociais, e as suas possibilidades e responsabilidades de participação num futuro próprio e comum” (1999, p.161-162).

Os objetivos gerais do projeto foram, na sua maioria, atingidos, como se demonstrou na avaliação do produto, à exceção da construção de planos de desenvolvimento pessoais mais individualizados. Crê-se, no entanto, que aquela que os participantes revelaram ser a sua forma de ler o passado e a apropriação crítica que fizeram do momento presente revela, desde já, uma capacidade projetiva em relação à construção do seu futuro, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida. Isto vem reforçar a ideia da importância da continuidade do investimento público na educação de adultos. No final do projeto, a maioria dos participantes refere: *“descobrimos que temos que acreditar em nós próprios e no nosso valor”*.

No momento atual, em que se anuncia o fim de uma iniciativa que, não obstante as suas possíveis fragilidades, se traduziu num investimento grande na qualificação da população adulta e se revelou, de facto, uma “porta aberta” a um número considerável de adultos pouco escolarizados, a quem nunca se tinha conseguido chegar antes, é preciso que se considerem alternativas que não venham frustrar as expectativas criadas.

Num contexto ideológico, apresentado no enquadramento teórico deste relatório, de uma permanente tensão entre uma lógica de maior responsabilização das políticas públicas e uma lógica de maior responsabilização dos aprendentes, à qual não é alheia a utilização alternada dos termos educação e aprendizagem, são enormes os desafios que se colocam à educação de adultos no paradigma atual da educação.

Portugal tem vivido desde o 25 de abril, altura em que se consolida a rede pública de educação de adultos, numa lógica político educativa intermitente (Lima, 1994), em que ora se aproxima à educação popular, ora se aproxima à qualificação profissional. Na verdade, num país que revela um problema histórico de subqualificações, espera-se da educação de adultos que resolva, por um lado, os problemas estatísticos de défices de escolaridade da população, por outro lado, que trabalhe com cada sujeito de forma personalizada, olhando ao seu percurso e características.

Os “autores da própria história” revelaram ter consciência desse paradigma em que vivemos. A sua capacidade de ler a realidade atual, o discurso crítico demonstrado ao longo do projeto, e evidente no documentário, a assertividade e oportunidade com que foram fazendo as suas intervenções e propostas são reveladores de um sentir coletivo que se traduz numa forte mensagem de cidadania e exercício democrático. “Na verdade, se há saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático” (Freire, 2003a, p.100).

Este projeto aponta para a necessidade de se continuar a apostar numa educação de adultos que assente numa lógica humanista, de solidariedade, respeito, justiça e desenvolvimento, essenciais à democracia. A este respeito reforça-se a recomendação da UNESCO, que refere no seu relatório que a educação deve contribuir para o desenvolvimento global das pessoas e “todo o ser humano deve ser preparado para elaborar pensamentos autónomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida” (1996a, p.99). E prossegue: “mais do que nunca a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento e imaginação, de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino” (*ibidem*, p.100).

Relativamente às repercussões deste projeto para o campo da educação social, conclui-se que o papel do educador social, ou de qualquer educador que desenvolva a sua prática com adultos é o de se constituir como um mediador, que não sendo “dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos (...) com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar” (Freire, 2006, p.28).

Fica a sensação de missão cumprida, embora consciente que ainda há muito por fazer. Julga-se ter conseguido a valorização dos percursos. Por um lado, uma valorização que ocorreu dentro dos próprios participantes, que estarão agora mais capazes de tomar a palavra e usá-la em sua defesa, perante as vozes de descrédito e as críticas, muitas vezes mal fundamentadas e movidas pelo preconceito, que se prevê que continuem a ser alvo. Por outro lado, uma valorização dentro da própria comunidade escolar, que, por vezes, se mostrou apartada da realidade do CNO e da educação de adultos. E, por último, uma valorização que ultrapassa largamente as fronteiras da escola, através do documentário com os testemunhos dos participantes e da petição pública que, divulgados na internet, são vistos e lidos por um número incalculável de pessoas.

Termina-se dando, mais uma vez, voz aos participantes, citando um deles que, no documentário, referindo-se à sua passagem pelo CNO, refere: “*Nós quando vimos para aqui é no sentido de explodir*”. Julga-se que estão agora reunidas as condições para que se entenda o verdadeiro sentido desse processo de “explosão” a que tantas vezes se foi assistindo com os “autores da própria história” e tantos outros adultos.

Referências Bibliográficas

- Alaíz, V., Gois, E., & Gonçalves, C. (2003). *Auto-avaliação de Escolas*. Porto: ASA.
- Alcoforado, J. L. (2008). *Competências, Cidadania e profissionalidade: Limites e desafios para a construção de um modelo português de educação e formação de adultos*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra, Portugal.
- Amorim, J.P. (2006). *O impacto da educação e formação de adultos no desenvolvimento vocacional e da cidadania – A metamorfose das borboletas*. *Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho*, 5. Lisboa: MTSS.
- Andreola, B. A. (2001). Interdisciplinaridade na obra de Freire: uma pedagogia da simbiogênese e da solidariedade. In D. R. Streck, E. Redin, F. C. Mädche, I. M. Keil & L. I. Gaiger (org.), *Paulo Freire: ética, utopia e educação* (3ª edição, pp.67-94). Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Assembleia da República (1986). Lei 46/86. Diário da República, 1ª série - Nº237 - 14 de outubro de 1986.
- Ávila, P. (2005). *A Literacia dos Adultos. Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*. Dissertação de doutoramento, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Azevedo, J (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social*, 1, 7-40.
- Baptista, I (2007). Políticas de alteridade e cidadania solidária – as perguntas da Pedagogia Social. *Cadernos de Pedagogia Social*, 1, 135-151.
- Baptista, I (2008). Pedagogia Social: Uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção. *Cadernos de Pedagogia Social*, 2, 7-30.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação-ação. In *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e Métodos* (pp. 292-301). Porto: Porto Editora.
- Canário, R (2008). *Educação de Adultos. Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Canário, R. (2003). A “aprendizagem ao longo da vida”. Análise crítica de um conceito e de uma política. In R. Canário (org.), *Formação e Situações de Trabalho* (pp. 189-207). Porto: Porto Editora.
- Carneiro, R. (coord.), et al. (2010). *Iniciativa Novas Oportunidades: Resultados da Avaliação Externa (2009-2010)*. Lisboa: ANQ.
- Carvalho, A. D. (2008). Estatuto antropológico e limiares epistemológicos da educação social. *Cadernos de Pedagogia Social*, 2, 31-43.
- Carvalho, A. D., & Baptista, I (2004). *Educação Social Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Cavaco, C. (2007). Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Complexidade e novas atividades profissionais. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2, 21-34. Consultado em maio de 2012, em <http://sisifo.fpce.ul.pt>
- Cembranos, F., Montesinos, D. H., & Bustelo, M. (1988). *La Animación Sociocultural: Una Propuesta Metodológica*. Madrid: Editorial Popular.
- Comissão das Comunidades Europeias (2000). *Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida*. Bruxelas.
- Comissão de Coordenação da Região Norte (1998). *Plano nacional de desenvolvimento económico e social. 2000-2006. Diagnóstico prospectivo da região norte*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte.
- Dias, J. R. (1978). Como entender correctamente a educação de adultos. In M. J. Gusmão & A. J. G. Marques (coord), *Educação de Adultos* (pp.115-146). Braga: Universidade do Minho.
- Dias, J. R. (1982). *A Educação de Adultos a Pessoa e a Comunidade* (3ª edição). Braga: Universidade do Minho.
- Díaz, A. S. (2006). Uma aproximação à Pedagogia-Educação Social. *Revista Lusófona da educação*, 7, 91-104.

- Escola Secundária Joaquim de Araújo (2010a). *Projecto Educativo 2010/2013 - Entre a tradição e a utopia*. Consultado em dezembro de 2011, em http://jaraujo.esec-penafiel-n2.rcts.pt/projecto_educativo_2010_2013.pdf
- Escola Secundária Joaquim de Araújo (2010b). *Regulamento Interno*. Consultado em dezembro de 2011, em <http://jaraujo.esec-penafiel-n2.rcts.pt/regulamentointerno2010.pdf>
- Ferreira, P. T. (1999). *Guia do Animador. Animar uma Actividade de Formação*. Lisboa: Multinova.
- Freire, P. (1980). *Conscientização. Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes.
- Freire, P. (2001a). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2001b). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. In A. M. A. Freire & J. E. Romão (org.). Série Paulo Freire. São Paulo: UNESP.
- Freire, P. (2003a). *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2003b). *Educação e mudança* (27ª edição). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2004). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2006). *Pedagogia do oprimido* (6ª edição). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fullan, M. (1993). Oito lições de Fullan. In *Change Forces. Probing the depths of educational reform*. London: The Falmer Press.
- Giddens, A. (2000). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, M. C., & Simões, F. (2007). *Carta da Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, IP.
- Goulart, B. D. (2006). *Estudo de um grupo de liderança comunitária: abordagem sociométrica*. Puc-Campinas.
- Guerra, I. C. (2007). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais*. Estoril: Principia Editora.
- Instituto de Emprego e Formação Profissional. *Informação mensal do mercado de emprego*. outubro (2007, 2008, 2009, 2010 e 2011). Lisboa: IEFP. Consultado em dezembro de 2011, em <http://www.iefp.pt>.
- Instituto Nacional de Estatística (2002). *Censos 2001 – Resultados Definitivos Norte*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Censos 2011 – Resultados Provisórios*. Lisboa: INE.
- Lima, F. (2012). Os Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e o Desempenho o Mercado de Trabalho. Lisboa: IST. Consultado em agosto de 2012, em http://www.portugal.gov.pt/media/599104/2012_avaliacao_rvcc.pdf.
- Lima, L. C, Afonso, J. A., & Estêvão, C. V. (1999). *Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos. Estudo para a Construção de um Modelo Institucional*. Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. C. (2004). Políticas de educação de adultos: da (não) reforma às decisões políticas pós-reformistas. In L. C. Lima (org.), *Educação de Adultos. Forum III* (pp.19-43). Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. C. (2005). A Educação de Adultos em Portugal (1974-2004): Entre as Lógicas da Educação Popular e da Gestão dos Recursos Humanos. In R. Canário & B. Cabrito (org.), *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências* (pp. 31-60). Lisboa: Educa.
- Lima, L. C. (org.) (1994). *Educação de Adultos. Forum I*. Braga: Universidade do Minho.
- Lima, R. J. S. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão...com os pés assentes na terra – Desenvolvimento Local - Investigação Participativa, Animação Comunitária*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Melo, A. (2005). Formação de Adultos e Desenvolvimento Local. In R. Canário e B. Cabrito (org.), *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências* (pp. 97-113). Lisboa: Educa.
- Mendes, I. D. P. (2007). *A dimensão participativa dos cursos de Educação e formação de adultos (EFA) no Vale do Ave, norte de Portugal*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Granada, Granada, Espanha.
- Ministério da Educação (2008). Despacho nº6950/2008. Diário da República, 2.ª série - N.º 49 - 10 de março de 2008.

- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social & Ministério da Educação (2006). *Novas Oportunidades. Iniciativa no âmbito do Plano Nacional de Emprego e do Plano Tecnológico*. Lisboa: MTSS e ME.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social & Ministério da Educação (2008). Portaria nº370/2008. Diário da República, 1.ª série - N.º 98 - 21 de maio de 2008.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social & Ministério da Educação (2010). Despacho nº17658/2010. Diário da República, 2.ª série - N.º 229 - 25 de novembro de 2010.
- Miranda, M. A. (2004). *De la caridad a la ciência. Pragmatismo, interaccionismo simbólico y tabajo social*. 2ª edição. Zaragoza: Mira Editores
- Morais, E. C., Almeida, M., Candeias, P., Milagre, C., & Lopes, G. (2008). *Metodologia de Acolhimento, Diagnóstico/Triagem e Encaminhamento de Adultos*. Lisboa: IOP e ANQ.
- Musgrave, P. W. (1994). *Sociologia da Educação* (2ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Norbeck, J. (1978). O educando adulto. In M. J. Gusmão & A. J. G. Marques (coord), *Educação de Adultos* (pp.197-213). Braga: Universidade do Minho.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2004). *Carrer Guidance: a handbook for policy makers*. Paris: OCDE. Consultado em janeiro de 2012, em <http://www.oecd.org/dataoecd/53/53/34060761.pdf>
- Quatenaire Portugal (2008). *Nas Margens do Tâmega. Mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenções*. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza.
- Roths, L. A. (1998). Os projectos de desenvolvimento local como contextos de excelência da educação de adultos: Realidades e desafios. *Rede para o Desenvolvimento Local*. Consultado em agosto de 2012, em <http://www.in-loco.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=92>
- Roths, L. A. (2000). A Educação de Adultos em Portugal. Algumas reflexões com base num projecto europeu de investigação. In L. C. Lima (org.), *Educação de Adultos. Forum II* (pp. 153-168). Braga: Universidade do Minho.
- Roths, L. A. (2005). *Recomposição induzida do campo da educação básica de adultos – Lógicas de apropriação local num contexto político-institucional redefinido*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de Projectos Sociais. Casos Práticos*. Porto: Porto Editora.
- Silva, A. S. (1986). A ruptura com o senso comum nas ciências sociais. In A. S. Silva & J. M. Pinto (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 29-53). Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. S. (1990). *Educação de Adultos: educação para o desenvolvimento*. Rio Tinto: Asa.
- Silva, A. S. (1999). *Parte DeVida*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. S., & Roths, L. A. (1998). Educação de adultos. In *Estudos Temáticos: A evolução do sistema educativo e o PRODEP*, (pp. 17-103). Lisboa: DAPP do Ministério da Educação.
- Simões, J. F. S. (1978). A educação de adultos como factor de correcção das desigualdades educacionais. In M. J. Gusmão & A. J. G. Marques (coord), *Educação de Adultos* (pp.95-114). Braga: Universidade do Minho.
- Sitoe, R. M. (2006). Aprendizagem ao Longo da Vida: Um conceito utópico? *Comportamento Organizacional e Gestão*, 12, 2, 283-290.
- Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1987). *Evaluación sistemática: guia teórica e y Prática*. Madrid: Piados/MEC.
- Timóteo, I (2010). *Educação social e relação de ajuda - representações dos educadores sociais sobre as suas práticas*. Dissertação de mestrado, Universidade de Évora. Évora, Portugal.
- Trilla, J. (1998). Conceito, exame e universo da animação sociocultural. In J. Trilla (coord.), *Animação Sociocultural. Teorias, programas e âmbitos* (pp. 19-44). Lisboa: Instituto Piaget.
- UNESCO (1996a). *A educação: um tesouro a descobrir*. Porto: Edições Asa.
- UNESCO (1996b). Mudar a prática. In *Necessidades educativas especiais na sala de aula. Conjunto de materiais para a formação de professores. Material para formandos* (pp.110-120). Lisboa: IIE.

Anexos

Índice de Anexos

Anexo 1. Ações de formação frequentadas no âmbito da função de profissional de RVC.....	93
Anexo 2. Pedido de autorização à direção para realização do projeto	95
Anexo 3. Quadros da caracterização sociodemográfica do contexto	96
Anexo 4. Organograma da Escola Secundária c/ 3º ciclo do EB Joaquim de Araújo	98
Anexo 5. Fluxograma das etapas de intervenção dos Centros Novas Oportunidades.....	99
Anexo 6. Questionários de PDP de nível básico e secundário	100
Anexo 7. Protocolos celebrados pelo CNO com entidades parceiras.....	106
Anexo 8. Memória descritiva da reunião de 30/01/12	107
Anexo 9. Registo de presenças da reunião de 30/01/12	109
Anexo 10. Pedido de esclarecimento à ANQEP e respetiva resposta	110
Anexo 11. Comunicado publicado no <i>site</i> da ANQEP em 15/05/12.....	112
Anexo 12. Comentário publicado na rede social <i>facebook</i> , em 4/06/12	113
Anexo 13. Relatos de adultos e equipa registados entre 1 de fevereiro e 30 de abril.....	114
Anexo 14. Memória descritiva da reunião de 24/05/12	115
Anexo 15. Registo de presenças da reunião de 24/05/12	126
Anexo 16. Quadro síntese de problemas, objetivos gerais, ações e atividades do projeto	127
Anexo 17. Questionário de avaliação do projeto.....	128
Anexo 18. Questionário de avaliação do documentário	131
Anexo 19. Memória descritiva da reunião de 30/05/12: A INO e os CNO-opinião publicada.	134
Anexo 20. Registo de presenças da reunião de 30/05/12	137
Anexo 21. Notícias analisadas na reunião de 30/05/12.....	138
Anexo 22. Fichas com a análise de notícias preenchidas pelos participantes	149
Anexo 23. Memória descritiva da reunião de 06/06/12: Grupo “ficam no CNO”	157
Anexo 24. Registo de presenças da reunião de 06/06/12	159
Anexo 25. Memória descritiva da reunião de 13/06/12: Preparação do documentário	160
Anexo 26. Registo de presenças da reunião de 13/06/12	161
Anexo 27. Datas e duração das entrevistas filmadas.....	162
Anexo 28. Guião de entrevista para a elaboração do documentário	163
Anexo 29. CD contendo o documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”	164
Anexo 30. Memória descritiva da reunião de 02/07/12: Visionamento do documentário	165
Anexo 31. Registo de presenças da reunião de 02/07/12	167
Anexo 32. Memória descritiva da reunião de 20/06/12: “Carta ao Ministro”	168
Anexo 33. Registo de presenças da reunião de 20/06/12	170
Anexo 34. Carta ao Ministro da Educação e Ciência e petição pública	171
Anexo 35. Programa da palestra “Educação financeira e crédito responsável”	174
Anexo 36. Contactos para realização da palestra “Educação financeira, crédito responsável”	175
Anexo 37. Caracterização individual dos participantes	176
Anexo 38. Diferentes graus de participação.....	177
Anexo 39. Caracterização individual detalhada dos adultos mais participativos	178
Anexo 40. Comentários dos signatários da Petição Pública “Direito à Educação de Adultos”	182
Anexo 41. Reação de um antigo formando do CNO ao documentário	185
Anexo 42. Memória descritiva da reunião de 23/07/12: avaliação do projeto	186
Anexo 43. Registo de presenças da reunião de 23/07/12	187
Anexo 44. Tratamento dos questionários de avaliação	188
Anexo 45. Opiniões sobre o documentário	191

Anexo 1. Ações de formação frequentadas no âmbito da função de profissional de RVC

Ações de formação:

- **Ação de Formação sobre a autoavaliação dos Centros Novas Oportunidades (modelo CAF)**, promovida pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, em 23 de setembro de 2010 – 6,5 horas.
- **Ação de Formação sobre a autoavaliação dos Centros Novas Oportunidades (modelo CAF)**, promovida pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, em 23 de junho de 2010 – 3,5 horas.
- **Ação de Formação “Educação e Formação de Adultos em Portugal: evolução de um campo de saber, sistema nacional de RVCC e metodologias”**, promovido pela ANQ, de 12 de junho a 4 de julho de 2008 – 28 horas.
- **Ação de Formação “Os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências nos Centros Novas Oportunidades: nível básico”**, promovido pela ANQ, de 26 a 30 de junho de 2008 – 4,5 horas.
- **Ação de Formação “Os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências nos Centros Novas Oportunidades: nível secundário”**, promovido pela ANQ, de 1 a 3 de julho de 2008 – 7,5 horas.
- **II Ação de Formação “Metodologia de Acolhimento, Diagnóstico/Triagem e Encaminhamento de Adultos”**, promovida pela ANQ, em 1 de julho de 2008.
- **I Ação de Formação “Metodologia de Acolhimento, Diagnóstico/Triagem e Encaminhamento de Adultos”**, promovida pela ANQ, em 13 de maio de 2008.

Seminários e Jornadas:

- **1º Seminário “Motivar Versos Exigir”: desafios atuais da Educação de Adultos**, promovido pelo Centro Novas Oportunidades da Escola EB 2/3 de Leça do Balio, em 27 de maio de 2011.
- **4º Encontro Nacional de Centros Novas Oportunidades**, promovido pela ANQ, em 30 de novembro de 2010.
- **6º Encontro Regional dos CNO do Vale do Sousa e Baixo Tâmega**, promovido pela PROFISOUSA, em 7 de outubro de 2010.

- **Encontro de Monitorização e Acompanhamento de Centros Novas Oportunidades**, na Associação Empresarial de Lousada, em 10 de setembro de 2010.
- **Seminário “Perspetivas e desafios da qualificação da população adulta”**, promovido pela Escola Secundária do Pinheiro, no dia 9 de dezembro de 2009.
- **Encontro dos Centros Novas Oportunidades da Região Norte**, promovido pelo CNO da ADEIMA e pela Câmara Municipal de Matosinhos, em 22 de junho de 2009.
- **VII Jornadas de RVCC subordinadas ao tema “O Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – uma estratégia para a inclusão?”**, promovidas pelo CNO da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, em 20 de fevereiro de 2009.
- **2º Encontro Nacional de Centros Novas Oportunidades**, promovido pela ANQ, em 2 de dezembro de 2008.
- **V Convenção dos Centros Novas Oportunidades – Norte**, promovida pela PROFISOUSA, em 20 de novembro de 2008.
- **3ª Encontro Regional de Centros Novas Oportunidades, subordinado ao tema “Os constrangimentos dos CNO face às exigências das metas físicas e das orientações da Carta da Qualidade”**, promovido pelo CNO da Escola Profissional de Felgueiras, em 14 de novembro de 2008.
- **V Jornadas de RVCC – Centros Novas Oportunidades do Vale do Sousa e Baixo Tâmega**, promovidas pela PROFISOUSA, em 14 de outubro de 2008.
- **2º Encontro Regional dos CNO de Vale do Sousa e Baixo Tâmega, subordinado ao tema “A Qualificação das Pessoas e o Desenvolvimento Regional do Tâmega”**, promovido pela PROFISOUSA, em 5 de junho de 2008.
- **Workshop “Instrumentos para o Secundário – vias de operacionalização do processo”**, promovido pela Penafiel Activa, em 16 de maio de 2008.
- **Seminário “Os CNO, a Escola e a Formação – Caminhos para a Empregabilidade”**, promovido pela Penafiel Activa, em 15 de maio de 2008.
- **IV Jornadas de RVCC – Centros Novas Oportunidades do Vale do Sousa e Baixo Tâmega**, promovidas pela PROFISOUSA, em 10 de abril de 2008.

Anexo 2. Pedido de autorização à direção para realização do projeto

Isabel Margarida Simões Guedes Vieira
Mestranda de Educação e Intervenção Social
Escola Superior de Educação do Porto

ESCOLA SECUNDÁRIA JOAQUIM DE ARAÚJO, PENAFIEL

DEFERIDO

INDEFERIDO

6 / 01 / 2012

O Director



Escola Secundária Joaquim de Araújo

Rua 3 de Março – Guilhufe

4560-641 Penafiel

Penafiel, 6 de janeiro de 2012

Exmo. Sr. Diretor,

Venho por este meio solicitar autorização para a realização de um projeto de intervenção, no âmbito do mestrado em Educação e Intervenção Social, que me encontro a frequentar na Escola Superior de Educação do Porto.

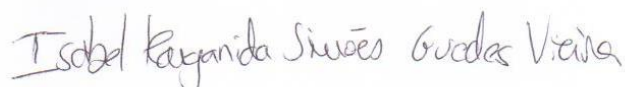
Trata-se de um projeto de intervenção na área da Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário, em que serão desenvolvidas ações com grupos de adultos que frequentam ou frequentaram o Centro Novas Oportunidades. Para tal, necessitaremos de utilizar as instalações da escola, nomeadamente as salas, biblioteca e os equipamentos informáticos e audiovisuais.

A todos os participantes será prestado esclarecimento sobre o âmbito do projeto e os seus objetivos.

No final, será elaborado um relatório para entrega na Escola Superior de Educação do Porto.

Agradeço desde já a atenção e aguardo resposta.

Atentamente,



Anexo 3. Quadros da caracterização sociodemográfica do contexto

Quadro 2. Distribuição da população do concelho de Penafiel por nível de ensino³⁶

Nível de ensino	(HM2001)	(%-HM2001)
Sem nível de ensino	9686	13,5%
Ensino Pré-Escolar (a frequentar)	1202	1,7%
1º ciclo do EB	30085	41,9%
2º ciclo do EB	13746	19,1%
3º Ciclo do EB	7817	10,9%
Ensino Secundário	5976	8,3%
Ensino Médio	113	0,2%
Ensino Superior	3175	4,4%
Total	71800	100%

Fonte: INE, 2002

Quadro 3. Abandono escolar e saída antecipada da escola

NUT / Concelho	Abandono ³⁷ (%-HM2001)	Saída antecipada ³⁸ (%-HM2001)
Lousada	7.3%	56.5%
Paços de Ferreira	6.6%	55.7%
Felgueiras	6.4%	54.8%
Penafiel	5.7%	48.4%
Paredes	4.5%	47.9%
Castelo de Paiva	3.8%	45.2%
Tâmega	6.2%	50.2%
Portugal	2.6%	42.5%

Fonte: INE, 2002

Quadro 4. N° de desempregados no concelho de Penafiel

Out-2007	Out-2008	Out-2009	Out-2010	Out-2011
2 248	2 594	3 570	3 869	4 374

Fonte: IEFP - Estatísticas mensais do desemprego por concelho

³⁶ Nível de ensino completo, incompleto ou a frequentar, no momento censitário (2001).

³⁷ Abandono – total de indivíduos no mesmo momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

³⁸ Saída antecipada – total de indivíduos no mesmo momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

Quadro 5. Nº de alunos e de turmas por nível de ensino

3º ciclo do Básico	Nr. Alunos	Nr. Turmas	Secundário	Nr. Alunos	Nr. Turmas
CEF	24	1	EFA	19	1
EFA	15	1	Profissional	229	12
Regular	259	11	1º Ano	96	4
7º Ano	77	3	2º Ano	68	4
8º Ano	82	4	3º Ano	65	4
9º Ano	100	4	Regular	315	14
			10º Ano	115	5
			11º Ano	86	4
			12º Ano	114	5
Total	298	13		563	27

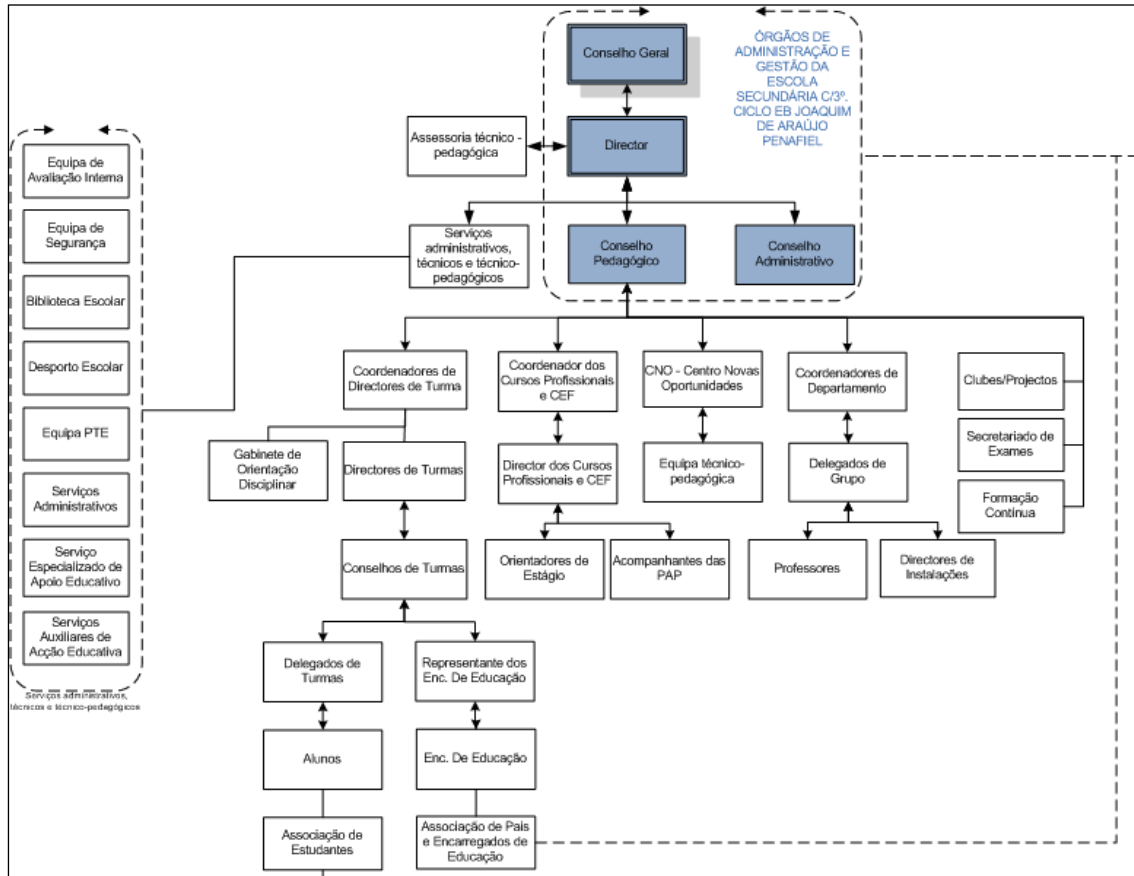
Fonte: Ministério da Educação (ano letivo 2011/2012)

Quadro 6. Pessoal docente e não docente por categoria

Pessoal docente	Nr	Pessoal não docente	Nr
Quadro de Escola	58	Assistente Técnico	9
Quadro ZP	9	Assistente Operacional	23
Contratado	22	Encarregado Operacional	1
		Coordenador Técnico	1
		Técnico Superior	4
Total	89		38

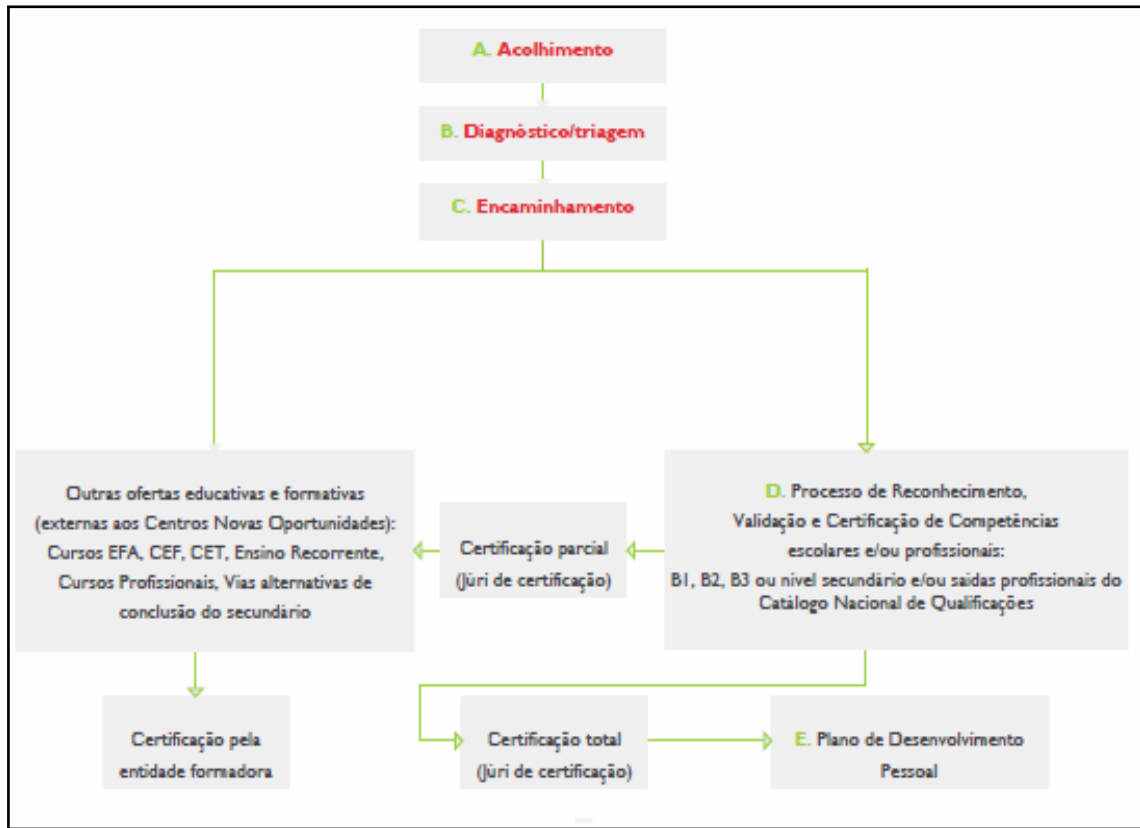
Fonte: Ministério da Educação

Anexo 4. Organograma da Escola Secundária c/ 3º ciclo do EB Joaquim de Araújo



Fonte: *in* www.jaraujo.esec-penafiel-n2.rcts.pt

Anexo 5. Fluxograma das etapas de intervenção dos Centros Novas Oportunidades



Fonte: *in* Gomes & Simões, 2007, p.20

Anexo 6. Questionários de PDP de nível básico e secundário

Plano de Desenvolvimento Pessoal (nível básico)

Nome: _____ Data: __ / __ / ____

1. Reconhecer atributos:

Usando a seguinte grelha, indique os requisitos, conhecimentos e competências que acredita serem importantes para o desempenho de um posto de trabalho onde gostaria de desempenhar funções.
Indique qual a atividade profissional: _____

Domínio das competências Chave	Posse de competências e conhecimentos que julga serem exigidos para essa atividade profissional	Indique o que pode fazer para adquirir ou desenvolver os conhecimentos exigidos e ainda não adquiridos.
Conhecimento de língua portuguesa (leitura, escrita, compreensão e expressão oral)		
Matemática (operações de cálculo e raciocínio aritmético)		
Tecnologias da informação e comunicação		
Cidadania e empregabilidade (adaptabilidade, flexibilidade, proatividade, aprendizagem ao longo da vida).		

Domínio da sociabilidade e eficácia pessoal; Estilo de trabalho/Domínio da liderança	Posse de competências e conhecimentos que julga serem exigidos para essa atividade profissional	Indique o que pode fazer para adquirir ou desenvolver os conhecimentos exigidos e ainda não adquiridos.
Apresentação pessoal adequada; Sensibilidade/ empatia		
Capacidade de persuasão e negociação		
Facilidade de integração em equipas de trabalho; Capacidade para promover o trabalho em equipa/cooperação		
Autocontrolo/ equilíbrio emocional; Autoconfiança/assertividade		
Autonomia/ ambição/ Iniciativa Capacidade de decisão, organização e planeamento		
Responsabilidade/ interiorização do papel de profissional		

2. O que entende por aprendizagem ao longo da vida? Indique o que tem feito nesse sentido?

3. Assinale com numeração entre 1 e 5, tendo em conta a regularidade com que se verifica cada uma das situações abaixo assinaladas. Sendo que 1 equivale a muitas e 5 equivale a nenhuma.

	No trabalho	Tempos livres	Em casa e na família	No estudo	Na comunidade	
Tenho tido						Experiências de sucesso
Tenho observado pessoas como eu a ter...						Experiências de sucesso
As pessoas que me conhecem incitam-me com uma frequência						A realizar as diversas tarefas, pois acreditam que posso fazê-lo com sucesso
Quando desempenho as diversas tarefas, sinto-me						Ansioso
Em consequência, as minhas crenças de autoeficácia são...						Fortes
A minha participação (uso de tempo e esforço), adesão (envolvimento afetivo) são...						Acentuadas

3.1 O que posso fazer para mudar aquilo que considero necessário é:

Plano de Desenvolvimento Pessoal (nível secundário)

Nome: _____ Data: ___ / ___ / _____

1. Reconhecer atributos:

Usando a seguinte grelha, indique os requisitos, conhecimentos e competências que acredita serem importantes para o desempenho de um posto de trabalho onde gostaria de desempenhar funções.

Indique qual a atividade profissional: _____

Domínio das competências Chave	Posse de competências e conhecimentos que julga serem exigidos para essa atividade profissional	Indique o que pode fazer para adquirir ou desenvolver os conhecimentos exigidos e ainda não adquiridos.
Cultura Língua e Comunicação		
Sociedade Tecnologia e Ciência		
Cidadania e Profissionalidade		

Domínio da sociabilidade e eficácia pessoal; Estilo de trabalho/Domínio da liderança	Posse de competências e conhecimentos que julga serem exigidos para essa atividade profissional	Indique o que pode fazer para adquirir ou desenvolver os conhecimentos exigidos e ainda não adquiridos.
Apresentação pessoal adequada; Sensibilidade/ empatia		
Capacidade de persuasão e negociação		
Facilidade de integração em equipas de trabalho; Capacidade para promover o trabalho em equipa/cooperação		
Autocontrolo/ equilíbrio emocional; Autoconfiança/assertividade		
Autonomia/ambiçãõ/Iniciativa Capacidade de decisão, organização e planeamento		
Responsabilidade/interiorizaçãõ do papel de profissional		

2. O que entende por aprendizagem ao longo da vida? Indique o que tem feito nesse sentido?

3. Assinale com numeração entre 1 e 5, tendo em conta a regularidade com que se verifica cada uma das situações abaixo assinaladas. Sendo que 1 equivale a muitas e 5 equivale a nenhuma.

	No trabalho	Tempos livres	Em casa e na família	No estudo	Na comunidade	
Tenho tido						Experiências de sucesso
Tenho observado pessoas como eu a ter...						Experiências de sucesso
As pessoas que me conhecem incitam-me com uma frequência						A realizar as diversas tarefas, pois acreditam que posso fazê-lo com sucesso
Quando desempenho as diversas tarefas, sinto-me						Ansioso
Em consequência, as minhas crenças de autoeficácia são...						Fortes
A minha participação (uso de tempo e esforço), adesão (envolvimento afetivo) são...						Acentuadas

3.1 O que posso fazer para mudar aquilo que considero necessário é:

Anexo 7. Protocolos celebrados pelo CNO com entidades parceiras

1. Ambiformed (04/09/2011);
2. AMPE - Associação Mútua dos Profissionais da Educação (12/02/2009);
3. Aveleda, Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A. (14/10/2009);
4. CNO Escola Secundária c/3º ciclo do Marco de Canaveses (27/03/2008);
5. Dispnal Pneus, SA (31/10/2011);
6. FENSTIE - Federação Nacional dos Sindicatos de Transportes, Indústria e Energia (12/02/2009);
7. FENTCOP - Sindicato Nacional Transportes, Comunicações e Obras Públicas (12/02/2009);
8. ILAA - Instituto Dr. Luís Avelar de Aguiar (12/02/2009);
9. Jovens Seguros, Associação para o Desenvolvimento Ocupacional (26/10/2011);
10. Joviform (06/02/2009);
11. Junta de Freguesia de Galegos (12/02/2009);
12. Marquifor – Consultadoria e Formação (10/10/2008);
13. Perímetro, Consultadoria e Formação, Lda. (02/03/2009);
14. PMH, Produtos Médico Hospitalares (12/02/2009);
15. Sodomilénio, Consultoria em Recursos Humanos e Formação Profissional (07/10/2009);
16. Semente, Lda (31/08/2009);
17. Sindicato Nacional dos Motoristas (12/02/2009);
18. Urbe, Consultores Associados, Lda. (18/03/2008);
19. Web4u Formação (08/10/2009).

Anexo 8. Memória descritiva da reunião de 30/01/12

Atividade: 1ª reunião		
Data: 30/01/12	Horário: 21h-23h00	Local: ESJA (sala 5)
Total de Participantes: 14		

Descrição:

Esta primeira reunião teve como objetivo o levantamento de problemas e necessidades dos participantes e a reflexão sobre como o CNO poderia ajudar na resolução desses problemas. Foram convidados a participar 18 adultos (dos grupos de RVCC nº53 e nº60). Compareceram 14 adultos.

Numa primeira fase, com o objetivo de estimular a participação e colaboração de todos, foi realizado um exercício de dinâmica de grupo, através do qual se pretendia recolher informação sobre os projetos futuros dos adultos, após a recente certificação do nível básico de escolaridade.

Descrição do exercício “passa a bola”:

Com os participantes sentados à volta de uma mesa grande, em forma de mesa de reunião, foi-lhes pedido que fossem passando uma bola, de uns para os outros. Quem recebesse a bola deveria completar a frase: “Certificação do ensino básico, e agora...?”

Um voluntário foi registando as ideias que foram surgindo no quadro e, a cada ideia nova, era pedido a todos os participantes que se identificassem com ela, que levantassem o dedo. Foi sendo registado no quadro o número total de votos em cada tópico.

A regra do jogo era que ele só terminaria quando todos tivessem oportunidade de falar, pelo que cada um deveria passar a bola a quem ainda não o tivesse feito.

As repostas registadas foram: novas aprendizagens (com 14 votos), cursos de formação (com 14 votos), nível secundário (com 3 votos), novo emprego (com 11 votos), ensino superior (com 8 votos), abrir um negócio (com 4 votos), concorrer a cargos públicos (com 4 votos), obter o CAP de manobrador (com 3 votos), tirar/renovar o CAM (com 3 votos), curso técnico de obras públicas (com 2 votos) e concorrer à GNR (com 1 voto).

Numa segunda fase da reunião foi utilizada a técnica de *brainstorming* para recolher ideias dos participantes sobre dois assuntos: 1. Que problemas identificam atualmente nas suas vidas? 2. Como é que o CNO poderia ajudar na sua resolução?

Relativamente à identificação dos problemas, foi utilizada a mesma estratégia do exercício anterior, em que para cada problema identificado e escrito no quadro, era pedido ao grupo que votasse.

As repostas registadas foram: dificuldades financeiras e de gestão do orçamento mensal (com 13 votos), insegurança/criminalidade (com 13 votos), preocupação com o futuro dos filhos (com 12 votos), emigração (com 11 votos), desemprego (com 8 votos), problemas profissionais (com 8 votos), dificuldades na abertura de negócios (com 7 votos), problemas de saúde (com 5 votos) e o vício de fumar (com 5 votos).

Quanto à segunda pergunta, as ideias espontâneas dos participantes foram sendo aproveitadas e devolvidas ao grupo para discussão. Dessa discussão, o grupo chegou a um consenso quanto aos seguintes aspetos, que foram igualmente registados no quadro:

1. O CNO pode ajudar-nos a consciencializar para a tomada de certas decisões importantes para a nossa vida.
2. O CNO pode ajudar-nos a preservarmos o ambiente e a vivermos melhor.
3. O CNO pode ajudar-nos a sensibilizar os pais e alunos da escola para a adoção de comportamentos e atitudes saudáveis.
4. O CNO pode ajudar-nos a fazermos outras aprendizagens e organizarmos outros cursos.
5. O CNO pode ajudar-nos a termos um papel mais interventivo junto das instituições locais.

Anexo 9. Registo de presenças da reunião de 30/01/12

Presenças

Atividade:	1ª Reunião - levantamento de problemáticas e necessidades		
Data:	30/01/2012	Horário:	21h/23h
Local:	ESJA		
Joaquim Manuel Rocha da Silva			
Mário Ricardo Freitas da Silva			
Joaquim António de Braga			
Néctlio René Silva Ferreira			
Maria Adelaide Coelho de Sousa Magalhães			
Joaquim Fernando Soares Pereira			
Reservado a Paulo Ferreira			
José Gabriel da Silva			
Mário Ricardo Freitas da Silva			
Abílio Coelho Dias			
Paulo Magalhães			
António Vicente Martinho de Almeida			
Eulália Ferreira Rocha Silva			
Jorge Manuel Soares Fonseca			
Nelson Ferreira			

Anexo 10. Pedido de esclarecimento à ANQEP e respetiva resposta

Pedido de esclarecimento	
2 mensagens	
CNO Escola Secundária Joaquim Araújo <cno.esja@gmail.com> Para ANQEP <cno@anqep.gov.pt>	11 de Abril de 2012 12:56
Exmos. Srs.	
Na sequência da confirmação do indeternimento da candidatura financeira deste CNO, e tendo esta equipa tido conhecimento que a escola está a equacionar pedir a extinção do mesmo, por não dispor de fontes alternativas de financiamento, vimos por este meio colocar algumas dúvidas, cujo esclarecimento será fundamental para a forma como organizaremos o nosso trabalho:	
No prazo dos 120 dias após a extinção do CNO, referido no nº 4 do artº 24º da Portaria nº370/2008 de 21 de Maio, pode a escola dar continuidade aos processos de RV/CC de adultos que se encontram numa fase adiantada dos mesmos, tendo já frequentado todas as sessões de grupo e encontrando-se em fase de acompanhamentos individuais com os formadores, com vista à conclusão dos seus portefólios e validação dos créditos em falta?	
Poderão, nesse caso, durante esses 120 dias, ser lançadas sessões de acompanhamento individual desses adultos e de validação dos respectivos créditos reconhecidos pelos formadores? Podem os adultos que vierem a concluir os seus processos durante esse prazo, ser então transferidos para um outro CNO desta região, com vista apenas à realização da sessão de júri de certificação, com a sua situação devidamente regularizada no SIGO, e os créditos reconhecidos pela nossa equipa devidamente validados?	
Note-se que a escola, mesmo após o encerramento do CNO, continuará a dispor da equipa de formadores que poderá garantir a continuidade desses processos, evitando-se assim a transferência dos mesmos numa fase em que seria mais complicado o seu acompanhamento por uma nova equipa.	
Note-se também que esta solução só se aplicaria àqueles adultos que, encontrando-se numa fase adiantada dos seus processos, reúnem as condições de terminá-los no prazo dos 120 dias. Todos os outros casos seriam transferidos para CNO's vizinhos, que se mantêm em funcionamento até Agosto e que tenham disponibilidade para os receber.	
Estas medidas iriam permitir à escola rentabilizar os seus recursos humanos (uma vez que dispõe da equipa pedagógica até ao final do ano lectivo), evitando-se assim a sobrecarga dos centros vizinhos e o efeito perturbador e desmotivador que as transferências, nesta fase, têm sobre os adultos.	
Aguardamos o vosso esclarecimento, porque ficámos sem perceber se o prazo dos 120 dias após a extinção, referido na Portaria nº370/2008, de 21 de Maio, e nas vossas recentes orientações, se destinam apenas à regularização de acções no SIGO com data anterior à extinção, ou se será possível o lançamento de acções após essa data, nomeadamente, atendimentos individuais, sessões de validação e transferências.	
Atentamente,	
A Equipa do CNO	

Pedido de esclarecimento

FW: Pedido de esclarecimento

2 mensagens

CNO rede <cno.rede@anqep.gov.pt>

Para cno.esja@gmail.com

13 de Abril de 2012 14:32

Exmos. Senhores,

Na sequência do esclarecimento solicitado pelo V. e-mail infra, informamos que enquanto o Centro Novas Oportunidades promovido pela V. entidade não for formalmente extinto e mesmo após a extinção do Centro Novas Oportunidades, deverão proceder em conformidade com o ponto 4. do artigo 24º da Portaria nº 370/2008, de 21 de Maio. "(...) os Centros Novas Oportunidades cessam o exercício da sua atividade, sem prejuízo do dever que incumbe à respetiva entidade promotora de, no prazo de 120 dias consecutivos a contar da publicação da decisão de extinção: a) Concluir a certificação dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências realizados e, sendo caso disso, proceder ao seu envio para a entidade com a qual a entidade promotora do Centro Novas Oportunidades estabeleceu protocolo, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º; b) Encaminhar os adultos inscritos para outros Centros Novas Oportunidades, no âmbito da sua área geográfica de intervenção, tendo estes a obrigação de prosseguir os respetivos processos;

c) Concluir os procedimentos técnico-pedagógicos em curso, efetuando, sempre que aplicável, os registos necessários no SIGO".

Assim, o Centro Novas Oportunidades após a sua extinção formal (publicada em Diário da República) continuará a ter acesso ao SIGO nos 120 dias subsequentes a esta publicação, pelo que deverão, dentro deste prazo, inserir todas as ações realizadas com os candidatos e transferir os que se encontram numa fase ainda primária do processo.

Torna-se importante referir que todos os outros candidatos que se encontrem a finalizar o processo devem terminá-lo no V. Centro Novas Oportunidades.

Deste modo, informamos que devem ainda regularizar, o mais breve possível, todos os processos de candidatos, nomeadamente aqueles que irão ser transferidos, começando por contactá-los para, de acordo com a Orientação Técnica "Pedidos de transferências entre Centros Novas Oportunidades – novos procedimentos e orientações", de setembro de 2008, poderem proceder à sua transferência para outros Centros Novas Oportunidades.

Com os melhores cumprimentos,

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.

Resposta da ANQEP

Anexo 11. Comunicado publicado no site da ANQEP em 15/05/12

Consulte a Newsletter
Novas Oportunidades

NOVAS OPORTUNIDADES
APRENDER COMPENSA

ANQEP
AGÊNCIA NACIONAL
PARA A QUALIFICAÇÃO E O
ENSINO PROFISSIONAL, I.P.

CATÁLOGO
NACIONAL DE
QUALIFICAÇÕES

BOLSA DE
AVALIADORES
EXTERNOS

siGo
GUIA DE ACESSO

o mundo
das profissões

< Entrada

Iniciativa Novas Oportunidades >

Informação Estatística >

Calendário de Eventos >

Notícias >

SAIT Serviço de Apoio Informativo e Técnico ⓘ

Fórum de discussão >

TESTEMUNHOS NOVAS OPORTUNIDADES

Pesquisa Centros Novas Oportunidades

Perguntas Frequentes

Ligações Úteis

Contactos

... Pesquisar >

Entrada > Notícias > ANQEP

Comunicado

15 Mai 2012

Em dezembro do ano passado, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) analisou as candidaturas técnico-pedagógicas e a financiamento para os Centros Novas Oportunidades (CNO) em funcionamento na altura, para o período de janeiro a agosto de 2012. Neste concurso foram aplicadas as regras e os critérios que estão em vigor desde 2008. Num esforço considerável, o concurso garantiu o financiamento de cerca de 70% dos centros existentes. Os restantes teriam de garantir receitas próprias ou outras fontes de financiamento se pretendessem manter o seu funcionamento. Os Centros instalados em escolas da rede pública que não atingiram os critérios mínimos no âmbito do concurso de financiamento e que não conseguiram fontes alternativas de financiamento tiveram de solicitar à ANQEP a extinção do respetivo Centro, requerendo também auxílio no enquadramento jurídico dos contratos firmados com os técnicos e restantes profissionais destas estruturas.

A ANQEP não decidiu o encerramento de nenhum CNO, respondendo apenas à solicitação de ajuda por parte das escolas que, necessitando de encerrar o seu Centro, precisaram de enquadramento jurídico para análise e resolução das relações contratuais que mantêm com os técnicos (técnicos de diagnóstico e encaminhamento, profissionais de reconhecimento e validação de competências e técnicos administrativos).

Na sequência desta solicitação, a ANQEP elaborou um conjunto de orientações jurídicas e disponibilizou minutos para as situações genéricas, analisando e apoiando as questões que são colocadas com base na especificidade de cada caso.

No seguimento do concurso de novembro passado, 97 CNO, dos quais 49 promovidos por escolas públicas, não reuniram as condições necessárias para obtenção de financiamento.

Atualmente a rede é composta por 302 Centros que mantêm o seu funcionamento, permitindo aos formandos concluir os seus processos de reconhecimento, validação e certificação de competências. Os dados que constam neste site sobre o número de CNO em funcionamento estão em atualização.

SHARE

[D] Avisos Legais | Mapa do sítio


GOVERNO DE PORTUGAL

oportunidades

POPH

Política apoiada por:
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Anexo 12. Comentário publicado na rede social *facebook*, em 4/06/12

 [Redacted], a "minha" escola deve ter sido a primeira a pedir a extinção. O pedido de extinção do Centro foi feito para produzir efeitos a 29 de Abril, mesmo antes da saída das orientações da ANQ a esse respeito. Não contávamos estar a trabalhar em Maio. mandaram-os, inclusive gozar as férias até aí... Tivemos que as tirar nesse mês. Algumas de nós já tinham viagens programadas para Maio e depois tivemos que pedinchar dias, pois em Maio ainda cá estávamos. Não fomos informadas de nada. A coordenadora tomou as decisões e começou a transferir mesmo os adultos que se encontravam a finalizar processos. Estes poderiam tê-los concluído aqui, mas havia a preocupação de não poder pagar ao avaliador externo! A escola teve que assegurar o pagamento de Maio. Neste momento todos os adultos com processos ativos se encontram transferidos. Há mais de um mês que nada nenhuma tarefa nos é atribuída. Nada nos é dito, apenas que temos que tirar mais dois dias de férias a cada mês que passa desde abril... agora ganhamos férias ao mês. Nada nos é dito, não sabemos quando será o nosso último dia de trabalho. Vimos para o local de trabalho diariamente e não sabemos o que inventar para não ensandecer! Palavras poucas, e só do diretor, que por vezes encolhe os ombros nos diz "Meninas, tenham calma". As senhoras da secretaria olham-nos de lado, entre outras coisas. Parece que fizemos mal a alguém... Enfim, é desesperante.

há 6 horas · Gosto

Anexo 13. Relatos de adultos e equipa registados entre 1 de fevereiro e 30 de abril

<i>“A minha coordenadora de departamento já disse que eu vou ter que entrar na escala de substituições. Parece que o diretor já avisou no conselho pedagógico que o CNO vai fechar”</i>	Formadora
<i>“Então e se isto fecha, o que é que nos vão fazer?”</i>	Adulto em processo secundário
<i>“Já não me sinto bem nas sessões de grupo, parece que estamos ali a perder tempo, porque se isto fechar...”</i>	Formadora de nível secundário
<i>“Já não sei o que andamos aqui a fazer. Estou morta que isto acabe.”</i>	Profissional de RVC
<i>“Já não tenho nada que fazer, amanhã tenho que vir ao CNO?”</i>	Formadora de nível básico
<i>“Já só venho para aqui gastar gasolina”</i>	Profissional de RVC
<i>“Mas afinal se aquilo já fechou o que é que vocês andam aqui a fazer?”</i>	Professor da escola (conversa no Bar de Professores)
<i>“O diploma daqui vai deixar de contar?”</i>	Adulto a terminar processo secundário
<i>“O meu processo já era para ter começado a 9 de fevereiro e até agora nada”</i>	Adulto a aguardar pelo início do processo B3 desde 9 de fevereiro
<i>“Ouvi dizer que este CNO vai fechar. É verdade?”</i>	Adulto em processo secundário
<i>“Quando é que retomamos o processo? Depois vamos ter que andar a correr para recuperar o tempo perdido.”</i>	Adulta em processo secundário cujas sessões foram suspensas (conversa telefónica)
<i>“Querida pedir uma transferência. Ouvi dizer que isto faliu.”</i>	Adulto inscrito
<i>“Se for para ser transferida para outro lado, então desisto já”</i>	Adulta em processo secundário
<i>“Se isto fecha, onde é que eles me vão colocar?”</i>	Administrativa do CNO

Anexo 14. Memória descritiva da reunião de 24/05/12

Atividade: 2ª reunião		
Data: 24/05/2012	Horário: 20h30-22h00	Local: ESJA (sala 4)
Total de Participantes: 16		

Descrição:

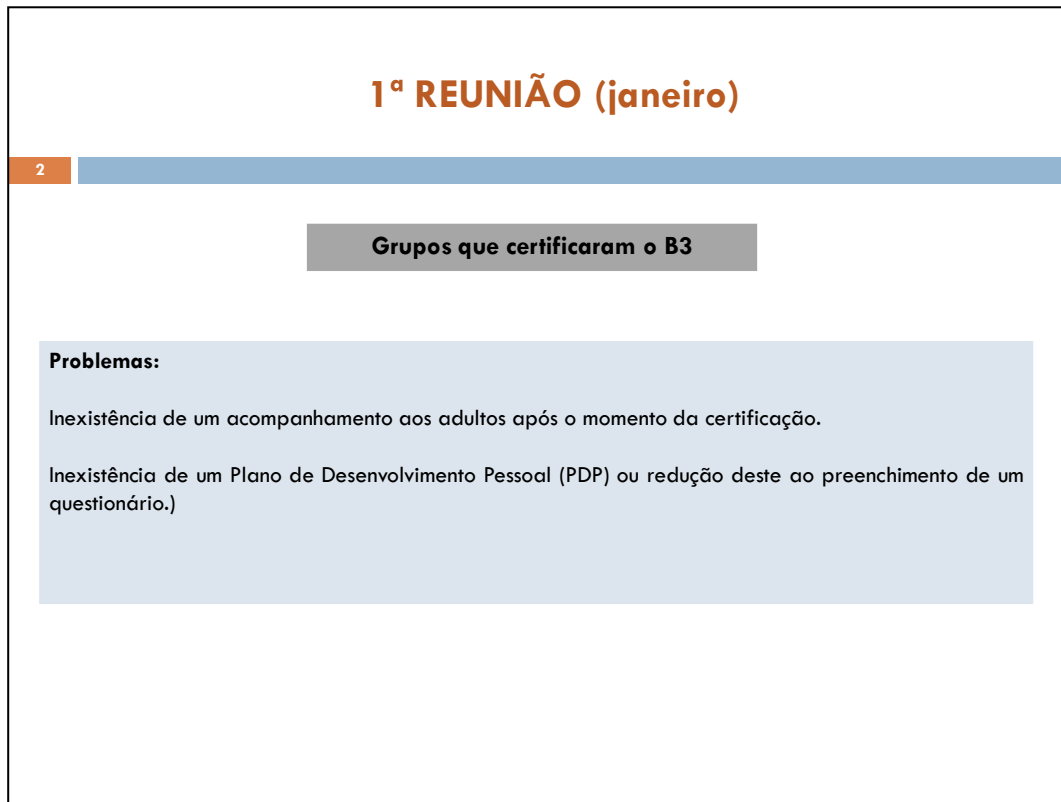
Esta segunda reunião decorreu cerca de 4 meses após a primeira e já depois da extinção do CNO, tendo como objetivo devolver ao grupo os problemas e objetivos do projeto (agora reformulados), discuti-los com eles, refletir sobre qual a forma de atingirmos esses objetivos e escolher as atividades que melhor se adequam. Foram convidados a participar todos os adultos que tinham estado presentes na reunião anterior mais o grupo de adultos que estava agora a tentar terminar os seus processos de certificação do nível secundário, visto que se encontrava numa fase adiantada dos mesmos, no momento da extinção do CNO. Compareceram 16 adultos. Nesta reunião foi utilizada uma apresentação em *powerpoint*, que serviu de base à reflexão.

Começámos por relembrar a primeira reunião efetuada onde refletimos sobre o problema da falta de acompanhamento aos adultos após a certificação (slides 2 a 5).

Figura 1. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 1



Figura 2. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 2



1ª REUNIÃO (janeiro)

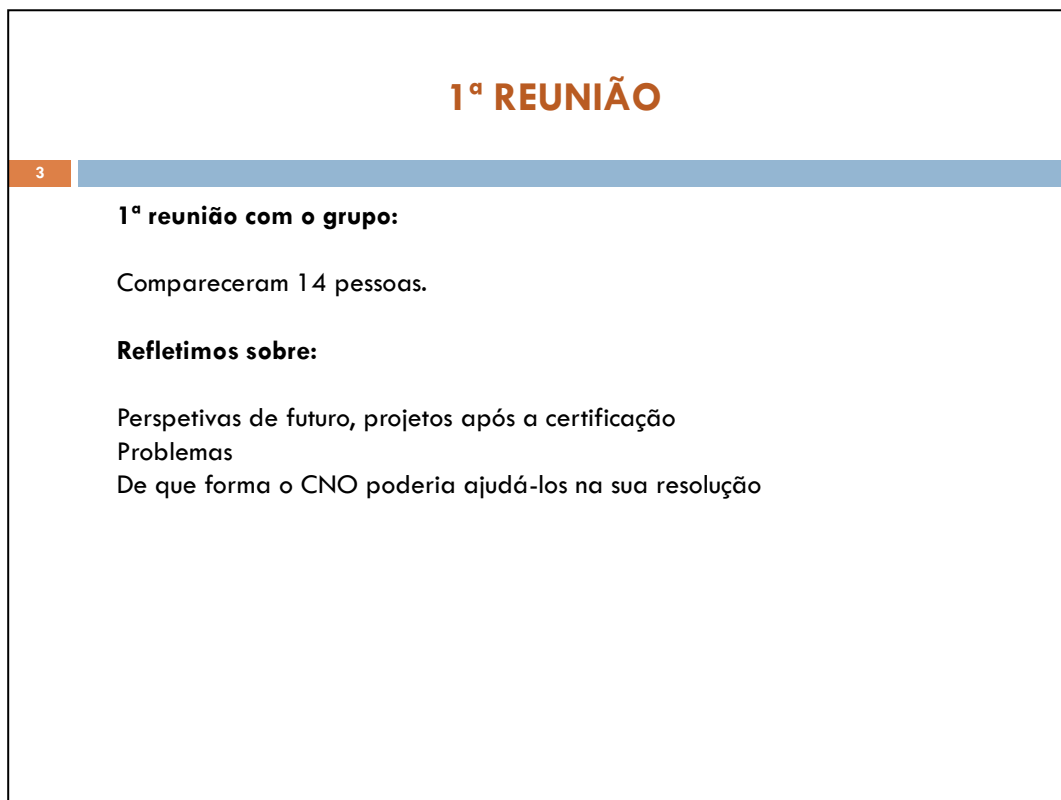
2

Grupos que certificaram o B3

Problemas:

- Inexistência de um acompanhamento aos adultos após o momento da certificação.
- Inexistência de um Plano de Desenvolvimento Pessoal (PDP) ou redução deste ao preenchimento de um questionário.)

Figura 3. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 3



1ª REUNIÃO

3

1ª reunião com o grupo:

Compareceram 14 pessoas.

Refletimos sobre:

- Perspetivas de futuro, projetos após a certificação
- Problemas
- De que forma o CNO poderia ajudá-los na sua resolução

Figura 4. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 4

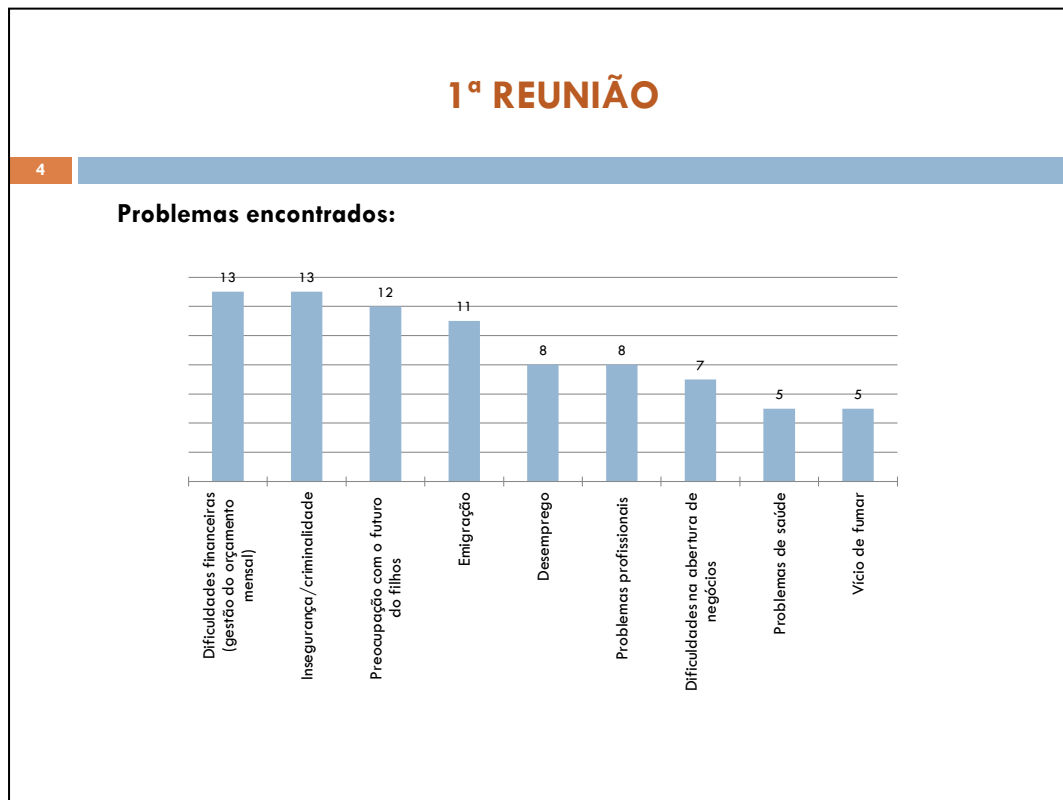
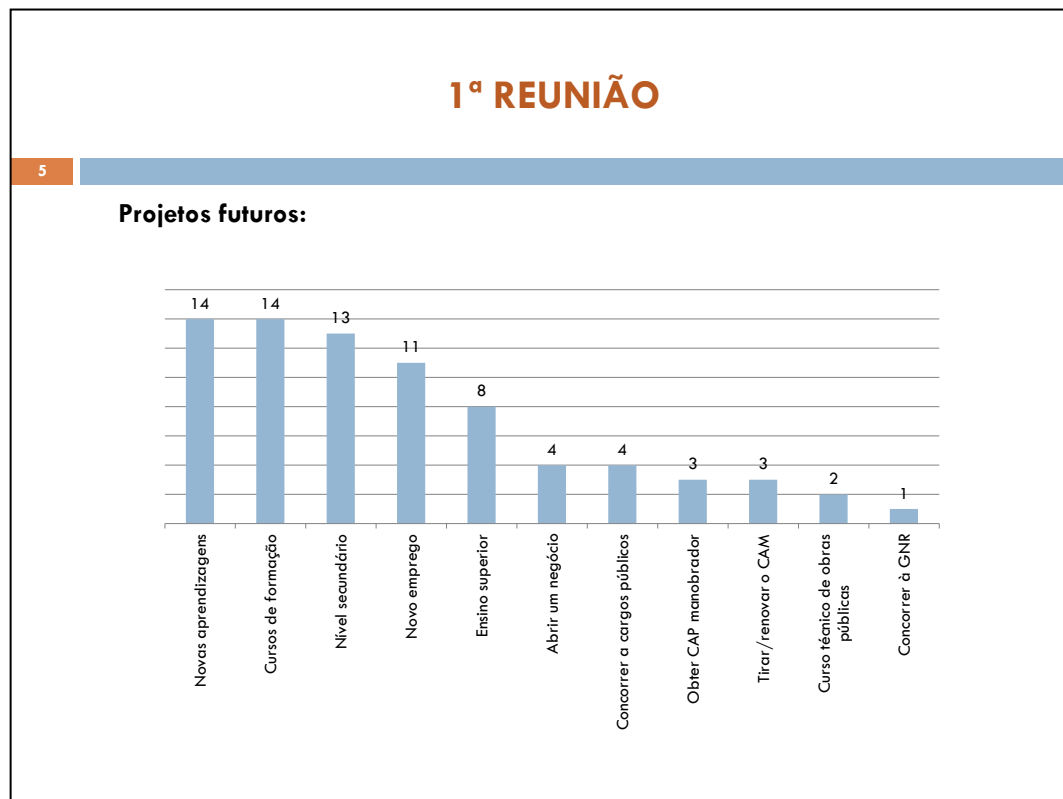


Figura 5. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 5



Ainda sobre a primeira reunião, lembrámos também os problemas e os projetos futuros que tinham surgido no debate. Foram apresentados gráficos (slides 4 e 5) que espelhavam todos os problemas e projetos que haviam sido referidos pelo grupo. Pela análise dos gráficos, constatámos que os problemas mais referidos foram as dificuldades financeiras, insegurança/criminalidade e preocupação com a educação dos filhos. Quanto aos projetos futuros, os mais referidos foram realizar novas aprendizagens, fazer cursos de formação e obter a certificação do nível secundário. Nove dos adultos presentes tinham estado nessa primeira reunião e recordavam-se disso.

Referiram que já tinham estranhado não termos voltado a reunir para darmos continuidade ao projeto que se tinha começado a desenhar. Expliquei-lhes que este interregno teve a ver com uma série de acontecimentos que se sucederam desde 1 de fevereiro e que vieram a culminar na extinção do CNO a 30 de abril. Os slides 6 e 7 foram apresentados, precisamente, com o objetivo de esclarecer o grupo sobre esses factos.

Figura 6. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 6

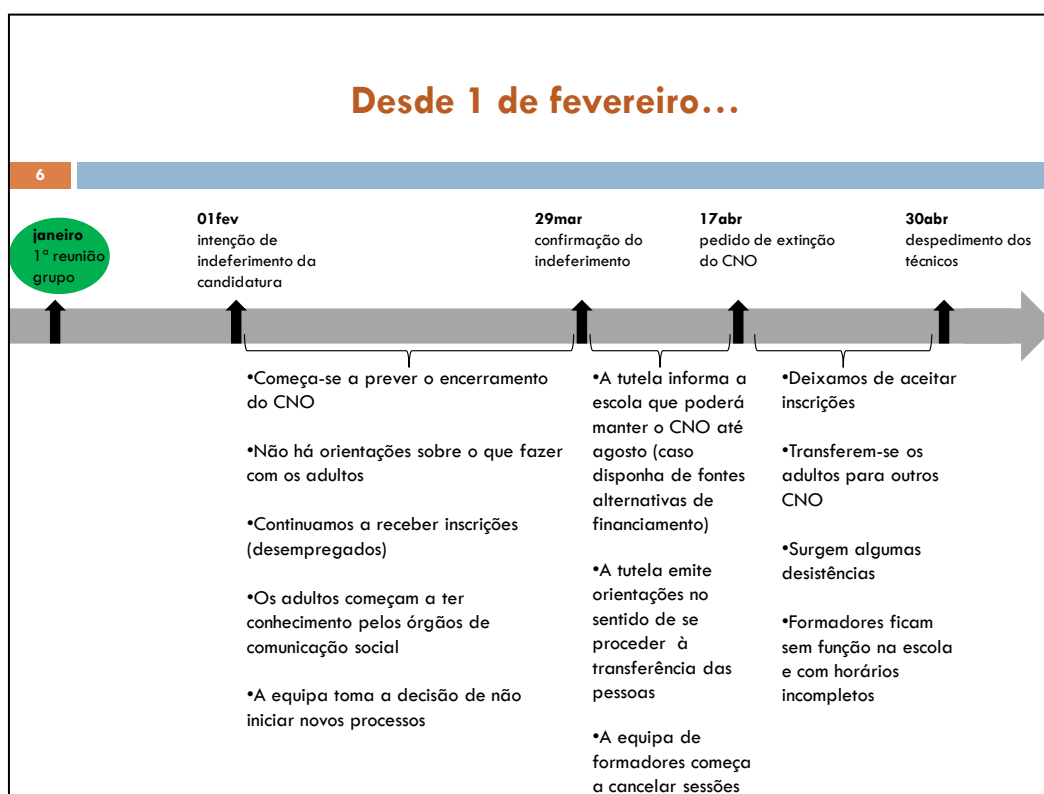
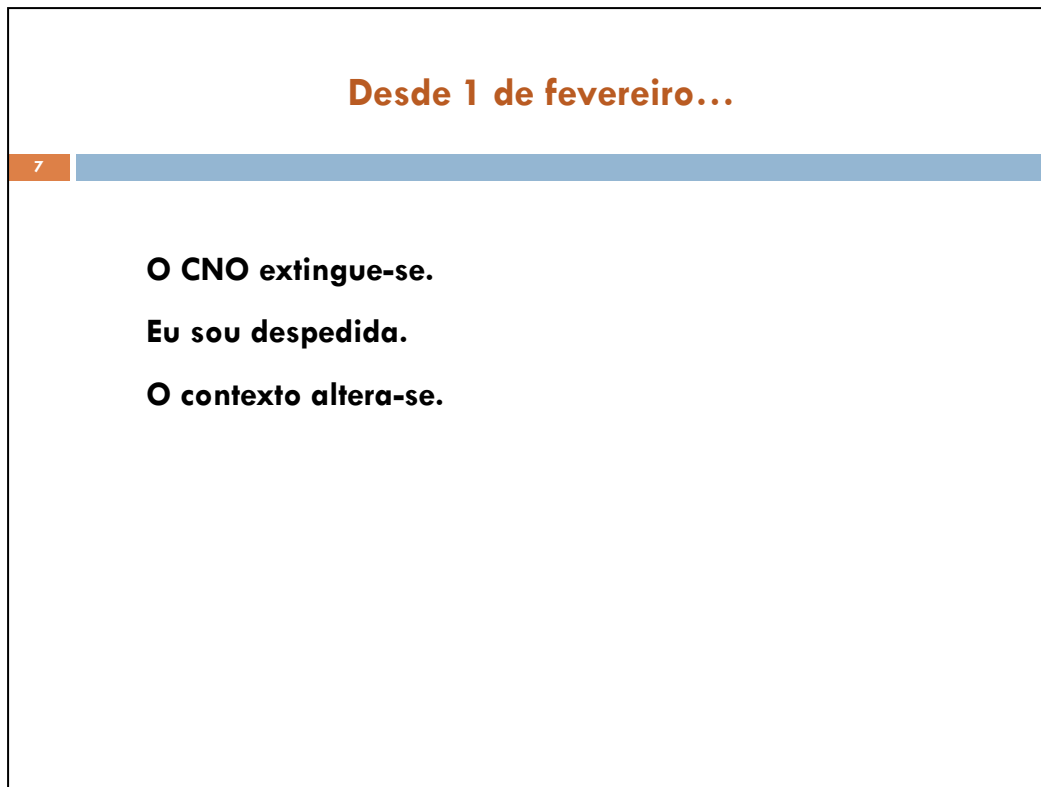


Figura 7. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 7



O grupo mostrou já ter algum conhecimento sobre o que se estava a passar. Alguns adultos que tinham certificado o nível básico referiram que já tinham reparado que não lhes tinha sido permitido efetuar a inscrição para o nível secundário. Os adultos do nível secundário referiram que já tinham ouvido “muita coisa” sobre o possível encerramento deste CNO e que já temiam que a continuação dos seus processos pudesse estar em causa.

Mostraram-se bastante agradados com este esclarecimento e estas explicações que agora lhes estavam a ser dadas pela primeira vez de forma tão clara. Foi-lhes explicado que também a equipa tinha sentido isso desde a data em que tomou conhecimento do indeferimento da candidatura financeira que suportava o CNO e que, desde então, houve sempre uma grande indefinição quanto ao futuro do mesmo, com muito pouca informação por parte da tutela. Por este motivo, também ainda não nos tinha sido possível informá-los com rigor sobre o que se estava a passar.

Analisámos em seguida as consequências destes acontecimentos (slide 8) e aquilo que era o sentimento verbalizado por alguns dos implicados, adultos e equipa (slide 9).

Figura 8. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 8

Surgem novos problemas

8

Neste cenário de:

- Decisão inesperada de encerramento do CNO
- Desrespeito pelos direitos de cidadania dos adultos
- Falta de responsabilização por parte de quem toma as decisões
- Falta de informação atempada e de transparência
- Falta de orientações sobre a forma de conduzir o processo de encerramento
- Desrespeito pelos vínculos laborais das equipas-técnicas
- Descredibilização e politização da INO

Surgem novos problemas:

- Encaminhamentos feitos à pressa e mal acompanhados
- Incerteza quanto à verdadeira disponibilidade dos CNO vizinhos receberem os adultos encaminhados
- Incerteza quanto ao futuro da INO e dos CNO para além de agosto 2012
- Desinteresse de alguns adultos nos encaminhamentos propostos
- Desistências
- Desânimo, tristeza, desmotivação, frustração, impotência da equipa
- Despedimento ilegal da equipa
- Insegurança dos formadores (professores da escola que ficam sem horário até ao final do ano)
- Sentimento de desvalorização e descredibilização da INO por parte de todos aqueles que por ela passaram

Figura 9. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 9

O que dizem as pessoas...

9

<p>"O meu processo já era para ter começado a 9 de fevereiro e até agora nada" <i>(Adulto a aguardar pelo início do processo B3 desde 9 de fevereiro)</i></p> <p>"Ouvi dizer que este CNO vai fechar. É verdade?" <i>(Adulto em processo sec.)</i></p> <p>"Então e se isto fecha, o que é que nos vão fazer?" <i>(Adulto em processo sec.)</i></p> <p>"Quando é que retomamos o processo? Depois vamos ter que andar a correr para recuperar o tempo perdido." <i>(Adulta em processo sec. cujas sessões foram suspensas; conversa telefónica)</i></p> <p>"Se for para ser transferida para outro lado, então desisto já" <i>(Adulta em processo sec.)</i></p> <p>"Quería pedir uma transferência. Ouvi dizer que isto faliu." <i>(Adulto inscrito)</i></p> <p>"O diploma daqui vai deixar de contar?" <i>(Adulto a terminar processo sec.)</i></p>	<p>"Já não tenho nada que fazer, amanhã tenho que vir ao CNO?" <i>(Formadora de nível básico)</i></p> <p>"A minha coordenadora de departamento já disse que eu vou ter que entrar na escala de TE. Parece que o diretor já avisou no conselho pedagógico que o CNO vai fechar" <i>(Formadora)</i></p> <p>"Já não sei o que andamos aqui a fazer. Estou morta que isto acabe." <i>(Prof. de RVC)</i></p> <p>"Já só venho para aqui gastar gasolina" <i>(Prof. RVC)</i></p> <p>"Já não me sinto bem nas sessões de grupo, parece que estamos a li a perder tempo, porque se isto fechar..." <i>(Formadora de nível sec)</i></p> <p>"Se isto fecha, onde é que eles me vão colocar?" <i>(Administrativa do CNO - POC)</i></p> <p>"Mas afinal se aquilo já fechou o que é que vocês andam aqui a fazer?" <i>(Professor da escola, conversa no Bar Professores)</i></p>
---	--

Os adultos presentes identificaram-se com o cenário e testemunhos apresentados.

“Eu inscrevi-me para o nível secundário noutra CNO, mas será que vai dar tempo para me chamarem ou também vão fechar” (Natália)

“Andava aqui uma colega que estava a meio do processo de RVCC secundário e vocês já a transferiram. Julguei que me fosse acontecer o mesmo” (Rosa B.)

Todos referiram partilhar do sentimento de descredibilização generalizado em relação à INO.

“Somos os abandonados das Novas Oportunidades” (Hélder)

Percebemos então que a acrescentar ao problema da inexistência de acompanhamento dos adultos certificados após o momento da certificação (sobre o qual já tínhamos refletido na primeira reunião, em 30 de janeiro), havia agora a acrescentar um outro problema que resulta do encerramento do CNO. Foi apresentado o slide 10, que reflete exatamente isso, juntamente com aquilo que poderiam ser os nossos objetivos, enquanto grupo que pretende agir com vista à resolução dos nossos problemas.

Figura 10. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 10

10		
Dos problemas às ações		
Problemas	Objetivos gerais	Atividades
A. Inexistência de um acompanhamento aos adultos após o momento da certificação.	A.1 Criar espaços/tempos de acompanhamento aos adultos após a certificação. A.2 Apoiar a construção de um plano de desenvolvimento pessoal.	
B. Sentimento de desvalorização e descredibilização perante os processos frequentados no CNO e respetivas certificações.	B.1 Refletir sobre as consequências do encerramento repentino do CNO. B.2 Garantir a conclusão da certificação a todos os que se encontrem em fase de finalização dos processos de RVCC. B.3 Procurar informação (junto da tutela) sobre qual o seu futuro da INO e quais as alternativas para a EFA, após o encerramento dos CNO. B.4 Valorizar o trabalho desenvolvido no CNO e credibilizar os percursos e os certificados.	

Refletimos em conjunto sobre a formulação dos problemas e chegámos à conclusão que o problema A se relacionava com o futuro, enquanto o B tinha mais a ver com o percurso frequentado no CNO e o momento que estávamos a vivenciar, em virtude do seu encerramento. Decidimos por isso distinguir duas ações:

A – “Programando o futuro”

B – “Refletindo o passado, valorizando o presente”

Em seguida, e para que fossem cumpridos todos os objetivos desta reunião, foi solicitado aos participantes que refletissem sobre como é que poderíamos trabalhar para atingirmos os nossos objetivos.

Relativamente à ação “Programando o futuro”, os participantes referiram que poderiam necessitar do meu apoio, ou da restante equipa do CNO, para os ajudar em situações pontuais. Foram referidos os seguintes exemplos de situações em que consideravam útil esse apoio:

- Procura de ações de formação do seu interesse, fundamentalmente nas áreas de línguas e informática, para darem continuidade às aprendizagens iniciadas e/ou potenciadas pela frequência do processo de RVCC.
- Procura de formações específicas úteis para a sua prática profissional, como é o caso do curso de *autocad*.
- Ajuda na reformulação e atualização do *curriculum vitae*.
- Ajuda na elaboração de ofícios a solicitar informações sobre a obtenção de um visto de trabalho para Angola.

Além deste apoio mais individualizado, foi também sugerido que organizássemos encontros com palestrantes convidados sobre alguns assuntos considerados com interesse. Para esses encontros poderiam ser convidados todos os adultos que passaram por este CNO, assim como outros interessados (por exemplo, membros da associação de pais da escola). Relembrando os problemas encontrados na primeira reunião e outros foram sugeridos os seguintes temas:

- “Finanças pessoais - educação para o consumo”
- “Empreendedorismo”
- “Procura ativa de emprego”
- “Sessão de esclarecimento sobre acesso ao ensino superior pela via maiores de 23”

Relativamente à ação “Refletindo o passado, valorizando o presente” foi sugerido:

- Escrever para a comunicação social local, no sentido de dar voz aos principais afetados pelo encerramento do centro,
- Questionar as entidades com responsabilidades na educação de adultos sobre as nossas dúvidas quanto às consequências do encerramento do centro e quanto ao futuro da educação de adultos,
- Elaborar um documentário com alguns testemunhos de quem frequentou e conhece os processos.

Ainda em relação à ação “Refletindo o passado, valorizando o presente”, alguns participantes referiram que o objetivo de garantir a certificação a todos os que se encontram numa fase adiantada do processo de RVCC já está a ser trabalhado, relembrando a proposta que lhes tinha sido feita, mesmo depois de confirmada a extinção do CNO, de continuarem os seus processos, sendo acompanhados pela equipa de formadores, que continuariam colocados na escola até ao final do ano letivo.

Note-se a este respeito que para esta reunião foram também convidados a participar os 12 adultos que se mantiveram excecionalmente em processo de RVCC secundário, depois da confirmação da extinção do centro. E foram precisamente os participantes que se encontravam nesta situação que lembraram este facto, referindo-se ao grupo de conclusão da certificação que ficou conhecido entre a equipa técnico pedagógica como grupo “ficam no CNO³⁹”.

Sugeri ao grupo que realizássemos também uma análise de tudo o que tem vindo a ser noticiado na comunicação social sobre as Novas Oportunidades, para que tivéssemos uma ideia mais clara daquilo que é a opinião pública e publicada sobre o programa.

O slide 10 foi reformulado, considerando todas as sugestões.

Para finalizar, ficou combinado reunirmos todas as semanas até ao final de junho para o desenvolvimento destas ações. Escolheu-se o dia e a hora mais conveniente para todos e ficou decidido que os futuros encontros seriam à quarta-feira, às 20h30.

Expliquei ao grupo que a participação neste projeto era voluntária e dependia do interesse e disponibilidade de cada um. Expliquei também que as ações que nos

³⁹ Até aqui, todos os grupos de RVCC eram numerados e tinham um dossier técnico pedagógico com toda a documentação regulamentar. Este último grupo foi, no entanto, constituído excecionalmente com adultos oriundos de diversos grupos. “Ficam no CNO” foi o nome da pasta criada no computador para arquivo de toda a documentação relativa aos processos destes adultos, expressão que passou a ser utilizada pela equipa para designar o próprio grupo.

propúnhamos desenvolver já não dependiam do CNO, uma vez que este já se encontrava extinto e que nos constituiríamos agora como um grupo autónomo de adultos. Um grupo que tem o objetivo de tentar resolver em conjunto alguns dos seus problemas comuns.

Figura 11. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 10 reformulado

Dos problemas às ações		
Problemas	Objetivos gerais	Atividades
<p>A. Inexistência de um acompanhamento aos adultos após o momento da certificação.</p> <p>Ação "Programando o futuro"</p>	<p>A.1 Criar espaços/tempo de acompanhamento aos adultos após a certificação.</p> <p>A.2 Apoiar a construção de um plano de desenvolvimento pessoal.</p>	<p>1. Reuniões /Atendimentos individuais</p> <p>2. Palestras: "finanças pessoais - educação para o consumo" "empreendedorismo" "procura ativa de emprego" "sessão de esclarecimento maiores de 23" (outras)</p>
<p>B. Sentimento de desvalorização e descredibilização perante os processos frequentados no CNO e respetivas certificações.</p> <p>Ação "Refletindo o passado, valorizando o presente"</p>	<p>B.1 Refletir sobre as consequências do encerramento repentino do CNO.</p> <p>B.2 Garantir a conclusão da certificação a todos os que se encontrem em fase de finalização dos processos de RVCC.</p> <p>B.3 Procurar informação (junto da tutela) sobre qual o seu futuro da INO e quais as alternativas para a EFA, após o encerramento dos CNO.</p> <p>B.4 Valorizar o trabalho desenvolvido no CNO e credibilizar os percursos e os certificados.</p>	<p>1. Grupos de discussão e reflexão</p> <p>2. "Ficam no CNO": Grupo de conclusão de certificações</p> <p>3. Elaboração de um Documentário com os testemunhos dos participantes</p> <p>4. Elaboração de cartas para entidades com responsabilidades na EFA</p>

Foi apresentado um último slide, com a marcação dos próximos encontros (slide 11), para que todos os interessados tomassem nota. Alguns dos presentes referiram logo que participariam, mesmo que não conseguissem estar presentes em todos os encontros.

Quanto ao local, informei que tínhamos autorização da direção para utilizar as instalações da escola até terminar o curso EFA, uma vez que até lá a escola se encontraria aberta à noite.

Previendo-se que esse curso termine em meados de junho, sugeri que depois disso procurássemos uma associação local para reunir.

Um dos participantes (Fernando) referiu que poderíamos fazê-lo na Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Guilhufe, onde ele desempenhava o cargo de tesoureiro e disponibilizou-se para recolher junto do presidente a devida autorização.

Outro participante (Roque) referiu também que se fosse necessário reunirmos na junta de Freguesia de Guilhufe, ele conseguia a autorização do presidente.

Para terminar, solicitei aos participantes que estivessem atentos a tudo o que era noticiado sobre este assunto, nos diversos meios de comunicação social como a televisão, a rádio, a imprensa diária e a imprensa *online* e que trouxessem notícias para analisarmos no próximo encontro.

Figura 12. Apresentação utilizada na reunião de 24/05/2012, slide 11

Próximos encontros	
11	
24 Maio	20h30 na sala 5 da escola Secundária Joaquim de Araújo
30 Maio	
06 Junho	
13 Junho	
20 Junho	
27 Junho	

Anexo 15. Registo de presenças da reunião de 24/05/12

Presenças

Atividade: 2ª reunião - apresentações e discussão do projecto
Data: 24/05/2012 Horário: 20h30/22h00 Local: ESJA

- Fernando Moreira 644
- José Vieira Rogue 644
- Joaquim Fernando Soares Proença
- Luís Pedro Seiço de Santa.
- Rosa Rodrigues
- Margarida Duarte Janeiro da Rocha
- Rosa Maria Gomes Barbosa
- Maria Adelaide Colbo de Sousa Magalhães
- Mário Ricardo Feitas da Silva
- Joaquim Manuel de S.C.
- Aquilinda Maria da Costa Moreira
- Helder Pinheiro Rodrigues
- António Maria Silva Ferreira
- Joaquim António de Brito
- José Manuel Fernandes (913976209)
- José Nunes

Anexo 16. Quadro síntese de problemas, objetivos gerais, ações e atividades do projeto

Problemas	Objetivos gerais	Ações	Atividades
Inexistência de um acompanhamento aos adultos após o momento da certificação.	OG1. Proporcionar espaços/tempos de acompanhamento aos adultos após a certificação, apoiando-os na construção de um plano de desenvolvimento pessoal.	“Programando o futuro”	Reuniões/Atendimentos individuais Palestras: “Finanças pessoais - educação para o consumo” “Empreendedorismo” “Procura ativa de emprego” “Sessão de esclarecimento maiores de 23” (outras)
Sentimento de desvalorização e descredibilização perante os processos frequentados no CNO e respetivas certificações.	OG2. Refletir sobre as consequências do encerramento repentino do CNO. OG3. Garantir a conclusão da certificação a todos os que se encontrem em fase de finalização dos processos de RVCC. OG4. Valorizar o trabalho desenvolvido no CNO e credibilizar os percursos e os certificados.	“Refletindo o passado, valorizando o presente”	“A INO e os CNO – opinião publicada”: grupos de discussão e reflexão. “Ficam no CNO”: grupo de conclusão de certificações. “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”: documentário com os testemunhos dos participantes. “Carta ao Ministro”: elaboração de cartas para entidades com responsabilidades na EFA.

Anexo 17. Questionário de avaliação do projeto

QUESTIONÁRIO

Projeto: “Autores da nossa própria história”

Caros participantes,

No âmbito do projeto que temos vindo a desenvolver, venho pedir-vos a vossa opinião que nos permita fazer uma avaliação do mesmo para tentarmos perceber em que medida ele atingiu ou não os objetivos a que inicialmente nos propusemos. Nesse sentido, peço-vos que respondam ao seguinte questionário individual. Obrigada!

1. Refira qual a importância que atribui a cada uma das seguintes atividades realizadas:

	Pouco importante	Relativamente importante	Importante	Muito importante
Grupo de discussão e reflexão sobre a opinião publicada sobre a INO, os CNO e o RVCC				
“Ficam no CNO”: Grupo de conclusão de certificações				
Elaboração de um documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”				
Elaboração de cartas para entidades com responsabilidades na EFA				
Apresentação do documentário na última cerimónia de entrega de diplomas				

2. Refira em que medida julga que este projeto contribuiu para atingirmos cada um dos seguintes objetivos:

	Não contribuiu	Contribuiu pouco	Contribuiu relativamente	Contribuiu muito
Refletir sobre as consequências do encerramento repentino do CNO.				
Garantir a conclusão da certificação a todos os que se encontrem em fase de finalização dos processos de RVCC.				
Procurar informação (junto da tutela) sobre qual o seu futuro da INO e quais as alternativas para a EFA, após o encerramento dos CNO.				
Valorizar o trabalho desenvolvido no CNO e credibilizar os percursos e os certificados.				

3. Dê a sua opinião sobre cada uma das atividades:

Grupo de discussão e reflexão sobre a opinião publicada sobre a INO, os CNO e o RVCC.

“Ficam no CNO”: Grupo de conclusão de certificações.

Elaboração do documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”, com testemunhos dos participantes.

Elaboração de cartas para entidades com responsabilidades na EFA.

Apresentação do documentário na última cerimónia de entrega de diplomas.

4. O que é que acha que ter participado neste projeto mudou em si?

Assinatura:
(facultativa)

Anexo 18. Questionário de avaliação do documentário

Exmo/a. Sr/a.,

No contexto do encerramento deste CNO que já conhece e atendendo ao sentimento de desvalorização e descredibilização perante os processos frequentados no CNO, partilhado pelos adultos e equipa técnico-pedagógica, desenvolvi, juntamente com um grupo de adultos deste centro (agora extinto), um projeto intitulado “Autores da nossa própria história”, com os seguintes objetivos:

- Refletir sobre as consequências do encerramento repentino do CNO.
- Garantir a conclusão da certificação a todos os que se encontrem em fase de finalização dos processos de RVCC.
- Procurar informação (junto da tutela) sobre qual o seu futuro da INO e quais as alternativas para a EFA, após o encerramento dos CNO.
- Valorizar o trabalho desenvolvido no CNO e credibilizar os percursos e os certificados.

Este trabalho enquadra-se num projeto para obtenção do Mestrado em Educação e Intervenção Social - Especialização em Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário, da Escola Superior de Educação do Porto.

Uma das atividades do projeto consistiu na elaboração de um documentário com os testemunhos dos participantes intitulado “Dar voz a quem ainda não foi ouvido.”

No âmbito da avaliação que estamos a fazer do projeto, gostaríamos de recolher a sua opinião sobre o referido documentário, pelo que lhe solicitamos o preenchimento da ficha de avaliação em anexo.

Agradecemos a sua colaboração.

Isabel Vieira

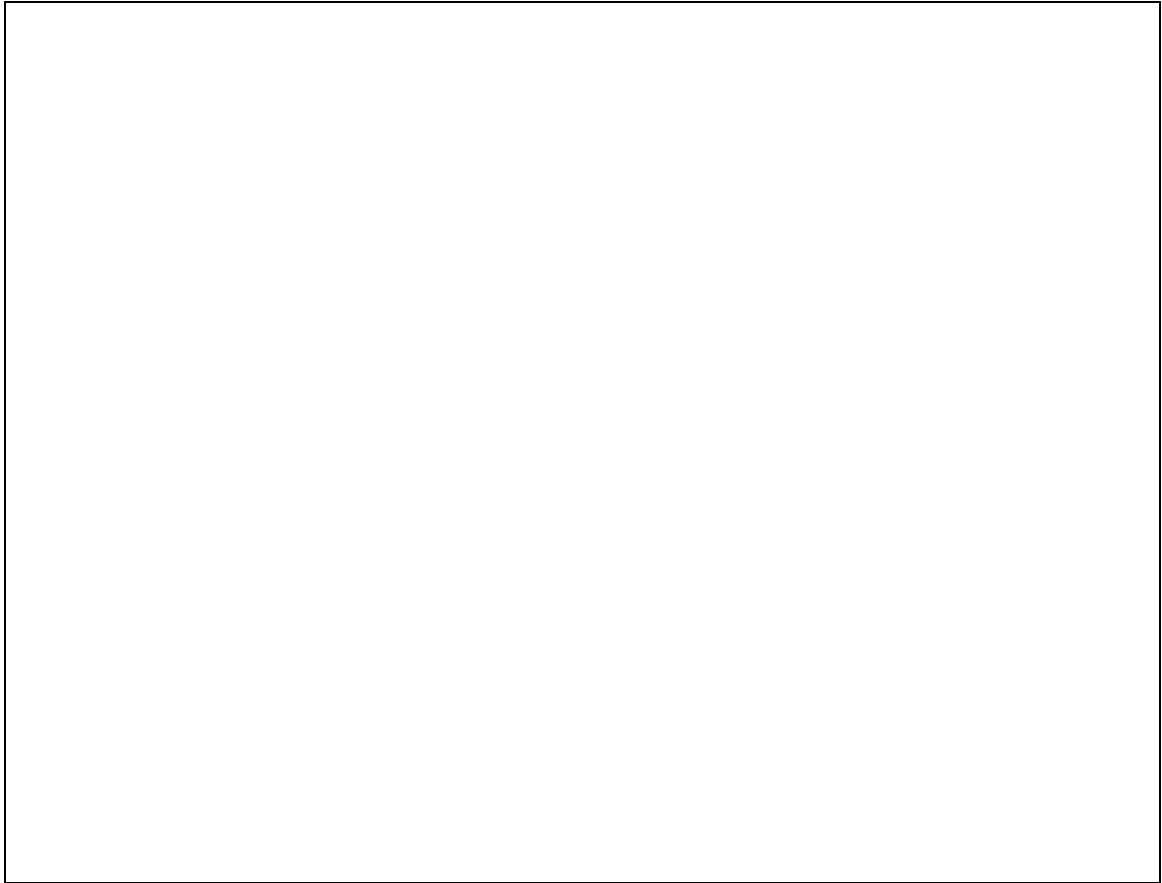
Documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”

Avaliação

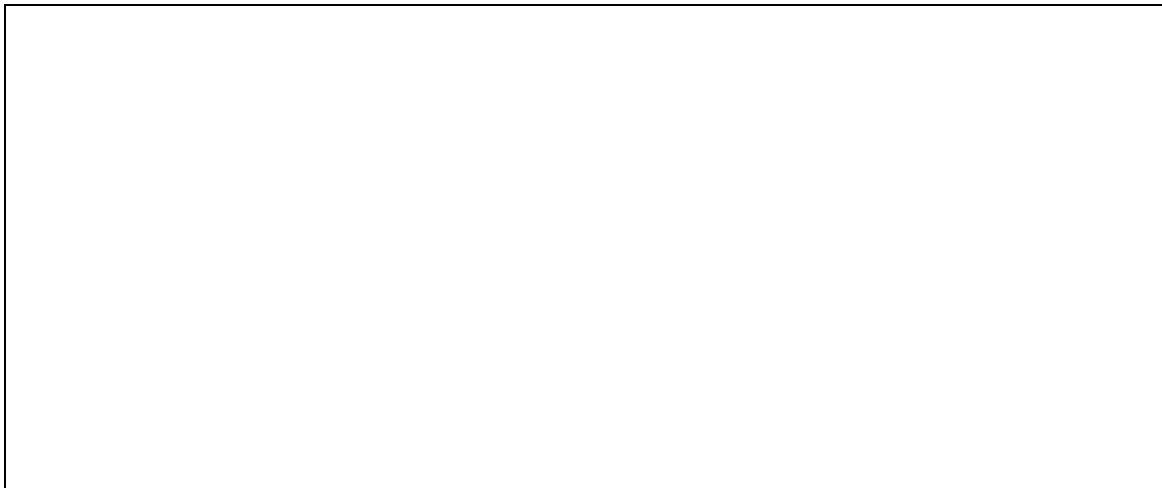
1. Por favor, indique a sua função:

Direção Avaliador externo Equipa técnica Formador

2. Solicitamos que efetue uma apreciação, por escrito, na qual poderá focar os seguintes aspetos: pertinência, oportunidade, conteúdo dos testemunhos, clareza da mensagem que pretende transmitir, adequação do título, contributo para a reflexão sobre as consequências do encerramento repentino do CNO, contributo para a valorização do trabalho desenvolvido pelos adultos e equipa do CNO, contributo para a credibilização dos processos, ou outros aspetos que considere relevantes.



3. Refira também se acha que este documentário deveria ser divulgado e de que forma.



Data: _____ Ass: _____

Anexo 19. Memória descritiva da reunião de 30/05/12: A INO e os CNO-opinião publicada

Atividade: A INO e os CNO – opinião publicada		
Data: 30/05/12	Horário: 20h30h-22h00	Local: ESJA (Biblioteca)
Total de Participantes: 5		

Descrição:

Esta atividade teve como objetivo fazer uma análise de tudo o que tem vindo a ser noticiado na comunicação social sobre a INO, nomeadamente no que diz respeito ao futuro dos CNO e às consequências para a educação de adultos. Compareceram 5 pessoas.

Na reunião da semana anterior tinha sido pedido ao participantes que estivessem atentos a tudo o que era noticiado sobre este assunto, nos diversos meios de comunicação social como a televisão, a rádio, a imprensa diária e a imprensa *online* e que fizessem uma recolha de notícias para serem agora analisadas.

Dois adultos fizeram essa recolha de notícias. O Luís, presente nesta atividade, e a Rosa B., que embora não tenha podido estar presente nesta sessão, enviou algumas notícias para análise por *email*. Levei também algumas notícias recentes que me pareceram importantes. Conseguimos assim reunir 11 notícias para análise, cujos títulos se encontram no Quadro 7. As notícias integrais encontram-se no Anexo 21.

Quadro 7. Títulos das notícias analisadas sobre a INO e os CNO

Nº	Título da notícia	Fonte
1	Professores questionam avaliação de Novas Oportunidades associadas à “empregabilidade”	RTP Notícias <i>online</i>
2	Governo dá instruções a escolas para fazerem despedimento coletivo	Jornal de Notícias
3	A Voz da Razão. Medalhas	Correio da Manhã <i>online</i>
4	Novas oportunidades e velhas enormidades	Público <i>online</i>
5	OCDE pede ao governo expansão do modelo Novas Oportunidades	www.dinheirovivo.pt
6	Governo prepara novo programa “Vida Activa”	Jornal de Notícias
7	Para assentar tijolo basta saber ler e escrever	www.esquerda.net
8	“Os verdes” querem suspensão imediata do encerramento dos Centros Novas Oportunidades	Notícias do Douro
9	Governo admite encerrar setenta por cento dos Centros Novas Oportunidades	Educare.pt
10	Faro: mais de 1100 pessoas afetadas pelo fecho das novas Oportunidades da Escola de Hotelaria	Desconhecida
11	FENPROF está contra o encerramento dos CNO nas escolas públicas	FENPROF

Foram constituídos 2 grupos e distribuídas as notícias para serem objeto de análise. O Luís e o Joaquim S. analisaram as notícias nº 8, 9 e 10. A Rosa R. e o Mário analisaram as notícias nº 3, 4, 5 e 7.

As notícias foram primeiro lidas e discutidas com o colega do grupo. Em seguida, cada grupo registou, de forma resumida, numa ficha distribuída para o efeito os argumentos favoráveis e/ou desfavoráveis que tivessem encontrado sobre as Novas Oportunidades. Foi-lhes também solicitado que registassem se encontravam ou não referências partidárias.

O Roque chegou mais tarde e analisou a notícia nº 3.

As fichas preenchidas pelos participantes com a análise das notícias encontram-se nesta secção de anexos (Anexo 22).

Depois desta primeira etapa de análise em pequeno grupo, foi feita uma discussão com o grupo todo, em que todos tiveram oportunidade de expressar oralmente as suas opiniões, socorrendo-se para tal da ficha que tinham preenchido e acrescentando outros dados resultantes da discussão oral.

Todos os participantes sentiram que a sua opinião sobre os processos que frequentam ou frequentaram no CNO é bastante diferente daquela que tem sido publicada ultimamente. Todos concordam com a utilidade da INO e julgam que o seu fim retira a oportunidade a muitos adultos que ainda gostariam de frequentar percursos de educação e formação de o fazerem. *“Portugal não tem um problema de excesso de qualificação! Portugal tem um problema de abandono escolar.”* (Rosa R. e Mário, Anexo 22)

Desta análise o grupo concluiu que a maioria das notícias refere aspetos desfavoráveis à INO. Muitas delas referem-se ao encerramento dos CNO. *“O atual governo está a promover a extinção de um grande número de centros novas oportunidades”* (Luís e Joaquim S., Anexo 22)

Os participantes também constataram que os motivos pelos quais esses encerramentos estão a ser levados a cabo têm a ver com o facto de se dizer que os processos de RVCC frequentados nos CNO não produzirem emprego nem aumentos nos salários. *“[O CNO] não produzia emprego nem promoção profissional ou salarial, ora, se estas modalidades de Educação-Formação de Adultos não foram criadas com tal objetivo, é natural que não produzam tais efeitos”* (Rosa R. e Mário, Anexo 22)

Relativamente ao artigo “Medalhas”, publicado no correio da manhã *online*, onde se lê que “passou sem fanfarra o enterro do programa Novas Oportunidades”, um dos

participantes refere que: “a minha opinião sobre esta matéria é que ela nos transmite a forma como o nosso governo atua, ou seja, “*posso, quero e mando*”, porque se passou silenciosa é porque ninguém quis saber da opinião dos eleitores.” (Roque, Anexo 22)

Todos os participantes foram unânimes em referir que sentem que todas estas notícias retiram valor aos percursos que frequentam ou frequentaram, pelo menos perante a opinião pública. Esperam agora que o mesmo não se passe com o mercado laboral e que não comece a haver uma discriminação em relação aos seus diplomas. “*Nuno Crato condena o futuro de milhares de pessoas, enxovalha as que decidiram estudar e descredibiliza quem trabalha nesta área.*” (Rosa R. e Mário, Anexo 22)

Foi discutido também o facto de muitas destas notícias fazerem uma referência direta ao governo, a partidos políticos ou a sindicatos. Em quatro das sete notícias analisadas foram encontradas essas referências. Concluimos que esse facto está relacionado com o forte carácter político que a INO assumiu.

No final deste encontro comuniquei aos participantes uma possibilidade que tinha surgido para a realização de uma palestra sobre o tema “Educação financeira e crédito responsável”. Esta atividade vai ao encontro das sugestões feitas pelos participantes, aquando da reunião de 24 de maio, relativamente aos temas que gostariam de ver tratados na realização de palestras e enquadra-se na ação “Programando o futuro” deste projeto⁴⁰.

Expliquei-lhes que esta possibilidade tinha resultado de um contacto feito pelo formador da área de STC, que é da área de economia. Apresentei-lhes uma proposta do programa da palestra (Anexo 35). Os participantes concordaram com esta proposta e eu fiquei responsável por fazer o contacto com a entidade formadora.

O grupo referiu que seria importante convidarmos outros adultos que tivessem passado pelo CNO, porque o tema seria do interesse de todos. Sugeri também que convidássemos os pais dos alunos da escola, através da associação de pais. Combinámos de aguardar pela resposta para depois distribuímos as tarefas para a organização da palestra: realização do cartaz, divulgação e distribuição dos convites.

⁴⁰ Note-se a este respeito que as dificuldades financeiras e de gestão do orçamento mensal foram um dos problemas mais referenciados na primeira reunião de grupo, em 31/01/12.

Anexo 21. Notícias analisadas na reunião de 30/05/12

RTP NOTÍCIAS

INÍCIO VÍDEO E ÁUDIO PAÍS MUNDO POLÍTICA ECONOMIA CULTURA DESPORTO BOLSA TRÂNSITO

RTP / Início / País

Professores questionam avaliação de Novas Oportunidades associada à "empregabilidade"

Lusa
26 Mai, 2012, 17:18

O Sindicato dos Professores do Norte desconfia das intenções do Governo ao não esperar pelo estudo de Roberto Carneiro sobre as Novas Oportunidades, optando por dar relevo um outro estudo que liga o programa à empregabilidade.

Segundo Carlos Midões, daquele sindicato, o último estudo apresentado recentemente pelo Governo "parece uma coisa um bocado encomendada para demonstrar que a empregabilidade não está a ter tanto sucesso com este modelo" das Novas Oportunidades.




"O governo pretende ligar a dificuldade que estas pessoas que frequentaram este tipo de modelo tiveram na obtenção de emprego quando há uma crise de emprego e um aumento do desemprego permanente", afirmou o dirigente do sindicato que, no âmbito das comemorações do seu 30º aniversário, organizou um seminário sobre "as políticas europeias para a educação e formação de adultos e sua implementação em Portugal", nomeadamente através das Novas oportunidades.








Para Carlos Midões, "num país que tem um número tão elevado de desempregados, não é o modelo de qualificação que vai resolver os problemas de empregabilidade porque este é um problema de desenvolvimento económico".

"De um momento para o outro, pretende-se alterar completamente o modelo sem se fazer um balanço sério, que admito que pudesse ser feito pelo estudo encomendado pelo anterior Governo a Roberto Carneiro", disse.

"Aquilo que a secretaria de Estado disse no último documento é um conjunto insignificante de ideias, que não me parece fazer nenhuma alteração", afirmou ainda.

O dirigente do Sindicato dos Professores do Norte está convencido de que "a oferta na área de educação de adultos vai ser diminuída garantidamente ou mesmo completamente destruída, lançando-se para a opinião pública a ideia de que a afetação de verbas será para a formação profissional".

 0  0  0

 Corrigir
 Leia-me
 Imprimir
 Enviar
 Partilhar
 Aumentar
 Diminuir

//Sociedade



PETIÇÃO PELA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA COM MAIS DE CINCO MIL ASSINATURAS

A petição, lançada online pela obrigatoriedade da Educação Tecnológica no 3.º ciclo já ultrapassou as cinco mil assinaturas para ser entregue no Parlamento.

Minutas para dispensas nos Novas Oportunidades enviadas por email • **Fenprof** e diretores duvidam da legalidade por ser procedimento aplicável no setor privado

GOVERNO DÁ INSTRUÇÕES A ESCOLAS PARA FAZERM DESPEDIMENTO COLETIVO

Avaliação chega com metade da rede já desmantelada

DE UMA BANDEIRA dos governos de Sócrates, com mais de 400 mil certificados dados, o Novas Oportunidades tornou-se num programa com certificado de óbito passado antes de qualquer avaliação. "Devia ser o Ministério a assumir as responsabilidades. Deste modo, oficialmente, a ANQEP não encerrou nenhum centro", lamenta o presidente da Associação Nacional de Profissionais de Educação e Formação de Adultos. "O programa Novas Oportunidades vai claramente acabar. Acreditamos que a decisão está tomada mas ainda não houve coragem para anunciar", lamenta Sérgio Rodrigues.

O estudo ao programa deve ser apresentado esta semana, garantiu o ministro Nuno Crato. O ministro havia prometido que só tomaria medidas após a divulgação mas certo é que cerca de metade da rede já foi desmantelada. Mais de 1200 técnicos foram despedidos só de centros em entidades privadas. Há dezenas de milhares de formandos que esperam transferência e não sabem se concluirão as certificações. "Está um caos", diz Sérgio Rodrigues. O ministro assegurou que a "primeira fase" do relatório, pedida ao Instituto Superior Técnico, mostram "que não há um impacto muito grande em termos de empregabilidade e aumento das remunerações pela validação de competências". A aposta poderá ser a dupla certificação. ●

Alexandra Inácio
alexandra.inacio@jn.pt

A Agência Nacional para a Qualificação enviou às escolas orientações para extinguirem os centros novas oportunidades, através de despedimento coletivo. Diretores e Fenprof duvidam da legalidade.

As escolas públicas com centros Novas Oportunidades receberam, por email, orientações da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP) para que sejam estas a decidir o que fazer com o Novas Oportunidades. Quem quiser manter aqueles centros terá de o fazer até 31 de agosto com "receitas próprias". As restantes, cujas candidaturas a financiamento foram recusadas, terão de os extinguir. Como? Usando uma das duas minutas enviadas em anexo: uma para despedimento coletivo, outra para despedimento por extinção do posto de trabalho.

Há várias centenas de funcionários a trabalhar nos centros. O prazo dado para requerer a extinção era até sexta-feira. Fenprof e diretores duvidam da legalidade da orientação, por os procedimentos, em particular o despedimento coletivo, remeterem para o Código do Trabalho, aplicável ao privado mas não à Função Pública.

ca. o departamento jurídico do sindicato está a analisar. "Há contradições no facto de se tratar de contratos a termo resolutivo, previstos no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, mas depois os procedimentos remetem para o Código do Trabalho", explicou ao JN Mário Nogueira. Já o presidente da Associação Nacional de Diretores garante que alguns dirigentes pediram apoio a advogados para contestarem, por não poderem fazer despedimentos coletivos na Função Pública. Adalmoiro da Fonseca, também diretor da Secundária de Oliveira do Douro, enviou uma carta para a Agência criticando ainda a falta de autenticação do documento (sem assinatura ou cabeçalho) e questionando sobre o pagamento das indemnizações devidas aos técnicos e professores, com contrato até dezembro de 2013. A Agência, tutelada pelos ministérios da Educação e Finanças, diz apenas: "Dada a especificidade de alguns contratos, esta é uma questão jurídica que a ANQEP irá analisar caso a caso".

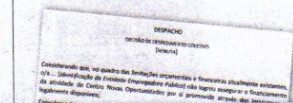
Contactado pelo JN, o advogado Jorge Neto considera que "é preciso ver o que diz cada contrato". "Se houver especificação clara de regras do setor privado", esses procedimentos podem ser aplicados. ●



Há centenas de contratados nos centros das escolas públicas

[DESPACHO]

Minuta foi enviada, sem cabeçalho, para cada uma das escolas preencher



1 - O despedimento coletivo dos seguintes trabalhadores, titulares de um contrato de trabalho em funções públicas celebrado com a/a... [Identificação da Entidade Empregadora Pública] para o desempenho de funções no Centro Novas Oportunidades promovido por este... [estabelecimento de ensino ou agrupamento, consoante o caso]:

1 - O despedimento coletivo dos seguintes trabalhadores, titulares de um contrato de trabalho em funções públicas celebrado com a/a... [Identificação da Entidade Empregadora Pública] para o desempenho de funções no Centro Novas Oportunidades promovido por este... [estabelecimento de ensino ou agrupamento, consoante o caso]:

SABER MAIS

Indemnizações

Escolas terão de pedir ao MEC verba para pagar as indemnizações a técnicos e professores com contrato até dezembro de 2013. Os do quadro ficam com horário reduzido.

Alunos "sem respostas"

Em dezembro, a rede tinha centenas de milhares de inscritos. "Muitos ficarão sem resposta". A extinção implica a transferência dos formandos mas já não há noção da rede, frisa Sérgio Rodrigues.

1200

Despedimentos

A Anpefa estima que mais de 1200 profissionais foram despedidos, devido ao fecho de quase 200 centros.

FECHOS

385

centros em atividade. Mas 45% já fecharam

**Exclusivos
em papel**Estado assume dívida
de Aprígio SantosSuperespião avisado de
investigação no SIEDFinanças atacam no
Rock in Rio

A Voz da Razão

Medalhas

Passou sem fanfarra o enterro do programa Novas Oportunidades. Melhor assim: não é fácil digerir um buraco de 1800 milhões de euros que entregava diplomas escolares por motivos de 'autoestima'. Não que a 'autoestima' não seja importante nas sociedades adolescentes onde vivemos. Mas desconfio que idas ao cabeleireiro ou assinaturas participadas da Sport TV teriam ficado mais em conta. E com outros resultados.

26 Maio 2012 ☆ Nº de votos (7) 💬 Comentários (4)

Por: João Pereira Coutinho, Colunista



12 pessoas gostam disto. Sê a primeira entre os teus amigos.



Até porque o Novas Oportunidades teve resultados modestos: segundo o Instituto Superior Técnico, o impacto do programa na criação de emprego foi nulo, ou quase. Inevitável: quando pouco se aprende, pouco se aprende a fazer. E, além disso, os próprios empregadores conheciam o que a casa gastava e preferiam não gostar um tostão com ela.

Nem ontem, nem hoje. E não me espantaria que, nas entrevistas da praxe, a frequência no programa fosse a primeira informação a ocultar pelo candidato. Há medalhas que mais vale não pôr ao peito.



Tamanho Letra A- A+ Enviar

Imprimir

Partilhar

Comentar

Ler Comentários

Lida 516

☆ Gostou desta notícia? ● ●

Sim Não

CISION⁺

ID: 41968004

Publico
P

25-05-2012

Tiragem: 47321

País: Portugal

Período: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 50

Cores: Cor

Área: 21,26 x 11,55 cm²

Corte: 1 de 1



CARTAS À DIRECTORA

Novas oportunidades e velhas enormidades

Passando por cima do longo e rigoroso trabalho de avaliação do Programa Novas Oportunidades, levado a cabo ainda recentemente por uma equipa de investigadores da Universidade Católica, coordenada por Roberto Carneiro, o Governo decidiu acabar com este processo. Não para o substituir por um modelo mais ajustado e inovador, senão para ressuscitar o velho e desacreditado ensino recorrente. Para isso, socorreu-se de um estudo encomendado ao Instituto Superior Técnico (e quando é que se encomenda ao Instituto de Educação uma avaliação do Tagus Park?), onde se concluiu que a participação num Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA) ou num Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

(CNO) não produzia emprego nem promoção profissional ou salarial. Ora, se estas modalidades de educação-formação de adultos não foram criadas com tal objectivo, é natural que não produzam tais efeitos. (...) De facto, efeitos desejados por qualquer sociedade moderna, como ganhar maior auto-estima e autoconfiança, que permita encetar um processo de aprendizagem ao longo da vida, despertar a curiosidade e a vontade de saber sempre mais, iniciar-se na informática, adquirir uma maior consciência cidadã, passar a apreciar o estudo e a busca de novos conhecimentos e transmitir essa atitude aos filhos, etc., têm sido unanimemente confirmados naqueles e em demais estudos sérios e independentes realizados sobre este processo, desde que ele se iniciou em 2000, com a ANEFA. E, se ele surgiu, após decisão governamental de

1997 e uma fase preparatória e experimental, foi por clara necessidade de substituir o ineficaz e caríssimo ensino recorrente: um estudo encomendado em 1998 pelo Ministério da Educação sublinhava a desastrosa taxa de abandonos neste dispositivo, assim como o facto de um adulto que conseguisse terminar o 12.º ano por esta via ter custado ao erário público o mesmo que um estudante de Medicina.
Alberto Melo Corte Garcia, Loulé

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.
Email: cartasdirector@publico.pt

Contactos do provedor do Leitor
Email: provedor@publico.pt
Telefone: 210 111 000

OCDE pede ao Governo expansão do modelo Novas Oportunidades

Recomendação surge numa altura em que o Executivo de Passos Coelho se prepara para fechar 129 centros daquela rede

Luis Reis Ribeiro | 24/02/2012 | 16:16

Numa altura em que o Governo PSD/CDS está a dismantelar a rede de centros Novas Oportunidades, a OCDE vem pedir o contrário.

No relatório "Going for Growth 2012", o estudo anual sobre as reformas estruturais necessárias ao crescimento, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) recomenda ao atual Governo que "expanda mais a educação e a formação vocacional".

A organização que junta os 30 países mais desenvolvidos do mundo classifica o que foi feito nos últimos anos como boas práticas. O elogio vão, essencialmente, para o anterior Governo do PS: "As autoridades expandiram a educação e a formação vocacional de jovens e de adultos com menos qualificações (Novas Oportunidades)", exemplifica.

E continua: "Desde 2007, as autoridades introduziram reformas na educação terciária, entre as quais governança, diplomas e participação de adultos".

Estas recomendações surgem depois dos recentes anúncios do Governo, como o plano para encerrar cerca de 129 centros Novas Oportunidades (de 430 para 301 a nível nacional).

O Executivo já disse que vai redimensionar a rede Novas Oportunidades e canalizar parte do seu financiamento para o ensino profissional, mantendo apenas alguns centros com as atuais funções e com financiamento limitado à sua avaliação.

Elogio a cortes no subsídio de desemprego

No entanto, a OCDE elogia o atual Governo e a trióica. Portugal surge como a "exceção" no grupo dos 30 pois foi o único em que "as autoridades se comprometeram em reduzir a generosidade dos subsídios de desemprego em 2012 no âmbito do pacote de ajuda financeira da UE-FMI". "Nenhum dos outros países com recomendações [da OCDE] avançou com ações em linha com as prioridades", acrescenta.

Portugal reduziu o valor médio pago através desta prestação, a duração do apoio, mas também reduziu o tempo de trabalho necessário para aceder o apoio.

País desigual e partido ao meio

A OCDE reiterou ainda as conclusões do seu estudo de Dezembro, em que Portugal surge como um dos países mais desigual do mundo desenvolvido. É o terceiro pior quando se analisam os rendimentos dos trabalhadores, por exemplo. E exigiu medidas para resolver o "dualismo" do mercado de trabalho.

A diferença de proteção entre contratos efetivos e contratos a termo é um dos principais problemas que tem de ser resolvido.


Política 

Governo prepara novo programa "Vida Activa"

Publicado em 2012-05-21

ALEXANDRA LOPES

 22 likes. Sign Up to see what your friends like.

 190  1  1  +1

O programa "Vida Activa" que o Governo está a desenvolver poderá dar resposta aos interessados em frequentar as "Novas Oportunidades".

Segundo explicou o Secretário de Estado do Emprego, Pedro Martins à margem do lançamento da Academia da Inovação, no Citeve, em Famalicão, o intuito é integrar os desempregados em ações de formação profissional mais curtas. O programa baseia-se no encaminhamento dos desempregados para formação profissional para "melhor empregabilidade".

O governante não adiantou a data em que o novo programa estará disponível apontando apenas que está numa fase inicial de desenvolvimento.

"No contexto da iniciativa Novas Oportunidades que os aspectos relacionados com os Centros Novas Oportunidades não acrescentavam muito valor e constituíam uma despesa muito grande para o Estado", referiu.

Publicado em *Esquerda* (<http://www.esquerda.net>)

[Home](#) > Para assentar tijolo basta saber ler e escrever?

Para assentar tijolo basta saber ler e escrever?

Author(s):

[Cristina Andrade](#) [1]

Sumário da Home:

O governo CDS/PSD está a implodir a política de educação e formação de adultos/os! Apoiando-se num estudo anónimo que contradiz as centenas de teses de mestrado e doutoramento feitas sobre este assunto, Nuno Crato condena o futuro de milhares de pessoas, enxovalha as que decidiram estudar e descredibiliza quem trabalha nesta área.

O governo CDS/PSD está a implodir a política de educação e formação de adultos/os! Apoiando-se num estudo anónimo que contradiz as centenas de teses de mestrado e doutoramento feitas sobre este assunto, Nuno Crato condena o futuro de milhares de pessoas, enxovalha as que decidiram estudar e descredibiliza quem trabalha nesta área.

Comecemos pelos números: metade das/os jovens em Portugal não conclui o ensino secundário. Mais de 600 mil pessoas são analfabetas. A maioria das/os trabalhadoras/es tem menos que o 9º de escolaridade. Portanto, sejamos claros: Portugal não tem um problema de excesso de qualificação! Portugal tem um problema de abandono escolar, baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, que tem vindo a ser debelado com a criação de políticas de educa

Para as/os jovens surgiram modalidades de formação como os cursos de educação formação de jovens (CEF), os ~~programas~~ integrados de educação e formação (PIEF) ou os cursos de aprendizagem.

No que diz respeito à formação de adultos/os, foram implementaram-se, por exemplo, os cursos de educação de ~~formação~~ adultos/os (EFA) de dupla certificação (permitindo obter uma equivalência escolar e conhecimentos para o desempenho de uma profissão) ou os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC).

Estas modalidades já existiam, muito antes de se terem lembrado de as juntar debaixo de um chapéu chamado ~~Novas~~ Oportunidades, muito antes dos anúncios na televisão e nos autocarros, muito antes das cerimónias de entrega de diplomas; muito antes dos excessos ou da propaganda ideológica do atual governo, a formação de adultos/os já era estudada cientificamente e já estava a ser implementada.

Nuno Crato decidiu que tinha que acabar com a formação de adultos/os. Já o tinha anunciado e falava insistentemente num estudo que nunca ninguém tinha visto. Decidiu então encomendar um estudo sobre estas medidas ao Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior Técnico algo tão coerente como solicitar um estudo de veterinária a uma faculdade de letras. E o estudo chegou dizendo o que Nuno Crato queria (alguém ficou surpreendido?).

De uma assentada, Nuno Crato humilha intencionalmente milhares de pessoas que investiram na sua qualificação e formação, insulta as/os profissionais que trabalham nesta área e anuncia que vai ressuscitar uma medida de educaç

Em menos de um ano de governo, Nuno Crato recuperou os exames da 4ª classe e agora restaurou o ensino recorrente. Se dúvidas houvesse, fica cada vez mais claro que Nuno Crato quer voltar aos tempos em que a escola era uma elite para alguns privilegiados que podiam estudar. Os outros não precisavam porque o seu destino estava traçado: filho de pedreiro, pedreiro será; e quem vai assentar tijolo só precisa saber ler e escrever!

URL de origem: <http://www.esquerda.net/opiniao/para-assentar-tijolo-basta-saber-ler-e-escrever%E2%80%A6/23230>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/autor/cristina-andrade>

O Semanário de Trás-os-Montes e por excelência da Região Demarcada do Douro

notícias do Douro

O Semanário da Região Demarcada do Douro

[Inquéritos] [Fórum] [Farmácias] [Futebol] [Agenda] [Tempo] [Pesquisa] [Assinaturas] [Publicidade] [Ficha Técnica] [RSS]

Edição de 25-05-2012

Edição Actual | >

- 1ª Página | >
- Opinião | >
- Região | >
- Autarquias | >
- Sociedade | >
- Política | >
- Economia | >
- Saúde | >
- Desporto | >
- Cultura e Lazer | >
- Anedotas | >
- Galeria | >
- Num Só Clique | >
- Arquivo | >

Pesquisa

Livro

 **Alto Douro Vinhateiro**
Encomende

Arquivo: Edição de 02-03-2012

SECCÃO: Política

"Os Verdes" querem suspensão imediata do encerramento dos Centros Novas Oportunidades

O atual Governo está a promover a extinção de um grande número de Centros Novas Oportunidades, com a consequente repercussão na destruição do património em matéria de educação e formação de adultos, desenvolvido na passada década, levando à aniquilação de postos de trabalho correspondentes às equipas pedagógicas.

Para colocar um ponto final no desmantelamento silencioso da rede de Centros Novas Oportunidades (CNO), o Grupo Parlamentar "Os Verdes" entregou na Assembleia da República um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo a suspensão imediata do encerramento dos CNO. "Os Verdes" recomendam ainda, nesta iniciativa legislativa, que seja realizada uma auditoria, por entidades independentes, à Iniciativa Novas Oportunidades e também a realização de audição de especialistas sobre educação e formação de adultos sobre o futuro da INO, dos CNO e da educação e formação de adultos portuguesa, com emissão de parecer à tutela.

Registo

Nome de Utilizador

Palavra Chave

A História do Jornal

Colaboradores

Douro / Rio

Concelhos

Oportunidades

Roteiro

Transmontanos / Durienses +

Adegas +

Informações Úteis

[Utilidades]

Tempo de leitura 1 m
Votar
Imprimir Artigo
Comentar Artigo

Setenta por cento dos Centros Novas Oportunidades continuam a funcionar durante oito meses. O Governo já admitiu que a rede está sobredimensionada para a procura, mas não revela o que vai alterar. E agora? Ninguém sabe.

Depois de um compasso de espera, a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), que gere a iniciativa Novas Oportunidades, anunciou que 129 Centros Novas Oportunidades (CNO), dos 430 espalhados pelo país, iriam fechar as portas por falta de financiamento. Os restantes 301 continuam em funcionamento até agosto. Até lá, o Governo revelará quais as alterações que envolverão esse modelo de ensino. Uma coisa é certa: a ANQ já admitiu que a atual rede está sobredimensionada para as necessidades. Técnicos, formadores, coordenadores, não sabem o que vai acontecer depois de agosto, mas defendem que o programa não pode acabar porque o sistema está bem pensado para o público-alvo que pretende atingir. O EDUCARE.PT colocou algumas questões à ANQ, nomeadamente de que forma a conclusão da certificação em curso não será afetada nos centros que fecham as portas, mas não obteve qualquer resposta.

O CNO da Secundária Alves Martins, em Viseu, não recebeu luz verde. "Estamos a aguardar a notificação sobre as razões do indeferimento da candidatura financeira", adianta Miguel Borges, do CNO da escola de Viseu. A equipa está pronta para contestar a não aprovação, acreditando que há margem de manobra para "repescar" alguns CNO, cujas candidaturas não tenham sido aprovadas. O CNO da Alves Martins tem mais de 400 formandos em processo de certificação e em Viseu, com a decisão governamental, ficará um centro a funcionar num concelho com cerca de 100 mil habitantes.

Se o CNO da Alves Martins não conseguir convencer o Governo a dar continuidade ao seu trabalho, quatro profissionais com contratos assinados até 2103 ficam numa situação complicada. Os professores destacados ficam igualmente sem saber o que fazer. E 110 horas que deixam de ser dadas representam seis horários perdidos. Miguel Borges está preocupado com o facto de ficar apenas um CNO a funcionar em Viseu. "Se o CNO sair da escola, há candidatos que desistem deste processo", refere.

O CNO da Secundária de Moimenta da Beira também não recebeu boas notícias. Alcides Sarmento, diretor do Agrupamento, adianta que os argumentos serão colocados em cima da mesa no momento oportuno. "Quando chegar o termo da decisão, iremos contestar". O diretor confessa que foi apanhado desprevenido com a decisão. "Temos um trabalho que nos deixava absolutamente tranquilos." "O nosso histórico, o nosso currículo, com toda a certeza, coloca-nos entre os melhores CNO da região do interior", sustenta. Alcides Sarmento lembra ainda que o CNO de Moimenta da Beira pertence à primeira geração dos CNO da rede pública.

Anabela Luís coordena o CNO que funciona na Escola Secundária D. Inês de Castro, em Alcoaça, e que desde outubro de 2008 matriculou perto de 900 formandos. A candidatura

Faro: Mais de 1100 pessoas afetadas pelo fecho das Novas Oportunidades da Escola de Hotelaria



13-12-2011 14:51:00

A extinção do Centro Novas Oportunidades (CNO) da Escola de Hotelaria e Turismo de Faro, que afeta 1.119 formandos e 9 formadores, decretada pela Secretária de Estado do Turismo foi "fortemente" criticada pelo deputado do PS Miguel Freitas.

"No Algarve são 1.119 pessoas que iniciaram o seu processo de reconhecimento de competências ou de ação formativa e que ficam sem resposta devido a uma decisão precipitada, baseada exclusivamente no critério de contenção financeira", critica Miguel Freitas.

No que se refere ao CNO de Faro, onde se deslocou ontem em visita de trabalho, Miguel Freitas manifestou-se indignado com a sua extinção, tendo em conta que este é o único CNO que faz reconhecimento profissional (RVCC) na área da hotelaria e turismo no Algarve (cozinha, mesa, bar e receção hoteleira) e o único com sede em Faro.

"O encerramento é duplamente penalizador, quer do ponto de vista setorial, quer para o concelho de Faro", critica o deputado algarvio, que sublinha ainda o facto de, na última avaliação feita pela Universidade Católica, o CNO algarvio ter ficado em 2º lugar no ranking regional dos 19 Centros existentes.

Competências reconhecidas custavam 180 euros

"Estou profundamente indignado por esta decisão ter sido tomada em cima do joelho, colocando ainda em causa a vida de 9 profissionais, entre coordenadores e formadores", uma vez que o encerramento deverá efetivar-se no início de janeiro, refere Miguel Freitas.

O deputado salienta ainda que muitos destes profissionais, "a quem foi dado um mês para reorganizarem a vida", trabalham a recibos verdes, não tendo por isso qualquer proteção social.

"Estamos a falar de um centro com um orçamento de 180 000 euros, o que significa que cada processo concluído custa 180 euros, o que é compensador, já que este é um esforço necessário na formação da população ativa em Portugal", acrescenta o também Presidente do PS/Algarve, para quem a decisão da Secretária de Estado "é o pior caminho a fazer, pois retira a capacidade de formação a um setor com baixos níveis

FENPROF está contra o encerramento dos CNO nas escolas públicas

Detalhes Categoria: Última Hora



FENPROF está contra o encerramento dos CNO nas escolas públicas

Governo quer aplicar despedimento colectivo de legalidade duvidosa com objectivo economicista. Tal atitude põe em causa direitos e melhoria da oferta formativa e educativa pública e universal

Comunicado da FENPROF (15.05.2012)

Ao impor às escolas que apliquem as normas do despedimento coletivo a quem foi contratado, pelas escolas públicas, para trabalhar nos Centros Novas Oportunidades (CNO), o Governo de Passos Coelho parece querer confirmar, na prática, o pensamento do Primeiro-Ministro de que novas oportunidades só mesmo no desemprego!

No que a esta questão respeita, a FENPROF:

1. Discorda em absoluto da extinção dos Centros Novas Oportunidades que existem nas Escolas Públicas. O modelo deste programa deverá ser avaliado na sua execução e corrigido nos aspetos negativos, porém, a sua extinção, pura e simples, é inaceitável e confirma a vocação deste Governo: à falta de ideias e alternativas, a prática é destruir respostas educativas prestadas pela Escola Pública;

2. Considera de legalidade duvidosa a aplicação da norma de despedimento coletivo, pois a Lei 59/2008, no seu artigo 7.º, em que a suporta, considera não poder ser prejudicado o artigo 33º da Lei 12-A/2008 o que, na opinião da FENPROF, acontece. Foi já solicitado um parecer jurídico a este propósito.

3. Esta medida é mais uma que tem, por objetivo único, reduzir despesa na Educação à custa dos profissionais. Os 225% de aumento do desemprego docente, de 2009 a 2011, e os 137,1% entre março de 2011 e 2012 parecem valores insuficientes para um Governo que encontra nos docentes, e demais profissionais da Educação, alvos centrais dos seus ataques que se têm tornado cada vez mais violentos.

Sobre esta matéria, a FENPROF exige do Governo:

1. Os estudos e/ou avaliação que determinaram a decisão de extinguir os CNO;
2. A manutenção do Programa Novas Oportunidades, devidamente reestruturado, e o seu adequado financiamento tendo em conta as necessidades reais de funcionamento dos Centros;
3. O respeito pela lei na relação laboral com os docentes, designadamente no que concerne à celebração, cessação, caducidade ou rescisão de contratos de trabalho e respetivas indemnizações.

Num momento em que o Governo pretende despedir milhares de docentes (em setembro próximo), o recurso a este tipo de expediente só pode ser visto como um ensaio para malfeitorias de dimensão muito maior. A FENPROF continuará atenta e pugnará, não apenas, pelos direitos dos docentes, como pela defesa da Escola Pública e da sua capacidade para satisfazer, com qualidade, as necessidades educativas dos portugueses.

O Secretariado Nacional

Anexo 22. Fichas com a análise de notícias preenchidas pelos participantes

A INO, os CNO e o RVCC – opinião publicada

Notícia: Faro: Pais de 1100 pessoas afetadas pelo fecho das Novas Oportunidades da Escola de Hotelaria

Argumentos favoráveis

Argumentos desfavoráveis

- ② Eu entendo que Miguel Freitas devia de alugar, para os 1.119 pessoas que não tiveram possibilidades de estudar na sua infância, e agora precisam de ~~de~~ cultura geral, para fazer frente à crise que atravessamos.
- ③ Miguel Freitas, ao fazer os contratos, tem que ver bem o que está a fazer.

Referências partidárias: Sim Não

Conclusões: João Manuel M. S. L.

Grupo:

Notícia: Governo admite encerrar Setenta por cento
dos Centros Novas Oportunidades.

Argumentos favoráveis

Técnicos e formadores defendem que o programa não pode acabar porque o sistema está bem pensado para o público-alvo que pretendem atingir.

Argumentos desfavoráveis

- O EDUCARE.PT colocou algumas questões à AVAL, nomeadamente de que forma a conclusão da certificação em curso não será afectada nos Centros, mas não obteve qualquer resposta.
- Com a decisão governamental, ficará um centro a funcionar num concelho com cerca de 300 mil habitantes.

Referências partidárias: Sim Não

Conclusões:

Grupo: Pedro, Rocha.

2

Notícia: OS jovens querem suspensão imediata dos Centros Novas Oportunidades.

Argumentos favoráveis

→ Com a consequente repercussão na destruição do património em matéria de educação e formação de adultos.

Argumentos desfavoráveis

→ O actual governo está a promover a extinção de um grande número de centros novas oportunidades.

→ Levando à aniquilação de postos de trabalho correspondentes às equipas pedagógicas.

Referências partidárias: Sim Não

Conclusões:

Grupo: Pedro, Rocha.

Notícia: A Voz da Razão

Argumentos favoráveis

A minha opinião sobre esta notícia, é que ela nos transmite a primeira coisa a nossa governação atua; ou seja: "para, quero e manda" porque se passou silêncio e porque ninguém quis saber da opinião dos eleitores. Sem começar minimamente este Colunista, dá a entender que estes investimentos não lhe trouxeram grandes lucros.

Argumentos desfavoráveis

Referências partidárias: Sim Não

Conclusões:

Grupo: Roger

Notícia: NOVAS OPORTUNIDADES EVELHAS ENORMIDADES

Argumentos favoráveis

DE FACTO, EFEITOS DESEJADOS POR QUALQUER SOCIEDADE MODERNA, COMO GANHAR MAIOR AUTO-ESTIMA E AUTOCONFIANÇA, QUE PERMITA ENCRETAR UM PROCESSO DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA, DESPERTAR A CURIOSIDADE E A VONTADE DE SABER SEMPRE MAIS.

Argumentos desfavoráveis

(ENO) NÃO PRODUZIA EMPREGO NEM PROMOÇÃO PROFISSIONAL OU SALARIAL, ORA, SE ESTAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO - FORMAÇÃO DE ADULTOS NÃO FORAM CRIADOS COM TAL OBJECTIVO, É NATURAL QUE NÃO PRODUZA TAIS EFEITOS

Referências partidárias: Sim Não

Conclusões:

Grupo: ROSA RODRIGUES
MÁRIO SILVA

Notícia: PARA ASSELIAR TIJOLO BASTA SABER LER E ESCRIVER

Argumentos favoráveis

PORTUGAL NÃO TEM UM PROBLEMA DE EXCESSO DE QUALIFICAÇÃO!
PORTUGAL TEM UM PROBLEMA DE ABANDONO ESCOLAR.

Argumentos desfavoráveis

NUNO CRATO CONDENA O FUTURO DE MILHARES DE PESSOAS, ENXOVARHA AS QUE DECIDIRAM ESTUDAR E DESCREBILIZA QUEM TRABALHA NESTA ÁREA
MAIS DE 600 MIL PESSOAS SÃO ANALFABETAS
A MAIORIA DOS TRABALHADORES TEM MENOS QUE O 9º ANO DE ESCOLARIDADE
DECIDIU ENTÃO ENCOMENDAR UM ESTUDO SOBRE ESTAS MEDIDAS AO CENTRO DE ESTUDOS DE GESTÃO DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
ALGO TÃO COERENTE COMO SOLICITAR UM ESTUDO DE VETERINÁRIA A UMA FACULDADE DE LETRAS.

Referências partidárias: Sim Não

Conclusões:

Grupo: ROSA RODRIGUES
MÁRIO SILVA

Notícia: OCDE PEDE AO GOVERNO EXPANSÃO DO MÓDULO NO

Argumentos favoráveis

(OCDE) RECOMENDA AO ACTUAL GOVERNO QUE "ESPANJA MAIS A ^{EDUCAÇÃO} E A FORMAÇÃO VOCACIONAL.

AS AUTORIDADES EXPANDIRAM A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO VOCACIONAL DE JOVENS E DE ADULTOS (COM MENOS QUALIFICAÇÕES (NOVAS OPORTUNIDADES))

A OCDE REVISOU AINDA CONCLUSÕES DO SEU ESTUDO DE DEZEMBRO, EM QUE PORTUGAL SURGE COMO UM DOS PAÍSES MAIS DESIGUAL DO MUNDO DESENVOLVIDO

Argumentos desfavoráveis

DEPOIS DOS RECENTES ANÚNCIOS DO GOVERNO, COMO O PLANO PARA ENCERRAR CERCA DE 129 CENTOS NOVAS OPORTUNIDADES (DE 430 PARA 301 ANÍVEL NACIONAL.

PORTUGAL REDUZIU O VALOR MÉDIO PAGO ATRAVÉS DESTA PRESTAÇÃO, ADJUNÇÃO DO APOIO, MAS TAMBÉM REDUZIU O TEMPO DE TRABALHO NECESSÁRIO PARA ACELERAR O APOIO.

~~EXISTE~~ É O TERCEIRO PIOR ONDE SE ANALISA OS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES.

Referências partidárias: Sim Não

Conclusões:

Grupo: ROSA RODRIGUES
MÁRIO SILVA

Notícia: MEALHAS

Argumentos favoráveis

AS NOVAS OPORTUNIDADES TEVE
RESULTADOS MODESTOS

Argumentos desfavoráveis

MAS DESCONFIO QUE IDAS AO
CABELEIREIRO OU ASSINATURAS
COMPARTICIPADAS DA SPONT TV TENHAM
FICADO MAIS EM CONTA.

ATÉ PORQUE O NOVAS OPORTUNIDADES
TEVE RESULTADOS MODESTOS: SEGUNDO
O INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, O
IMPACTO DO PROGRAMA NA CRIAÇÃO
DE EMPREGO FOI NULO.

HÁ MEDALHAS QUE MAIS VALE
NÃO SÃO AO PEITO

Referências partidárias: Sim Não

Conclusões:

Grupo: ROSA RODRIGUES
FRANÇO SILVA

Anexo 23. Memória descritiva da reunião de 06/06/12: Grupo “ficam no CNO”

Atividade: Reunião de grupo “ficam no CNO”		
Data: 06/06/12	Horário: 20h30h-21h30	Local: ESJA (sala 5)
Total de Participantes: 10		

Descrição:

Uma vez que os adultos do grupo “ficam no CNO” se encontravam próximos da conclusão dos seus processos de RVCC, esta reunião teve como principal objetivo decidir onde e quando se realizaria a sessão de júri de certificação.

No entanto, antes de discutirmos esse assunto, começámos por fazer um resumo da reunião anterior, onde foi feita a análise de diversas notícias publicadas sobre a INO, onde tinham estado presentes apenas 5 participantes. A Rosa R., o Roque e o Luís explicaram aos colegas, de forma resumida, as conclusões que retirámos dessa análise.

Relativamente ao tema principal desta reunião, foi discutida a necessidade de tomarmos uma decisão em relação à realização da sessão de júri de certificação para o grupo “ficam no CNO”. A maioria dos membros deste grupo encontrava-se já em fase adiantada do reconhecimento das competências, resultado do acompanhamento que continuaram a ter por parte da equipa de formadores do nível secundário.

Como já havia sido explicado a este grupo, no momento em que lhe foi proposto continuarem no CNO numa situação excepcional que lhes permitisse concluir os seus processos com a nossa equipa de formadores, o centro não poderia realizar a sessão de júri por já não ter acesso ao financiamento desde 31 de março.

A opção que apresentei ao grupo consistia em contactarmos um dos outros CNO do concelho que se mantinham em funcionamento, no sentido de saber da possibilidade da sessão de júri ser realizada lá, procedendo-se nesse caso à transferência de todos os adultos em condições de obter a certificação.

Alguns participantes referiram que seria constrangedor fazerem a sua apresentação de júri noutro centro, perante uma equipa que não conhecem. Referiram que a sessão de júri já era um momento que lhes causava alguma ansiedade, e que se sentiriam mais confiantes perante a equipa que os tem acompanhado.

Todos referiram que preferiam pagar cada um a sua parte de modo a reunirmos a verba necessária para pagar ao avaliador externo, para que a sessão de júri se realizasse na escola.

Fiquei de falar com o diretor e o avaliador externo no sentido de saber se concordavam com esta proposta do grupo. Relativamente às datas, ficou decidido que este poderia realizar-se na primeira ou segunda semana de julho.

Anexo 25. Memória descritiva da reunião de 13/06/12: Preparação do documentário

Atividade: Reunião de preparação do documentário		
Data: 13/06/12	Horário: 20h30h-21h30	Local: ESJA (sala 5)
Total de Participantes: 9		

Descrição:

Esta reunião teve como objetivo a preparação da realização do documentário. Comecei por perguntar quem estaria interessado em dar o seu testemunho, explicando que o mesmo seria recolhido por mim, numa entrevista individual, a qual seria filmada. O objetivo seria recolher o testemunho de 4 ou 5 pessoas para depois montar o filme, intercalando os testemunhos conforme os assuntos, dando-lhe uma sequência lógica e que o tornasse compreensível.

Manifestaram imediatamente disponibilidade para participar o Luís, o Fernando e o Joaquim S.. Desafiei a Rosa B. a participar também, porque seria interessante termos também o testemunho de um casal e poderia entrevistá-la em simultâneo com o marido, o José A.. Apesar do José A. não ter comparecido a esta reunião, a Rosa B. concordou e ficou de falar com ele.

Desafiei também a Rosa R. a participar, por se encontrar numa situação diferente dos colegas, uma vez que foi encaminhada para o CNO pelo centro de emprego, sob pena de perder o direito ao seu subsídio de desemprego. Teríamos assim alguma diversidade de testemunhos que poderia enriquecer o documentário. Também concordou.

Procedemos então à marcação das entrevistas para as seguintes datas:

- Rosa B. e José A. – dia 14/06/12, às 17h30m.
- Fernando – dia 15/06/12, às 15h00m.
- Rosa R. – dia 15/06/12, às 19h00m.
- Luís – dia 18/06/12, às 19h00m.
- Joaquim S. – dia 19/06/12, às 19h30m.

Passámos em seguida à escolha do título para o documentário. Foram sugeridos os seguintes: “Sonhos concretizados e sonhos por concretizar”, sugerido pelo Luís; “Todos temos direito a uma nova oportunidade”, sugerido pela Rosa B.; “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”, sugerido pela Rosa B.. Ficou decidido fazer a escolha mais tarde, depois de realizadas as filmagens para vermos o que mais se adequa ao conteúdo.

Anexo 27. Datas e duração das entrevistas filmadas

Rosa B. e José A.
14/06/12, às 17h30m
23 minutos

Fernando
15/06/12, às 15h00m
10 minutos

Rosa R.
15/06/12, às 19h00m
45 minutos

Luís
18/06/12, às 19h00m
16 minutos

Joaquim S.
19/06/12, às 19h30m
44 minutos

Anexo 28. Guião de entrevista para a elaboração do documentário

1. Porque decidiu inscrever-se no Centro Novas Oportunidades? Como teve conhecimento deste programa e quais foram as suas principais motivações para o frequentar?
2. Descreva-me como foi para si fazer este processo. Correspondeu àquilo que esperava? Que dificuldades sentiu? Como as ultrapassou? Destaque alguns aspetos positivos e negativos que encontrou?
3. O que pensa do recente encerramento deste Centro Novas Oportunidades? O que pensa daquilo que se tem anunciado e publicado ultimamente sobre o fim do programa novas oportunidades? Julga que isso tem algum impacto na sua vida e no percurso que fez?

Anexo 29. CD contendo o documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”



Anexo 30. Memória descritiva da reunião de 02/07/12: Visionamento do documentário

Atividade: Visionamento do documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”		
Data: 02/07/12	Horário: 20h30h-22h30	Local: ESJA (sala 4)
Total de Participantes: 9		

Descrição:

Esta atividade teve como objetivo devolver ao grupo os testemunhos recolhidos e refletir com eles sobre o resultado final deste trabalho, agora apresentado no formato de um documentário. Nesta atividade participaram 9 pessoas, 5 das quais tinham dado o seu testemunho.

Durante o visionamento do filme, frequentemente, os participantes foram fazendo comentários que traduziam a sua concordância com os testemunhos que estavam a ouvir, usando expressões como: “*exatamente*”, “*também eu*”, “*comigo aconteceu o mesmo*”.

No fim do filme, realizámos um pequeno debate sobre o mesmo.

Foi perguntado aos participantes que deram o seu testemunho o que tinham achado do documentário completo. Referiram que “*parecia que tinham combinado as respostas*”, apesar de não o terem feito, dizendo que nem sequer tinham comentado uns com os outros o conteúdo dos seus testemunhos. Isto levou-nos a concluir que, apesar de serem todos muito diferentes e com percursos muito diversos, há pontos comuns a todos os intervenientes, entre eles:

- O facto de sentirem o CNO como uma oportunidade que não tinham tido antes;
- O facto de não terem tido a oportunidade de estudar na sua infância, por motivos de carência económica;
- O facto de se terem empenhado bastante na realização dos seus processos de RVCC, fazendo sacrifícios e dispondo de muitas horas para a realização dos portefólios;
- A questão da “justiça”;
- O “susto” com a notícia do encerramento do CNO, que pôs em causa a conclusão dos seus percursos e impediu que outros tivessem a mesma oportunidade.

Quanto ao conteúdo e à sequência das intervenções, todos os participantes que deram o seu testemunho consideraram que o documentário consegue passar de forma clara a mensagem pretendida.

O Roque referiu que *“isto mostra a importância que o CNO teve para nós e a injustiça que é virem-nos agora querer convencer que isto não vale nada ao encerrá-lo.”*

Questionei também os participantes que não entraram no documentário sobre o que tinham sentido ao visioná-lo. Todos referiram que concordavam e se reviam inteiramente nos testemunhos dos colegas.

O Roque disse que *“apenas acrescentaria o facto de ter adormecido numa das sessões, por ter vindo direto do trabalho e ter feito uma direta”*, referindo-se aos testemunhos sobre as dificuldades que sentiram ao frequentar o processo.

A Margarida também se pronunciou sobre o documentário, referindo: *“é isto mesmo, isto só mostra aquilo por que todos passámos e o que sentimos agora”*.

Perguntei-lhes se achavam que o filme valorizava os processos que tinham frequentado. Referiram que sim. *“Isto vem dar valor ao que aqui fizemos, porque mostra o trabalho que nos deu e o empenho que tivemos”* (Margarida)

“É a nossa versão dos factos. Vem repor a verdade. Devia ser visto por muita gente” (Rosa B.)

Muitos participantes foram referindo que o filme devia ser visto por muita gente. Colocámos a hipótese de ser partilhado na internet, por exemplo, no *blog* do CNO, mas não sabemos se será possível tecnicamente, atendendo à extensão do ficheiro (mais de 3 Gb). O Luís ficou de tentar compactar ou gravar o filme num formato mais leve. Ficou decidido que o ofereceríamos ao avaliador externo na sessão de júri e que procuraríamos recolher a sua opinião, porque seria importante termos a opinião de alguém de fora.

Combinámos então que o apresentaríamos na última cerimónia de entrega de diplomas, a realizar-se no dia 20 de julho, na escola, e onde estarão presentes outros adultos certificados no CNO e nos cursos EFA e respetivas famílias, e também formadores e membros da direção.

Anexo 32. Memória descritiva da reunião de 20/06/12: “Carta ao Ministro”

Atividade: Carta ao Ministro		
Data: 20/06/12	Horário: 20h30h-21h30	Local: ESJA (Biblioteca)
Total de Participantes: 4		

Descrição:

Esta reunião teve como objetivo a elaboração de uma carta que reunisse todas as dúvidas que os participantes gostassem de ver esclarecidas sobre o encerramento do CNO e sobre o futuro da Educação e Formação de Adultos.

O desafio lançado foi o seguinte: se estivessem perante o Ministro da Educação o que gostariam de lhe perguntar?

Todos se manifestaram. O Quadro 8 apresenta as respostas, exatamente na ordem e nos termos em que foram surgindo.

Quadro 8. Respostas dos participantes à pergunta: Se estivessem perante o Ministro da Educação o que gostariam de lhe perguntar?

Respostas	Participantes
Quais são as alternativas para que um adulto possa concluir a escolaridade, do nível básico ou secundário, após o fim das Novas Oportunidades?	Luís
Se essas alternativas vão ter a mesma flexibilidade e ser adequadas aos adultos?	Luís
Se não teremos todos os mesmos direitos (jovens e adultos) em termos de acesso à educação? (sugeriu citar o artigo da Constituição da República sobre o direito à educação)	Rosa R.
O porquê desta injustiça sabendo que muitos destes adultos não estudaram porque não tiveram a oportunidade que o Sr. Ministro teve?	Rosa B.
Porque é que nós, os principais interessados não foram ouvidos no momento das decisões de encerramento dos CNO?	Rosa B.
Se está garantida a conclusão dos processos para quem ainda está a meio dos processos e percursos formativos (com o fim do financiamento dos restantes CNO previsto para agosto)?	Margarida
Qual a alternativa para quem ficou com uma certificação parcial?	Margarida
Qual a alternativa para quem terminou uma certificação de determinado nível e pretendia continuar o seu percurso formativo para o nível seguinte?	Margarida
Se a nossa experiência de vida vão continuar a contar e a ser reconhecida?	Rosa B.

Terminada esta recolha de dúvidas, discutimos a quem deveria a carta ser enviada. Os participantes sugeriram que fosse enviada ao Ministro da Educação e à ANQEP. Eu sugeri também que fosse divulgada na internet no formato de carta aberta ou petição pública para que fosse lida por mais pessoas e até assinada por outros adultos que partilhassem das mesmas dúvidas. Concordaram.

Ficou combinado que eu redigiria a carta, com base nas dúvidas dos participantes e com a colaboração da formadora de LC/CE. Fiquei de a apresentar numa reunião futura para ser lida, aprovada e assinada por todos.

Antes de terminar a reunião comuniquei ao grupo que não foi possível o agendamento da palestra “Educação financeira e crédito responsável”, no âmbito da ação “Programando o futuro”, que tínhamos falado na reunião de 30 de maio.

A resposta da entidade formadora foi negativa (Anexo 36).

Anexo 34. Carta ao Ministro da Educação e Ciência e petição pública

Ministério da Educação e Ciência
Av. 5 de Outubro, 107,
1069-018 Lisboa

Penafiel, 9 de julho de 2012

Exmo. Sr. Ministro da Educação e Ciência,

Frequentámos um Centro Novas Oportunidades, extinto por deliberação da ANQEP no passado mês de junho. Tal facto deveu-se, tanto quanto julgamos saber, ao indeferimento da candidatura financeira que suportava o funcionamento do mesmo e à falta de fontes de financiamento alternativo por parte da entidade promotora.

Há já algum tempo, que assistimos a um cenário de:

- Uma equipa incrédula com uma decisão inesperada de encerramento do CNO, que se encontrava a trabalhar numa perspetiva de continuidade, aparentando ter sido tão surpreendida com a decisão do cancelamento do financiamento e conseqüente encerramento do centro como nós.
- Descredibilização sistemática de todo o trabalho desenvolvido por este e pelos outros centros, numa onda de opinião pública e publicada muito marcada pelo preconceito e desconhecimento sobre este projeto e seus verdadeiros fundamentos.
- Encaminhamento massivo dos adultos inscritos, muitas vezes sem o devido acompanhamento e num clima de incerteza quanto à verdadeira disponibilidade dos CNO vizinhos para receberem os encaminhados.
- Desistência de alguns daqueles que frequentavam ou aguardavam para frequentar os seus percursos de RVCC ou de Educação e Formação, perante a inevitabilidade de uma transferência que não pediram nem desejavam.
- Desânimo, tristeza, desmotivação, frustração e impotência da equipa, e nossa também.


É com este sentimento de desvalorização e injustiça que sentimos ter sido alvo, nós e todos aqueles que passaram pela Iniciativa Novas Oportunidades, que decidimos colocar por escrito algumas das nossas dúvidas, para as quais ainda ninguém nos soube dar resposta.

1. Quais são as alternativas para que um adulto possa concluir a escolaridade, do nível básico ou secundário, se se confirmar o fim anunciado das Novas Oportunidades?
2. Irão essas alternativas ter a mesma flexibilidade e ser adequadas ao nosso perfil de adultos, ao nosso percurso e experiência profissional?
3. A nossa experiência de vida vai continuar a contar e a ser reconhecida?
4. Estará garantida a conclusão dos percursos para quem ainda está a frequentar processos e percursos formativos, quando sabemos que o financiamento dos outros CNO acaba no próximo mês de agosto?
5. Quais serão as alternativas para que quem tem uma certificação parcial de determinado nível possa completar o seu percurso?
6. Qual a alternativa para quem concluiu uma certificação de determinado nível e pretendia continuar o seu percurso formativo para o nível seguinte?
7. Não teremos todos os mesmos direitos em termos de acesso à educação, nos termos do artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa?
8. Estarão a “igualdade de oportunidades” e a “superação das desigualdades económicas, sociais e culturais” previstas no mesmo artigo, garantidas quando ainda existem muitos adultos que não estudaram porque não tiveram essa oportunidade em crianças e jovens?
9. Porque é que nós, os principais interessados, não fomos ouvidos no momento das decisões de encerramento dos CNO e neste momento em que se anuncia o fim das Novas Oportunidades?

Estamos certos que compreenderá as nossas dúvidas e que nos reconhecerá o direito a vê-las esclarecidas.

Agradecemos desde já toda a atenção dispensada.

Atentamente,



Início | Criar Petição | Recomendar a Amigo | Petições Actuais RSS

Google Pesquisa Personalizada Pesquisar


Um dos mais antigos métodos da democracia. www.peticaopublica.com

Petição Pública

MEO agora por €24,99/mês

Televisão + Internet + Telefone Adira já! O MEO liga-lhe grátis

www.meo.pt

AdChoices 

Petição Direito à Educação de Adultos

Para: Ministro da Educação e Ciência

CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
Exmo. Sr. Ministro da Educação e Ciência,
Frequentámos um Centro Novas Oportunidades, extinto por deliberação da ANQEP no passado mês de junho. Tal facto deveu-se, tanto quanto julgamos saber, ao indeferimento da candidatura financeira que suportava o funcionamento do mesmo e à falta de fontes de financiamento alternativo por parte da entidade promotora.
Há já algum tempo, que assistimos a um cenário de:

- Uma equipa incrível com uma decisão inesperada de encerramento do CNO, que se encontrava a trabalhar numa perspectiva de continuidade, aparentemente ter sido tão surpreendida com a decisão do cancelamento do financiamento e consequente encerramento do centro como nós.
- Descredibilização sistemática de todo o trabalho desenvolvido por este e pelos outros centros, numa onda de opinião pública e publicada muito marcada pelo preconceito e desconhecimento sobre este projeto e seus verdadeiros fundamentos.
- Encaminhamento massivo dos adultos inscritos, muitas vezes sem o devido acompanhamento e num clima de incerteza quanto à verdadeira disponibilidade dos CNO vizinhos receberem os encaminhados.
- Desistência de alguns daqueles que frequentavam ou aguardavam para frequentar os seus percursos de RVCC ou de Educação e Formação, perante a inevitabilidade de uma transferência que não pediram nem desejavam.
- Desânimo, tristeza, desmotivação, frustração e impotência da equipa, e nossa também.

É com este sentimento de desvalorização e injustiça que sentimos ter sido alvo, nós e todos aqueles que passaram pela Iniciativa Novas Oportunidades, que decidimos colocar por escrito algumas das nossas dúvidas, para as quais ainda ninguém nos soube dar resposta.

1. Quais são as alternativas para que um adulto possa concluir a escolaridade, do nível básico ou secundário, se se confirmar o fim anunciado das Novas Oportunidades?
2. Irão essas alternativas ter a mesma flexibilidade e ser adequadas ao nosso perfil de adultos, ao nosso percurso e experiência profissional?
3. A nossa experiência de vida vai continuar a contar e a ser reconhecida?
4. Estará garantida a conclusão dos percursos para quem ainda está a frequentar processos e percursos formativos, quando sabemos que o financiamento dos outros CNO acaba no próximo mês de agosto?
5. Quais serão as alternativas para quem tem uma certificação parcial de determinado nível possa completar o seu percurso?
6. Qual a alternativa para quem concluiu uma certificação de determinado nível e pretendia continuar o seu percurso formativo para o nível seguinte?
7. Não teremos todos os mesmos direitos em termos de acesso à educação, nos termos do artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa?
8. Estarão a "igualdade de oportunidades" e a "superação das desigualdades económicas, sociais e culturais" previstas no mesmo artigo, garantidas quando ainda existem muitos adultos que não estudaram porque não tiveram essa oportunidade em crianças e jovens?
9. Porque é que nós, os principais interessados, não fomos ouvidos no momento das decisões de encerramento dos CNO e neste momento em que se anuncia o fim das Novas Oportunidades?

Estamos certos que compreenderá as nossas dúvidas e que nos reconhecera o direito a vê-las esclarecidas.

Os signatários

Disponível em: <http://www.peticaopublica.com/?pi=P2012N26601>

Anexo 35. Programa da palestra “Educação financeira e crédito responsável”

Educação financeira e crédito responsável

Programa

1. O Dinheiro

- 1.1. Que preocupações devemos ter em relação ao dinheiro;
- 1.2. Como Gerir o Dinheiro (Orçamento e Check-up financeiro)

2. A Poupança

- 2.1. A importância da Poupança
- 2.2. Como Poupar?
- 2.3. O que fazer com as minhas Poupanças?

3. Os Meios de Pagamento

- 3.1. Que meios de pagamento existem e para que servem?


4. Bancos e Instituições Financeiras de Crédito

- 4.1. O que são e qual o seu papel?
- 4.2. Como me devo relacionar com estas Instituições?

5. O Crédito

- 5.1. O que é o Crédito e para que serve?
- 5.2. Como recorrer ao crédito de forma Responsável?
- 5.3. Deveres e Direitos dos Consumidores no recurso ao crédito

Anexo 36. Contactos para realização da palestra “Educação financeira, crédito responsável”

 **Isabel Vieira** 6 jun ☆ ↶ ↷
para Carla ▾

Bom dia,


Junto envio os dados pretendidos. Informo que a sessão se justifica pela necessidade que alguns formandos adultos que passaram pelo Centro Novas Oportunidades desta Escola identificaram. Os conteúdos poderão ser exactamente os das sessões dos jovens alunos do secundário, a única diferença são os destinatários da acção, que serão adultos que certificaram o ensino básico ou secundário no referido Centro. Daí que o horário pretendido seja o pós laboral.

Agradecemos a vossa atenção e aguardamos resposta quanto à viabilidade de realização da acção.

Atentamente,

Isabel Vieira

Nome da escola: Escola Secundária Joaquim de Araújo
Morada completa: Rua 3 de Março, Guilhufe, 4560-641 Penafiel
Professor responsável: Isabel Vieira
Telefone para contacto: [919153804](tel:919153804)
Ano lectivo: 2012
Nº de alunos: entre 30 e 40
Data, hora: entre 2 e 6 de Julho, às 21h
Local pretendido para a sessão: Escola Secundária Joaquim de Araújo (sala 4 - auditório com capacidade para todos os participantes e com meios de projecção)

 **Carla Zambujo** cz@multicom.co.pt 19 jun ☆ ↶ ↷
para mim ▾

Boa tarde Professora Isabel,

Relativamente ao seu pedido lamento informar que já não será possível realizar-se a sessão **financeira** este ano.

No entanto, ficaremos com os vossos dados e, assim que este projeto arranque novamente, voltaremos a entrar em contacto, o que lhe parece?

Muito obrigada,

Carla Zambujo
Account

Anexo 37. Caracterização individual dos participantes

	Nome	Escolaridade	Profissão	Residência (concelho/freguesia)	Idade
1	Abílio	4º ano	Eletricista (encarregado)	Lagares – Penafiel	52
2	Adelaide	6º ano	Empacotadeira	Irivo – Penafiel	40
3	António P.	6º ano	Manobrador	Irivo – Penafiel	37
4	António V.	6º ano	Eletricista / ar condicionado	Urrô – Penafiel	39
5	Arminda	9º ano	Operária semiespecializada	Figueira – Penafiel	28
6	Diogo	9º ano	Eletricista	Paredes – Paredes	30
7	Eulália	6º ano	Auxiliar de ação educativa	Guilhufe – Penafiel	55
8	Fernando	6º ano	Técnico de eletrónica	Guilhufe – Penafiel	46
9	Hélder	6º ano	Ourives	Guilhufe – Penafiel	36
10	João	9º ano	Carpinteiro de limpos	Cristelo – Paredes	30
11	Joaquim B.	6º ano	Mecânico auto	Paço de Sousa – Penafiel	53
12	Joaquim M.	6º ano	Manobrador	Marecos – Penafiel	40
13	Joaquim S.	6º ano	Desempregado	Paço de Sousa – Penafiel	41
14	Jorge	6º ano	Desempregado	Capela – Penafiel	39
15	José A.	9º ano	Calceteiro	Duas Igrejas – Penafiel	27
16	José F.	6º ano	Manobrador	Rans- Penafiel	27
17	José N.	6º ano	Mecânico auto	Paredes – Paredes	56
18	José T.	6º ano	Desempregado	Paço de Sousa – Penafiel	46
19	Jurlinda	6º ano	Empacotadeira	Penafiel – Penafiel	33
20	Luís	9º ano	Servente (empresa climatização)	Galegos – Penafiel	26
21	Margarida	9º ano	Auxiliar de ação educativa	Rans – Penafiel	48
22	Mário	6º ano	Mecânico	Croca – Penafiel	24
23	Natália	6º ano	Auxiliar ação educativa	Paço de Sousa – Penafiel	28
24	Nelson	6º ano	Desempregado	Galegos – Penafiel	24
25	Roque	6º ano	Motorista transportes coletivos	Guilhufe – Penafiel	50
26	Rosa B.	9º ano	Desempregada	Duas Igrejas – Penafiel	38
27	Rosa R.	9º ano	Desempregada	Galegos – Penafiel	43
28	Rosária	9º ano	Vigilante	Oldrões – Penafiel	25

Dados referidos à data da inscrição no CNO.

Anexo 38. Diferentes graus de participação

		Atividades									
		1ª Reunião – levantamento de problemas e necessidades 30/01/12	2ª Reunião – reavaliação do contexto perante o encerramento do CNO 24/05/12	A INO e os CNO-opinião publicada 30-05-12	Grupo “ficam no CNO” Reunião de preparação 06-06-12	Reunião de preparação do documentário 13-06-12	Testemunhos do documentário junho	Visionamento do documentário 02-07-12	Carta ao Ministro 20-06-12	Reunião de avaliação 23-07-12	Assiduidade *
1	Abílio	x									1
2	Adelaide	x	x								2
3	António P.	x									1
4	António V.	x									1
5	Arminda				x						1
6	Diogo				x						1
7	Eulália	x									1
8	Fernando		x		x	x	x	x		x	6
9	Hélder		x								1
10	João				x						1
11	Joaquim B.	x	x								2
12	Joaquim M.	x	x								2
13	Joaquim S.	x	x	x		x	x	x		x	8
14	Jorge	x									1
15	José A.						x				1
16	José F.	x	x								2
17	José N.		x			x		x		x	4
18	José T.	x									1
19	Jurlinda		x								1
20	Luis		x	x	x	x	x	x	x	x	8
21	Margarida		x		x	x		x	x	x	6
22	Mário	x	x	x							3
23	Natália	x	x								2
24	Nelson	x									1
25	Roque		x	x	x	x		x		x	6
26	Rosa B.		x		x	x	x	x	x	x	7
27	Rosa R.		x	x	x	x	x	x	x	x	8
28	Rosária				x	x		x		x	4
Total Particip.		14	16	5	10	9	6	9	4	9	

* Considerados os adultos que participaram em mais de 50% das atividades, destaca-se um grupo de 7 elementos mais participativos a sombreado.

Anexo 39. Caracterização individual detalhada dos adultos mais participativos

Fernando (Técnico de eletrónica, 46 anos, uma filha de 18 anos e um filho de 13 anos)

Muito comunicativo. Recentemente dedica-se a fazer rádio *online*.

Inscreveu-se no CNO em 2008, com o 6º ano de escolaridade, tendo certificado o nível B3. Frequentou posteriormente vários cursos de Inglês e Informática, encaminhado pelo CNO para uma entidade formadora ao abrigo de uma parceria. Mais tarde, foi encaminhado para processo de RVCC secundário. Foi sempre muito interventivo em todas as atividades do projeto. Quando se previu que eventualmente poderia não ser possível reunir nas instalações da escola, após o término das aulas, sugeriu a utilização da sala da Associação para o Desenvolvimento da Freguesias de Guilhufe, da qual faz parte.

Integrou o grupo “ficam no CNO”, conseguindo concluir o nível secundário já depois do encerramento do CNO.

Voluntariou-se para dar o seu testemunho no documentário, onde refere que “*A escola mudou há muitos anos a minha vida e hoje continua a mudar, porque eu hoje sou um cidadão que continuou a escola*”.

Na reunião de avaliação do projeto, destacou as palavras proferidas pelo diretor da escola na última cerimónia de entrega de diplomas quando, no discurso de encerramento, citando testemunhos do documentário, afirmou que as portas da escola estariam sempre abertas para novos projetos destinados aos adultos.

Joaquim S. (Desempregado, 41 anos, um filho de 14 anos)

Trabalhou 12 anos por conta própria numa empresa de panificação. Certificou o nível básico de escolaridade no CNO em 2011. No seu portefólio, referindo-se aos motivos que o levaram a inscrever-se no CNO, relata um episódio que o entristeceu, quando escreveu uma carta manuscrita para o Ministério Público, e um juiz lhe respondeu que já não estávamos na Idade Média. No documentário refere, com visível satisfação, o facto de já conseguir escrever ofícios no computador e de já enviar currículos por *email*. Nas diversas atividades em que participou, destacou sempre as vantagens que o processo lhe trouxe em termos do desenvolvimento de algumas competências úteis para a sua vida.

Tinha intenção de continuar o seu percurso formativo para o nível secundário, o que já não foi possível com a extinção do CNO. *“Vejo que realmente houve uma certa evolução e gostava de continuar a evoluir, se as Novas Oportunidades me deixarem, se não deixarem, olhe...”*

Atendendo às dificuldades atuais do mercado de emprego, tem intenção de ir trabalhar para Angola. Solicitou a minha ajuda para a criação de um perfil no *facebook* para comunicar com o filho quando estivesse em Angola. Atualmente, mantemos contato regular através dessa rede social.

Luís (Servente numa empresa de climatização, 26 anos)

Dos adultos mais jovens do grupo, foi sempre muito participativo e interessado. No grupo de análise e discussão de notícias sobre a INO e os CNO, colaborou trazendo diversas notícias que pesquisou na internet para serem analisadas.

Destacou várias vezes o rigor e a exigência do processo de RVCC e, em particular, do trabalho da equipa do CNO. Deu testemunho no documentário, onde revela sentido crítico. Refere que *“com o ensino recorrente noturno vão reduzir o número de alunos e as despesas, acho que é esse o principal objetivo”*. Sugeriu um dos possíveis títulos para o mesmo: *“Sonhos concretizados e sonhos por concretizar”*.

Ofereceu-se para compactar o ficheiro do filme, quando nos apercebemos que por ser demasiado pesado não era possível publicá-lo na internet.

Participou ativamente na elaboração da carta ao ministro, colaborando no *brainstorming* de levantamento de dúvidas sobre o futuro dos CNO e da EFA com as seguintes perguntas: *“Quais são as alternativas para que um adulto possa concluir a escolaridade, do nível básico ou secundário, após o fim das Novas Oportunidades? Se essas alternativas vão ter a mesma flexibilidade e ser adequadas aos adultos?”* (Quadro 8 do Anexo 32)

Margarida (auxiliar de ação educativa, 48 anos, dois filhos com 18 e 26 anos)

Em jovem queria ser professora, mas os pais não permitiram por dificuldades económicas. Refere várias vezes que o CNO a fez fazer uma viagem ao passado e que isso foi muito gratificante.

Mais reservada que os restantes participantes e com menos intervenções orais devido à sua timidez. Também por isso não se voluntariou para dar o seu testemunho, mas foi muito interventiva na sessão de visionamento do filme, referindo ao ver o testemunho

dos colegas: *“é isto mesmo, isto só mostra aquilo por que todos passámos e o que sentimos agora. (...) Isto vem dar valor ao que aqui fizemos, porque mostra o trabalho que nos deu e o empenho que tivemos.”* (Anexo 30)

Colaborou com 3 perguntas para a elaboração da carta ao ministro: *“Se está garantida a conclusão dos processos para quem ainda está a meio dos processos e percursos formativos (com o fim do financiamento dos restantes CNO previsto para agosto)? Qual a alternativa para quem ficou com uma certificação parcial? Qual a alternativa para quem terminou uma certificação de determinado nível e pretendia continuar o seu percurso formativo para o nível seguinte?”* (Quadro 8 do Anexo 32)

Roque (motorista de transportes coletivos, 50 anos, um filho com 21 anos e uma filha com 22 anos)

Cunhado do Fernando. Mais reservado. Atendendo aos horários de trabalho da sua profissão, chegava quase sempre mais tarde aos encontros de grupo, mas não deixou de participar com regularidade. Faz parte dos órgãos sociais de uma associação local. Quando debatíamos a possibilidade de deixarmos de poder reunir na escola após o término das aulas, sugeriu que utilizássemos as instalações da Junta de Freguesia de Guilhufe, oferecendo-se para fazer o contacto com o presidente.

Na análise das notícias sobre o encerramento dos CNO, referindo-se a um artigo de opinião onde se lê: *“passou sem fanfarra o enterro das novas oportunidades”*, diz que *“a minha opinião sobre esta matéria é que ela nos transmite a forma como o nosso governo atua, ou seja, posso, quero e mando, porque se passou silenciosa é porque ninguém quis saber da opinião dos eleitores.”* (Anexo 22)

Ao ver o documentário, comentou *“isto mostra a importância que o CNO teve para nós e a injustiça que é virem-nos agora querer convencer que isto não vale nada ao encerrá-lo.”* (Anexo 30)

Rosa B. (empregada têxtil, 38 anos, um filho com 6 anos)

Desempregada no momento da inscrição no CNO, conseguiu depois arranjar emprego na área têxtil. Casada com o José A.⁴¹, revelaram ambos muito interesse pelo projeto. Deram o testemunho em conjunto para a elaboração do documentário. A Rosa refere várias vezes o facto de ter sido muito boa aluna e ter começado a trabalhar muito jovem

⁴¹ O José A. não participou nas restantes atividades, porque na altura do desenvolvimento deste projeto, encontrava-se a trabalhar fora, vindo a casa só aos fins de semana. Acompanhou-o, no entanto, ao longe, através da mulher.

devido à falta de recursos da família. Gostaria de ter sido professora. O CNO abriu-lhe a porta à concretização de um sonho antigo.

Sugeriu o título que acabou por ser escolhido para o documentário, sobre o qual refere: *“É a nossa versão dos factos. Vem repor a verdade. Devia ser visto por muita gente”* (Anexo 30).

Embora não tendo podido estar presente na atividade “A INO e os CNO – opinião publicada” colaborou enviando por *email* algumas notícias para análise.

Participou na elaboração da carta ao ministro com as seguintes perguntas:

“O porquê desta injustiça sabendo que muitos destes adultos não estudaram porque não tiveram a oportunidade que o Sr. Ministro teve? Porque é que nós, os principais interessados não foram ouvidos no momento das decisões de encerramento dos CNO? Se a nossa experiência de vida vão continuar a contar e a ser reconhecida?” (Quadro 8 do Anexo 32)

Rosa R. (Desempregada, 43 anos, um filho com 15 anos e uma filha com 22 anos)

Foi encaminhada para o CNO pelo Centro de Emprego, por se encontrar desempregada. Refere que o maior incentivo que teve foi dos filhos.

Foi empregada têxtil muitos anos e diz ter dificuldade em arranjar emprego por causa da idade. Em casa, ocupa-se cuidando de uma criança. Enquanto frequentou o CNO, foi sempre muito participativa na vida escolar do filho, que frequentava o 9º ano na mesma escola. Vi-a dirigir-se à escola várias vezes para reunir com o diretor de turma do filho. Dizia-me que ele tinha tido sete negativas e que estava determinada a acompanhá-lo mais de perto. No final do projeto, revelou-me que tinha conseguido que ele terminasse o ano apenas com uma negativa. Na discussão sobre a opinião publicada sobre a INO, constatou que se tem justificado os encerramentos dos CNO com o facto de se dizer que os processos de RVCC não produzem emprego nem aumentos nos salários, referindo que os mesmos não foram criadas com tal objetivo.

Na elaboração da carta ao ministro colaborou colocando as seguintes questões: *“Se não teremos todos os mesmos direitos (jovens e adultos) em termos de acesso à educação?”* e sugeriu citar o artigo da Constituição da República sobre o direito à educação. (Quadro 8 do Anexo 32)

No documentário refere que teve um susto quando soube da notícia do encerramento do CNO: *“(…) digo assim: vais fechar, já não vou fazer o diploma, o tempo que eu perdi todo já estava perdido (..) agora se calhar nem vai valer (...)”*

Anexo 40. Comentários dos signatários da Petição Pública “Direito à Educação de Adultos”




Estes comentários podem ser consultados no *site*: <http://www.peticaopublica.com/?pi=P2012N26601> e foram extraídos em agosto de 2012, quando a petição contava com 520 assinaturas.

1. O Título da Petição Diz Tudo.
2. "Todos temos direito à educação (formação) assim reza a nossa constituição."
3. Concordo plenamente.
4. Com tantos milhões gastos no BPN e em autoestradas para carros fantasmas, não há tostões para quem quer aprender com seriedade, e muito mais havia para dizer, mas prefiro ficar por aqui. Já agora, quantos mais POLITICOZECOS existiram neste país com a necessidade de frequentar as NOVAS OPORTUNIDADES visto que algumas licenciaturas, bacharelatos ou o que lhe quiserem chamar não estão assim tão bem esclarecidas, e muito mais havia para dizer.
5. É inaceitável que se acabe com uma medida que constituía a derradeira oportunidade para todos aqueles, e são muitos, que não tiveram acesso à escola na idade em que deviam ser estudantes porque tiveram que ir a trabalhar!
6. A nossa Sociedade não pode falhar nas oportunidades que oferece!
7. Se os nossos governantes continuarem a pensar desta maneira, não tarda nada temos uma taxa de ANALFABETISMO- UPA_UPA_UPA, e assim teremos um MINISTÉRIO DO ANALFABETISMO e não um MINISTÉRIO da educação. VAMOS TODOS LUTAR CONTRA O ANALFABETISMO que o governo quer impor, porque eles pensam que os direitos são apenas e só deles e que mais ninguém tem direito à VIDA e ao ENSINO e à CULTURA. ESTAMOS TODOS UNIDOS.
8. Gostaria de continuar a estudar porque para futuro será bom a nível profissional.
9. É uma mais-valia e uma oportunidade, para quem não teve possibilidade de estudar no seu tempo de escola e também a possibilidade de ter um futuro melhor.
10. Não somos velhos para aprender coisas novas e temos o mesmo direito ao ensino que qualquer outra pessoa, independentemente da idade.
11. Acho que todos têm o direito à educação, independentemente da idade que tenham!
12. Dizem que o saber é liberdade, que o conhecimento mesmo de âmbito geral é riqueza e símbolo de livre escolha...mas se nos privam desse saber ... estão a tirar-nos a liberdade.

13. Infelizmente neste país só 'gente' como o ministro Relvas tem direito a validar as suas competências...mas pronto...é ministro!!
14. Que dizer, é uma vergonha mas com este governo há que esperar tudo e mais alguma coisa.
15. Uma barbaridade o que o nosso governo quer fazer, acabar com as Novas Oportunidades.
16. Gostaria de ter a oportunidade de concluir o 12ºano, mas a escola onde eu estava a frequentar os módulos que me faltam não tinham computadores e eu tinha que trazer o meu de casa. Tive que desistir porque não tenho transporte próprio e meios para o transportar. Espero que estas novas oportunidades não terminem porque quero ainda ter alguma forma de terminar o 12ºano de escolaridade por esta via.
17. O reconhecimento de competências não deve acontecer só nas Universidades e apenas para uma minoria!
18. Continuamos a pensar como há 120 anos.
19. Todos devem ter direito ao ensino.
20. Eu entendo que todos temos o direito a uma educação para os adultos.
21. Acho que o ensino não deve parar, mesmo com as novas oportunidades aprendemos mais e tornamo-nos pessoas qualificadas para o futuro.
22. Considero uma injustiça, pois é a única oportunidade que tínhamos conseguir validar nossas competências que adquirimos ao longo da vida, e também termos a equivalência da escolaridade que conseguimos fazer, uma vez que nem para limpar chão, sem estudos não servimos.
23. Concordo com a redação desta petição, sou contra o encerramento do CNO.
24. O governo pretende e exige a escolaridade obrigatória ou AFINAL inibe e bloqueia a escolaridade obrigatória?
25. A aprendizagem é um direito de cada um.
26. Sem o CNO eu não seria hoje a mesma pessoa. Obrigada a toda a equipa que tanto me ensinou.
27. Como avaliadora externa testemunho a excelente qualidade do trabalho realizado por muitos dos CNOs encerrados e questiono-me sobre a igualdade de oportunidades no acesso à formação e à educação.
28. Concordo com o conteúdo desta petição.
29. Ex Profissional RVCC, preocupada com o futuro daqueles que frequentaram e frequentam os CNOs.

30. Bem Hajam!... Para a frente é que é o caminho!...
31. De facto é fácil diminuir despesas, mas ao mesmo tempo pensar nas pessoas e nos seus problemas é que já não é tão fácil.
32. Pelos vistos ao governo só lhes interessa o reconhecimento de competências a nível de Universidade e de preferência para os seus militantes (caso Relvas).
33. É uma pena que estes adultos com percursos de vida fantásticos não possam continuar a validar as suas competências...
34. Estudei 12 anos durante a noite, enquanto trabalhava 9 horas/dia! É preciso dizer algo mais??? Creio que não.
35. Comentários reservados, após as declarações do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, Domingo dia 08/07 sobre a licenciatura do Ministro Miguel Relvas...sic..."é normal quando o candidato apresenta conhecimentos e experiência de vida, que após análise lhe dá equivalência para os créditos a atingir"...tenho dito. Então onde está o princípio da equidade??? Somos todos cidadãos, ou somos políticos e outros que mais?????
36. Posso uma certificação ao nível do 12º ano de escolaridade, EFA secundário, que afinal não serve para muito visto que as entidades empregadoras pouco mérito lhe reconhecem. Não teremos nós como trabalhadores experientes nas mais diversas áreas os mesmos direitos de reconhecimento que os ministros????????????????
37. Concordo inteiramente com este programa, ver onde estão as falhas e corrigi-las, mas nunca acabar, isso é andar para trás.

Anexo 41. Reação de um antigo formando do CNO ao documentário

 **Manuel Barbosa** [redacted]@hotmail.com 7 Ago (há 1 dia) ☆  

para mim ▾

Olá boa noite Isabel Vieira,

Desde já os meus parabéns pelo vídeo, está muito bem realizado.

Pela minha parte só tenho a agradecer todo o empenho e dedicação por Si prestado e pela restante equipa.

Concordo plenamente com os comentários tecidos pelos antigos formandos do "C.N.O." e lamento o seu encerramento desta forma abrupta.

Espero que um dia possamos contar com mais centros de formação como este aqui em causa, pois foi uma mais valia para muitos formandos que por cá passaram.

Beijos
Manuel Barbosa

Anexo 42. Memória descritiva da reunião de 23/07/12: avaliação do projeto

Atividade: Reunião de avaliação do projeto		
Data: 23/07/12	Horário: 20h30h-21h30	Local: ESJA (sala 5)
Total de Participantes: 9		

Descrição:

O objetivo desta reunião foi o de fazer a avaliação, com o grupo de participantes, do projeto “Autores da nossa própria história”. Para tal, foi solicitado aos participantes que preenchessem um questionário de avaliação com o objetivo de recolher a sua opinião individual sobre os encontros que tivemos e todas as atividades desenvolvidas, que serviria depois de base para uma discussão oral.

Essa recolha de informação incidiu apenas nas atividades da ação “Refletindo o passado, valorizando o presente”, uma vez que não foi possível em tão curto espaço de tempo a realização da ação “Programando o futuro”.

Depois do preenchimento dos questionários, seguiu-se um debate onde foi possível a partilha de ideias relativamente às perguntas abertas do questionário: opinião sobre cada uma das atividades do projeto (pergunta3) e o que é que ter participado neste projeto mudou em cada um de nós (pergunta4).

Foram recolhidos questionários de todos os presentes e a Rosa B. levou uma para ser preenchida pelo marido, que entregou depois. Foi assim possível recolher 10 questionários preenchidos.

Apesar da identificação ser facultativa e de isso lhes ter sido explicado no início, todos os participantes optaram por se identificar.

No final, foram partilhadas com o grupo algumas opiniões sobre o documentário que já tinha sido possível recolher junto de membros da equipa técnico-pedagógica, uma vez que foram os próprios a referir que seria importante termos a opinião de alguém externo ao grupo.

Disseram que sentiam agora o reconhecimento do seu esforço. Um dos participantes (Fernando) destacou as palavras proferidas pelo diretor da escola na última cerimónia de entrega de diplomas, em que passámos o filme “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”, quando afirmou que as portas da escola estariam sempre abertas para novos projetos destinados aos adultos.

Anexo 44. Tratamento dos questionários de avaliação

Os questionários de avaliação, cujo modelo se encontra no Anexo 17, foram preenchidos por 10 participantes na reunião de avaliação realizada no dia 23 de julho. Compostos por 4 perguntas, as duas primeiras fechadas e as 2 últimas abertas, pretendiam por um lado, recolher informação sobre como é que os participantes avaliam o projeto, por outro lado, servir de base para a reflexão e debate realizada na referida reunião.

Optou-se por isso, atendendo ao número elevado dos questionários, por não os anexar a este relatório. Em alternativa, apresenta-se o tratamento das respostas das duas perguntas fechadas e algumas respostas referentes às perguntas abertas.

Da análise das respostas à primeira pergunta, conclui-se que todos os participantes atribuem elevado grau de importância às atividades do projeto, sendo a resposta mais frequente “muito importante” (Figura 13).

Quanto à análise que fazem sobre o contributo do projeto para a prossecução de cada um dos objetivos, na segunda pergunta, todos referem que contribuiu muito para todos os objetivos, à exceção do objetivo de se procurar informação sobre o futuro da INO, em que alguns participantes julgam que o projeto só terá contribuído relativamente (Figura 14).

Figura 13. Respostas dos participantes à 1ª pergunta do questionário

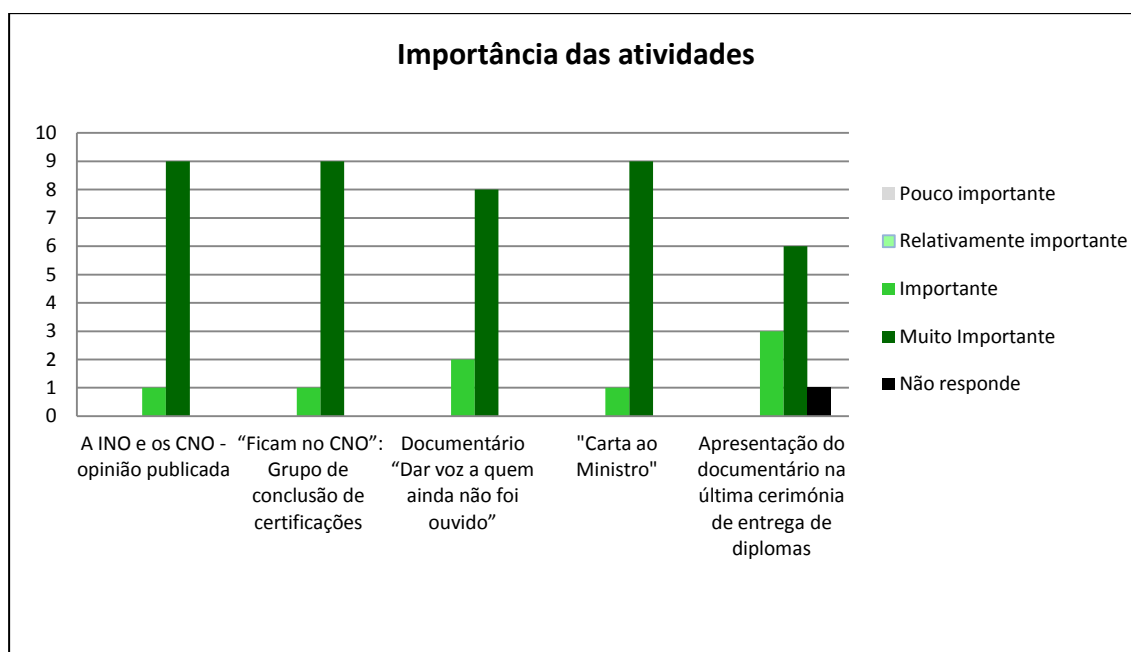
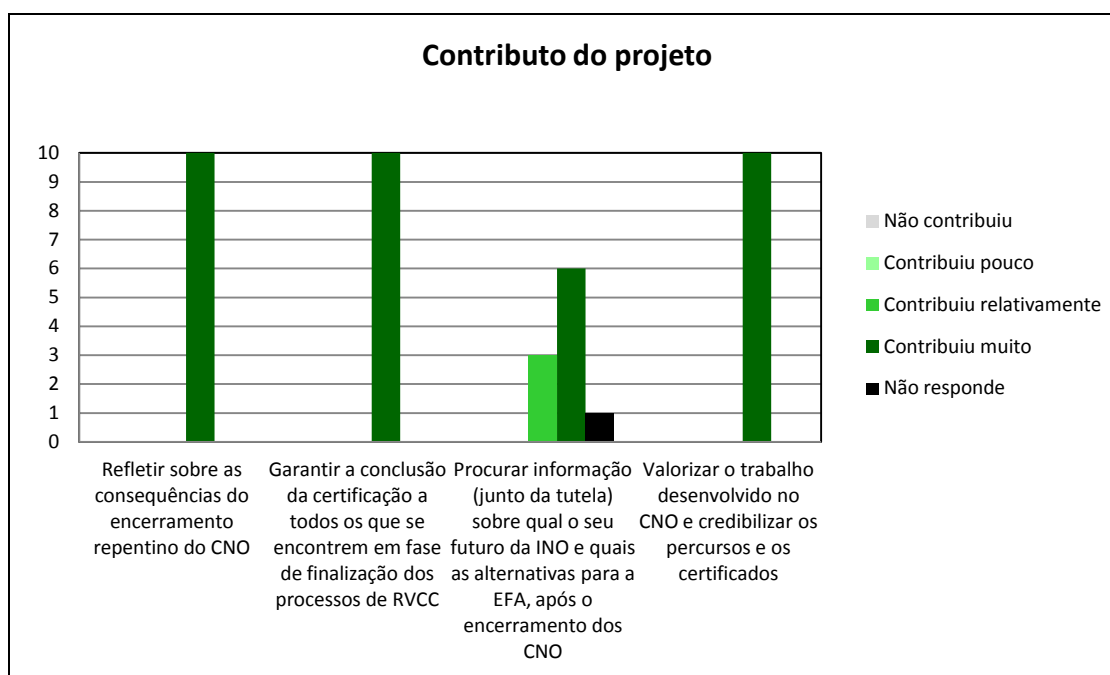


Figura 14. Respostas dos participantes à 2ª pergunta do questionário



Relativamente à pergunta 3, onde era pedido que dessem a opinião relativamente a cada uma das atividades destacam-se as seguintes respostas:

- Sobre a “INO e os CNO – opinião publicada”:

“Verificámos que nem todas as opiniões são bem fundamentadas, pois muitas são exclusivamente partidárias” (Luís).

- Sobre o grupo “ficam no CNO”:

“Para mim foi fundamental ter tido a oportunidade de concluir o processo com os mesmos formadores, se fosse transferido para outro centro, quase de certeza que não iria concluir este processo” (Fernando).

- Sobre a elaboração do documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”:

“Apesar de não ter participado neste documentário foi muito importante ouvir quem entrou neste projeto, pois revi-me nos seus testemunhos” (Margarida).

- Sobre a elaboração da “Carta ao Ministro”:

“As cartas às entidades com responsabilidades na EFA devem ser enviadas para que possamos ter uma resposta às nossas dúvidas. Esperamos que sejam lidas” (Rosa R.).

- Sobre a apresentação pública do documentário na cerimónia de entrega de diplomas:

“Eu acho bem dar a conhecer este documentário a outros colegas que certamente teriam uma opinião idêntica à nossa” (José A.).

Finalmente, em relação à pergunta 4 (o que é que acha que ter participado neste projeto mudou em si?) apresentam-se todas as respostas, que se consideram ilustrar de forma clara a consciência que os participantes têm das mudanças que sentiram, acima de tudo, neles próprios:

- *“Este projeto foi essencial para me dizer que devemos sempre lutar pelos nossos objetivos e acreditar nos nossos valores, apesar das adversidades (...) (José A.)*
- *“Mudou a maneira como penso sobre a política deste actual governo, que está completamente errada. O futuro vai-me dar razão. Nunca tinha participado num projeto destes, desde discussão, reflexão, participação e entrevista. Eu pessoalmente gostei.” (Fernando)*
- *“Este projeto foi muito importante pois permitiu que todos os intervenientes pudessem dar a sua opinião e mostrassem a maneira como cada um viveu este projeto. No final todos fomos unânimes, todos temos que acreditar em nós e no nosso valor” (Rosa B.).*
- *“Eu gostei de ter participado neste projeto e mudei a minha maneira de pensar, de ver outras coisas, os meus direitos. Estou mais à vontade a falar com os outros. Cresci em cultura e em formação” (Rosa R.).*
- *“Para mim mudou muito, com a conclusão do nível secundário adquiri novos conhecimentos. Espero que novas portas a nível profissional sejam abertas e que não sejamos discriminados pela forma como o adquirimos” (Rosária).*
- *“Este projeto fez-me ver que devemos acreditar sempre em nós” (Margarida).*
- *“Muita coisa, desde logo recordar o passado e verificar que sabemos muita coisa, mas por vezes temos ‘medo’ de pôr em prática (...)” (Luís).*
- *“Mudou muita coisa, na realização pessoal, profissional e intelectual” (José N.).*
- *“Sim, a mim mudou muito, tive oportunidade de evoluir depois de bastante adulto. Ficámos com a autoestima muito melhor” (Joaquim S.).*

Anexo 45. Opiniões sobre o documentário

Opinião de um membro da direção

Documentário “*Dar voz a quem ainda não foi ouvido*”

Avaliação

1. Por favor, indique a sua função:

Direção Avaliador externo Equipa técnica Formador

2. Solicitamos que efetue uma apreciação, por escrito, na qual poderá focar os seguintes aspetos: pertinência, oportunidade, conteúdo dos testemunhos, clareza da mensagem que pretende transmitir, adequação do título, contributo para a reflexão sobre as consequências do encerramento repentino do CNO, contributo para a valorização do trabalho desenvolvido pelos adultos e equipa do CNO, contributo para a credibilização dos processos, ou outros aspetos que considere relevantes

Este documentário foi a todos os títulos feliz, sobretudo pelo momento escolhido para a sua realização que coincide com a decisão de encerramento dos centros novas oportunidades. Saliento que para mim é doloroso falar neste processo uma vez que estive sempre ligado ao funcionamento do centro novas oportunidades da escola desde a sua fase de planeamento e criação e, posteriormente, supervisionando o seu funcionamento. O seu encerramento constitui uma dupla injustiça porque penalizou um centro que sempre pautou o seu funcionamento pelos padrões mais elevados de exigência formativa, em detrimento do artificialismo burocrático de metas formativas rígidas e pouco adaptadas às realidades da envolvente social de cada centro. A outra injustiça bem mais profunda e socialmente mais estigmatizante, diz respeito aos adultos formandos. O cercear de esperanças e de perspetivas de formação e de valorização de forma intempestiva e indevidamente explicado deixou nos adultos a estranha sensação de que são apenas as vítimas de decisões políticas não fundamentadas

Para além desta quebra das expectativas, há ainda a descredibilização e desvalorização social de toda a certificação de competências realizada pelos CNO a cobro de uma pretensa e não fundamentada falta de exigência, tão cara a certos discursos políticos atuais, que perpetuam e penalizam, uma vez mais, toda uma geração impedida de aceder ao sucesso escolar como um direito consagrado constitucionalmente. Sobre o documentário, para cuja sessão de apresentação fui gentilmente convidado, as palavras que encontro para o caracterizar são lucidez e emoção. Ao ouvir os testemunhos dos adultos fiquei impressionado com a capacidade que demonstraram para ler a realidade deste nosso tempo. Com uma acutilância digna de realce os adultos demonstram compreender os contornos, o contexto e as dimensões da injustiça de que estão a ser vítimas. Os apontamentos pessoais deixam perceber emotivamente tudo o que a escola, através do seu centro novas oportunidades com a sua excelente equipa técnico pedagógica e o respetivo projeto de intervenção deu a estes adultos. Tocou-me particularmente a ternura, a amizade e sobretudo o respeito profundo pelas pessoas e pela qualidade da formação que receberam, salientando sempre a exigência colocada no trabalho necessário para desenvolver as competências individuais sem ceder, em momento algum, ao facilitismo. Sobre a perspetiva futura da INO defendo que a certificação de competências escolares deverá ser mantida nas escolas porque são estas estruturas que possuem o «Now How» para as certificar e que deveriam ser suprimidos os avaliadores externos que considero não trazerem mais-valias relevantes ao processo de RVCC. A credibilização do processo passaria por encerrar CNO de entidades privadas porque obedecem sobretudo a uma lógica de metas de formação associadas mais a um processo de obtenção de financiamento e menos a um processos de rigor e exigência. Neste período de indefinições era essencial uma avaliação isenta e independente de todo o processo, que tem que incluir, como muito bem faz o presente documentário, um olhar crítico e a avaliação dos principais intervenientes deste processo, os adultos, e não o tipo de avaliação débil e incongruente que serviu de sustentação à decisão de encerrar os CNO. Este encerramento foi como uma profecia que se cumpriu a si própria, basta atentar nas afirmações de dirigentes responsáveis, dos partidos que sustentam o atual governo, durante a última campanha eleitoral.

3. Refira também se acha que este documentário deveria ser divulgado e de que forma.

Sou da opinião de que o documentário deveria ser divulgado nos órgãos de comunicação social. Como *“Dar voz a quem ainda não foi ouvido”*? Concedendo-lhes liberdade de expressão, uma das conquistas maiores do regime democrático e um dos principais pilares da cidadania. Penso que ele deveria ser enviado para os diferentes órgãos de soberania (Assembleia da República, Presidente da República, Governo, Partidos Políticos, Conselho Nacional da Educação). Serve como excelente ponto de partida para a avaliação da INO e de base para estudos académicos do impacto do modelo de RVCC na sociedade portuguesa e nas vidas dos adultos abrangidos.

Data: 26/08/2012

Ass: António Jorge Reis Moreira

Opinião de um avaliador externo

Projeto: “Autores da nossa própria história”
Documentário – “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”

Isabel Vieira

1 - Contributo/Apreciação do Avaliador Externo do CNO, Carlos Carneiro.

2 – O documentário “Dar voz a quem ainda não foi ouvido” é uma amostra que personifica os adultos aprendentes, dos CNO’s deste país. O conteúdo é demasiado suave e civilizado, atendendo à gravidade das consequências que os adultos deste CNO e de outros, em circunstâncias idênticas, teriam que aguentar. Atitudes e tomadas de posição que venham a prejudicar a procura de melhoria de qualificação dos adultos, são inconstitucionais e anticivilizacionais. A única garantia no futuro, será a Educação de Adultos. Nos próximos trinta anos (até 2040), por força da perda acentuada da natalidade em Portugal, as crianças serão tão poucas que, fora dos grandes centros urbanos, precisaremos de uma escola (Centro Escolar/Escola Integrada) por concelho e alguns, muitos destes (no interior do país) estarão despovoados.

O documentário só não é oportuno, por ser um pouco tardio, mas seria pertinente, ao ser divulgado/partilhado via digital, não por acrescentar algo de novo, mas por sintetizar o sentir coletivo e ser uma forte mensagem de cidadania, em que os atores/personagens intervêm com muita assertividade.

Não se pode “brincar” com pessoas, principalmente adultas. A partir do momento em que a entidade recebe, por inscrição, o adulto, deve acompanhá-lo, num clima de empatia, com profissionalismo, rigor e qualidade, quer na oferta educativa, quer na exigência da resposta do adulto. Para maior sucesso educativo/formativo deve a entidade agilizar processos, flexibilizando horários, desenvolvendo ações de proximidade à residência e ou local de trabalho do adulto. Para isso, a entidade deve dotar-se de técnicos, formadores e colaboradores, que mais que meros executantes da “carta de qualidade” ou intérpretes exímios do “Referencial de Competências”, sejam capazes de pensar EFA.

Decisões políticas precipitadas, mal explicadas ou baseadas em critérios pouco claros, são geradoras de insatisfação, sentimento de revolta, que geram desconfiança e descredibilização dos processos, dos modelos e do próprio subsistema EFA. Quando se atingiu um patamar de saberes técnicos, propiciadores de trabalho de qualidade, cientificamente comprovado por entidades de Ensino Superior, vem a decisão política desvalorizar o que foi construído, ao longo de anos, e arruinar a imagem pública das entidades. Para que investir na formação de quadros qualificados? Para que investir no conceito de “Formação ao Longo da Vida”?

30.07.2012

Carlos Carneiro

Opinião de um profissional de RVC

No contexto português, a Iniciativa Novas Oportunidades contempla, nos seus eixos de intervenção, como destinatários, os adultos, e assume, como principal fonte de inspiração, a aprendizagem ao longo da vida, e quero acreditar que assim vai continuar a ser, dada a realidade social e económica do nosso país. As estruturas, Centro Novas Oportunidades, cuja designação mais recente CQEP, embora não oficial, assumiram-se como espaços que potenciam percursos de aprendizagem e de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas em experiências e contextos formais, não formais e informais, que visam elevar os níveis de qualificação dos adultos da população Portuguesa. E é estando cientes que a formação e o ensino desde que perspectivados ao longo da vida se constituem como vetores indispensáveis à promoção da adaptabilidade, empregabilidade, ao desenvolvimento pessoal e profissional, transformam o cidadão num participante ativo nas atuais sociedades, concretamente as que se mobilizam no contexto europeu. Quanto ao impacto da frequência deste percurso no âmbito do dispositivo do RVCC, existe uma clara perceção de um impacto positivo nas dimensões psicológicas do indivíduo, como por exemplo, autoestima, que se verifica na verbalização dos sujeitos do filme. Quanto ao impacto no domínio profissional, as implicações são percecionadas numa perspetiva de médio e longo prazo dada a constatação da realidade de evolução e de desenvolvimento do processo. Outro aspeto importante é a realidade em que se desenvolveram estes processos, nomeadamente em critérios de rigor e qualidade. A tomada de consciência destes adultos das suas próprias realidades, das suas próprias potencialidades reconhecidas pela frequência deste percurso, e a consciência de que se verificou mudança a um nível interno, nomeadamente nas visões que têm das suas próprias realidades profissionais é uma constante no discurso dos sujeitos. Outro aspeto que ressalta é a mudança ao nível do desenvolvimento das capacidades críticas e de intervenção social na sociedade.

Por último, aludindo ao encerramento do Centro Novas Oportunidades em questão, verifica-se no discurso um desânimo, e um sentimento de injustiça, na medida em que se acreditou num projeto de qualificação que afinal está a encerrar. Claro está, que enquanto técnico coloco-me questões como sejam, como vão ser reconhecidos estes percursos qualificantes na sociedade portuguesa quando a mensagem que caracteriza

esta área profissional é de descrédito e de falta de reconhecimento pela sociedade em geral.

Pelo exposto, considero de máxima relevância este estudo, por um lado por permitir dar voz aos adultos e às suas opiniões, quer pelo facto de permitir que as mesmas possam ser divulgadas em meios académicos que permitam o desenhar de novos projetos. É um tipo de estudo que penso, conjuntamente com outros em Educação de Adultos, que pode e deve ser usado para dar a conhecer às instâncias com capacidade decisora política do valor da frequência deste tipo de percurso. Saliento o lado fantástico, claro, objetivo e muito assertivo dos discursos dos participantes. Parabéns!

Opinião de uma profissional de RVC

Documentário "Dar voz a quem ainda não foi ouvido"

Avaliação

1. Por favor, indique a sua função:

Direção Avaliador externo Equipa técnica Formador

2. Solicitamos que efetue uma apreciação, por escrito, na qual poderá focar os seguintes aspetos: pertinência, oportunidade, conteúdo dos testemunhos, clareza da mensagem que pretende transmitir, adequação do título, contributo para a reflexão sobre as consequências do encerramento repentino do CNO, contributo para a valorização do trabalho desenvolvido pelos adultos e equipa do CNO, contributo para a credibilização dos processos, ou outros aspetos que considere relevantes.

O presente documentário é pertinente e bastante oportuno para a conjuntura do projeto Novas Oportunidades em particular a extinção do mesmo. Os testemunhos contaram - se na relevância e mais valia que o projeto constitui para os adultos envolvidos, mensagem esta transmitida com bastante clareza e que permite refletir quanto ao encerramento tão abrupto e repentino do CNO, assim como também o referem (os participantes) ao desequilíbrio social provocado quanto às desigualdades de acesso à educação e formação, falando-se de uma lacuna ainda bem presente na sociedade portuguesa. Se por um lado temos população pouco escolarizada, por outro, restam-se as oportunidades, adaptações e ajustadas ao público alvo do projeto NO, impedindo assim a construção de uma sociedade escolarizada e com sentido crítico. Senti que este último, sentido crítico, foi também os dois aspetos apontados pelos intervenientes como uma competência a adquirir ao longo do processo de RVC. Pela vontade ao contributo para o trabalho desenvolvido por eles

OS envolvidos, assim como para a credibilização dos processos, este documentário é sem dúvida uma ferramenta que permite espelhar o verdadeiro cenário de um processo de RSC, valorizando-o e desmistificando falsos conceitos quanto a uma atitude facilitista ou à "distribuição gratuita de diplomas". Os relatos, pelo contrário, destacam e enfatizam o rigor, o profissionalismo e o nível de exigência inerente ao processo, assim como evidenciam também a aquisição de algumas competências imprescindíveis no mundo atual, como a já mencionada anteriormente, o desenvolvimento de um pensamento crítico, como competências de pesquisa e filtragem de informação, às com maior aplicabilidade como elaboração de documentos formais, C.V., prática ativa de emprego, entre outras.

3. Refira também se acha que este documentário deveria ser divulgado e de que forma.

Considero que o documentário deve ser divulgado nas redes sociais, pode ser hospedado no Youtube, permitindo uma maior facilidade de partilha e acesso livre pois merece ser visto e debatido junto à opinião pública.

Data: 12/07/12 Ass: _____

Opinião de uma Formadora

Texto/Documentário – Mestrado- Isabel Vieira (CNO) - “Dar voz a quem ainda não foi ouvido”- 16 de julho de 2012

2. Depois de ter visto e ouvido o documentário com o testemunho de alguns adultos sobre as Novas Oportunidades e o seu respetivo encerramento, senti por parte dos intervenientes sinceridade quando se expressaram no vídeo, transmitiram um sentimento de satisfação pela concretização de um sonho e, também, de tristeza por saberem que o ministério da educação fechou a porta para a formação dos adultos apenas por uma questão económica. De acordo com formandos, as críticas, em geral, da sociedade em relação às Novas Oportunidades não tinham fundamento, pois esta não tinha conhecimento verdadeiro do trabalho que lhes era exigido neste Centro.

Segundo o meu ponto de vista como formadora, o ponto de partida desta metodologia era o adulto entendido nas suas várias dimensões: a sua identidade como adulto, trabalhador e cidadão, que se afirmava a partir da sua diversidade sociocultural, por exemplo. Por isso considero que os aspetos referidos no documento “Dar voz a quem ainda não foi ouvido” (oportunidade, conteúdo dos testemunhos, reflexão sobre as consequências do encerramento do CNO, credibilização dos processos, etc.) são todos relevantes, porque o que se pretendia, e que foi igualmente mencionado por parte dos formandos no documentário, era um género de formação que permitiria a longo prazo a mudança de perspetiva de vida dos adultos através da compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual eles fazem parte; a ampliação da leitura do mundo realizada por eles e a participação real nos processos sociais, ou seja, uma formação plena e integral. Propiciar aos adultos o acesso a serviços e produtos culturais de que até então foram privados é fator de democratização e justiça.

Esta metodologia de ensino exigia dos formandos muito empenho, trabalho e sacrifício, pois sei que depois de horas de trabalho, dirigiam-se a escola para obterem nas sessões esclarecimentos para a realização dos seus trabalhos. Segundo os adultos, conciliar trabalho, família e escola não era tarefa fácil, era necessário bastante motivação e força de vontade.

São conscientes de que no futuro, algumas empresas, por exemplo, poderiam não valorizar as aprendizagens que eles tinham adquirido nas Novas Oportunidades quer no caso de uma melhor oferta de trabalho quer a nível remuneratório, mas para eles o aprender além de ser gratificante, é enriquecedor, uma questão de justiça, exigência, e valorização uma vez que atualmente o mundo laboral é cada vez mais competitivo.

Os formandos reconhecem que através do Centro de Novas Oportunidades da Escola Secundária Joaquim de Araújo, em Penafiel aprenderam imenso nas diferentes áreas, sentem a sua autoestima elevada e que as Novas Oportunidades foi, sem dúvida, uma mais-valia. E é investindo na aprendizagem e formação da população de um país que se chega a uma sociedade evoluída.

3. O documentário poderia ser divulgado na Escola Secundária Joaquim de Araújo, na Escola Superior de Educação do Porto e em outros lugares que a D^a- Isabel Vieira julgue pertinente.

Penafiel, 16 de julho de 2012